

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Márcia Maria da Cruz

**POLÍTICA DAS RUAS E DAS REDES: Autoexposição e anonimato nas
multidões de Junho de 2013**

Belo Horizonte
2018

Márcia Maria da Cruz

**POLÍTICA DAS RUAS E DAS REDES: Autoexposição e anonimato nas
multidões de Junho de 2013**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientação: Ricardo Fabrino Mendonça

Coorientação: Ângela Cristina Salgueiro Marques

Belo Horizonte
2018

320

C957p
2018

Cruz, Marcia Maria da

Política das ruas e das redes [manuscrito] : autoexposição e anonimato nas multidões de Junho de 2013 / Marcia Maria da Cruz. - 2018.

224 f. : il.

Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.

Coorientadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.Ciência política – Teses.2. Multidões - Teses. I .Mendonça, Ricardo Fabrino. II. Marques, Ângela Cristina Salgueiro. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA MÁRCIA MARIA DA CRUZ

Realizou-se, no dia 28 de fevereiro de 2018, às 14:00 horas, no Auditório Prof. Baesse da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada "POLÍTICA DAS RUAS E DAS REDES: autoexposição e anonimato nas multidões de Junho de 2013", apresentada por MÁRCIA MARIA DA CRUZ, número de registro 2013654990, graduada no curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Ricardo Fabrino Mendonça - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Angela Cristina Salgueiro Marques Co-orientadora (COM/UFMG), Profa. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires (PUC-Minas), Profa. Flávia de Paula Duque Brasil (FJP), Prof. Marcus Abilio Gomes Pereira (DCP/UFMG), Profa. Maria Aparecida Moura (ECI/UFMG).

A Comissão considerou a tese:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2018.

Prof. Ricardo Fabrino Mendonça
Orientador (DCP/UFMG)

Profa. Angela Cristina Salgueiro Marques
Co-orientadora (COM/UFMG)

Profa. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires
(PUC-Minas)

Profa. Flávia de Paula Duque Brasil
(FJP)

Prof. Marcus Abilio Gomes Pereira
(DCP/UFMG)

Profa. Maria Aparecida Moura
(ECI/UFMG)

À Maria da Conceição, Thaís Dias Cordeiro e Thalia Dias Cordeiro

AGRADECIMENTOS

Sou grata à minha avó Ignácia Maria de Jesus. Apesar de ela não saber ler, mostrou-me o valor da escrita. Guardo dela à dedicação em conquistar algo que lhe foi negado como reflexos do racismo no Brasil, mas que intuitivamente ela buscava como direito. Aos 70 anos decidiu que frequentaria, em horários diferentes, dois cursos de alfabetização de adultos, era assídua, interessada e cuidadosa com o caderno. Sigo juntando as letras para dar sentido à minha existência e à dela. Esta tese guarda o esforço da minha família. Não foi fácil escrever.

Desde a graduação, divido os estudos com o trabalho. Cada passo rumo à formação de doutorado me parecia maior do que minhas pernas podiam alcançar. Minha mãe, como faz desde meu primeiro dia de aula no jardim de infância, me cercou de amor e afeto para que eu pudesse seguir. Cada uma das etapas de minha formação não alcançaria sem o esforço laboral dela.

No doutorado, minhas asas ganharam musculatura graças a meus orientadores. Minha gratidão a Ricardo Fabrino Mendonça e Ângela Marques – sem eles esta tese não existiria. Não me esqueço de quando Ricardo me chamou para o grupo de pesquisa, reacendendo o desejo de fazer o doutorado. Mais do que me orientador - desde a escrita do projeto para a seleção - , Ricardo se mostrou generoso frente às minhas limitações. Agradeço a ele por ter aberto as portas do grupo Margem, onde encontrei a amizade e apoio de pessoas como Wesley Matheus, Selene Machado, Júlia Moreira, Davi Figueiredo e João Victor. Bem como ter me apresentado Márcio Bustamante, de grande importância para a realização das entrevistas em São Paulo.

Sou grata à Ângela, um porto-seguro de afeto nos momentos turbulentos: no término de dissertação, quando éramos colegas de grupo de pesquisa, e agora na tese. Nessa trajetória, posso dizer que se consegui, ao menos um pouco, deixar de ser jornalista e me transformar em pesquisadora foi graças a Ricardo e Ângela. Cada um, a seu modo, possibilitou que eu pudesse ir além, quando eu não acreditava que poderia dar mais um passo. Obrigada! Agradeço aos professores do DCP, Eleonora Schettini Cunha, Bruno Reis, Natália Satyro, Marcus Abílio – que deram suporte para os primeiros passos na ciência política.

Agradeço a Lilian Gomes que foi quem primeiro leu meu projeto de mestrado. Agradeço a Vera França, que me mostrou que há gratuidade na academia. Agradeço à turma de mestrado que me acolheu e com quem fiz as disciplinas no DCP, em especial Maria Alice Silveira e Pedro Barbosa. Agradeço às meninas super poderosas: Iara Vianna, Helga Almeida, Clarisse Goulart e Maressa Miranda, Carmen Leitão. Agradeço aos meus amigos e amigas que entenderam essa caminhada e estavam presentes para dizer “você dá

conta”, quando parecia pesado demais ter que trabalhar e fazer o doutorado: Fred Bottrel, Fernando Gomes, Carolina Lenoir e Gabriela Lessa.

Agradeço a todos os entrevistados e entrevistadas por aceitarem fazer parte dessa pesquisa. Gratidão infinita a Joviano Mayer por participar em diferentes etapas da feitura dessa tese e pela inspiração.

Agradeço ao Alessandro Magno da Silva que puxou muito minha orelha de aquariana para os prazos do departamento. Agradeço à Nossa Senhora Aparecida, a quem recorri, em vários momentos, como devota, e aos orixás, que permitiram que, ao conhecer minha ancestralidade, pudesse compreender minha trajetória não como exceção mas como continuidade ao esforço dos que me precederam, superando as adversidades impostas à nossa existência.

RESUMO

Os protestos de Junho de 2013 em São Paulo e Belo Horizonte são o foco desta tese. Parte-se da pergunta: como se constitui o comum em tempos de personalização das ações políticas, sobretudo em um contexto de forte articulação entre redes e ruas? Argumenta-se que o comum das ações coletivas contemporâneas depende de singularidades e é atravessado por dois fenômenos aparentemente antitéticos, mas efetivamente correlatos: autoexposição e anonimato. Os manifestantes ora se destacam na multidão, ora compõem o coletivo, destacando-se e fundindo-se simultaneamente. Para tratar desses fenômenos, a tese articula os conceitos de multidão (Hardt e Negri, 2015), desidentificação (Rancière, 1996) e performances (Butler 2014 [1990], 2016).

O trabalho empírico estruturou-se em duas frentes. A primeira delas é composta por um conjunto de 50 entrevistas semi-estruturadas feitas junto a ativistas de Belo Horizonte e São Paulo, a partir da técnica de snow ball. A segunda frente debruçou-se sobre uma amostra de 306 posts publicados no Facebook pelo Movimento Passe Livre (MPL) e pelo Anonymous Brasil, além de comentários relativos a esses posts.

A análise foi realizada a partir da identificação de marcadores de autoexposição e de anonimato, com vistas a explorar como tais fenômenos se articulam na configuração de protestos hodiernos e na tessitura de comuns que dependem de singularidade. Identificamos como marcadores de autoexposição: a profusão de relatos pessoais, a utilização de selfies, a ocupação corpórea e expressiva de espaços públicos (incluindo cartazes, cores e performances) e a viralização de conteúdos pessoais sob a forma de memes e correlatos.

O anonimato desponta de forma evidente no uso de máscaras e lenços; em imagens multitudinárias; na ocupação de espaços públicos em que corpos se diluem (cores, mar de cartazes, jogral) e na natureza cifrada de alguns memes. Por meio de anonimato e autoexposição, os sujeitos se deslocam de identidades pré-estabelecidas, em um processo de desidentificação que permite a emersão de novos processos de subjetivação e de construção de comuns. Os resultados da análise indicam que afetos desempenham um papel fundamental na articulação entre os manifestantes, embora o estar nas ruas não se restrinja à sua dimensão passional.

As imagens compartilhadas sugerem como a multidão se apresenta como corpo político, dando novas feições ao mar de diferenças que a constitui.

Concluímos que os atos de Junho de 2013 permitiram a experimentação de novas formas de os sujeitos se organizarem coletivamente. Colocou-se em discussão o papel e o lugar da liderança, questionando-se a ideia de representação em vigor. A personalização da política passa por novas formas de agenciamento que refletem no campo

da cultura e na maneira como as pessoas performam publicamente, na expressão da própria existência nas cidades. As narrativas que decorrem da experiência dos sujeitos, mais do que processo de autoentendimento, alimentam formas de ação que organizam o sensível criando novos panos de fundos para a constituição do comum.

Palavras-chave: autoexposição; anonimato; personalização; multidão, desidentificação; performatividade e Junho 2013.

ABSTRACT

The political protests that occur in June 2013 in São Paulo and Belo Horizonte are the focus of this thesis. The question arises: what constitutes the common in times of personalization of political actions, especially in a context of strong interconnections between Web networks and streets? It is argued that the common of contemporary collective actions depends on peculiarities and incorporate two seemingly antithetical phenomena, that are in fact correlated: self-exposition and anonymity. The protesters sometimes stand out in the crowd, sometimes merge amid the collective, standing out and merging simultaneously. In order to address these phenomena, this thesis integrates the concepts of multitude (Hardt and Negri, 2015), disidentification (Rancière, 1996) and performativity (Butler 2014 [1990], 2016). Empirical work was structured in two fronts. The first one consisted of a set of 50 semi-structured interviews with activists from Belo Horizonte and São Paulo, using the snow ball technique. The second front looked at a sample of 306 posts published on Facebook by Movimento Passe Livre (MPL) and by Anonymous Brasil, along with thread comments related to these posts. The analysis was performed from the identification of markers of self-exposure and anonymity, aiming to explore how such phenomena are articulated in the configuration of neoteric protests and in the weaving of the common that rely on singularity. We identify as self-exposition markers: a profusion of personal reports, display of selfies, corporeal and expressive occupation of public spaces (including posters, colors and performances) and the viralization of personal contents in the form of memes and correlates. The anonymity is clearly denoted by the use of masks and scarves; in multitudinous images; in the occupation of public spaces in which bodies are diluted (colors, sea of posters, choral speaking) and in the ciphered nature of some memes.

Through anonymity and self-exposure, the subjects shift from pre-established identities, in a disidentification process that allows the emergence of new processes of subjectivation and the construction of common. The results of the analysis indicate that affection plays a fundamental role in articulating the protesters, although being on the streets is not restricted to their passionate dimension. The shared images suggest that the crowd presents itself as a political body, granting new features to the sea of differences that constitute that body.

We conclude that the acts of June 2013 allowed the subjects to experimentat new ways of organizing themselves collectively. The character and role of leadership were examined, leading to questioning of the idea of representation in effect. The personalization of politics involves new forms of drafting that reflect in the field of culture and the way people perform publicly, in the expression of their own existence over the cities. The narratives that flow from the experience of the subjects, rather than the process of self-understanding, foster

forms of action that organize the sensible by creating new landscapes for the constitution of the common.

Key words: self-exposition; anonymity; personalization; multitude; disidentification; performativity e June 2013

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – INFOGRÁFICO PROTESTO EM SÃO PAULO	56
FIGURA 2 – DUELO DE MCS NO BAIXIO DO VIADUTO SANTA TEREZA	63
FIGURA 3 – PRAIA DA ESTAÇÃO	64
FIGURA 4 – INFOGRÁFICO PROTESTOS EM BELO HORIZONTE	68
FIGURA 5 – OCUPAÇÃO CASA AMARELA FOTO: PORTAL DO APRENDIZ	87
FIGURA 6- PARQUE AUGUSTA FOTO: PARQUE AUGUSTA NO FACEBOOK	88
FIGURA 7 – IMAGEM DA PÁGINA DO ANONYMOUS BRASIL NO FACEBOOK	161
FIGURA 8 – IMAGEM DA PÁGINA PASSE LIVRE BRASIL NO FACEBOOK	164
FIGURA 9 – FOTO DO DIA 27 DE JUNHO DE 2013	173
FIGURA 10 – FOTO DO DIA 27 DE JUNHO DE 2013	174
FIGURA 11 – FOTO DO DIA 14 DE JUNHO DE 2013	175
FIGURA 12 – ANONYMOUSBRASIL, DIA 23 DE JUNHO DE 2013	178
FIGURA 13 – FOTO DO DIA 6 DE JUNHO DE 2013	179
FIGURA 14 – FOTO DO DIA 24 DE JUNHO DE 2013	179
FIGURA 15 – FOTO DO DIA 22 DE JUNHO DE 2013	180
FIGURA 16 – FOTO DE RODRIGO MONTEZUMA, 27 DE JUNHO DE 2013	181
FIGURA 17 – FONTE: ANONYMOUS BRASIL, 17 DE JUNHO DE 2013	183
FIGURA 18 – FOTO 2 DE JUNHO DE 2013	184
FIGURA 19 – FOTO DO DIA 16 DE JUNHO DE 2013	184
FIGURA 20 – FOTO 23 DE JUNHO DE 2013 FONTE: ANONYMOUSBRASIL	185
FIGURA 21 – ANONYMOUS BRASIL, 17 DE JUNHO DE 2013	186
FIGURA 22 – FOTO DO DIA 20 DE JUNHO DE 2013	186
FIGURA 23 –IMAGEM DE ANONYMOUS BRASIL, 23 DE JUNHO DE 2013	189
FIGURA 24 – ANONYMOUS BRASIL, 9 DE JUNHO DE 2013	191
FIGURA 25 – PASSE LIVRE SÃO PAULO, 3 DE JUNHO DE 2013	191
FIGURA 26 – ANONYMOUS BRASIL, 23 DE JUNHO DE 2013	192

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A ENCRUZILHADA DAS RUAS E DAS REDES: PROTESTOS CONTEMPORÂNEOS EM LARGA ESCALA	28
1.1 Uma primavera mundial?	29
1.1.1 Islândia	32
1.1.2 Tunísia	33
1.1.3 Egito	35
1.1.4 Espanha	37
1.1.5 Chile	39
1.1.6 Occupy Wall Street	40
1.1.7 Turquia	42
1.1.8 Desdobramentos do ciclo de protestos globais	43
2 JUNHO DE 2013: UM MÊS QUE NÃO ACABOU	46
2.1 Confluências e circunstâncias para o acontecimento junho	47
2.2 As ruas de São Paulo e Belo Horizonte: a narrativa cronológica dos atos	53
2.2.1 Vem pra rua: a dimensão conectiva dos protestos	72
2.3 Desdobramentos do mês que não acabou	82
2.3.1 O que aconteceu com os 20 centavos: como ficaram as tarifas?	83
2.3.2 Propostas institucionalizadas: o que foi incorporado pelo governo federal	83
2.3.3 Implicações para os processos políticos	85
2.3.4 Ocupações na gramática de ação coletiva no Brasil	86
2.4 Sínteses dos atos	90
3 A SINGULARIDADE DOS SUJEITOS POLÍTICOS: DA INDIVIDUAÇÃO À COLETIVIZAÇÃO	93
3.1 Identidade coletiva: aplicação, usos e críticas ao conceito	93
3.1.1 Das críticas ao conceito de identidade	97
3.2 Da construção do <i>self</i> e das dimensões do pertencimento	99
3.3 Personalização na política	104
3.4 As singularidades e a construção do comum	107

4 FACES DA PERSONALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O ANONIMATO E AUTOEXPOSIÇÃO NOS PROTESTOS EM BELO HORIZONTE E SÃO PAULO	114
4.1 Dimensões da autoexposição nos relatos dos entrevistados.....	117
4.1.1 Narrativas em primeira pessoa.....	117
4.1.2 Selfies: forma de dar sentido à participação dos sujeitos	122
4.1.3 Expressão compartilhada.....	125
4.1.4 Ocupação corpórea dos espaços públicos.....	127
4.2 Os riscos da autoexposição: do hedonismo ao controle	133
4.3 Dimensões do anonimato nos relatos dos entrevistados	138
4.3.1 Uso de máscaras	138
4.3.2 O corpo e as singularidades diluídas no espaço público	142
4.3.3 Expressão compartilhada.....	147
4.4 Riscos do anonimato: da criminalização ao discurso do ódio	149
4.5 As implicações do anonimato e autoexposição na liderança	150
5 AUTOEXPOSIÇÃO E ANONIMATO NAS PÁGINAS DO ANONYMOUS BRASIL E PASSE LIVRE SÃO PAULO	158
5.1 A página Anonymous Brasil	160
5.2 A página Passe Livre São Paulo	163
5.3 Autoexposição.....	166
5.3.1 Narrativas em primeira pessoa.....	166
5.3.2 Imagens de si.....	172
5.3.3 A ocupação corpórea do espaço público.....	174
5.4 Anonimato.....	176
5.4.1 Uso de máscaras e lenços	176
5.4.2 Imagens de multidão	181
5.4.3 Ocupação corpórea do espaço público	186
5.4.4 Expressão compartilhada.....	190
5.5 Síntese.....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	208
ANEXOS	225

INTRODUÇÃO

O trajeto da Praça Sete de Setembro ao Mineirão, passando pela Avenida Antônio Carlos, habitualmente, é percorrido de carro ou de ônibus por quem vive em Belo Horizonte. No entanto, os dias de junho de 2013 mudaram a forma como milhares de pessoas experimentam essa parte da cidade. Nem ônibus, nem táxi ou carro particular: uma multidão caminhou pelas pistas da avenida. Homens e mulheres de todas as idades, muitos com cartazes nas mãos, apresentavam reivindicações diversas, como a redução do valor das tarifas, a aprovação ou o arquivamento de propostas de emenda constitucionais que tramitavam no Congresso Nacional, ou o rechaço às obras da Copa do Mundo. Havia espaço para tudo, incluindo pedidos em forma de sátira e brincadeira.

Uma multiplicidade de vozes estava ali, bem como em outras cidades brasileiras, para apresentar demandas e alterar os rumos da história. Eu era uma das milhares de pessoas que atravessaram a Avenida Antônio Carlos e, naquele momento, de uma maneira que nunca imaginaria estar: caminhei e observei a cidade de um ângulo inusitado e ao lado de muita gente que nunca havia visto. Não era meu primeiro protesto massivo, pois também estive nos atos a favor do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo e participei de diversas manifestações em menor escala. Foram, contudo, experiências bem diferentes, não apenas por eu estar em momentos distintos de vida, mas porque a maneira de estar na rua era outra. No *impeachment*, por exemplo, era estudante secundarista e fui para as ruas junto a amigos do colégio em grupos articulados pelas entidades estudantis.

Em junho de 2013, não integrava nenhum grupo e, para além de participar como cidadã, havia um interesse acadêmico. *Outsider* aos coletivos, mas integrava-me à multidão. Por mais que desconhecesse boa parte daquelas pessoas e por mais que nossas experiências de vida e formas de participar pudessem ser bem distintas, compartilhávamos o mesmo espaço-tempo, e também uma mesma inquietação: a necessidade de dar sentido àquele momento. Cada pessoa estava às voltas com a presença, com o cartaz e as reivindicações que levava, com as cores que vestia, com as causas com as quais simpatizava.

As imagens de pessoas ocupando as ruas das cidades brasileiras naquele momento inauguraram um cenário político marcado por protestos que se tornaram cada vez maiores no Brasil. Depois do ápice dos protestos em junho, as mobilizações continuaram nos meses seguintes, com outras dinâmicas e com um público menor. Em 2014, 2015 e

2016, manifestantes voltaram às ruas, por razões distintas.¹ Mais uma vez, estive presente a diferentes atos, por razões acadêmicas.

No processo de capturar informações sobre junho, estive no protesto ocorrido no dia 8 de março de 2014. Às 8h daquele dia, estava na Avenida Paulista quando foi convocado um grande ato para o Dia Internacional das Mulheres. O dia estava nublado e garoava de tempos em tempos, o que, num primeiro momento, trouxe a dúvida sobre a disposição das manifestantes de sair às ruas. De forma surpreendente, elas chegavam aos montes. Havia um carro de som, onde mulheres ligadas a vários grupos dividiam o microfone para falar, a partir de experiências, o que era ser mulher. Vários coletivos formavam baterias numerosas e ruidosas. Caminhei pela Paulista com um misto de sentimentos: era preciso observar, fazer contatos com mulheres que estiveram nas ruas em junho de 2013.

Ao mesmo tempo, a emoção me tomava em ver todas as pistas da maior Avenida de São Paulo tomadas por pessoas. Seguimos até a Augusta em direção à Praça Roosevelt, onde as manifestantes fariam um ato final e se dispersariam. Locais esses que também foram cenários dos protestos em junho de 2013. No dia 15 de março de 2015, estive nos protestos contra o governo de Dilma Rousseff que ocorreram na Praça da Liberdade em Belo Horizonte. Também havia carros de som, mas os manifestantes não se deslocaram. Vestidos de verde e amarelo, muitos com a camisa da seleção de futebol, também traziam reivindicações e falavam contra a corrupção.

Desde 2013, foram muitos os protestos pelas ruas do Brasil. O fato é que as ruas, aqui usadas como metáforas do espaço público, tornaram-se centrais na política brasileira, seja porque a partir delas havia um esforço (de jornalistas, pesquisadores e acadêmicos) de captar a opinião pública, seja porque elas passaram a ter consequências nos espaços institucionais do país. O curioso e o inquietante é que se constituiu um desafio de entender, a cada manifestação, a multidão² que saía às ruas. De imediato, surgiram

¹ Em 2014, muitas pessoas voltaram às ruas em protesto contra os gastos da Copa do Mundo e também em função das desapropriações decorrentes do megaevento. Como podemos ver na matéria Com mais de 20 protestos, 1ª semana de Copa tem 180 detidos em atos, disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/com-mais-de-20-protestos-1-semana-de-copa-tem-180-detidos-em-atos.html>>, acessada em 5 de dezembro de 2016. Em 2015, os protestos ganharam caráter antigovernamental. O ápice das manifestações ocorreu no dia 15 de março, quando mais de 1 milhão de pessoas saíram em protesto contra o governo de Dilma Rousseff, como evidencia a matéria “Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país” disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contra-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>>. Em 2016, foram protestos favoráveis ao impedimento da presidente e contrários ao afastamento delas. Somaram-se aos protestos de ruas que pediam o afastamento, o que ficou conhecido como pannelaço, quando eram marcados horários para que as pessoas batessem panelas de forma coletiva nas janelas e varandas das casas.

² O conceito de “multidão”, tal como utilizado por Hardt e Negri (2014), inscreve-se na tentativa de ampliação do entendimento do que seriam as “forças produtivas para os movimentos marxistas na segunda metade do século XX. A multidão reflete a dimensão de um mundo globalizado, contra um

pesquisas para avaliar o perfil dos manifestantes, as reivindicações, inclinações ideológicas e preferências partidárias. Mensurar a multidão tornou-se uma obsessão e uma tarefa quase impossível dada a disparidade de dados entre organizadores, a Polícia Militar e tantos outros que se incumbiram da tarefa de quantificar as ruas.

Nesse sentido, cabe destacar que o presente trabalho foi elaborado ao longo de um dos momentos políticos mais conturbados do Brasil. Embora esses desdobramentos institucionais e eleitorais não sejam o foco dessa tese, é imprescindível demarcar o contexto brasileiro no momento da escrita desse trabalho - sem qualquer pretensão de estabelecer relações de causalidade entre o que ocorreu em junho de 2013 e o desenrolar dos acontecimentos em 2014, 2015 e 2016). Na escrita dessa tese, passamos pelas eleições de 2014, em que a presidente Dilma Rousseff (PT) foi reeleita, depois de segundo turno disputado e polarizado com o candidato Aécio Neves (PSDB). Também acompanhamos a execução pela Polícia Federal de diferentes fases da Operação Lava Jato, que teve início em 2009 e se intensificou a partir de 2014.³ Houve denúncias a políticos de diversos partidos e colocou-se em suspeição o governo de Dilma. Os escândalos de corrupção foram construídos e ganharam espaço na esfera de visibilidade midiática⁴ e se transformaram em mote para que as pessoas voltassem às ruas em diferentes cidades no Brasil em 2014, 2015 e 2016. Com múltiplas reivindicações, parte desses protestos pedia o afastamento da presidente Dilma Rousseff⁵, cujo processo foi finalizado com a aprovação do *impeachment* no Senado, em 31 de agosto de 2016, por 61 votos a favor e 20 contra.

povo ainda apegado aos Estados nação. A multidão é heterogênea, dispersa, complexa, multidirecional: um conjunto de multiplicidade e variações de singularidades que não se dissolvem. O poder institucional tenta contê-la, modulá-la, reduzir sua complexidade transformando-a em massa (ou seja, abolindo singularidades, tornando-a homogênea, compacta, contínua, unidirecional).

³ De acordo com o Ministério Público Federal, em 2009, a Lava Jato iniciou as investigações de crimes de lavagem de dinheiro pelo ex-deputado federal José Janene, em Londrina, no Paraná. Também começaram a ser investigados os doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater. Em julho de 2013, a Lava Jato passa a monitorar as conversas de Carlos Habib Chater. Mas somente em 17 de março de 2014, que foi deflagrada a primeira fase ostensiva da operação. Já na segunda fase, em 20 de março de 2014, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa foi preso e foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro. Deu início a investigação de esquema de corrupção e lavagem de dinheiro da Petrobras. O histórico da Lava Jato está disponível no site do MPF <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou>>, acessado em 27 de julho de 2016. As fases estão listadas em matéria do UOL. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/politica/listas/relembre-as-fases-da-operacao-lava-jato.htm>>, acessado em 27 de julho de 2016. Até julho de 2016, estava na 32ª fase.

⁴ Gomes (1999 e 2004), ao fazer uma revisão crítica ao conceito de esfera pública proposto por Jürgen Habermas, faz uma distinção entre visibilidade e discutibilidade na comunicação pública mediada pelos meios de comunicação de massa. Gomes chama atenção para a sobreposição da visibilidade em detrimento da discutibilidade. Nem sempre a visibilidade resulta em discutibilidade nos meios de comunicação. Vale lembrar que a mídia se constituiu tanto como o lócus do debate, como também desempenha papel no jogo político.

⁵ O pedido de *impeachment* foi aceito pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha em 2 de dezembro de 2015.

Há um movimento analítico que busca relacionar as jornadas de junho com o que ocorreu no sistema político brasileiro nos anos subsequentes, inclusive estabelecendo relações de causalidade (SOUZA, 2016; TAVARES *et al.*, 2016). A nosso ver, esse movimento metodológico pode não considerar outras variáveis que devem ser consideradas para o desfecho dado ao mandato de Dilma. Sem negligenciar a importância que as manifestações a favor do *impeachment* tiveram na deposição da presidente, os fatos políticos revelados com a operação Lava Jato apresentam um complexo jogo de interesses envolvendo deputados, senadores, representantes do Poder Executivo e setores institucionais e econômicos diversos.

O processo do *impeachment* foi atravessado também por interesses bem pragmáticos, como barrar o avanço da operação Lava Jato, como sugerem as delações de alguns investigados no processo.⁶ A sucessão de fatos posteriores a jornadas de junho pode nos colocar diante do risco de mudar a interpretação dada aos protestos a cada novo lance. No entanto, sem perder de vista esses desdobramentos, procuramos empreender uma análise que não mude ao sabor dos eventos, caindo num relativismo interpretativo.

Nesse sentido, pretendemos nos referenciar na discussão sobre a ideia de *acontecimento* (QUÉRÉ, 2005; SILVA, 2011; ARQUEMBOURG, 2011), para analisarmos as jornadas de junho. Usualmente empregado no campo das ciências sociais, para mostrar como as conexões temporais desses processos se constroem ao longo de seus desdobramentos reveladores, o conceito nos permite olhar os “fatos” em perspectiva temporal, ajudando-nos a entender que os “fatos” possuem uma historicidade e estão ligados a um emaranhado de protestos anteriores, além de abrir possibilidades de compreensão de futuros que ainda se desenham. Mendonça (2007) chama atenção para o quanto pode ser profícuo o uso do conceito de *acontecimento* entender fenômenos sociais, como a ação coletiva.

A noção de *acontecimento* proposta por Queré (2005) nos possibilita pensar o quanto os protestos de junho tiveram uma dimensão de deslocamento temporal e também o quanto possibilitaram o deslocamento de sentidos sobre a política e a democracia. Com seu poder revelador, o *acontecimento* abriu passados (com suas tramas causais) e futuros passíveis de ocorrência, em meio a muitas disputas. Em nossa visão, junho descortina uma série de “fatos” do passado e também nos ajuda a interpretar os “fatos” que se seguiram, não apenas traçando causalidades, mas nos oferecendo diferentes interpretações sobre o presente, que interferem no futuro que se desenha.

⁶ “Delações mostram que Dilma sofreu impeachment porque se opôs a esquema de corrupção”, em matéria da CBN veiculada em 17 de abril de 2017. Disponível em <<http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/79383/delacoes-mostram-que-dilma-sofreu-impeachment-porq.htm>, acessado em 20 de abril de 2017>.

A individualização do acontecimento permite não só a compreensão discursiva sobre o que ocorreu, dotando-o de sentido e coerência, como também constitui o próprio processo de configuração e estruturação narrativa (QUÉRÉ, 2011). Na individualização do fenômeno Quéré chama atenção para o processo de conversão da experiência em objeto abstrato. Junho se atualizou em cada acontecimento que se sucedeu na política brasileira, deixando-nos a sensação de ter sido um mês que não acabou.

Visto sob esse ângulo, o acontecimento continua a advir mesmo além dos limites estritos da sua ocorrência espácio-temporal e de uma maneira que não coincide com as modalidades dessa ocorrência empírica. Em certo sentido, ele dura o tempo que dura a actualização do seu potencial de criação de intrigas, de revelação de possíveis ou de modificação de situações, assim como de “afecção” (no sentido etimológico “de acção sobre”) daqueles a quem ele acontece. (QUÉRÉ, 2011, p. 24)

Quéré aciona a ideia de campo problemático em Gilles Deleuze (1975) para demonstrar o número de questões que o *acontecimento*, por seu aspecto inaugural, apresenta. Em *Lógica do sentido*, Deleuze demonstra que o *acontecimento* é efeito e, ao mesmo tempo, coexiste ao devir⁷. Nesse sentido, o *acontecimento* tem o poder hermenêutico de revelar passado e presente. Rompe o senso comum que organiza a realidade, apresentando uma rede de problematizações. Ao buscar referências no pragmatismo americano, Quéré procura demonstrar o quanto o *acontecimento* está assentado na dimensão cotidiana e compartilhada da realidade, o que faz com que tenha uma dimensão material que se imbrica ao discurso. Embora a ideia de *acontecimento* esteja relacionada à mediatização, pela publicização dos fatos, Quéré alerta para que o conceito não seja reduzido ao campo dos media. O conceito nos ajuda a compreender os protestos em diversos países, sendo que apresentaremos alguns deles a título de breves contextualizações: Islândia, Tunísia, Egito, Espanha, Estados Unidos, Turquia e Chile.

Esta tese não tem, todavia, o objetivo de apresentar uma teoria que explique as jornadas de junho, suas causas e consequências, ainda que tratemos delas. O nosso esforço é entender um fenômeno da participação política que trouxe impactos em diversas áreas na vida dos brasileiros a partir da lógica da estruturação da ação coletiva no contemporâneo. Todos os desdobramentos na política institucional reforçam a necessidade de olharmos para junho de 2013, sendo que o que queremos entender é como junho de 2013 demonstra formas de articulação da ação coletiva a partir de singularidades e

⁷ O devir-ilimitado torna-se o próprio acontecimento, ideal, incorpora, com todas as reviravoltas que lhe são próprias, do futuro e do passado, do ativo e do passivo, da causa e do efeito. O futuro e o passado, o mais e o menos, o muito e o pouco, o demasiado e o insuficiente ainda, o já e o não: pois o acontecimento, infinitamente divisível, é sempre os dois ao mesmo tempo, eternamente o que acaba de se passar e o que vai se passar. (DELEUZE, 1975, p. 9).

processos subjetivos marcados por novas formas de fazer-se visto, de construir comuns, e de experienciar as cidades. Tratamos, nesta tese, a forma como autoexposição e anonimato se articulam na construção contemporânea de protestos coletivos. Consideramos ser de fundamental importância olhar para o processo de insurgência como *acontecimento* que coloca em contato as singularidades e o sentido de coletividade para compreender a política brasileira.

A questão central desta tese nasce, assim, da experiência como pesquisadora imersa e interessada nos protestos. Pretendemos responder à questão de como se configura a ação coletiva em protestos multitudinários, profundamente marcados por um contexto de fortalecimento dos processos de individuação. Interessa-nos entender, como se constrói um coletivo em tempos de forte personalização das ações políticas, sobretudo em um cenário de forte articulação entre redes e ruas (BIMBER *et al.*, 2012; MERCEA, 2011; BENNETT e SEGERBERG, 2013; JENSEN e BANG, 2013; TRERÉ, 2013; SILVA, 2014; MALINI *et al.*, 2014; MENDONÇA, 2017). Essa questão deve ser compreendida a partir de um pano de fundo que indaga sobre como se dá a constituição do *comum* nos protestos contemporâneos, profundamente marcados pela negação de formas verticalizadas de representação e pela afirmação da voz, independência e autonomia de indivíduos que aparecem e se definem como sujeitos políticos em cenas dissensuais voltadas para a problematização de temas vitais para a justiça e a democracia.

A nossa hipótese é que o *comum* dessas formas de ação coletiva resulta justamente da ideia de que é essencial resguardar a expressão de singularidades. Argumentaremos que esse processo se expressa na articulação de dois fenômenos: autoexposição e anonimato. Embora pareçam termos antagônicos, autoexposição e anonimato são faces de uma mesma moeda a permear formas de ação coletiva contemporâneas.⁸ Proporemos que tais fenômenos conseguem capturar a exacerbação atual do individualismo, sem perder de vista o modo como ela atravessa a busca de vivência coletiva nos espaços públicos das cidades.

Nesse sentido, a linha argumentativa central da tese contribui para o entendimento de como, em um cenário de crescente individuação, as demandas são

⁸ Arriscamos a dizer que essas formas contemporâneas são prenunciadas na ação do Movimento Zapatista no México na década de 1990. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) organizou levante em 1º de janeiro de 1994. Trazendo para o debate a questão das terras indígenas, o grupo ocupou parte dos Chipas, no México. A ação ganhou visibilidade internacional pela internet. Os porta-vozes se apresentam como subcomandantes, sendo Marcos o mais famoso deles. Adotava também como estratégia o uso de máscaras. Harvey em entrevista à Carta Capital chama atenção para o caráter híbrido do movimento: “um movimento indígena com características ocidentais. Um movimento horizontal, mas com formas militares hierarquizadas.” In: Zapatismo foi um movimento indígena com características ocidentais. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201czapatismo-foi-um-movimento-indigena-com-caracteristicas-ocidentais201d-7784.html>>. Acessado em 20 de abril de 2017.

coletivizadas e, paralelamente, como singularidades se manifestam em um terreno comum. Nossa pesquisa questiona uma leitura ao calor dos fatos que desprezou a potência de uma composição tão diversa com uma multiplicidade de reivindicações, apontando a falta de consensos como aspecto meramente negativo. Em cada um dos protestos observados em 2013, chama a atenção o modo como os olhares externos buscavam dar-lhes unidade, o que se mostrou impossível.

As ruas forjaram formas de “estar junto”, o que trouxe questões para os movimentos sociais, que permitem repensar não apenas suas táticas, mas a própria concepção das organizações que promovem e atravessam as lutas sociais (BIMBER et al., 2012). Como os grupos podem se organizar de maneira mais horizontal? O que produz articulações quando tudo parece tão diverso e fragmentado? Qual o papel das lideranças nesse processo? Essas são questões que se entrelaçam à pergunta central desta pesquisa – como se constrói um coletivo em tempos de forte personalização das ações políticas, sobretudo em um cenário de forte articulação entre redes e ruas?

Para responder à nossa questão central, e às que derivam dela, o nosso primeiro movimento teórico-metodológico implica trabalhar com o grande volume de dados e interpretações acerca de Junho de 2013. A complexidade de junho nos traz o desafio de evitar o risco de uma narrativa unificada sobre o que foi tal fenômeno. É preciso lidar com o *acontecimento*, entendendo que qualquer tentativa de encontrar consenso é uma maneira de matar a potência que os protestos representaram.

Consideramos que nossa perspectiva contribui no amplo debate sobre Junho de 2013 que vem sendo conduzido a partir de várias questões: como protestos se inserem em um ciclo mundial (GOHN, 2014; CASTELLS, 2013; VALERIAN, 2013)?; de que modo estruturam multidões e formas de construir comuns (CAVA, 2103; VAINER, 2013; RENA, 2014; MAYER, 2015; MENDONÇA, 2017)?; qual a conjuntura sociopolítica do país que permite compreendê-las (BRINGEL, 2013; DOMINGUES, 2013; SINGER, 2013; RICCI e ARLEY, 2014)?; qual o papel de tais conflitos na discussão das lutas pelo direito à cidade (MPL, 2013; MARICATO et al., 2013; JUDESNAIDER et al., 2013); como foram construídas narrativas e contra-narrativas nos meios de comunicação e nas mídias sociais (JUDESNAIDER et al., 2013; LIMA, 2013; JÚNIOR et al., 2014; GOVEIA et al., 2013; MALINI et al., 2014; FERREIRA, 2016; BENTES, 2014, 2015); de que forma tais protestos se articulam com práticas e processos democráticos (MENDONÇA e ERCAN, 2015; AVRITZER, 2016; MENDONÇA, 2016); como a violência atravessa o repertório de ação nas bases desses protestos (PEREIRA e SANTOS, 2016; SOLANO et al., 2014).

Não podemos deixar de dizer que esta tese é parte da pesquisa **Protestos e engajamento político: discurso e identidade em manifestações contemporâneas,**

coordenada por Ricardo Fabrino Mendonça, tendo recebido apoio do *Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça*, espaço em que a pesquisa foi pensada e executada. A seguir procuraremos delimitar as escolhas teóricas e metodológicas que guiaram a feitura desta tese.

Estudos sobre junho estabelecem relações com os fatos políticos que sucederam os protestos, apontando o processo de polarização (BRUGNAGO e CHAIA, 2014) e a relação com o impeachment da presidente Dilma Rousseff (SOUZA, 2016). No entanto, o estabelecimento de relações causais entre junho e o cenário político no Brasil nos anos que se seguiram pode eclipsar aspectos referentes à participação política. Principalmente no campo das esquerdas, há uma crítica a junho (SOUZA, 2016).

Do ponto de vista teórico, há duas grandes vertentes de pensamento a nos interessar. Trata-se, que fique claro, de vertentes internamente heterogêneas e não coerentes, mas que nos permitem compreender dois grandes campos de diálogo. A primeira delas se articula a um conjunto de autores muito mobilizados por ativistas de junho de 2013, no esforço por reconstruírem abordagens centradas na autogestão, no dissenso e na centralidade dos protestos. Nessa abordagem, incluímos o teórico estadunidense Michael Hardt, o italiano Antonio Negri e o filósofo francês Jacques Rancière – entendidos como pensadores da esquerda crítica. Com pontos de partida distintos, o que os torna fontes recorrentes para os manifestantes é a abordagem crítica que fazem às democracias liberais. Ademais, como pontua Bensaïd (em entrevista de 1999), Rancière (1996) afirma que a política é um modo de agir dissensual em que o sujeito político deve romper com a ideia de que existem disposições específicas para agir, que são atribuídas às posições ocupadas pelas pessoas. Por trilhas distintas, tais pensadores cunham abordagens alinhadas com as formas como muitos dos ativistas pensam o processo de resistência em que se inserem, tendo se tornado referências importantes para muitos coletivos atuando em Junho. A segunda vertente é a abordagem clássica do processo político no âmbito das teorias sobre confronto político. Charles Tilly (2013) parte de lugar distinto aos dos filósofos da esquerda crítica, mas propõe a mesma provocação em relação ao desgaste das democracias liberais. Tilly, bem como Doug McAdam e Sidney Tarrow, trazem contribuição teórico-metodológica ao falar das performances contenciosas em diferentes momentos históricos. Em um esforço concentrado por mais de duas décadas, os autores são responsáveis por obras de referência indispensáveis à compreensão da ação coletiva, colocando-a numa perspectiva histórica.

Ainda no campo transdisciplinar da literatura sobre confronto político, interessam-nos muitas outras contribuições que nos permitem entender formas de mobilização, organização e estruturação de identidades coletivas, muito embora não

possamos nos deter em cada inflexão do debate, que vem se desenrolando na multiplicidade de agendas que compõem essa subárea. Reforçamos que nossa pesquisa não tem como propósito traçar a evolução dos estudos sobre os movimentos sociais, o que é realizado por outros pesquisadores (incluindo DELLA PORTA e DIANI, 2006; GOHN, 2002; PRADO, 2002; ALONSO, 2009). A partir desse amplo quadro teórico, buscaremos articular perspectivas que trabalham sobre individualização e coletivização, tendo em vista a configuração das ações coletivas contemporâneas⁹.

É na tensão entre essas duas abordagens (externamente distintas e internamente heterogêneas, reitere-se) que construímos a nossa base teórica. Entendemos que elas nos fornecem condições para compreender os complexos e fluidos processos por meio dos quais a ação coletiva se faz possível em tempos fortemente marcados pela centralidade do indivíduo.

Em termos metodológicos, trabalhamos com uma empiria composta por 50 entrevistas semi-estruturadas e por 306 posts das páginas do Facebook *Anonymous Brasil* e *Passe Livre São Paulo*. Com isso, partimos da articulação entre *forma-rua* e *forma-rede* (MALINI *et al.*, 2014) para refletir sobre Junho de 2013.

Convém chamar a atenção, aqui, para alguns aspectos: (1) não desejamos entender a construção coletiva de cada grupo separadamente, mas a estruturação de um comum mais amplo no mosaico de coletivos e sujeitos; (2) não é nosso intuito diferenciar como cada grupo se comporta na web e nas ruas e (3) pretendemos nos aprofundar na discussão de como se dá a estruturação de algum comum a partir da tensão entre anonimato e autoexposição.

Para a reconstrução do contexto dos protestos em São Paulo e Belo Horizonte buscamos, como fontes de referência complementares, matérias jornalísticas – tanto de jornais impressos, como televisivos – produzidas por veículos comerciais e por coletivos independentes e autônomos. Também usamos excertos das entrevistas para fazer a reconstituição dos eventos a serem analisados. A ideia de diversificar o número de referências tem como objetivo escapar dos vieses, embora de antemão saibamos não ser possível capturar todo o acontecimento e multiplicidade de sentidos.

⁹ A partir de diferentes correntes teóricas, o campo de pesquisa sobre a ação coletiva indaga sobre a forma, as razões e as configurações de conflitos que articulam indivíduos em torno de algo comum (GOHN, 2002; 2013). Na visão do já clássico livro de Gohn, as bases da discussão sobre movimentos sociais poderiam ser organizadas a partir de três grandes paradigmas: norte-americano (teorias clássicas sobre ação coletiva; teorias contemporâneas norte-americanas da ação coletiva; teorias da mobilização política); europeu (paradigma dos novos movimentos sociais, paradigma marxista) e latino-americano. Para organizar essa literatura, ela leva em conta a distinção geográfica das escolas, tendo em vista que o foco principal do trabalho era explicar as linhas gerais dos paradigmas para os estudos de movimentos sociais na América Latina.

A partir dessa contextualização, mapeamos coletivos em São Paulo¹⁰ e em Belo Horizonte¹¹ vistos como relevantes em Junho de 2013. O mapeamento inicial a partir da literatura então existente sobre os protestos serviu de entrada para que as entrevistas tivessem início, tendo sido adotado o método *bola de neve* na sequência. Assim, chegou-se à marca de 50 entrevistas realizadas em Belo Horizonte e São Paulo, quando se entendeu haver saturação das informações.

As entrevistas se basearam em questionário semiestruturado composto de quatro partes. A primeira parte continha um conjunto de questões sobre o contexto geral e a ação coletiva. A segunda parte agregava questões sobre os manifestantes. A terceira foi dedicada ao uso das tecnologias da comunicação e informação, e a parte final tratava de questões de linguagem e disputas simbólicas. As 50 entrevistas foram realizadas presencialmente (com uma única exceção) ao longo de 2014 e no primeiro semestre de 2015, tendo sido gravadas em áudio e transcritas.

Ressaltamos que todas as entrevistas foram concedidas pelos sujeitos, a partir de suas próprias experiências nos protestos, embora saibamos que as falas sejam afetadas por questões dos respectivos coletivos. Assumimos que essa vinculação possa representar viés, uma vez que são pessoas, frequentemente, com histórico de participação, embora entendamos que esse fato contribui para a compreensão dos processos de coletivização num cenário marcado pela individuação. Reconhecemos que o fato de a maior parte dos entrevistados estar vinculada a grupos ou coletivos nos coloca limitações para que possamos generalizar as questões. No entanto, entendemos que é fundamental capturar a fala desses manifestantes para dar resposta a nossa pergunta de pesquisa e buscamos ampliar a coleta de modo a acolher falas de sujeitos não necessariamente engajados em coletivos.

Além das entrevistas, trabalhamos também, como já mencionado, com a análise de posts em duas páginas do Facebook. A atenção à atuação de participantes dos protestos na rede permite compreender outra dimensão central dessas manifestações, além de viabilizar contato com sujeitos não fortemente mobilizados em coletivos. Essa opção metodológica nos ajuda a ampliar a composição do nosso corpus. No total, analisamos 306

¹⁰ Movimento Parque Augusta, Movimento Buraco da Minhoca, MTST, Levante, Movimento Sem Terra, Passe Livre SP, Uniafro, Grupo de Apoio do Protesto Popular. Nu-sol, Anonymous, Casa Amarela, Mídia Ninja, Levante, Advogados Ativistas, Liberdade Socialismo e Revolução (PSOL), Fanfarras do Mal, Coletivo de Mídia Independente, Assembleia Nacional dos Estudantes Livres, DCE da USP, Partido Comunista Brasil, Brava Companhia, Território Livre, Juntos, União Juventude Rebelião.

¹¹ Tarifa Zero, Assembleia Popular Horizontal, Conjunto Vazio, Espaço Estiligue, Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (Copac), Viaduto Ocupado, Espaço comum Luiz Estrela, Escola de Samba Cidade Jardim, Praia da Estação, Fora Lacerda, PSOL, Educação do Campo, Embaixadores de Minas, Turma do Chapéu, COMPA, Frente Terra Autonomia, Margarida Alves, Brigadas Populares, Fica Ficus, "Cuequinha do papai", Família de Rua, Bicletada, Coletivo Mineiro Popular Anarquista, Movimento de Lutas de Bairros.

posts das seguintes páginas do Facebook: (1) *Passe Livre São Paulo*¹², com 295.765 seguidores, à época da coleta, e criada em 5 de junho de 2011; (3) *Anonymous Brasil*¹³, então com 396.826 seguidores, e criada em 28 de dezembro de 2011. As duas páginas foram escolhidas pela centralidade que tiveram no processo, atuando como *HUBs* e *autoridade* para a conexão entre diversos ativistas e coletivos¹⁴.

Fizemos a coleta dos posts que são públicos pelo aplicativo NetVizz.¹⁵ Optamos pelas falas públicas que podemos capturar por meio dos posts e comentários. Ademais, e entendendo a forte dimensão imagética do Facebook, trabalhamos com o universo de posts que contêm fotos e memes¹⁶, tendo coletado, inicialmente, 2.339 posts¹⁷. A partir desse recorte, construímos nossa amostra com “n” de 306 posts. Embora não tenhamos feito uma amostra dos comentários, procuramos ler aqueles que tinham maior número de curtidas (que aparecem como os mais relevantes). A amostra de posts foi feita de maneira a contemplar o número proporcional de posts de cada uma das páginas e ficou assim estabelecida:

Página	Total de Posts	Porcentagem	N
Anonymous	1.372	91,9%	281
Passe Livre SP	121	8,1%	25
TOTAL	1493	100,0%	306

TABELA 1 – Amostra de posts coletados nas páginas analisadas

Nesse sentido, nosso desafio foi capturar os protestos de junho de 2013 na sua *forma-rua* e na *forma-rede*, entendendo que essas dimensões se interceptam e entendendo ser necessário captar expressões tanto de sujeitos organizados em coletivos como daqueles que participaram dos protestos sem vinculação prévia com organizações. As duas dimensões do *corpus* contribuem para que respondamos como se configuram ações coletivas em tempos de crescente personalização da política.

Como trabalhamos com diferentes amostras, faz-se necessário refletir sobre as diferenças entre elas. Os *posts* públicos na internet são encharcados pela lógica da internet,

¹² Disponível em <<https://www.facebook.com/passelivresp/?fref=ts>>.

¹³ Disponível em <<https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/?fref=ts>>.

¹⁴ A autoridade estima o valor do conteúdo de cada página ou nó a partir do número de compartilhamentos de suas postagens. Os HUBs avaliam o valor de suas ligações (links) para outras páginas ou nós. Definição do texto Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013. Disponível em <<http://www.cartapotiguar.com.br/2013/07/31/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>.

¹⁵ Na página do Facebook, o aplicativo é definido como “ferramenta para a extração de dados de diferentes seções da plataforma, em particular grupos e páginas, para fins de pesquisa”.

¹⁶ O conceito de meme vem da sociobiologia, tendo sido introduzido por Dawkins no livro *The selfish gene*, de 1976, quando buscou termo para explicar a evolução do fenômeno cultural a exemplo do fenômeno biológico. Para tanto, ele traça paralelo entre a evolução dos genes e a evolução dos memes tentando demonstrar a evolução de ambos (CHESTERMAN, 2016).

¹⁷ A coleta foi feita em 02 de agosto de 2016.

pelas interações em rede, conforme destacou Recuero (2005). Ao se expressar nas páginas, os manifestantes falam para uma audiência difusa por quem podem ser questionados além de interagir de maneira sincrônica. Trata-se de uma construção, de forma colaborativa, de uma narrativa no momento em que os protestos ocorrem. Nas entrevistas, os manifestantes têm a interlocução com os entrevistadores. Portanto, é uma fala refletida que ocorre depois de certo distanciamento dos atos nas ruas. É uma narrativa que se constrói a posteriori, sofrendo a afetação de outras reflexões, de matérias jornalísticas e dos fatos que sucederam. Nesse sentido, consideramos que são formas distintas de identificarmos as narrativas para que possamos buscar respostas para as nossas questões centrais. Pela natureza dos protestos que possuem a *forma-rede* e *forma-rua* que se atravessam, consideramos ser fundamental o exercício dialógico que estabelecemos com os enunciados nas duas dimensões.

Deixamos claro, de saída, que não buscamos um espelhamento entre a *forma-rua* e a *forma-rede* para acompanhar os mesmos personagens. Como já expressei, nosso intuito não foi o de entender a organização de coletivos específicos ou as trajetórias de certos indivíduos em múltiplas arenas de ação, muito embora estes também sejam temas de pesquisa relevantes. As duas dimensões do *corpus* permitem configurar e explorar faces distintas e complementares do fenômeno. Não entendemos que a *forma-rua* seja elaborada exclusivamente por meio das entrevistas, enquanto a *forma-rede* seria experimentada pelas páginas do Facebook. Há rede nas ruas e ruas nas redes, sendo que entrevistas e comentários de Facebook tornam esse ponto claro e evidenciam a complexidade do fenômeno investigado. Rede e rua não são discerníveis, embora as distingamos para fins didáticos na organização desta tese.

Analisamos o *corpus* empírico composto por entrevistas e posts a partir das noções de autoexposição e anonimato. Na prática, procuramos identificar como falas e posts remetiam a formas de se destacar e de subsumir na multidão, atravessando processos de expressão de singularidades e construção de comuns. Consideramos que o foco na discussão sobre a relação entre autoexposição e anonimato nos conflitos contemporâneos é uma importante contribuição da presente tese.

Para operacionalizar a nossa análise, estabelecemos marcadores de anonimato e marcadores de autoexposição. Os marcadores serão buscados tanto nas entrevistas, como nos posts e comentários do Facebook. Para identificar a autoexposição, buscamos:

a) Narrativas em primeira pessoa: Constituem-se como relatos pessoais e testemunhos. Pode ser em primeira pessoa do singular ou do plural.

b) Imagens dos sujeitos: Fotos e imagens dos sujeitos que coloquem o foco no indivíduo. Também analisamos a fala dos entrevistados sobre a forte presença dos selfies nas manifestações.

c) Expressão compartilhada: esse indicador mede a capacidade visibilidade que se pode alcançar em decorrência das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Um exemplo são os memes.

d) Ocupação corpórea do espaço público: os sujeitos e seus corpos que se manifestam nos protestos, seja com cartazes e faixas, cores, bandeiras, gestos ou formas de ação (exemplo: rolezinhos).

No anonimato, buscamos:

a) Uso de máscaras e lenços: esse indicador diz respeito ao uso recorrente de objetos e indumentárias que dificultam sua identificação por públicos mais gerais.

b) Imagem de multidão: esse indicador busca imagens da multidão e referência nas entrevistas à multidão acerca do “mar de pessoas”, “multidão”, da grandiosidade do evento diante da pequenez dos sujeitos, ideia do gigante que acorda, da vastidão do processo.

c) Expressão compartilhada: com esse indicador podemos analisar o uso cifrado de memes, por exemplo, que podem configurar diálogos internos a certas comunidades e que são incompreensíveis a outros sujeitos.

d) Ocupação corpórea do espaço público: a diluição dos corpos por meio de cores, bandeiras e uso de práticas como o jogral.

Em nossa análise identificamos que os memes podem ser a expressão tanto da autoexposição como anonimato, o que explica o fato de estarem listados nas duas dimensões. Com a análise, pretendemos identificar os marcadores para estabelecer autoexposição e anonimato. O nosso propósito é entender como essas dimensões são articuladas no processo de coletivização das demandas num cenário marcado pela individuação.

A tese está organizada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo 2, procuramos traçar o panorama mundial de protestos multitudinários que antecederam os atos brasileiros, como os ocorridos no Oriente Médio, no norte da África, na Europa, na América do Sul e na América do Norte. Apesar das muitas especificidades históricas, políticas e econômicas de cada um desses processos políticos, trata-se de acontecimentos relacionados, devido à maneira com que as imagens circulam mundialmente pelas mídias sociais. A literatura que descreve esses protestos indica como repertórios atravessam as fronteiras, possibilitando apropriações que guardam interligações

entre os protestos. Apresentamos, muito brevemente e a título de contextualização, manifestações dessa natureza na Islândia (2008 e 2009), na Grécia (2008, 2011 e 2012), na Tunísia (2010), no Egito (2010 e 2011), na Inglaterra (2011), na Espanha (2011 e 2012), no Chile (2011), na Síria (2011), nos Estados Unidos (2011 e 2012) e na Turquia (2013).

No capítulo 3, exploramos os atos brasileiros de forma cronológica e descritiva, com foco nos protestos em São Paulo e Belo Horizonte. Procuramos colocar no eixo da nossa argumentação a conexão entre as tramas que precederam os protestos e a maneira como eles redesenharam os futuros possíveis. Discutimos linhas de causalidade de tais eventos, tendo como referência a noção de estrutura de oportunidades políticas. Contextualizamos as jornadas como *acontecimento*, procurando traçar as implicações temporais. Para tanto elencamos seis características específicas do acontecimento junho: 1) o agonismo como parte constitutiva do ciclo de protestos brasileiros; 2) a rua como espaço para a autoexpressão dos sujeitos; 3) o caráter pedagógico dos atos; 4) o amplo espectro ideológico revelado na ação e discursos dos manifestantes; 5) a força dos ideais autonomistas e libertários a influenciar a maneira como os grupos se organizavam e a produção constante de um comum; e por fim, 6) a negação da política e questionamento acerca da representação.

No capítulo 4, fazemos uma discussão sobre como o fazer político contemporâneo é marcado pelo processo de individuação. Procuramos estabelecer os paradoxos da individuação e os desafios para a democracia. Como uma participação cada vez mais personalizada permite a construção de interesses? Nesse sentido, acionamos literatura que inspirou boa parte dos processos multitudinários no mundo, que discute a ideia de multidão, tendo como premissa que ela é formada por singularidades. Exploramos a ideia de democracia como dissenso de Rancière, o que nos permite olhar para Junho de 2013 que tanto desafiou a compreensão acerca da democracia brasileira. Nesse capítulo, desenvolvemos a nossa inquietação de entender como os sujeitos que saíram às ruas brasileiras, num contexto de fortalecimento da individuação, produziram algo coletivo. Apresentamos uma discussão sobre a ação conectiva Bennett e Segerberg (2013). Os autores trazem, para o centro do debate da ação coletiva, a maneira como as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) tornam-se centrais para a organização das mobilizações¹⁸.

¹⁸ A *lógica da ação conectiva* é uma referência a Olson (1999). Na obra clássica, Olson estabelece modelo explicativo para que as pessoas se engajem em ações coletivas. Bennett e Segerberg (2012) lembram que a lógica da ação coletiva explica a ordem social moderna de relações hierárquicas entre instituições e membros. Um dos problemas implícitos nesse paradigma, porém, é a dificuldade dos indivíduos se juntarem a ações com custos da participação pessoal, quando podem pegar carona nos esforços de outros.

No capítulo 5, empreendemos uma análise sobre a autoexposição e anonimato a partir das falas de ativistas engajados em Junho de 2013. No capítulo 6, discutimos a autoexposição e o anonimato evidenciados nas postagens das páginas *Anonymous Brasil* e *Passe Livre SP*. Com isso, articula-se uma leitura sobre as formas por meio das quais a ação coletiva contemporânea se estrutura a partir do foco em indivíduos e do apagamento dos lugares pré-determinados a eles, para estruturar um comum que valoriza a possibilidade do ser singular.

1 A ENCRUZILHADA DAS RUAS E DAS REDES: PROTESTOS CONTEMPORÂNEOS EM LARGA ESCALA

Depois dos protestos do final da década de 1990, motivados, em grande medida, por uma agenda antiglobalização, as primeiras décadas dos anos 2000 assistiram a um ciclo de protestos, cuja interpretação e desdobramentos se encontram em aberto. As interpretações acerca dos protestos oscilaram ao longo do tempo entre as visões mais otimistas sobre o potencial democrático dos levantes e as visões mais preocupadas com os desafios que eles colocam ao fortalecimento da democracia. As imagens dos refugiados sírios ou da guerra que se instalou naquele território sugerem, por exemplo, como manifestações pacíficas (em março de 2011) podem alimentar processos de enfraquecimento da democracia. O mesmo processo pode ser verificado no Brasil que, depois de junho de 2013, viveu intenso momento político, marcado, entre outros fatos, pelo afastamento da presidente Dilma Rousseff.

O que ocorreu em diversos países no início do século XXI, incluindo o Brasil em junho de 2013, é um desafio para a ciência política. Como entendemos que esses protestos fazem parte de um ciclo mundial, em um primeiro momento, buscaremos expor – a título de contextualização, mas sem a intenção de esgotar a questão – manifestações em larga escala que antecederam as brasileiras, como aquelas observadas no Oriente Médio, no norte da África, na Europa, na América do Sul e na América do Norte. Houve protestos dessa natureza na Islândia (2008 e 2009), na Grécia (2008, 2011 e 2012), na Tunísia (2010), no Egito (2010 e 2011), na Inglaterra (2011), na Espanha (2011 e 2012), no Chile (2011), na Síria (2011), nos Estados Unidos (2011 e 2012) e na Turquia (2013), para citar alguns exemplos. Depois dos protestos em junho de 2013, vimos as multidões tomarem as ruas da Tailândia (2013, 2014), de Hong Kong (2014) e do Brasil novamente (2014 e 2015).

Diante da conjuntura de cada um desses países, as análises devem levar em conta especificidades locais no campo da política, como o grau de democratização, o histórico de participação da população e a atuação dos movimentos sociais. Nossa contextualização se constrói a partir de dois eixos argumentativos. Em primeiro lugar, a ideia de que os protestos abrem um campo problemático (QUERÉ, 2005, 2011), que nos convoca a acionar um emaranhado de fatos que os precedem e, ao mesmo tempo, deslocam as ideias de futuros possíveis. São fatos que irromperam no cotidiano das cidades pelo mundo, deslocando o eixo de compreensão de diferentes aspectos da vida social e dos sujeitos. O segundo eixo se ampara na ideia de que esses protestos apresentaram desafios acerca do

fazer político, as formas de pensá-lo e de interpretá-lo. Nesse sentido, os protestos nos convocam repensar a ação coletiva, levando-nos a aprofundar a compreensão acerca da participação dos sujeitos e a relação desses com os coletivos. Isso implica também repensar os repertórios de que os sujeitos fazem uso nesse processo de ocupação dos espaços públicos e como as mídias sociais aparecem com centralidade.

O cenário político do Brasil de 2016 e 2017 – anos em que parte significativa desta tese é escrita – é radicalmente diferente do Brasil de 2013, sendo que a mudança é atravessada por Junho de 2013. A presidente Dilma Rousseff foi destituída por um processo de impeachment controverso que evidenciou uma polarização cujos primeiros sinais se apresentaram nas ruas de junho, quando as cores da multidão sinalizavam projetos políticos distintos para o Brasil: de um lado, o vermelho e, de outro, o verde amarelo. Se as ruas eram rubras e negras, no início dos protestos em São Paulo em 6 de junho, o verde e o amarelo logo ocuparam a Avenida Paulista e se espalharam por protestos em todo o Brasil.

As ruas de junho se desdobraram em protestos em 2014 e 2015. E é à luz dos quatro anos que se seguiram que olhamos para junho, buscando o distanciamento que o calor dos protestos nos impedia de ter, mas entendendo que a conjuntura do Brasil contemporâneo permite mirar junho sem o maniqueísmo que leva a interpretações limitadoras, que, ora creditam a crise institucional ao descontrole das ruas, ora veem as ruas como salvação da democracia brasileira.

Apesar da relevância de se traçar a relação entre as ruas de 2013, 2014 e 2015 – dentro das especificidades que os protestos de cada ano tiveram – neste capítulo, damos um primeiro passo necessário à contextualização desse fenômeno, a partir da breve apresentação de protestos multitudinários que precedem o Junho brasileiro.

1.1 Uma primavera mundial?

Parte da literatura aponta que a indignação é o sentimento das multidões nas ruas nos anos 2000, apesar das diferenças sócio-históricas de cada país (CASTELLS, 2013; CAVA, 2013; GOHN, 2013; TORET, 2013). Se, por um lado, colocar os manifestantes sob o guarda-chuva dos indignados contribui para evidenciar um aspecto recorrente nos protestos – a insatisfação com a política e suas instituições, de forma ampla – por outro, torna opaca a tensão existente entre esses manifestantes e as disputas que se desenrolaram nas ruas, como se houvesse uma unidade e um consenso sobre a ação. De modo mais nuançado, os protestos se apresentaram como processos de significação de práticas políticas e de participação, com toda a dimensão pedagógica e cívica que possibilitam.

Optamos, assim, por não os interpretar apenas na chave da indignação, até porque os protestos foram detonadores de encaminhamentos políticos e sociais com impactos ainda em aberto nesses países. Ao analisar o caso brasileiro, Judensnaider *et al.* (2013, p. 227) enfatizam que “a experiência dos protestos de junho deixa dois legados opostos: o da mais extrema dispersão processual e o da fértil conjugação de processo e o resultado na luta contra o aumento”.

A concepção de *ciclo de confronto* (TARROW, 2012), bastante trabalhada na teoria do processo político, ampara-nos ao mostrar como a ação coletiva é atualizada por repertórios que ultrapassam as fronteiras dos estados nacionais. A ação coletiva de confronto está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções. “O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação” (TARROW, 2009, p. 18). A relação entre movimentos sociais e confronto político é intrínseca, mas é importante fazer a distinção entre eles. Muitas vezes, a partir do confronto, podem surgir vínculos duradouros com a configuração de movimentos organizados, ainda que isso nem sempre ocorra. Os confrontos políticos não são episódios que eclodem de tempos em tempos, como pode parecer à primeira vista. Ao contrário, resultam de uma ação continuada.

Ao pensar os repertórios de ação modernos como modulares¹⁹, é possível, assim, encontrar similaridades entre o processo que se estendeu pelas cidades brasileiras e os protestos em diversos países. Podemos circunscrever os eventos brasileiros dentro de um ciclo de confronto que ganhou visibilidade, em 2008, com os levantes na Islândia e mais força, em 2010, com os protestos na Tunísia. De acordo com Tarrow (2012), os ciclos de protestos têm uma capacidade de difusão irradiada do centro para a periferia; quase nunca estão sob o controle de movimentos organizados; produzem novos ou transformam símbolos e enquadramentos; e expandem repertórios de confrontos. Tarrow (2012) chama a atenção para o fato de que ciclos de confronto longos são espaços para combinação de velhas e novas performances e formas inovadoras de ação coletiva se tornam modulares.

¹⁹ Tilly (1986, 1995) propõe a distinção entre repertório antigo e o repertório modular. Para descrever o repertório antigo, usa três palavras para definir o quanto ele estava circunscrito a uma determinada comunidade: estreito devido à abrangência concentrada; bifurcado para demonstrar uma desarticulação entre as ações locais e nacional, e particular, para falar da especificidade de cada grupo ao aplicá-los. Alonso elenca três momentos distintos do uso do conceito de repertório na obra de Tilly. O repertório modular difere do antigo por seu caráter cosmopolita, por tratar de temas não-paroquiais; modular pela capacidade de ser executado em diferentes locais e contextos; e autônomo pelo fato de as ações serem executadas pelos próprios integrantes. Enquanto os repertórios antigos eram ações espontâneas e pouco organizadas, o repertório modular é marcado por um processo de evolução e entendimento discursivo de determinada ação. Tilly localiza no século 18 e descreve como algumas formas modernas de ação coletiva se delineavam, como o boicote, petições em massa e a insurreição urbana.

Em países da Europa, África, Américas e Ásia, multidões foram às ruas para reivindicar maior participação e criticar o sistema político-econômico vigente. Protestos multitudinários na Islândia, no Egito e na Tunísia, por exemplo, inspiraram outros levantes como o Movimento 15M, na Espanha, o *Occupy Wall Street* e até mesmo Junho de 2013 no Brasil. Com isso, não se deseja afirmar, contudo, que tais processos tenham sido iguais. Roche (2012) explica, por exemplo, a diversidade de formatos e propósitos a atravessar a chamada Primavera Árabe²⁰:

a) Tunísia e Egito: evolução rumo a uma democracia, mas lentamente; b) Líbano, territórios palestinos, Jordânia, Iraque, Kuwait, Emirados, Omã, Arábia Saudita, Sudão (Norte), Argélia e Marrocos: movimentos sem realizações imediatas; c) Síria, Iêmen e Líbia: movimentos violentos, reações conservadoras, intervenções estrangeiras (Líbia), verdadeiras guerras civis (ROCHE, 2012, p. 55).

Vieira (2013) destaca que as mídias sociais tiveram papel catalisador nos levantes da Primavera Árabe, mas é importante pensar no “(1) papel da mídia tradicional estrangeira, (2) a difusão de aparelhos móveis de comunicação (celulares) e, como premissa, (3) cenários sócio-políticos propícios para a ocorrência dos levantes” (VIEIRA, 2013, p. 20). Segurado *et al.* (2014) apontam para a emergência de repertórios de ação coletiva, com caráter transnacional e espetacular; a heterogeneidade no que se refere a diversidade das lutas e a relação entre diferentes setores da esquerda; o uso das TICs como contraponto à mídia comercial; o pensar globalmente e agir localmente e, por fim, uma radicalidade reivindicativa frente à farsa da infalibilidade do sistema econômico capitalista.

Alguns autores situam o ciclo mundial dos protestos dentro do contexto de expansão da globalização (KAMINSKI, 2014). O início das lutas antiglobalização tem como marco a batalha de Seattle, que foi seguida por outras mobilizações, tais como a marcha Zapatista de Chiapas (1994) e as manifestações da sociedade civil global em Gênova (2001), na reunião do G8. Com a emergência desses movimentos, observa-se ainda um desenvolvimento dos fundamentos de cultura política, baseadas em princípio de horizontalidade, ação local autônoma e descentralizada, autodeterminação, autogestão, democracia direta e poder difuso.

Na sequência, procuraremos apresentar os protestos relativamente recentes em diferentes países, estabelecendo um pano de fundo do que ocorria no mundo, em termos de manifestações multitudinárias, em anos que antecederam o Junho de 2013 no Brasil²¹.

²⁰ O termo “Primavera Árabe”, usado por jornalistas com frequência, obscurece a diversidade do mundo árabe. Neste trabalho, optamos por trazer os casos da Tunísia e Egito, visto que nosso propósito é o de contextualizar alguns processos mais significativos.

²¹ Em 2014, os protestos multitudinários também ocorreram na Ucrânia e em Hong Kong.

1.1.1 Islândia

A Islândia passou por um colapso financeiro em 2008, embora, em 2007, a renda média no país fosse a quinta mais alta do mundo (CASTELLS, 2013). A economia baseava-se na indústria pesqueira, mas o crescimento da riqueza islandesa era associado ao setor financeiro que integrava a expansão do capitalismo especulativo global. O colapso dos bancos fez com que o país perdesse 8% de sua riqueza em dois anos e alcançasse uma taxa inédita de desemprego de 11,9%²². Na época, a ilha de 310 mil habitantes tinha, à frente do parlamento, o primeiro-ministro Geir Haarder.

Milhares de pessoas saíram às ruas, em 2008 e 2009, para pedir o afastamento do primeiro-ministro e a saída do presidente do banco central. Em 2009, iniciaram-se conversações para a Islândia integrar-se à União Europeia. No entanto, frente aos protestos, os governos tiveram que rever a adesão às políticas de austeridade econômica. Os protestos ficaram conhecidos como “Revolução das Panelas”, porque os manifestantes usavam utensílios domésticos para fazer barulho. Castells (2013) atribuiu o início dos protestos o poder das mídias sociais em publicizar o ato de um único cidadão. Na época, o cantor Hordur Torfason sentou-se diante da sede do Althing (parlamento islandês), em Reykjavik, para protestar contra os bancos. O que poderia ser um ato isolado ganhou repercussão depois que a cena foi filmada. Publicada na rede, ela viralizou e, diante da imagem, outras pessoas saíram às ruas para protestar.

Em 23 de janeiro de 2009, foi anunciada a antecipação das eleições para o parlamento, e o primeiro-ministro anunciou que não concorreria à reeleição. Com a eleição, o governo conservador foi derrotado. Os islandeses conseguiram a transformação do sistema político com a elaboração participativa de uma nova constituição. Nichel e Oliveira (2015) destacam o caráter inovador do processo constituinte na Islândia, que se caracterizou por escrita colaborativa resultante de participação direta dos cidadãos. Para conduzir o processo, foi criado o Conselho Constitucional composto por 25 pessoas de idades, profissões e níveis educacionais distintos. Vale ressaltar que os escolhidos não tinham ligação anterior com a política. Foram eleitas entre 522 que saíram de um grupo aleatório de 950 cidadãos. O conselho elaborou o esboço da constituição, que durante o processo recebeu contribuições da população que enviou sugestões pelas redes sociais. No

²² “Islândia atribui sua recuperação à recusa em aplicar a austeridade”, publicada no El País, em 19 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/18/economia/1424281414_946592.html>. Acessada em 30 de outubro de 2015.

entanto, apesar de processo de tamanha participação, o Parlamento não aprovou a nova Constituição, que não foi, portanto, implementada.

Um ganho desse processo, apontado por Castells (2013) foi que o novo governo islandês “fez os banqueiros arcarem com o custo da crise” (CASTELLS, 2014, p. 42). A Islândia se colocou como referência para outros protestos, como o 15M na Espanha. No entanto, em março de 2010 e fevereiro de 2011, a população foi convocada a participar de referendos. Nas duas ocasiões, a maioria da população rejeitou acordo para o pagamento de indenizações ao Reino Unido e à Holanda, países com investidores lesados pela falência do banco islandês, Icelandic Internet²³. Em fevereiro de 2011, a população voltou a rejeitar o pagamento da dívida. Em 2012, a economia despencou. Mas, em 2016, o PIB cresceu 7,2%, resultado do crescimento turístico e da proibição da saída de capital. O país vive momento de bonança, mas há muita dúvida quanto à sustentabilidade da economia baseada no turismo e também quanto à existência de uma política de distribuição igualitária da riqueza.²⁴

1.1.2 Tunísia

As regiões do Oriente Médio e do Norte da África, entre as décadas 1970 e 1980, enfrentaram uma degradação das condições sociais, seguidas de políticas de liberação da economia. Os anos 2000 foram marcados pelo agravamento da crise social, com o crescimento do número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, altos índices de desemprego e aumento no custo de vida (DELLA PORTA, 2014). Além disso, a história política de alguns países da região, incluindo a Tunísia, é marcada por longos períodos de ditaduras.

Os levantes de 2010 demonstram tanto o descontentamento dessas populações com os regimes autocráticos (o que ocorre também no Egito, como veremos a seguir) como também aspectos referentes ao esgotamento de um modelo econômico. Roche (2012) assinala naquele país a dominação do cenário cultural pelo wahabismo, movimento do islamismo sunita considerado mais fundamentalista. Apesar da disseminação das ideias dessa corrente, o processo educacional em âmbito internacional e o uso das TICs

²³ “‘Não’ em plebiscito islandês dificulta ao país captação de crédito”, em Deutsche Welle em 7 de março de 2010. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/n%C3%A3o-em-plebiscito-island%C3%AAs-dificulta-ao-pa%C3%ADs-capta%C3%A7%C3%A3o-de-cr%C3%A9dito/a-5329147>>. Acessado em 10 de abril de 2017.

²⁴ “La economía de la montaña rusa: Islandia, 2007-2017”, publicada no site El faro Reykjavík. Disponível em: <<https://elfaro.is/2017/03/28/la-economia-de-la-montana-rusa-islandia-2007-2017/>>. Acessado em 29 de março de 2017.

conectando os jovens aos grandes centros do planeta permitiram o surgimento de pensamento crítico de insatisfação. Somam-se a esse contexto, os reflexos da crise econômica iniciada, em 2007, que atingiu de forma expressiva a Tunísia, gerando desemprego e empobrecimento.

A crise econômica estava acompanhada de insatisfação com o regime político do país que, desde que se tornou independente da França, em 1956, vivia sob o jugo de ditadores. De 1957 a 1987, o poder foi controlado por Habib Bourguiba, que o repassou a Zine El Abidine Ben Ali, militar que comandou o país até 2011, quando foi deposto devido à pressão dos protestos e à convulsão social que se seguiu a eles. As principais organizações sociais do país tiveram origem na luta anticolonial, iniciada em 1930, cujo êxito ocorreu 26 anos depois (DELLA PORTA, 2014). Por anos, a população enfrentou fortes desigualdades econômicas e sociais. O país segue políticas neoliberais, registra altos índices de corrupção e abuso diário do poder (DELLA PORTA, 2014). Essa conjuntura ajuda a explicar os motivos pelos quais os protestos que tomaram as ruas estabelecem relações entre a conquista de direitos políticos com a construção de justiça econômica. Nesse cenário, o emprego ocupa papel primordial em ambas as dimensões.

A série de protestos de 2010 foi batizada de *Revolução de Jasmim* e integra, como os protestos que se espalharam posteriormente para o Egito, o que foi denominado por jornalistas de Primavera Árabe. O estopim foi o ato isolado de um vendedor ambulante. No dia 17 de dezembro daquele mesmo ano, Mohamed Bouazizi, de 26 anos, ateou fogo no próprio corpo em reação às constantes batidas policiais na Tunísia. A autoimolação foi filmada por um primo do jovem, que colocou a imagem na rede mundial de computadores.

No dia da autoimolação de Bouazizi, uma série de protestos teve início na região periférica de Bouzid. O suicídio público do ambulante foi interpretado como produto de uma sociedade em que a alguns de seus membros não é permitido viver (DELLA PORTA, 2014). Nos dias 10 e 11 de janeiro, a União dos Trabalhadores da Tunísia convocou greve geral para o dia 14 daquele mês, prestando assim importante apoio aos protestos. Em 22 de janeiro, outro jovem cometeu suicídio em Sidi, deixando um bilhete com os dizeres: “não mais miséria, não mais desemprego.” O ato alimentou outros protestos, fazendo com que a situação ficasse mais tensa em todo o país.

Em 24 de janeiro, dois manifestantes foram mortos pela polícia em Menzebel Bouzaienne, uma pequena cidade de 5 mil habitantes. Essas mortes demonstram uma característica própria à revolução na Tunísia: os protestos foram iniciados por grupos sociais marginalizados em regiões periféricas que sofriam impactos econômicos, sociais e políticos do momento de crise vivido pelo país (DELLA PORTA, 2014). Os protestos sofreram repressão ostensiva da polícia. Durante os atos, atiradores da guarda de Ben Ali atiravam

nos manifestantes de forma randômica. Ao longo dos protestos, 147 pessoas foram assassinadas.

A praça onde o Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo foi rebatizada com o nome do jovem, que virou símbolo das manifestações naquele país. Depois que Ben Ali foi deposto, em meados de novembro, os protestos continuaram pedindo um novo governo, eleições livres, punições para todos, responsabilização pelos assassinatos cometidos pela polícia e inclusão da sociedade civil no processo de reforma política.

Após a derrocada de Zine El Abidin Ben Ali²⁵ em 2011, a Tunísia passou por uma transição democrática. Em janeiro 2014, o parlamento aprovou a primeira constituição da democracia tunisiana. Nove meses depois, o ex-ministro Béji Caïd Essebsi, de 88 anos, venceu as primeiras eleições democráticas. No entanto, em 2017, a Tunísia enfrenta crise política, conforme relata a central de notícias Hizb ut Tahir²⁶. O veículo denuncia descontentamento popular crescente com o governo em função de denúncias de corrupção envolvendo o governo e empresários, o que levou parte da população a protestar.

O presidente Béji Caïd Essebsi, que está à frente do governo desde 2014, anunciou que designou as forças armadas para proteger as instalações de petróleo e mineração, especialmente nas áreas em que há protestos em andamento e onde a produção de companhias de petróleo estrangeiras parou.

1.1.3 Egito

O histórico de protestos no Egito iniciados em 2010 permite vislumbrar todo um passado de mobilizações populares. Žižek (2012) argumenta que os levantes nas ruas do Cairo dialogam com histórico dos países do Oriente Médio de busca por liberdade. “O levante egípcio também é o sinal em que reverbera a memória do longo passado de opressão autoritária e luta por sua abolição; um evento que agora mostra a possibilidade de uma mudança; uma esperança de futuras realizações” (ŽIŽEK, 2012, p. 74).

O Egito foi colonizado, a partir do século XIX, pelo império britânico, tendo passado por um longo período de lutas para se tornar independente. O país se viu livre desse domínio em 1952. No entanto, a independência não significou uma abertura

²⁵ “Há 5 anos, queda do presidente da Tunísia dava início à Primavera Árabe”, em G1 de 14 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/ha-5-anos-queda-do-presidente-da-tunisia-dava-inicio-primavera-arabe.html>>. Acessado em 10 de abril de 2017.

“Tunísia elege um presidente laico e completa a transição à democracia”, em El País de 23 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/22/internacional/1419254452_099997.html>. Acessado em 10 de abril de 2017.

²⁶ Disponível em: <<http://www.hizb-ut-tahrir.info/en/index.php/press-releases/tunisia.html>>

democrática. No período pós-colonial, o país seguiu sujeito ao jugo de ditadores. Esse contexto político resultou em grande efervescência social, evidenciada entre 1998 e 2004, quando o país testemunhou cerca de mil protestos sociais. Somente entre 2003 e 2004, o número de mobilizações cresceu 200% (SAYED, 2011).

Um novo ciclo de protestos teve início em 6 de junho de 2010. Naquele dia, o blogueiro Khaled Said foi espancado até a morte por autoridades egípcias num cybercafé em Alexandria. Imediatamente, surgiu no Facebook o grupo “Todos somos Khaled Said”. As mobilizações que tomaram as ruas, embora tenham tido como estopim a repressão policial, apontaram para a necessidade de democratização do país. O presidente na época das manifestações, Hosni Mubarak, era o sucessor do ditador Gamal Abdel Nasser.

As sementes para a participação no Egito vieram sopradas pelos ventos da insatisfação no Irã que, em 2009, passou por amplo processo de questionamento à eleição de Mahmoud Ahmadinejad. O ativismo online egípcio também teve papel importante nesse processo. Sua gênese pode ser traçada desde o movimento Kefaya em 2004, seguido por oposição de ativistas na blogosfera de forma emergencial (LIM, 2012, p. 232).

Dezoito dias de protestos em massa, em 2011, clamando por democracia culminaram com a renúncia de Mubarak. Com a queda, um conselho militar assumiu o governo. Em novembro daquele ano, as pessoas voltaram às ruas, exigindo o estabelecimento de um governo civil. Em maio e junho de 2012, ocorreram as primeiras eleições diretas para presidente.

A derrubada de Mubarak permitiu a vitória do primeiro presidente democraticamente eleito, Mohamed Morsi²⁷, da Irmandade Muçulmana. No entanto, os anos que se seguiram no Egito foram de muita instabilidade política. Durante cinco anos, Mubarak esteve em julgamento pelos tribunais egípcios, mas a sentença, em última instância, foi apresentada em março de 2017 com a absolvição do ditador que havia sido condenado à prisão perpétua pela morte de 239 manifestantes na revolta de 2011.

Os atos na praça Tahir são atravessados pelo contexto de ativismo online. Por diversos anos, movimentos no Egito como Kefaya, Juventude 6 de abril e Somos Todos Khaled Said usaram as redes para expandir o número de desafetos ao regime e angariar recursos em torno dos líderes da oposição (LIM, 2012). Os protestos para a renúncia de Mubarak foram organizados por uma complexa rede que combinava usos do Facebook e Twitter com outras formas interpessoais de comunicação (PAPACHARISSI e OLIVEIRA, 2012; SAYED, 2011; LIM, 2012, CASTELLS, 2013). O Twitter promoveu uma corrente contínua de eventos em tempo real da crise.

²⁷ Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/tribunal-egipcio-condena-mursi-morte.html>>.

A ocupação da Praça Tahir nos levantes de 2011 é apontada como um marco para movimentos que ocorreram em outros países. Gohn (2013) chama atenção para o simbolismo dessa praça ao fazer um apanhado da ocupação das praças como uma retomada da ideia de democracia da Grécia Antiga. Mesmo diante das ditaduras, Roche (2012) assinala o processo educacional da juventude no Egito e a ampliação de usos das tecnologias de informação e comunicação. A relevância que esse contato com intelectualidade árabe foi importante para criar condições para os levantes.

1.1.4 Espanha

O termo *Indignados* foi empregado pelos veículos de comunicação para se referir aos manifestantes que ocuparam as cidades da Espanha em 2011 em um amplo processo de mobilização popular (CASTAÑEDA, 2012; KAMINSKI, 2014). Em fevereiro daquele ano, o país enfrentava os desdobramentos da crise econômica que atingia o continente europeu desde 2008. Altos índices de desemprego principalmente entre os jovens (47%), combinados aos cortes orçamentários em saúde, educação e programas sociais resultaram em elevados níveis de insatisfação na população (CASTELLS, 2013; CASTAÑEDA, 2012). Havia também uma descrença com políticos e partidos.

Castells aponta que, frente a esse cenário, teve início uma articulação, nas mídias sociais, que, tempos depois, chegaria às ruas e às praças. A primeira iniciativa foi o grupo no Facebook Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-mobilização Cidadã, que reunia redes já existentes na internet, como o X.net e o Anonymous. As críticas eram feitas à forma como a crise estava sendo administrada pelo sistema político. Logo depois, surgiu o grupo de debate e ação no Facebook *Democracia Real Ya*, uma rede descentralizada. As mobilizações na Espanha, desde o início, tiveram como forte componente a crítica à democracia representativa (KAMINSKI, 2014).

Esse caráter se tornou ainda mais evidente uma vez que as mobilizações nas ruas ocorreram nas semanas que antecederam as eleições municipais em todo país, realizadas em 22 de maio daquele ano. Os cidadãos foram convocados para manifestações em 15 de maio. No dia previsto, uma multidão saiu às ruas em dezenas de cidades, incluindo Madrid, Barcelona e Valência. Um ato simbólico foi a ocupação da praça Puerta del Sol, em Madrid. “Mais de cem cidades espanholas seguiram o exemplo, desencadeando um movimento de ocupação que em poucos dias se espalhou para cerca de oitocentas cidades no mundo” (CASTELLS, 2013, p. 89).

Em Barcelona, a Praça da Cataluña foi ocupada e se formou uma pequena “semi-cidade autônoma” (CASTAÑEDA, 2012). Como em outras cidades espanholas, os manifestantes armaram acampamentos para passar a noite nesses espaços públicos. As ocupações se estenderam. Durante o dia, diversos comitês se reuniam para discutir tópicos específicos relacionados à educação, saúde, migração, finanças nacionais e questões do próprio coletivo como segurança interna e captação de recursos. Diferentes propostas foram escritas, formalizadas e colocadas na internet. Depois, eram impressas e distribuídas entre os “ocupantes” que poderiam questionar cada ponto e votar neles. Foram armadas barracas coletivas e individuais, e as ocupações contavam até com livrarias. Os dias e horários das assembleias eram informados para que as pessoas pudessem votar nas propostas elaboradas pelas diferentes comissões. Importantes decisões foram tomadas em assembleias gerais.

Os manifestantes rejeitavam os parlamentares da democracia indireta e questionavam as preocupações da mídia. A maior parte das ocupações terminou em julho, mas as articulações prosseguiram de outras formas. Os ativistas miravam no exemplo da Islândia e conectaram-se com a Primavera Árabe no que se refere ao repertório de ação. Um dos articuladores da Democracia Real Ya, Javier Toret (2013), ao analisar o 15 de Maio (15M), faz referência aos pontos em comum com a ocupação que ocorreu na Praça Tahir, no Egito.

Toret lança mão do conceito de *tecnopolítica*²⁸ para falar da tomada do espaço público físico, digital e midiático por ativistas capazes de orientar ações distribuídas tanto em redes como na cidade. Nessa perspectiva, as redes não servem unicamente para construir ou coordenar a ação coletiva. São espaços onde se tece o sentido da própria ação e cria-se o impulso transformador. “O 15M é um acontecimento físico e pós-midiático pré-vivido no espaço virtual, que se descola sequencialmente entre a rede, a rua e a praça, como a retroalimentação entre o fenômeno coletivo em uma cidade e as redes tecidas no ciberespaço” (TORET, 2013).

Ao caracterizar os protestos como algo pré-vivido no espaço virtual, ele dá a entender que há uma articulação anterior na rede mundial de computadores, o que não condiz com a própria análise empírica do autor que demonstra serem pouco frutíferas as delimitações entre ambiente digital e presencial. Nos protestos contemporâneos, as ações nos dois espaços se apresentam de forma imbricada.

²⁸ O conceito de tecnopolítica é entendido como o uso tático e estratégico de dispositivos tecnológicos (incluindo as redes sociais) para a organização, comunicação e ação coletiva. Toret (2013) procura diferenciar este conceito - e as práticas que trata de englobar - do ciberativismo e do clicativismo. As práticas tecnopolíticas podem conectar-se ao ciberativismo quando a ação coletiva mediada tecnologicamente se limita a esfera digital. O autor reforça que a tecnopolítica aponta uma série de práticas coletivas que podem se dar a partir da internet, mas não se acabam nela.

1.1.5 Chile

Como ondas, os protestos tomaram conta do Chile entre 2011 e 2013, no mesmo período que as multidões ocupavam ruas de outras cidades do mundo em movimentos como a Primavera Árabe, Indignados e *Occupy Wall Street*. Embora guarde semelhança com esses processos multitudinários, as mobilizações chilenas foram lideradas de forma mais tradicional se comparadas a esses processos em que houve uma defesa maior da ideia de horizontalidade que aparece fortemente naqueles (VON BÜLOW, 2016). Capitaneadas pelo movimento estudantil, as ações tinham objetivo bastante definido: a gratuidade para o ensino superior no Chile que foi privatizado. Protestos contra o modelo educacional foram empreendidos em 2001 (Mochilazo) e 2006 (Revolución Pinguina).

A Confederação de Estudantes do Chile, entre maio de 2011 e novembro de 2013, convocou 26 protestos nacionais (VON BÜLOW, 2016). Os atos nas ruas eram apenas parte do repertório de ação. Os estudantes paralisaram as aulas nas escolas e universidades e ocuparam dezenas de prédios públicos. Ainda recorreram a greves e *flash mobs*. Em junho daquele ano, inspirados na série japonesa *Dragon Ball*, os estudantes fizeram um flash mob como forma de exigir mudanças na maneira como o ensino superior se organizava. A ideia se disseminou por outras cidades e praças públicas do país. A ação integrou Inverno Chileno dos Descontentes, a maior onda massiva de protestos vistos desde as mobilizações por democracia no final da década de 1980.

Von Bülow (2016) chama atenção para o uso de dispositivos digitais para a organização das mobilizações. Ela ressalta que o uso de ferramentas digitais pelo movimento de estudantes não significou ruptura com velhos repertórios de ação. O processo de tomada de decisões se dava em atividades presenciais, como reuniões e assembleias. O uso da tecnologia de informação e comunicação não foi algo novo, mas houve uma mudança nos dispositivos usados. Em protestos anteriores, em 2006, foram empregados fotologs, web sites e emails. Em 2011, é crescente o uso das mídias sociais, com destaque para o Facebook e o Twitter. Os usos das mídias sociais se fizeram de maneira paralela ao emprego de táticas presenciais.

Em 28 de abril de 2011, milhares de estudantes foram às ruas da capital Santiago protestar contra a privatização do ensino (ALVARES e MONTEBELLO, 2013; PIRES, 2015). Em agosto, um protesto reuniu mais de 700 mil estudantes e professores em Santiago. Eles reivindicavam uma educação pública de qualidade para todos. Os protestos

ocorrem no primeiro ano de governo do presidente Sebastián Piñera, da Renovación Nacional (RN), que assumiu em março de 2010. Foi o primeiro presidente alinhado à direita, eleito democraticamente depois da ditadura militar. Em fevereiro daquele ano, o país enfrentou o maior terremoto registrado na história.

A pesquisa Adimark de agosto 2011 apontou que 76% da população declarava estar de acordo com as demandas dos estudantes, e apenas 14% declarava-se contrária às suas reivindicações. Entre os jovens de 18 a 24 anos, a aprovação da pauta dos estudantes era ainda maior: 87% (ALVARES e MONTEBELLO, 2013). A bandeira inicial era a gratuidade do ensino superior, mas o protesto acabou trazendo a discussão sobre participação popular. Embora o movimento tenha surgido em função de descontentamento com o sistema educacional, as manifestações não se limitaram a esse campo:

O movimento revelou um problema mais profundo que aquele que levantou: a ilegitimidade de todo um modelo de país, já que a constituição chilena, imposta durante a ditadura, não representa a população chilena e as instituições de governo não suportam a participação popular, constituindo uma democracia fraca (ALVARES e MONTEBELLO, 2013, p.14).

Os manifestantes faziam crítica ao sistema educacional chileno que é privatizado, herança de um processo de abertura do mercado chileno durante o governo do ditador Augusto Pinochet (1973-1990).

1.1.6 *Occupy Wall Street*

O contexto econômico pelo qual passavam os Estados Unidos em 2008 é fundamental para entender o surgimento do *Occupy Wall Street* (OWS)²⁹. Harvey (2012) o define como um protesto motivado por questões econômicas, o que se reflete no lema “Somos os 99%”. A crise econômica leva a uma insatisfação com o governo, e um dos reflexos do descontentamento são as convocações para atos públicos em Wall Street. “A convocação inicial para a ocupação queria restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro” (CASTELLS, 2013, p. 21). Os atos ocorrem entre 2011 e 2012, sendo que suas convocações tomaram como referência as insurreições no Oriente Médio e da Espanha.

O eco das revoltas árabes foi amplificado pelas notícias provenientes da Europa, em particular da Espanha, propondo novas formas de mobilização

²⁹ Nesse período também observamos a ascensão do Tea Party, movimento social e político conservador que se tornou canal de expressão contra o governo Obama (CASTELLS, 2013). O movimento está no mesmo diapasão de insatisfação com as condições vividas nos Estados Unidos, mas expressa a indignação em sentido oposto ao OWS.

e organização, com base na experiência da democracia direta, como maneira de aprofundar a demanda por uma verdadeira democracia (CASTELLS, 2013, p.112).

Castells (2013) destaca que “o *Occupy Wall Street* nasceu digital”. Antes do primeiro protesto chamado para 17 de setembro, há toda uma articulação na Web, inclusive, com a criação do domínio occupywallstreet.org. Os atos foram convocados pela revista cultural *Adbusters*³⁰ e, antes mesmo de as pessoas saírem às ruas, ganharam apoiadores como o Anonymous e os Indignados da Espanha.

O movimento de ocupação começou em 17 de setembro de 2011 no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Wall Street e seguiu até 15 de novembro³¹ daquele ano com a saída forçada dos manifestantes. Kaell Lasn, um dos ativistas que convocaram o Occupy, afirmou que não apenas a repressão policial contribuiu para o fim das ocupações. Ele elenca a falta de líderes e o fato de as reuniões das assembleias se estenderem demais para decidir aspectos práticos como, por exemplo, quem enviaria um email.³² Quando as ocupações tomaram os espaços públicos em Wall Street, seguiam diretrizes que foram compartilhadas por ocupações em outros países: ausência de liderança formal, realização de assembleias horizontais e com decisões baseadas em consensos. As discussões eram orientadas por sinais com as mãos - sinais esses que também foram adotados por assembleias que surgiram nos processos de outros países, como o Brasil e a Turquia.

Žižek (2012) aponta que um dos contrapontos feitos ao Occupy está relacionado à multiplicidade de causas e também à comparação entre a primavera árabe e os protestos norte-americanos, uma vez que envolvem regimes políticos bastante distintos. Apesar das diferenças, contudo, o autor aponta que os protestos trazem uma insatisfação com o sistema global capitalista. Questões relacionadas ao aspecto econômico, como o desemprego, aparecem em maior ou menor grau.

(...) torna-se obviamente ridículo comparar os protestos de Wall Street com o evento egípcio: como podem os manifestantes daqui reivindicar o que já têm; i.e., instituições democráticas? O que se perde de vista é o descontentamento geral com o sistema global capitalista, que é claro, adquire diferentes formas aqui e ali (ŽIŽEK, 2012, p. 21).

Em um cenário global, os protestos tanto nos Estados Unidos como no Egito demonstram o descontentamento em relação à crise econômica, que pelos fluxos

³⁰ Disponível em: <<http://www.adbusters.org/>>.

³¹ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/blog/2011/nov/15/occupy-wall-street-zuccotti-eviction-live>>.

³² “Criador do Occupy Wall Street diz que a magia acabou”, publicado em 09 de setembro de 2012 na Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2012/09/09/criador-do-occupy-wall-street-diz-que-quota-magia-acabouquot.jhtm>>. Acessado em 20 de outubro de 2017.

financeiros integrados, apresenta reflexos nefastos para diferentes países, independente da maneira como seus regimes políticos se estruturam.

1.1.7 Turquia

A Turquia era uma economia liberal combinada com um islamismo moderado e de face humana antes dos protestos de 2013 (ŽIŽEK, 2015). Em março daquele ano, o governo Recep Tayyip Erdogan apresentou projeto para remodelar o parque Gezi (fronteiriço com a Praça Taskim), um dos espaços verdes remanescentes em Istambul. Cerca de 600 árvores seriam derrubadas para a construção de um shopping center e de um complexo residencial.

No início, o protesto era liderado por ambientalistas, mas, depois, a revolta se ampliou e os manifestantes apresentaram outras reivindicações, como a denúncia de corrupção envolvendo o grupo Kalyon e o Partido da Justiça e Desenvolvimento. Também foram contrários às políticas islamizantes de Erdogan, bem como a suas tendências autoritárias (GOHN, 2014).

O anúncio da construção dos empreendimentos na área levou milhares de pessoas às ruas a partir do dia 29 de maio de 2013. “A repressão a protestos pacíficos na Praça Taksim transformou o movimento em cruzada de direitos civis” (GOHN, 2014, p. 115). Valerian (2013) aponta que os protestos na Turquia foram protagonizados majoritariamente por jovens com menos de 24 anos (43,3%).

Inicialmente, as pessoas se colocaram contrárias à derrubada de árvores. No entanto, aos poucos, novas causas foram apresentadas, como a proibição de não beijar em público, a interdição de bebidas alcoólicas num raio de 200 metros em redor das mesquitas³³ e a não inclinação para o diálogo do primeiro-ministro. A questão econômica também se mostrou muito importante na base das manifestações turcas, como aponta Žižek (2015):

É fundamental, portanto, não limitar o processo turco à ideia de uma sociedade civil secular lutando contra um governo autoritário islâmico apoiado pela maioria silenciosa muçumana. O que complica esse quadro é o sentimento anticapitalista dessas manifestações (a privatização do espaço público) - o principal eixo dos protestos na Turquia foi o vínculo entre o islamismo autoritário e a privatização do espaço público pelo livre mercado (ŽIŽEK, 2015, p. 103).

³³ Veja matéria Turquia: cronologia de uma onda de protestos anunciada. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2013/06/03/turquia-cronologia-de-uma-onda-de-protestos-anunciada/>>. Acessada em 5 de agosto de 2015.

Os protestos foram marcados, ainda, por questionamento às instituições de representação política, como os partidos políticos, e uma descrença com a cobertura da mídia tradicional. As assembleias nos espaços públicos e as mídias sociais foram arenas importantes para discussão do que estava ocorrendo (MENDONÇA e ERCAN, 2015).

1.1.8 *Desdobramentos do ciclo de protestos globais*

Os protestos levaram à reorganização das relações de forças na Tunísia e Egito como mostramos. De 2011 a 2017, os egípcios enfrentaram situação política turbulenta. Depois de governo militar temporário, foram convocadas eleições em 2012, com a eleição de Muhammad Morsi, da Irmandade Muçumana – considerada corrente islâmica radical. Morsi tentou promulgar nova constituição buscando como inspiração o fundamentalismo islâmico, mas foi derrubado por um golpe civil-militar em julho de 2013.

Principal nome das Forças armadas, Abdel-fattah Al-Sissi³⁴ foi eleito presidente com 96,91% dos votos. A ida de Al-Sissi para o governo não representou estabilização política. Ao contrário, aumentou a repressão por parte do governo aos grupos dissidentes. No período de seis anos, após a derrubada da ditadura, a Tunísia enfrentou instabilidade política e tensão social frente à estagnação econômica³⁵.

Frente aos conflitos tanto no Egito, quanto na Tunísia, outro desdobramento foi aumento do processo migratório. O Egito também enfrenta a ação de terroristas. Dois atentados ocorreram no período em que os cristãos comemoram o Domingo de Ramos, resultando na morte de 44 pessoas em igrejas de Alexandria e Tanta, no norte do país.

A Espanha teve como consequência importante a criação de um partido. Os protestos desencadearam amplo debate sobre a democracia e representação naquele país que culminou, nos anos que se seguiram, no processo de criação do *Podemos*³⁶, em 2014. Vale ressaltar que se trata de desdobramento e não continuidade entre o 15M e o Podemos. Criado como alternativa ao Partido Popular (PP), de direita, e ao Partido Socialista Operário

³⁴ Foi Morsi quem nomeou Al-Sissi comandante das Forças Armadas do Egito.

³⁵ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/01/13/apos-5-anos-tensao-politica-alimenta-nova-revolucao-na-tunisia.htm?cmpid=copiaecola>>.

³⁶ “Eleições em Barcelona e Madri marcam a virada política na Espanha”, disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/25/internacional/1432510725_227200.html>. Acessado em 6 de novembro de 2015. A esquerda histórica critica o Podemos por entender que não foca na luta de classe, conforme a reportagem “Alvo de esquerda e direita Podemos enfrenta eleições gerais na Espanha. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/08/1675334-alvo-de-esquerda-e-direita-podemos-enfrenta-eleicoes-gerais-na-espanha.shtml>>. Acessado em 6 de novembro de 2015.

Espanhol (PSOE), de centro-esquerda, o partido recebeu apoio popular e disputa a preferência do eleitorado espanhol. Em 2014, conquistou cinco cadeiras no parlamento espanhol. Em 2015, apoiou Manuela Carmena e Ada Colau, candidatas independentes que venceram as eleições municipais de Madri e Barcelona. Tendo com um dos principais nomes Pablo Manuel Iglesias Turrion, que iniciou sua militância na juventude comunista, o *Podemos* critica as organizações partidárias tradicionais e se constituiu como terceira força política da Espanha.

Segurado *et al.* (2014) destacam que o *Podemos* resulta de modelo de ativismo que desponta na Espanha em um contexto de crise econômica e política. Essa também acompanhada de descrédito ao modelo de representação e de uma busca por lideranças que sejam capazes ampliar a participação popular e garantir o cumprimento dos interesses da população na esfera institucional. Em 2010, muitos espanhóis foram às ruas na Catalunha retomando o movimento para independência de uma das regiões mais ricas da Espanha. Os protestos se seguiram até que em outubro de 2017 foi realizado referendo em que 90% da população votavam na independência da região, o que não foi aceito pelo governo central da Espanha³⁷.

Trostes e Silva (2015) apontam como desdobramento do Occupy Wall Street o crescente desejo de renovação da elite política norte-americana, dominada pelos partidos Democrata e Republicano. Dados da empresa de pesquisa Gallup demonstram tendência de crescimento no número de eleitores que se declaram independentes, não se identificando nem com democratas nem republicanos. Outro aspecto apontado acerca de desdobramento é o surgimento do senador Bernie Sanders, que disputou, em 2016, as prévias no partido Democrata com Hillary Clinton. A própria eleição de Donald Trump, em 2016, pode ser lida como uma manifestação de cansaço de parte significativa do eleitorado com a política usual.

Depois dos protestos de 2013, a Turquia viveu momentos conturbados na política. Entre março e agosto daquele ano, o presidente Recep Tayyip Erdogan se apresentou de maneira autoritária. Houve repressão aos manifestantes. Meses depois, ministros e a família de Erdogan foram denunciados por corrupção. No entanto, para se livrar das denúncias, Erdogan iniciou processo de exonerações nas forças policiais, Ministério Público e Judiciário. Depois de por fim às investigações, o poder de Erdogan aumentou. Em abril de 2017, ele venceu plebiscito alterando a Constituição. Com a alteração, poderá permanecer no cargo até 2029.

³⁷ A Catalunha foi anexada a Castela em 1492. Uma das mais ricas região da Espanha, tem governo próprio conhecido como Generalitat. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/15/internacional/1505488932_556803.html>. Acessado em 10 dezembro de 2017.

Os opositores questionaram a votação e bateram panelas em protestos, mas Erdogan se afirma a partir da votação que ganhou por pequena margem – o “sim” somou 51,37% dos votos, enquanto o “não” ficou com 48,63%. As mudanças preveem eleições presidenciais em novembro de 2019. O presidente tem mandato de cinco anos e pode se reeleger por uma vez. Como ocorreram as mudanças, será como se ele estivesse concorrendo pela primeira vez em 2019, podendo se eleito, tentar a reeleição. Apesar das especificidades desses vários processos políticos, é possível identificar o surgimento de um ciclo de protestos com movimentos conectados pelas redes sociais e cujas ações têm uma dimensão transnacional (KAMINSKI, 2014). No entanto, ao olhar com atenção cada um, sem se configurarem como protestos coesos e unificados ao redor do globo, eles têm pontos de interseção, que também são identificáveis quando se investigam os levantes brasileiros.

Argumentamos que o questionamento à hierarquia, o distanciamento e uma recusa muito forte aos modos naturalizados de governar e de viver juntos – além da amarração ideológica neoliberal, a força das ideias autonomistas e a crescente personalização da política – são traços a atravessar esses vários protestos. Dito isso, podemos nos mover ao próximo capítulo em que exploramos, especificamente as manifestações de 2013 no Brasil.

2 JUNHO DE 2013: UM MÊS QUE NÃO ACABOU

As imagens de cidades brasileiras tomadas por multidões em Junho de 2013 já podem ser consideradas históricas. A experiência de ocupar as ruas foi vivida por, pelo menos, 1,4 milhão de pessoas em mais de 100 municípios, de acordo com levantamento do G1³⁸, em 20 de junho de 2013. *A Folha de S. Paulo*³⁹ informou que mais de 1 milhão de pessoas saiu às ruas em 388 cidades, incluindo 22 capitais.

Uma pesquisa feita pelo Ibope, em 20 de junho, em oito capitais brasileiras traçou as preferências dos manifestantes⁴⁰. A maioria dos manifestantes dizia não se sentir representada por partido (89%) ou político brasileiro (83%). Entre os entrevistados, 96% alegaram não ser filiados a nenhum partido político e 86% não eram filiados a nenhum sindicato, entidade de classe ou entidade estudantil. As pessoas saíram às ruas desejosas de nova política e acreditando que os atos representariam uma nova forma de fazer política:

Os novos ativistas querem outro tipo de política. Uma política de cidadãos, não só de políticos, militantes partidários ou entidades. Desejam atuar de forma mais livre e horizontal, mediante ações que se organizam no calor da hora e em função dos recursos e da disponibilidade dos participantes. Nas manifestações dos nossos tempos líquidos, não há partidos ou sindicatos no comando. Não se fazem assembleias à moda antiga em que as decisões são quase sempre manipuladas. Há muita festa e determinação, bem mais que disciplina militante. Admite-se que cada um é livre para seguir o que pensa, votar como acredita ser melhor, sonhar o sonho que quiser” (NOGUEIRA, 2013, p. 53-54).

A pesquisa apontava que 49% dos manifestantes afirmavam lutar contra a corrupção e desvios no dinheiro público. O descontentamento com o transporte público aparece como motivação para as mobilizações por 38% dos entrevistados. As mudanças no ambiente político são apontadas por 30%. Outros dados também são bastante elucidativos: 11% alegavam a necessidade de mudança e 10% se diziam insatisfeitos com os governantes de forma geral.

No período, jornalistas e especialistas tentavam dar sentido ao que ocorria nas ruas, que era diferente de outros movimentos de grande adesão popular, como as *Diretas Já* e Impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Uma geração viveu, pela primeira vez, a experiência de estar em protestos de larga escala. Se as mobilizações em

³⁸ Infográfico Manifestações pelo Brasil, disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>. Acessado em 3 de abril de 2014.

³⁹ Em dia de maior mobilização protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas do Brasil em Folha de São Paulo, Cotidiano, 20/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>. Acessado em 30 de agosto de 2015.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>>.

favor do impeachment tiveram os caras-pintadas pedindo o afastamento do presidente Fernando Collor e, nas Diretas Já, foi entoado coro pela redemocratização, as ruas de 2013 abrigaram um mosaico em termos de composição dos manifestantes e se apresentaram como uma esfinge com questões a serem decifradas.

Há vasta literatura que procura identificar as causas dos protestos, a conjuntura em que eles eclodiram e seus desdobramentos (JUDESNAIDER *et al.*, 2013, SILVA, 2014; RICCI e ARLEY; 2014; GOHN, 2014; CASTELLS, 2013; CAVA, 2103; MARICATO *et al.*, 2013; BRINGEL, 2013; MENDONÇA e ERCAN, 2015; SINGER, 2013; SCHERER-WARREN, 2014; SILVA, 2014; NOBRE, 2013; NOGUEIRA, 2013; PEREIRA e SANTOS, 2014; AVRITZER, 2016). Boa parte da literatura sobre junho de 2013 procura reconstituir a conjuntura política brasileira, o que é fundamental dado que os protestos, de certa maneira, irromperam em um cenário de aparente tranquilidade e calma. Na interpretação, a partir da teoria do processo político, as jornadas podem ser explicadas por um conjunto de oportunidades políticas: a) à participação, b) às mudanças no alinhamento e c) à repressão e à facilitação da ação coletiva⁴¹.

Na teoria do processo político, os confrontos políticos se devem mais ao surgimento de oportunidades de ação coletiva do que à vontade dos atores sociais. Se, como Tarrow (2009) destaca, os sujeitos não identificam ao mesmo tempo o surgimento dessas oportunidades políticas, podem-se esperar tempos distintos para se engajar na ação coletiva. É o que nos ajudam a perceber as diferentes fases de Junho de 2013 com a constituição de atores e atrizes nas ruas em momentos diversos.

2.1 Confluências e circunstâncias para o acontecimento junho

Um conjunto de circunstâncias precisa ser levado em conta para compreendermos as causas de Junho de 2013. Do contexto político, é importante entendermos o “desgaste do consenso participativo” (AVRITZER, 2016); o esgotamento do governo petista e o crescimento de uma insatisfação com a representação política. Dos aspectos pontuais, podemos elencar o aumento da tarifa anunciado em São Paulo e a organização e mobilização de coletivos que tratam da questão do transporte como política pública fundamental para que os sujeitos acessem outros direitos e assim consigam viver a cidadania de maneira mais plena. A repressão das primeiras manifestações pela polícia

⁴¹ Na categorização de Tarrow também estão incluídas: elites divididas, aspecto que destaca os desentendimentos entre grupos; aliados influentes, que é a presença de figuras chaves em postos de destaque, como os tribunais, por exemplo.

militar e viralização das imagens nas redes sociais também são fatores que contribuíram para a nacionalização dos protestos. O que faremos aqui é apresentar o conjunto de circunstâncias que precederam Junho de 2013.

O primeiro aspecto que pontuamos se refere à participação. Avritzer identifica ruptura nesse campo, ocorrida entre 2011 e 2013: “Essa ruptura foi paulatina e se deu à medida que se acumularam conflitos de movimentos sociais, tais como o ambientalista e o indígena, com o governo federal” (AVRITZER, 2016, p. 66). Até chegar a esse esgarçamento em 2013, desde o fim da Ditadura Militar e a instauração das eleições diretas, o país passou por diferentes etapas no processo de institucionalização da participação.

A participação institucionalizada se desenvolveu no Brasil com a promulgação da Constituição de 1988, o que pode ser mensurado pelo número de conselhos criados no país: cerca de 20 mil (AVRITZER, 2016). A participação popular e canais de institucionalização tornaram-se objeto de estudo diferentes pesquisadores (AVRITZER, 2007, 2009, 2010, 2014a, 2014b; CÔRTEZ, 2002; RÉOS, 2003; TATAGIBA, 2004; PIRES, 2010, 2011; PIRES *et al.*, 2012; SALGADO, 2012). Foi um passo importante no processo de construção democrática, embora a obrigatoriedade legal da existência de conselhos não implique necessariamente participação (as assimetrias e desigualdades da transição política foram impedimentos à paridade política entre administradores e cidadãos). Nesse sentido, podemos dizer que a democratização no Brasil no que se refere à participação foi um processo tensionado em diferentes momentos, desde a abertura democrática.

Avritzer (2016) pontua que a atuação de movimentos sociais e atores sociais na democracia brasileira gerou uma “forma sui generis de participação institucionalizada”. Ao lembrar que o padrão de mobilização e participação no Brasil tem origem no período de democratização (1985-1988), lembra que houve uma interdição da participação social, que foi rompida como projeto participativo que ganhou força com as mobilizações das Diretas Já em 1984. Alguns exemplos desse processo de institucionalização da participação são os conselhos de política de saúde, assistência social e criança e adolescente, bem como a intensificação das conferências nacionais.

Dagnino (2004) destaca, no início do governo de Fernando Collor de Mello, “confluência perversa” entre o projeto neoliberal que se instalava no Brasil e a emergência de projeto democratizante impulsionado pela atuação da sociedade civil no sentido de superar o regime autoritário. Há um processo de encolhimento do Estado, com progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil. Nesse cenário, Dagnino (2004) aponta deslocamento no entendimento da representatividade, tanto pelo Estado como pelos atores da sociedade civil, com advento das organizações não governamentais, que assumem parte de responsabilidades do Estado. A participação passa

ser entendida, por parte dessas organizações, a partir da ideia de responsabilidade social e ação solidária.

A gestão de Luiz Inácio Lula da Silva se caracteriza por maior proximidade com os movimentos sociais. Avritzer destaca 2003 como marco na participação popular no Brasil que se caracteriza pelo restabelecimento de uma dinâmica de separação entre mobilizações não institucionais e as institucionais e por uma ruptura do monopólio da esquerda em relação à participação. Ricci e Arley (2014) denominam de neocorporativismo a maior inclusão, na gestão de Lula, de organizações populares, organizações não-governamentais e centrais sindicais nas “estruturas de tomada de decisão estatal” (NOGUEIRA, 2013; NOBRE, 2013).

Ao analisar o que ocorreu nas ruas em junho de 2013, frente à magnitude dos protestos em um governo que se autodefine como participativo, segmentos da esquerda apontam que, apesar de parecer que o Brasil estava sob o céu de brigadeiro, havia sinais de falta de diálogo entre o governo e a sociedade (CAVA, 2013). Os canais institucionalizados abertos não foram suficientes para suplantar o sentimento de baixa participação. Nesse sentido, um dos maiores paradoxos de Junho de 2013 - inclusive uma das causas apontadas por manifestantes – é o desejo de maior participação na política brasileira durante um governo de esquerda que se apresenta como o que mais abriu canais de participação depois da redemocratização. Ao mesmo tempo em que, em algumas áreas, as deliberações de conferências públicas tiveram maior incidência nas políticas públicas (CUNHA, 2012), há um sentimento difuso de que há pouco espaço para a participação popular. O que se viu nas ruas, para muitos autores, demonstra uma forma de se rebelar contra toda prática institucionalizada política, incluindo as experiências participativas:

Um novo movimento toma forma, com uma forte característica comum - para o bem e para o mal: é constituído em sua maior parte por jovens que tem (sic) aversão aos meios institucionais, como os partidos políticos e a disputa de espaços de poder do Estado. São, assim, ao mesmo tempo, menos suscetíveis à corrupção moral das formas tradicionais de jogo político, mas também muitas vezes não dão a (sic) devida importância ao processo histórico, tendo pouca ou nenhuma “relação orgânica com o passado público da época que vivem” (HOBSBAWN, 1995). No entanto, atuam politicamente na sociedade e impactam uma nova realidade nos âmbitos dos municípios. Articulam-se em rede, em relações de poder mais horizontais. Dominam novas técnicas, sobretudo associadas à tecnologia, e sua linguagem política é menos engessada, se comparada aos grupos tradicionais de organizações de juventude de esquerda (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013, p. 15).

Outro ponto a ser analisado refere-se ao esgotamento do Lulismo (SINGER, 2010, 2012; CAVA, 2013) e à tensão gerada pelo peemedebismo ao atenuar impulsos democratizantes (NOBRE, 2013). O Lulismo e o peemedebismo levam a mudanças nos alinhamentos políticos, o que se evidencia a partir de 2010, quando o “paradoxo lulista

sinalizava saturação” e “o pacto de governabilidade parecia cada vez mais um consenso autoritário” (CAVA, 2013, p. 72). Já no final do governo Lula, os movimentos sociais apresentavam insatisfação com as alianças políticas feitas em nome da governabilidade, o que apontava para o esgotamento do Lulismo e peemedebismo. Nosso argumento é que o esgotamento do pacto em torno do Lulismo e o desgaste com o que se tornou o presidencialismo de coalizão no contexto do peemedebismo são aspectos que contribuíram para o sentimento de insatisfação com a política que estava no cerne de Junho de 2013.

Ao analisar a conjuntura política do Brasil em 2013, é fundamental levar em conta que o Partido dos Trabalhadores completava dez anos à frente do governo federal (BRINGEL, 2013; RICCI e ARLEY, 2014). A presidenta Dilma Rousseff estava no terceiro ano do seu primeiro mandato, dando sequência às políticas públicas iniciadas por Luiz Inácio Lula da Silva nos dois mandatos anteriores. Políticas públicas redistributivas - como Bolsa Família e Minha casa, minha vida -, programas econômicos como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de acesso à educação (ProUni, Reuni), seguiam as diretrizes do governo petista de redução da miséria e aumento do poder aquisitivo da população brasileira.

Singer (2010 e 2013) aponta para uma reorientação política, a partir de 2003, que permitiu a adoção de políticas para reduzir a pobreza, com destaque ao combate à miséria, e a ativação do mercado interno sem que fosse travado um confronto com o capital. Esse cenário, combinado à crise do mensalão⁴², levou a um realinhamento eleitoral⁴³ que permitiu o surgimento do Lulismo, que se caracteriza entre outros aspectos pelo aparecimento de uma base que deu ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato. Embora haja um debate sobre o momento de início desse realinhamento eleitoral, Singer (2012) destaca que foi em 2006 que a separação entre ricos e pobres na política brasileira ficou efetivamente clara.

Cava (2013) ressalta que o Lulismo se estrutura em dois eixos contraditórios: de um lado, o aparecimento de lutas minoritárias que não conseguiram generalizar-se nas cidades e, do outro lado, um apoio à sequência das propostas do governo do PT, apesar das críticas à corrupção. Entre as lutas, destacam-se a resistência de moradores de favelas às remoções para as obras de megaeventos (Copa e Olimpíada) e a luta de indígenas contra megabarragens, como Belo Monte.

⁴² Nome dado ao escândalo de político que consiste no repassa de recursos à base alida do governo entre 2005 e 2005. O esquema foi revelado pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB) à jornalista Renata Lo Prete da Folha de São Paulo.

⁴³ Ao destacar que a expressão é amplamente discutida na ciência política, Singer aponta que foi elaborada nos Estados Unidos para designar a mudança de clivagens do eleitorado. Tal mudança resulta em ciclos políticos longos, que permitem ainda a determinação de agendas, das quais nem a oposição consegue escapar.

Nesse cenário, Ricci e Arley (2014) apontam que foram os programas sociais a principal contribuição para aproximação eleitoral do PT com os “menos abastados”. Segundo eles, para a nacionalização de programas sociais foram necessárias a centralização orçamentária e as políticas de transferência de renda. A nacionalização de programas sociais é entendida como a concentração no governo federal da execução de programas sociais, o que esvaziou a participação dos governos estaduais e municipais. Esse cenário, que era extremamente favorável, foi fundamental para a eleição de Dilma em 2010.

Paralelo ao Lulismo, outro fenômeno partidário define o contexto brasileiro. Nobre (2013) discute a constituição do peemedebismo, que surge depois do processo de redemocratização. O autor define o peemedebismo como procedimento de articulação político-partidária, que acompanha a construção da democracia brasileira. O termo não se refere ao PMDB, mas a uma maneira de fazer política que engloba todo o sistema político. Caracteriza-se pela adesão ao governo que está no poder. Relaciona-se com a maneira como o Congresso se organiza e a necessidade de se ter uma maioria legislativa para que se consiga aprovar propostas.

O autor define peemedebismo como uma cultura política de fundo que organiza o sistema político brasileiro desde a redemocratização. Depois de 1995, quando este se traduziu em arranjos partidários para garantir a governabilidade. Primeiro, o PSDB, e, depois, o PT tiveram que organizar coalizões⁴⁴ com um grande espectro de partidos para chegar à Presidência da República e construir maiorias parlamentares no Congresso. Essas coalizões, de alguma forma, impediam avanços para a democracia brasileira. O peemedebismo não se restringe ao PMDB. É uma cultura política, baseada no conservadorismo, que se caracteriza pelo governismo; estabelecimento de sistema de vetos; e pela busca por maioria nas casas legislativas e também pela adoção de mecanismos que mantêm o poder dos que já fazem parte do partido.

Dentre as causas mais pontuais, é necessário assinalar a organização de mobilizações contra o aumento de tarifas e a repressão aos protestos. Se a repressão pode inviabilizar a manifestação pública de resistência, ela também pode incendiá-la, em alguns contextos e dentro de certos limites. É o que parece ter ocorrido em Junho de 2013. No caso de Belo Horizonte, as mobilizações feitas contra três megaeventos esportivos: a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 diante de críticas quanto aos gastos públicos para realizá-los.

⁴⁴ O presidencialismo de coalizão é tema central em estudos da ciência política. o termo apresenta como são realizados arranjos políticos diante da fragmentação do poder parlamentar entre vários partidos no Congresso Nacional. Para governar, os presidentes necessitam formar ampla maioria.

O primeiro embate entre os manifestantes e a polícia militar ocorreu em 6 de junho, quando os integrantes do MPL fecharam o trânsito da Avenida 23 de Maio, no Centro de São Paulo.

Por diversas vezes, pequenos batalhões da polícia tentaram liberar a avenida, mas eram obrigados a recuar frente à resistência do protesto. Alguns minutos depois, o Batalhão de Choque foi acionado e deu início a uma verdadeira batalha campal, que se espalhou por toda a região central. Depois disso, é difícil descrever o que se passou. Para o bem ou para mal, a ação policial na Avenida 23 de Maio, ao dispersar os manifestantes a esmo, multiplicou as frentes de ação em inúmeros focos (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013, p. 29-30).

Os protestos repercutiram na esfera de visibilidade midiática e deram início a amplo debate sobre violência. Imagens da ação ostensiva de policiais contra manifestantes desempenharam papel fundamental para disseminar um sentimento de injustiça ao longo dos protestos.

Os jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo* se posicionaram editorialmente, a princípio, contra os protestos, que eram associados ao vandalismo. Em editorial, o Estadão pedia mais rigor contra os manifestantes. Depois do terceiro grande ato, os jornais deram destaque ao policial ferido, narrativa que se contrapõe aos relatos dos manifestantes que denunciavam, nas redes sociais, os casos de abusos. Os jornais seguiam a linha de criminalizar as manifestações e pediam ação mais dura da polícia. Nota-se, contudo, uma mudança na narrativa dos protestos a partir da visibilidade dada à repressão policial no dia 13 de junho em São Paulo. Boni e Volpato (2013) chamam atenção para o fato de repórteres terem sido atingidos durante repressão policial. Nos protestos do dia 13, a repórter Giuliana Vallone, da TV Folha, teve o olho ferido por uma bala de borracha. O repórter da Carta Capital Piero Locatelli, foi detido por levar consigo uma garrafa de vinagre durante o protesto.

Ao introduzir a discussão sobre oportunidades políticas, Tarrow (2009) pergunta o que leva as pessoas irem às ruas para clamarem por direitos mesmo diante da possibilidade de ficarem gravemente feridas? De algum modo, essa pergunta atravessa este trabalho que se debruça sobre a ação coletiva contemporânea. O conceito de oportunidades políticas – nas dimensões do acesso ampliado, mudança de alinhamentos e repressão – permite olhar para junho em perspectiva, indo além de causas que ficam na superfície. Feita essa introdução, podemos, assim, passar a uma apresentação mais detida do processo enfocado por esta tese.

2.2 As ruas de São Paulo e Belo Horizonte: a narrativa cronológica dos atos

As imagens do centro de São Paulo no dia 6 de junho de 2013 não percorreram todo o Brasil. Embora os primeiros protestos tenham ocorrido na data, a visibilidade aos protestos liderados pelo MPL na capital paulista só se tornaria nacional no dia 13 de junho. A relevância do dia 6 de junho não pode encerrar os olhares naquele dia histórico. Ao contrário, convoca-nos ao passado para entender o emaranhado de fatos que desembocaram nos atos daquele dia.

Reconstituir junho de 2013 é traçar uma narrativa que muito se assemelha às encenações teatrais. Para tanto buscamos referências em matérias jornalísticas, documentário (Vice) e na literatura acadêmica sobre o processo. Para São Paulo recorremos a Judesnaider *et al.* (2013). Gohn (2013), MPL (2013), Santos (2013a e 2013b), Solano *et al.* (2014) e Vainer (2013). Para reconstituir os atos em Belo Horizonte, referenciamos-nos, sobretudo, em Ricci e Arley (2014); Pereira e Santos (2014), Ferreira (2015), Berquó (2015), e Mendonça (2017).

A aproximação teatral tem como referência o conceito de *performance*, termo das artes pego de empréstimo por pesquisadores que estudam a ação coletiva contemporânea: Tilly (1986) o faz, ao falar de como os sujeitos colocam em prática os repertórios; Butler (2014) ao trazer a importância da corporeidade nas lutas que colocam em debate perspectivas baseadas no binarismo de gênero; e Hardt e Negri (2014) ao destacar a importância das singularidades na construção do comum.

Tilly (1986) emprega metáforas teatrais, ressaltando que a *performance* compreende o que é “agrupado, aprendido, mas improvisador das interações das pessoas ao fazer e receber as reivindicações de cada um” (TILLY, 1986, p. 14). Ressalva que é importante não fazer associação automática entre as performances contenciosas e os movimentos sociais, pois eles não são os únicos a realizarem essa forma de ação.

Na Teoria do Processo Político, as performances compõem os repertórios de ação que corporificam a tensão criativa entre inovação e persistência, expressando ao mesmo tempo uma lógica experimental e outra expressiva. Em outras palavras, os repertórios, embora reflitam o acúmulo de aprendizado coletivo, precisam se abrir à inovação para surpreender os “oponentes ou autoridades” (MCADAM *et al.*, 2009, p. 25). Os conceitos de *performance* e *repertório*⁴⁵, na Teoria do Confronto Político, são extremamente relevantes para se pensar a ação dos grupos e coletivos.

⁴⁵ O repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem *sobre como fazer* e o que os outros esperam que façam. Se na França do século XVIII os desafiadores tivessem

Ao reconstruir a narrativa, é necessário, por exemplo, olhar para o modo como a questão da mobilidade se apresenta de maneira central na vida de São Paulo (JUDESNAIDER *et al.*, 2013). Não é mera coincidência que um dos principais palcos dos protestos paulistanos tenha sido a Avenida Paulista e que o MPL⁴⁶, que estava inicialmente à frente dos atos, apareça com centralidade nas narrativas jornalísticas. Com base em McAdam, Bringel (2013) relaciona o MPL aos *movimentos madrugadores*, no sentido de evidenciar que ele abriu um campo de conflito. Os protestos em São Paulo colocaram o MPL na pauta dos meios de comunicação e das redes sociais, de modo que, com o desenrolar dos protestos, o grupo foi visto como interlocutor por governantes, embora tenha abdicado, em certo momento, desse protagonismo:

As mobilizações sempre foram mais amplas que o Movimento Passe Livre – que jamais se pretendeu dono de nenhuma delas – e eclodiram, por vezes, em cidades e regiões onde nunca houve atividades do movimento. “As lutas por transporte no Brasil formam um todo muito maior que o MPL” (MPL, 2013, p. 17).

O cenário dos primeiros atos é o coração financeiro da maior metrópole brasileira, a Paulista. Naquela cidade de 12 milhões de habitantes, a avenida é o maior símbolo da demarcação centro e periferia. Por lá circulam, diariamente, cerca de 1,5 milhão de pessoas.⁴⁷ Ao longo de sua extensão, abriga quatro estações de metrô (Masp, Trianon, Brigadeiro e Consolação), além da sede dos principais bancos, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A Paulista é uma importante artéria do sistema de trânsito das zonas mais ricas da cidade.

Na maior metrópole brasileira, as vias são como artérias que alimentam um complexo sistema e obstruí-las tem o mesmo efeito do aparecimento de um trombo no sistema circulatório dos seres humanos. Não sem razão, a metáfora foi apresentada no

tentado fazer protestos passivos os seus alvos saberiam como reagir a eles, não mais do que a vítima de um *charivari* atualmente saberia o que ele significa. Como escreve Arthur Stinchcombe, ‘Os elementos do repertório são simultaneamente as habilidades dos membros da população e as suas formas culturais’ (1978:1.248) (TARROW, 2009, p. 51).

⁴⁶ O MPL foi criado em 2005 em decorrência de discussões no Fórum Social Mundial e realizou dezenas de mobilizações em cidades brasileiras, antes de 2013. Seu próprio surgimento deriva de alguns protestos contra aumentos de tarifas, como a Revolta do Buzu em Salvador (2003) e a Revolta da Catraca em Florianópolis (2004) (MPL, 2013, p. 14). O movimento participou de protestos em Vitória (2006), Teresina (2011), Aracaju e Natal (2012), Porto Alegre e Goiânia (início de 2013). Em São Paulo, o movimento se inspirou no projeto Tarifa Zero, formulado pela Prefeitura de São Paulo na década de 1990. Essa perspectiva embasa o entendimento sobre transporte como política pública que deve ser garantida para que outros direitos sejam usufruídos. “O transporte é entendido então como uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas. Tal constatação amplia o trabalho do MPL, que deixa de limitar às escolas, para adentrar em bairros, comunidades e ocupações, numa estratégia de aliança com outros movimentos sociais de moradia, cultura e saúde, entre outros.” (MPL, 2013, p. 16).

⁴⁷ Inaugurada em 8 de dezembro de 1891, a avenida é relativamente pequena em sua extensão, são 2,8 mil metros ou seja menos de 3 quilômetros.

editorial “Retomar a paulista”, publicado em 13 de junho de 2013⁴⁸ pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Fechar a Avenida Paulista não é simplesmente interditar uma via pública. O reflexo se estende a toda cidade do ponto de vista da mobilidade. É também colocar em desarmonia o maior símbolo da pujança econômica e cultural do estado tido como locomotiva do Brasil. Por essa razão, a ação dos manifestantes foi rechaçada:

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na Avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas. É hora de por um ponto final nisso. (FSP, 13/06/2013).

Desde o primeiro ato, o MPL propusera-se a parar o trânsito das principais avenidas do centro de São Paulo para colocar em pauta a redução da tarifa. Cerca de 5 mil manifestantes fecharam a Avenida 23 de Maio, uma das principais vias da cidade. Um vídeo gravado pelo próprio MPL mostra o momento exato em que os manifestantes pulam as muretas de proteção para ocupar as pistas. O fechamento se materializa com a colocação de barricadas de fogo nas pistas. Diferente de outros protestos, os manifestantes não usam carro de som para abrir caminho e apresentar o ato. À frente da marcha, eles empunham faixa preta com os dizeres em branco: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar!”. Acompanha uma bateria composta por diversos instrumentos de percussão, que ajudam na construção do grito que chama a população a participar: “vem, vem! vem pra rua, vem, contra o aumento”. Na linha de frente, jovens com lenços vermelhos e pretos cobrindo a metade da face e algumas máscaras de Guy Fawkes, popularizada pelo Anonymous.

⁴⁸ Em *Folha de São Paulo*, seção Opinião, em 13/06/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. Acessado em 4 de setembro de 2015.

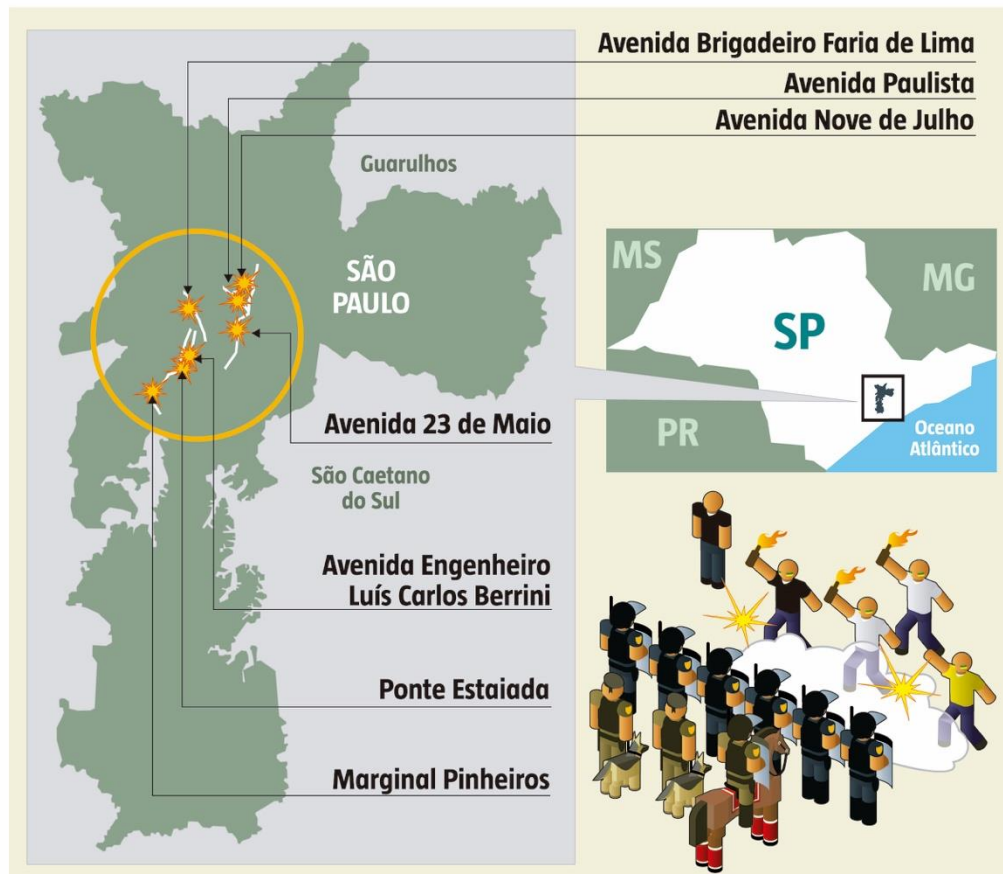


FIGURA 1 - Infográfico protestos em São Paulo.

Fonte: Infográfico produzido para esta tese pelo infografista Paulo Gomes.

Diante dos manifestantes que se deslocam, a Polícia Militar age, tentando desobstruir a via para a retomada do tráfego de veículos. Para dispersar os manifestantes, os agentes usam bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha. Um grupo segue para a Avenida Paulista, onde se constroem barricadas em chamas. A polícia reage com mais bombas e encurrala parte dos manifestantes, próximo ao Shopping Paulista (MPL, 2013). Desde o primeiro dia, a repressão policial é filmada pelo MPL, que divulga as imagens na rede social e aproveita os vídeos como estratégia para convocar o próximo ato, marcado para 7 de junho, com concentração no Largo da Batata.

No ato seguinte, o MPL segue com a estratégia de fechar o trânsito nos principais corredores da cidade:

Nesse dia, realizamos algo até então inédito em São Paulo: bloqueamos umas das principais artérias da cidade, a Marginal Pinheiros, no sentido Castelo Branco. Mesmo sendo mais curto e menor, o ato foi bastante importante porque, mesmo tendo ocorrido no dia seguinte ao primeiro ato, aglomerou milhares de pessoas, demonstrando que, neste ano, a luta vinha com muita força. Já aqui há registros da polícia agredindo os manifestantes nos momentos mais tranquilos da manifestação. (MPL, 7 de agosto de 2013).

Como ocorreu no primeiro ato, no dia 7, os manifestantes foram dispersos pela Tropa de Choque por meio de bombas de gás lacrimogêneo. As imagens de vídeos⁴⁹ produzidas pelo movimento focam em cartazes de manifestantes que rechaçam a denominação de vândalos. Já é uma resposta à crítica feita por veículos de comunicação. Como a tática do movimento prevê a musicalização dos gritos de guerra com o apoio das baterias, os manifestantes entoam: “Eu não aguento mais um aumento” e “pula, sai do chão, contra o aumento do busão”. Os manifestantes intensificaram o chamado para que toda a população da cidade pudesse ajudá-los a “parar a cidade”.

O dia 11 de junho amanheceu com chuva, mas o mal tempo não impediu que as pessoas saíssem às ruas. Ao ver as imagens do documentário *Os protestos de SP em sete atos*, é possível ver manifestantes com os rostos cobertos por lenços pretos e vermelhos. O grupo seguiu pela Avenida Paulista em direção ao terminal Parque Dom Pedro. Ao longo do ato, picharam e incendiaram ônibus. No terminal, os policiais fizeram barreira para impedir a entrada dos manifestantes. Muitos deles ofereceram flores aos policiais. Mais uma vez, a polícia tentou dispersar o protesto fazendo uso de bombas e balas de borracha. Depois de cerca de seis horas, os protestos encerraram-se na Avenida Paulista com confronto que resultou na prisão de manifestantes.

Em nota pública divulgada em 13 de junho de 2013⁵⁰, o MPL comemorou ter conseguido parar as avenidas 23 de Maio, 9 de Julho, Paulista e Faria Lima, além do Túnel Rebouças e da Marginal Pinheiros. Aproveitou o documento para denunciar a ação da polícia que é chamada de arbitrária e que resultou na detenção de 18 manifestantes - dois levados para o Centro de detenção Provisória, quatro para a 78ª DP e o indiciamento de outros 10 por formação de quadrilha.

No quarto ato, realizado em 13 de junho, já era possível perceber a diferença em relação aos atos anteriores propostos pelo MPL e a outros protestos tradicionais: milhares de pessoas com cartazes, bandeiras e música. À frente da multidão, a bandeira preta com os dizeres “Violência é a tarifa” em resposta à forma como os atos tinham sido descritos na cobertura da imprensa. O confronto começou quando os manifestantes estavam na Rua da Consolação, quando alguns correram, outros se sufocaram com o gás lacrimogêneo e muitos foram feridos por balas de borracha empregadas pela polícia. As imagens de caos e pânico no dia 13 de junho ganharam repercussão nacional. Muitas das cenas circularam nas mídias sociais. Ao final, 240 pessoas foram detidas e jornalistas ficaram feridos⁵¹.

⁴⁹ Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/2013/08/07/derrubada-do-aumento-compilacao-de-videos-2/>>. Acessado em 2 de junho de 2016.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/passelivresp/?hc_ref=ARQin-U43gO8tpMmkJql3Bxn2rlvRnWIBzdbZIYVcs3uGW5eEU9DjCDpJAnCuzvL6BU>.

⁵¹ “Em dia de maior repressão da PM, ato em SP termina com jornalistas feridos e mais de 40 detidos” em 13 de junho de 2013 no UOL, disponível em:

Importante pontuar, aqui, a centralidade da discussão sobre violência nos atos públicos de Junho de 2013. Tanto a repressão policial como a ação de adeptos da tática *Black Bloc*⁵² começaram a ganhar mais atenção, atravessando diversos atos. Durante Junho de 2013, atos de destruição do patrimônio público foram um dos aspectos dos protestos a que os veículos de comunicação deram mais destaque, dando início a amplo debate sobre o uso da força, seus limites e potenciais tanto em textos acadêmicos como em jornais e relatos compartilhados nas mídias sociais (SOLANO *et al.*, 2014). Cabe lembrar que Tarrow (2009) já chamava a atenção para o fato de que a violência “é o traço mais visível da ação coletiva” (TARROW, 2009, p. 125), o que pode ser comprovado pelo interesse midiático e histórico em relação ao seu emprego. A violência exerce fascínio em muitas pessoas que podem sentir-se atraídas por ela. Ainda de acordo com Tarrow (2009), a “violência também é usada deliberadamente por movimentos mais amplos para unir apoiadores, desumanizar opositores e demonstrar a coragem de um movimento” (*Ibidem*, p.126). O autor traz uma chave de entendimento que vai além da compreensão do senso comum, que tende a pensar a violência como disfunção social e psicológica, para compreendê-la como “interação entre táticas dos que protestam e o policiamento” (*Ibidem*, p. 126).

Essa perspectiva demonstra o quanto entender a violência é fundamental para se compreender a dinâmica dos protestos. Os atos e as rotas dos manifestantes eram planejados tendo como referência os custos da repressão policial. Do mesmo modo, a polícia justificava publicamente as ações em relação à atuação dos “vândalos”, termo frequentemente empregado para referir-se aos adeptos da tática *Black Bloc*. A repressão, como mencionamos, parece ter contribuído para o aumento da adesão aos protestos, além

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/em-dia-de-maior-repressao-da-pm-ato-em-sp-termina-com-jornalistas-feridos-e-mais-de-60-detidos.htm>>. Acessado 30 de outubro de 2017.

⁵² Esse tipo de ação, que pode ser visto em protestos em todo o mundo, foi inspirado no movimento autonomista alemão na década de 1980 - embora não se saiba com precisão quando o termo foi usado pela primeira vez. Há diferentes versões sobre a origem do mesmo: uma delas garante que o termo foi usado em um chamamento dos manifestantes para que integrassem o black bloc em um protesto do Primeiro de Maio em Frankfurt, realizado pelos anarquistas; outra é de que foi usado quando a polícia tentou desmontar um acampamento em protesto à construção de um depósito de lixo radioativo em Gorbelen. E há ainda a versão que o termo foi cunhado pela Polícia de Berlim. O uso de roupas pretas e das máscaras faz parte de um ritual empreendido pelos manifestantes, que, em outros momentos do dia não despertam qualquer suspeição de que participem de atos violentos. Embora, a tática Black Bloc possa parecer sem propósito para alguns, Auyero (2007) lembra que a “violência coletiva sempre faz sentido para, pelo menos, um ponto de vista – o daquele dos perpetradores” (AUYERO, 2007, p. 135). O sentido de uma ação violenta se torna mais compreensível – não necessariamente aprovável – quando faz parte de um embate contra o Estado, pois assume a dimensão de uma ação política. Esther Solano realizou uma relevante pesquisa com adeptos da tática Black Bloc em São Paulo. A partir da observação, encontrou um perfil de manifestantes com idade entre 15 a 30 anos e oriundos em sua maioria da classe C. Alguns têm elevado nível educacional e articulação política. A pesquisadora identificou estudantes do Largo São Francisco, da Faculdade de Direito da USP e também jovens vindos da periferia, como o Capão Redondo.

de levantar debates sobre a eventual legitimidade do emprego de força física pelos manifestantes.

O 5º Grande Ato contra o aumento se concentrou a partir do Largo da Batata, em Pinheiros, e reuniu centenas de milhares – possivelmente até um milhão – de pessoas. Foi, possivelmente, a maior manifestação da história recente da cidade de São Paulo. A marcha se dividiu em duas frentes, uma que seguiu pela Marginal Pinheiros sentido sul, e outra que seguiu pela av. Faria Lima, ocupando-a de ponta a ponta, até a Berrini. Houve ainda uma terceira frente de ato, na qual o MPL não estava presente, que foi à Avenida Paulista, também inteiramente ocupada. As duas frentes iniciais se encontraram novamente na Ponte Estaiada, onde a maior parte dos manifestantes se dispersou, enquanto outros seguiram em direção ao Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi. Após tentarem entrar no Palácio, os manifestantes foram violentamente reprimidos pelo Batalhão de Choque da PM. (MPL, 9 de setembro de 2013).

Nota-se que a violência teve efeito polarizador em Junho de 2013: havia entendimentos distintos entre os coletivos sobre seu emprego nos protestos. Justamente por isso, Pereira e Santos (2014) destacam a disputa de enquadramentos sobre o emprego de atos tidos como violentos em Junho.

Imagens de confrontos violentos entre manifestantes e policiais foram captadas diariamente em várias cidades brasileiras. Editoriais de jornais, análises de especialistas e articulistas buscavam compreender, desqualificar ou justificar as estratégias violentas por parte dos manifestantes. As plataformas sociais digitais também se transformaram num espaço de discussões sobre o uso de repertórios violentos de ação (PEREIRA e SANTOS, 2014, p. 9).

Com a expansão dos protestos, que alicerçam tais disputas, também se notam mudanças no perfil dos manifestantes. A multidão passa ser formada por público mais heterogêneo. Começa a mudar a predominância de cores das roupas, que antes eram pretas e vermelhas. Há uma ampliação das pautas, que extrapola a reivindicação da redução da tarifa de ônibus. Aparecem cartazes contra a Fifa e os gastos para a realização da Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Neste dia, um grupo ligado à tática Black Bloc pichou a agência do Banco Santander, tendo sido acusado de vandalismo por outros manifestantes. No documentário, é possível ver que manifestantes limpam as pichações.

A multidão se dividiu e seguiu por vários trajetos: Avenida Brigadeiro Faria de Lima, Avenida Nove de Julho, Marginal Pinheiros e Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini. Um grupo tentou invadir o Palácio dos Bandeirantes. Outro continuou o ato na Ponte Estaiada. A maioria dos manifestantes seguiu para a Avenida Paulista, onde o clima era de festa, destoando dos outros dois locais de protesto. Os números de manifestantes são controversos. Na nota pública do MPL de 15 de junho de 2013⁵³, o movimento denuncia que

⁵³ Disponível em: <https://www.facebook.com/passelivresp/?hc_ref=ARQrq7gcrfUB1HuOpseq4upkzbEchITaG0Y6vdfIneXN_KD9K4oZviQWN-s41FN_PdQ>. Acessado 30 de outubro de 2017.

mais de 200 pessoas foram presas e pede ajuda voluntária de advogados para a liberação dos manifestantes.

O sexto ato foi convocado pelo MPL para 18 de junho para o terminal Parque Dom Pedro. Enquanto isso, outro ato na Avenida Paulista tomava um tom de carnaval. Um grupo dissidente foi para a prefeitura, onde houve confronto. Um carro de reportagem da rede Record foi queimado, diversas lojas foram incendiadas e agências bancárias atacadas⁵⁴. O sétimo ato, no dia 20 de junho, contava com público diverso. No dia anterior, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) haviam anunciado a revogação do aumento das tarifas do transporte público. Na Avenida Paulista, o ato assumiu tom de celebração pela revogação⁵⁵. Era visivelmente perceptível o aumento no número de manifestantes usando verde e amarelo. O protesto reivindicava saúde, educação e denunciava os gastos com a estrutura para a Copa das Confederações e Copa do Mundo. O discurso contra a corrupção também aparece de forma mais evidente. A hostilidade aos partidos políticos aumenta e os conflitos passam a ser também entre grupos de manifestantes com interesses divergentes sobre a presença de bandeiras de partidos políticos nos atos.

Podemos afirmar que a visibilidade conferida às manifestações em São Paulo teve relevância para que as pessoas tomassem as ruas de outras cidades do país. “Cada manifestação, em qualquer capital ou pequena cidade brasileira, revestiu-se de demandas particulares e de críticas específicas à política local e regional, unidas às diversas culturas políticas” (BRINGEL, 2013, p. 23). Diante do fato de os protestos terem se tornado nacionais, a então presidenta Dilma Rousseff fez pronunciamento, no dia 21, em cadeia nacional de TV, para dar uma resposta às ruas⁵⁶.

A chefe do executivo afirmou que os protestos mostravam “a força da democracia” brasileira e “o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar”. Dilma Rousseff propõe que se aproveite o momento político para fazer mais e mais rápido “o que o Brasil não conseguiu realizar por limitações políticas e econômicas.”⁵⁷ No pronunciamento, a presidente diferencia formas legítimas de protestar e as que usam a violência. O emprego da violência faria, segundo ela, com que o país perdesse o rumo, colocando em jogo conquistas. Ela afirma que ouviria “a voz das ruas”, mas não abriria mão dos “primados da lei e da ordem”. “O governo não pode aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua

⁵⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/05/1458969-relembre-em-7-atos-os-protestos-que-pararam-sp-em-junho-de-2013.shtml>>.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/passelivresp/?hc_ref=ARRs_6VOaEc24jPyoO03wwNwPDf79Tar9gsIR_1C2yiSmGTF2pq7zas3TU59P1Ktiwk>.

⁵⁶ O pronunciamento da presidente Dilma Rousseff está disponível na íntegra no Youtube em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xETRrVw8rLI>>. Acessado em 30 de maio de 2016.

⁵⁷ O pronunciamento da presidente Dilma Rousseff está disponível na íntegra no Youtube em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xETRrVw8rLI>>. Acessado em 30 de maio de 2016.

o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos.”⁵⁸

A presidente falou da necessidade de um pacto nacional com governadores e prefeitos e propôs a elaboração do plano nacional de mobilidade urbana; destinação de 100% dos *royalties* do petróleo à educação e a vinda de milhares de médicos estrangeiros para ampliar o atendimento no SUS. Disse que receberia os líderes das organizações pacíficas. Ao finalizar o pronunciamento, Dilma falou da necessidade de instituições mais transparentes e permeáveis às reivindicações da sociedade e de ampla reforma política. Os protestos continuaram nos dias que se seguiram na capital paulista e noutras cidades do Brasil, entre elas Belo Horizonte que apresentaremos a seguir.

Antes mesmo de os protestos de São Paulo alcançarem visibilidade nacional, grupos que discutiam os impactos das obras realizadas em Belo Horizonte como pré-requisito para sediar os jogos da Copa das Confederações, naquele ano, e a Copa do Mundo, no ano seguinte, estavam mobilizados. As articulações eram conduzidas pelo Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (Copac), formado em 2011 a partir das provocações feitas por Raquel Rolnik acerca das violações de direitos humanos com a realização de megaeventos, conforme destacado no site da Copac. As provocações foram publicadas no site da urbanista em 2010.⁵⁹ Autodefinindo-se como organização horizontal sem lideranças, o grupo buscava articular “os atingidos direta e indiretamente pelo evento no Brasil” (Atingidos Copa 2014).

Entendemos por atingidos diretamente aqueles que perderam sua moradia, trabalho, direito de ir e vir, ou que são perseguidos pela política higienista para limpar a cidade para os jogos. Indiretamente somos todos atingidos, basta dizer que os patrocinadores da Copa não pagam ICMS – Imposto sob Circulação de Mercadoria e Serviços, estadual e ISSQN – Imposto sob Serviço de Qualquer Natureza – Municipal. Sendo assim, empresas como o Itau, a Coca-cola, a Ambev, a Nike e a Hyundai não pagarão impostos durante os jogos (ATINGIDOS COPA 2014, 2011).

Dois anos antes de os protestos eclodirem, a Copac articulava “trabalhadores das obras, famílias atingidas pelas obras, barraqueiros do entorno do Mineirão, Associação das Profissionais do Sexo, feirantes do Mineirinho, associação de moradores do entorno da Avenida Pedro I e taxistas” (ATINGIDOS COPA 2014, 2011). Essa articulação faz com que desde o primeiro protesto em Belo Horizonte, no dia 15 de junho, juntamente com o questionamento da tarifa do transporte público, sejam apresentadas reivindicações referentes às remoções e implicações das obras de preparação para a Copa.

⁵⁸Íntegra do discurso disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acessado em dezembro de 2016.

⁵⁹ Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/sobre>>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

A visibilidade da brutalidade policial em São Paulo contribuiu para a intensificação do processo nas ruas da capital mineira, mas os atos já estavam sendo preparados (BERQUÓ, 2015). Se, em São Paulo, o objetivo principal era a redução da tarifa com a ampliação das reivindicações ocorrendo a partir do sexto ato, no primeiro ato em Belo Horizonte, a pauta de reivindicações já era múltipla. O ato questionava a Copa das Confederações cuja partida inicial ocorreu no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, com a presença da presidente Dilma Rousseff e do presidente da Fifa Joseph Blatter⁶⁰.

Para compreender Junho de 2013 em Belo Horizonte, é importante retomar a ideia de ocupação do espaço público que inspirou movimentos culturais, fortemente marcados por um discurso de apropriação e democratização da cidade. Algumas iniciativas e coletivos foram pioneiros: o Duelo de MCs, a Praia da Estação e a retomada do carnaval de rua em 2009. O Duelo é uma ocupação realizada pelo coletivo Família de Rua no Viaduto Santa Tereza⁶¹. Iniciada por jovens do movimento Hip Hop, a ocupação teve início em 2008 e, desde então, foi marcada por embates entre a juventude e o poder público.

⁶⁰ A matéria “Manifestantes fecham avenida no Centro de Belo Horizonte”, publicada na edição online do caderno Gerais, mostra que o protesto tinha múltiplas reivindicações, indica que houve momentos de tensão entre manifestantes e a polícia em função da ocupação das vias públicas e ressalta que, apesar do clima tenso, não houve confronto. A matéria está disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/15/interna_gerais,406309/manifestantes-fecham-avenidas-no-centro-de-belo-horizonte.shtml>. Acessada em 30 de agosto de 2015.

⁶¹ Amigos do coletivo Conspiração Subterrânea, desde 2005, encontravam-se quinzenalmente para a realização de uma roda de improviso na Praça Sete de Setembro aos domingos. Antes de irem para o Viaduto Santa Tereza, eles tentaram realizar o Duelo de MCs na Praça da Estação. O objetivo era “fazer o Duelo na rua”. Não havia uma conexão com ideia de ocupação de outros países, embora tenham ocorrido de maneira concomitante. Os Duelos seguiram sendo realizados no espaço destinado ao projeto Miguilim e só cogitaram ir para o viaduto porque devido a uma chuva avaliaram que era necessário encontrar um local coberto para a realização das atividades. Em 2008, o coletivo já identificado como Família de Rua, inicia diálogo com o poder público para que ofereça condições mínimas para a realização do evento. Ao querer ocupar um espaço da cidade, os jovens começam a pensar no aspecto de direito a cidade, ampliando a compreensão do Duelo para além de um evento cultural, mas como um direito de juventudes que habitam nas áreas de periferia.



FIGURA 2 - Duelo de MCs no baixio do Viaduto Santa Tereza.
Fonte: foto de Túlio Santos em 16 de abril de 2014.⁶²

A Prefeitura de Belo Horizonte alegava falta de segurança e, por diversas vezes, tentou suspender a atividade cultural que consistia na realização de ‘batalhas’ entre mestre de cerimônia (título que no movimento Hip Hop é concedido a quem canta rap). No entanto, o evento ganhou apoiadores em setores da academia e do jornalismo e também no meio artístico. Apesar dos embates constantes com o poder público, o Duelo se firmou na cena cultural da cidade como espaço de inovação e resistência. Contribuiu para se criar o sentimento (entendimento) de que a cidade e seus equipamentos devem ser desfrutados pelos cidadãos e que tal ato se constituiu como um fazer político (ALBUQUERQUE, 2013; SILVA, 2014; RICCI e ARLEY, 2014).

No ano seguinte ao surgimento do Duelo, algumas pessoas tiveram a iniciativa de realizar cortejos pela cidade no período do carnaval – período em que muitos belo-horizontinos saíam da cidade para desfrutar da festa em outros locais. Dois pioneiros nesse movimento de apropriação do espaço público por meio da folia foram os blocos Tico Tico Serra Copo e Peixoto. O ano de 2009 é apontado como marco do reflorescimento do carnaval de rua de Belo Horizonte. Iniciativa de arquitetos e designers, o Tico Tico surgiu no Bairro Serra, e optou, nos anos seguintes, pela itinerância do cortejo. Já o cortejo do Peixoto ocorre no Bairro Santa Efigênia.⁶³

⁶² < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/04/16/interna_gerais,519842/duelo-de-mc-s-consegue-isencao-de-taxas-e-podera-ter-novo-local-para-o-evento.shtml >.

⁶³ “Cerca de 50 blocos desfilam nesta terça-feira”, no G1 em 20 de fevereiro de 2017, disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/carnaval/2017/noticia/cerca-de-50-blocos-desfilam-nas-ruas-de-belo-horizonte-nesta-terca-feira.ghtml>>. Acessado 30 de outubro de 2017. “Sem multidão, bloco do Peixoto agrada folião em Santa Efigênia, O Tempo, 28 de fevereiro de 2017, disponível em:

Com o propósito de ocupar espaços públicos da cidade de maneira lúdica, ano a ano, novos blocos foram criados, levando cada vez mais foliões às ruas da cidade. Em 2013, a Prefeitura de Belo Horizonte cadastrou 70 blocos que se apresentaram durante o carnaval⁶⁴ - em 2017 foram cadastrados 350 blocos na Belotur⁶⁵.

A Praia da Estação, por sua vez, surgiu dois anos depois, em 2010, como resposta a um decreto do prefeito Márcio Lacerda, proibindo a realização de eventos na Praça da Estação. Albuquerque (2013, p. 110) ressalta: “A manifestação se caracteriza basicamente pela irreverência e descontração, em face à medida do prefeito que visa diminuir as manifestações culturais nas áreas centrais.”



FIGURA 3 - Praia da Estação.
Fonte: Alex de Jesus do Jornal O Tempo⁶⁶.

<<https://g1.globo.com/minas-gerais/carnaval/2017/noticia/cerca-de-50-blocos-desfilam-nas-ruas-de-belo-horizonte-nesta-terca-feira.ghtml>>. Acessado 30 de outubro de 2017.

⁶⁴ Matéria “Confira a programação de blocos de Carnaval em 2013 em BH. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/01/16/interna_gerais,343790/confira-a-programacao-de-blocos-do-carnaval-2013-em-bh.shtml>. Acessado em 15 de agosto de 2017.

⁶⁵ Matéria Agência Brasil “Com 416 desfiles e 500 mil turistas, BH espera ter o maior carnaval da história”, de 11 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-02/com-416-desfiles-e-500-mil-turistas-bh-espera-fazer-maior-carnaval-da>>. Acessado em 15 de agosto de 2017.

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/pelo-5%C2%BA-ano-pra%C3%A7a-da-esta%C3%A7%C3%A3o-se-torna-praia-da-esta%C3%A7%C3%A3o-1.972160>>.

A primeira convocação pedia que as pessoas comparecessem à praça, no dia 7 de janeiro de 2010, vestidas de branco⁶⁷. A denominação Praia da Estação só ocorreu no evento que aconteceu na semana seguinte, em 16 de janeiro. Em vídeo⁶⁸ sobre a história da Praia da Estação, o antropólogo Rafael Barros definiu como “uma intervenção urbana, política e performática que transformou a praça em praia”. Evento festivo e político, a Praia da Estação propôs transformar o concreto da praça em local de encontros⁶⁹. Albuquerque (2013) aponta as múltiplas formas da Praia da Estação:

Como objeto, a Praia da Estação insiste em ser sujeito. A Praia é movimento social? Intervenção urbana? Ativismo? Evento cultural? Rede de ação direta, irrupção do inesperado, ilusão de participação? Pouco comportada, muito escorregadia e avessa às classificações fáceis, ela se recusa ser compreendida de forma taxativa: assume uma multiplicidade de formas, ao mesmo tempo em que não se filia a nenhuma delas. Por mais que seja possível identificar nas práticas que a delineiam semelhanças e aproximações com outras formas contemporâneas de engajamento e mobilização, a Praia parece sempre escapadas tentativas de aprisionamento conceitual. É objeto em movimento – um movimento descontínuo, desordenado, fluido (ALBUQUERQUE, 2013, p. 11).

A capital mineira testemunhou protestos em praticamente todos os dias depois da segunda quinzena de junho, no entanto, os dias de jogos marcados para o Estádio Mineirão foram os que levaram mais pessoas às ruas. Foram também os dias em que houve mais confronto entre a repressão policial e os manifestantes.

Ferreira (2015) faz interessante reconstrução dos atos em Belo Horizonte. No dia 15 de junho, cerca de 8 mil pessoas participaram do ato que teve início na Praça Diogo de Vasconcelos e acabou na Praça Rio Branco, depois de passar pelas praças Sete e Rui Barbosa (da Estação). Na Praça da Estação, foi montada a *Fan Fest*, evento para acompanhar os jogos das Copas das Confederações. Os manifestantes reivindicavam a redução da tarifa do transporte público e questionavam os impactos das grandes obras. Não ocorreu nenhum confronto entre manifestantes e a Polícia Militar⁷⁰.

No dia 17 de junho, foi a primeira vez que os manifestantes tentaram chegar até o entorno do estádio Mineirão, considerado território da Fifa (ZIVIANI, 2016). Naquele dia, o estádio recebeu a partida entre Taiti e Nigéria. Em ato tumultuado, a Polícia Militar fez uso de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. As 12 faixas de trânsito da Avenida Antônio Carlos foram tomadas pela multidão – 20 mil pessoas, segundo a corporação e 50 mil de acordo com os organizadores. Ao longo do trajeto proposto pelos manifestantes, a

⁶⁷ Disponível em: <<http://imaginanacopa.com.br/historias/historia-7-praia-da-estacao/>>.

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5354OitR07E>>.

⁶⁹ Para lá, seguiam ‘os banhistas’ com todos os acessórios que se levaria para um banho de mar: desde o uso de roupas de banho, até boias e pranchas. Os banhistas usavam as fotes da praça para se refrescarem e chegaram a contratar um caminhão pipa para molhar os presentes.

⁷⁰ FRANCO, Pedro Rocha; CRUZ, Márcia Maria e DURÃES, Alfredo. Unidos por várias causas. Estado de Minas, Belo Horizonte, Gerais, p. 25, 16 jun. 2013.

PM realizou diversos bloqueios para impedi-los de seguir. O primeiro ocorreu no Bairro Cachoeirinha, pouco depois da trincheira da Avenida Bernardo Vasconcelos.

O primeiro confronto ocorreu próximo ao campus da UFMG, quando os manifestantes estavam próximos ao Mineirão. Foi montada uma barreira na Avenida Abraão Caram que dá acesso ao estádio. Alguns manifestantes apedrejaram concessionárias de veículos, ato amplamente divulgado pelos meios de comunicação. Também naquele dia, o Sindicato dos Professores de Minas Gerais (SindUTE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) protestaram perto da Igreja São Francisco de Assis. À noite, cerca de 10 mil manifestantes se concentraram na Praça Sete de Setembro, no centro da capital mineira.

No dia 18 de junho, o protesto teve início no campus da UFMG na Pampulha. De centenas de manifestantes na concentração, na Avenida Antônio Carlos, o número chegou à casa de milhares quando o protesto chegou à Praça Sete, onde ocorreu um ato. “Você aí parado, também é explorado” e “ô motorista, ô trocador, me diz aí se o seu salário aumentou” foram slogans entoados pela multidão. No mesmo dia, cerca de 800 pessoas se reuniram em assembleia sob o Viaduto de Santa Tereza para definir a estratégia para os atos seguintes. Nascia, ali, a Assembleia Horizontal Popular, da qual voltaremos a falar⁷¹.

No dia 19 de junho, o ato contou com cerca de 10 mil pessoas que se concentraram na Praça Sete, no Viaduto Santa Tereza e na Praça da Assembleia. Os manifestantes foram para a Praça da Estação. Houve tumulto, quando foram lançadas bombas na praça. O Viaduto Santa Tereza ficou interditado pelos manifestantes por mais de duas horas⁷².

O dia 20 foi marcado por confronto entre manifestantes e a polícia. A concentração ocorreu na Praça Sete, mas os manifestantes ocuparam a Avenida Afonso Pena e seguiram para a Avenida Antônio Carlos. Outro grupo tentou invadir a sede da prefeitura no centro da capital. Durante a terceira semana de junho, o dia 21 foi aquele de menor mobilização nas ruas, embora tenham ocorrido protestos no Barreiro e em Venda Nova.

No dia 22, um dos mais graves confrontos entre manifestantes e a polícia ocorreu na data marcada para a partida entre México e Japão, quando foram escalados 3,8 mil agentes, embora o governador Antonio Anastasia tivesse anunciado à imprensa que o policiamento poderia contar com nove mil policiais. Depois de uma concentração pacífica na

⁷¹ LOPES, Valquíria; PARREIRAS, Mateus; CANÊDO, Felipe; HOLANDA, Thiago de; KIEFER, Sandra; MANSUR, Carolina; CASTRO, Marinela e HEMERSON, Landercy. Protesto e Pancadaria. Estado de Minas, Belo Horizonte, 18 jun. 2013, Gerais, p. 17.

⁷² LOPES, Valquíria; PARREIRAS, Mateus; CANÊDO, Felipe; HOLANDA, Thiago de; KIEFER, Sandra; MANSUR, Carolina; CASTRO, Marinela e HEMERSON, Landercy. Confronto com seis feridos. Estado de Minas, Belo Horizonte, 18 jun. 2013, Gerais, p. 18.

Praça Sete, onde milhares de pessoas se reuniram, o grupo seguiu para o estádio. De acordo com a polícia cerca de 120 mil pessoas participaram dos protestos. A confusão teve início quando a corporação tentou impedir que os manifestantes chegassem próximo ao estádio. Neste dia, Luiz Felipe Aniceto de Almeida, de 22 anos, caiu do Viaduto José Alencar. O jovem foi socorrido no local pelo Corpo de Bombeiros. No mesmo dia foi levado ao Hospital Risoleta Tolentino Neves. Como estava em estado grave, foi transferido para o Hospital Pronto-Socorro João XXIII. Depois de 19 dias hospitalizados, Luiz Felipe morreu no dia 11 de julho⁷³.

No dia 22 de junho, um primeiro bloqueio foi montado pelo Batalhão de Choque e Força Nacional na Avenida Abrahão Caram, com a presença de policiais com cães farejadores, escudos e cassetetes. À noite, naquele dia, milhares de pessoas se reuniram na Praça Sete. O público diverso apresentava reivindicações relacionadas às políticas de saúde, educação, transporte público, contra a impunidade para políticos, pelo fim do desmatamento, contra os gastos da Copa do Mundo, pelo fim da PEC 37 (que retiraria direitos de investigação do Ministério Público) e contra a homofobia. A concessionária Forlan, o Banco Mercantil e a Nissan foram alvo de manifestantes. Um galpão de madeira do BRT foi queimado⁷⁴. A tensão gerada pelo conflito é narrada por manifestante que participou dos protestos e concedeu entrevista para essa tese:

“[...]o negócio ficou tenso, ficou tenso demais, porque tinha lá o bloqueio na Abrahão Caram. E aí de repente surge um tanto de assim bomba voando da polícia. Tacando aquela bomba de efeito, de gás lacrimogênio é tipo uma arma 12, que ela deixa trajetória e ela parece *Napalm*, assim, voando no céu e começa a cair. Aí chega o helicóptero voa raso, e irresponsavelmente, solta bomba ao léu, a bomba nem encostava no chão explodia na altura do nosso peito. E isso foi um terror generalizado, e eu estava de máscara de gás porque eu tenho problemas respiratórios e também não estava a fim de cheirar gás. Eu estava com a máscara de gás e eu consegui ficar mais na frente, eu vi esse pessoal correndo e colocando a bandeira na cara. E aí na hora, eu abaixei a máscara e comecei a fazer um discurso “ É isso que o Estado faz, quer gritar sem violência, a gente tem que criticar o Estado, criticar a instituição militar da polícia, tem que criticar a polícia, pra que a polícia serve? A polícia serve para segurança ou para reprimir?” E comecei a colocar, comecei a colocar, e um tanto de gente começou a colocar. Até que uma dessas pessoas chegou e pediu para colocar o vinagre porque não estava aguentando mais. E eu estava com o vinagre na mão, pediu para colocar o vinagre na bandeira do Brasil dela. Isso foi uma coisa que para mim, marcou. “Viu? Esse vinagre aqui é para você ver”, e eles saíram. Mas na hora que sentiram na pele, na hora que a gente sente na pele é outra coisa, e isso é bom porque o avanço da consciência é espetacular.” (ENTREVISTADO 46, BH, 2014).

⁷³ < <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/07/meu-filho-foi-uma-vitima-diz-mae-de-jovem-morto-apos-queda-em-protesto.html>>

⁷⁴ HOLANDA, Thiago; PARREIRAS, Mateus e FERREIRA, Pedro. Entre a mobilização, a tensão e a incerteza. Estado de Minas, Belo Horizonte, 22 jun. 2013, Gerais, p. 17.
MACIEL, Alice. Passagem cai R\$ 0,10 em BH. Estado de Minas, BH 22 jun. 2013, Gerais, p.19.
PARREIRAS, Mateus e HOLANDA, Tiago de. União e reforço pela paz. Estado de Minas, Belo Horizonte, 19 jun.2013, Gerais, p. 19.

No dia 23 de junho, os manifestantes se reuniram em assembleia sob o Viaduto de Santa Tereza, para pensar estratégias para o ato da quarta-feira subsequente na Praça Sete. Eram cerca de duas mil pessoas, segundo estimativas da PM⁷⁵. Dois dias depois, manifestantes ocuparam o prédio da reitoria da UFMG em protesto contra o uso da área da universidade para a força repressiva. A ação foi relatada na página da União Nacional dos Estudantes (UNE)⁷⁶.

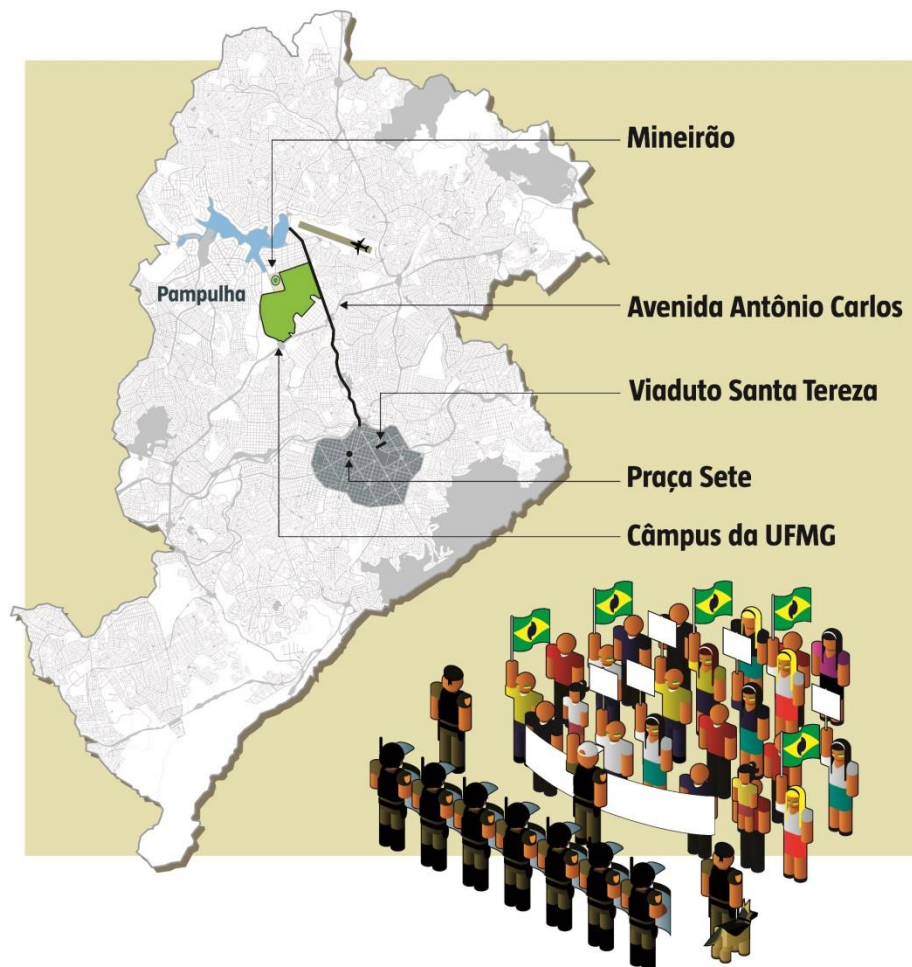


FIGURA 4 - Infográfico protestos em Belo Horizonte.

Fonte: Infográfico produzido para esta tese pelo infografista Paulo Gomes.

A partida entre Brasil e Uruguai, no dia 26, teve o maior esquema de segurança montado durante a Copa das Confederações em Belo Horizonte. Entre agentes da Polícia Militar e da Força Nacional foram mobilizados 5.567 policiais. O contingente recebeu o

⁷⁵ HOLANDA, Tiago de; PARANAÍBA, Guilherme; TAKAHASHI, Paula e SARAPU, Paula. Guerra no cenário da copa. Estado de Minas, Belo Horizonte, 23 jun. 2013, Gerais, p. 21.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.une.org.br/2013/06/reitoria-da-ufmg-ocupada-contra-a-presenca-de-pm-e-exercito/>>.

reforço de 1,5 mil militares do Exército e da Polícia Rodoviária Federal. Estudantes protestaram contra a permanência do Exército e da Força Nacional de Segurança dentro do campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Apesar da forte repressão, cerca de 50 mil pessoas foram para as ruas. Mais uma vez, houve confronto. A multidão que subia a Avenida Antônio Carlos passou direto pelo bloqueio da Abrahão Caram chegou ao cruzamento com a Avenida Santa Rosa. O estudante Douglas Henrique de Oliveira Souza, de 21, morreu durante a manifestação ao dar pulo em falso sobre o Viaduto José Alencar (que faz a ligação das avenidas Antônio Carlos e Abrahão Caram, no acesso ao Mineirão)⁷⁷.

Na capital mineira, o ato subsequente deu-se não na forma de marcha. Em 29 de junho, a Câmara Municipal foi ocupada, por ocasião da apreciação de projeto de lei (417/2013) enviado pelo prefeito para a redução da tarifa, o que durou até o dia 07 de julho. Diversos manifestantes foram para a casa legislativa com o intuito de pressionar os vereadores para que as planilhas de composição de gastos das empresas de transporte público de Belo Horizonte fossem disponibilizadas. O entrevistado 41 conta como foi a experiência de integrar o grupo que realizou a ocupação:

“Sobre a ocupação da câmara de Belo Horizonte, eu participei inclusive do ato, era um grupo pequeno quando a gente decidiu mesmo, não era nem um grupo de 10 pessoas, quando a gente falou “Vamos chutar a porta da câmara”. Nossa ideia era entrar no plenário, não conseguimos. Inclusive alguns, eu e outro colega, que é inclusive anarquista também, a gente olhou um para o outro assim e fomos. Ele tomou um soco e tal coisa assim, na conseguimos ocupar o plenário. Naquele momento percebemos que tinha aquele clima de ocupar, tinha uma galera na parte de fora, tinha um pessoal lá dentro. E chamou uma assembleia e definimos ocupar a câmara municipal de Belo Horizonte, até que o prefeito de Belo Horizonte nos receba e reduza a tarifa. Eu acho que isso foi importante também porque teve uma pauta concreta. E foi muito acertada essa questão de ocupar a câmara municipal porque o movimento, quando tivemos a ocupação da câmara já tava no refluxo.” (ENTREVISTADO 41, BH, 2014)

A ocupação buscava pressionar o legislativo municipal para aprovação de emendas propostas pelos vereadores Arnaldo Godoy e Pedro Patrus, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), que pediam a divulgação da planilha e a adesão do governo municipal à desoneração do PIS/Cofins. A câmara aprovou o projeto de lei, mas vetou as emendas de Godoy e Patrus. Durante o processo de ocupação, os manifestantes promoveram diversos debates. Para conduzir o processo, foram formadas cinco comissões (segurança, limpeza, alimentação, estrutura e negociação). Outro entrevistado desta pesquisa relata a importância que atribui a esta divisão.

⁷⁷ SARAPU, Paulo. BH em alerta máximo. Estado de Minas, Belo Horizonte, 26 jun. 2013, Gerais, p. 17.
 PARREIRAS, Mateus. Caçada a grupo violento. Estado de Minas, Belo Horizonte, 26 jun. 2013, Gerais, p. 18.

“Foi uma coisa impressionante, porque foram coletivizadas todas as tarefas, todas tarefas foram divididas em grupos de trabalho, limpeza, segurança, comunicação, organização, alimentação. Enfim vários grupos de trabalhos foram distribuídos e coletivamente as tarefas foram tiradas de forma horizontal e autogeridas.” (ENTREVISTADO 46, BH, 2014)

Berquó (2015)⁷⁸ destaca o Comitê Popular de Arte e Cultura, integrada por artistas e produtores culturais para que houvesse a inserção dos temas relacionados à cultura nas discussões de política da cidade. As intervenções artístico-culturais deram o tom da ocupação, e espaços comunais foram estabelecidos. “A cozinha, em meio a esse processo, estabelece-se como importante ponto de confluência: é por meio das ações realizadas cotidianamente em torno ao fogão que muitos dos encontros ocorridos no ato se engendraram” (Berquó, 2015, p. 82). A articulação iniciada na Câmara teve desdobramentos fundamentais para a atuação dos grupos da cidade:

Na ocasião, os integrantes do Comitê Popular de Arte e Cultura e de cada um dos dez Grupos Temáticos que compunham, à época, a Assembleia Popular Horizontal, reuniram-se em meio ao jardim da Câmara, a fim de destacar pautas prioritárias dos Protestos a serem abarcadas, naquele momento, pelo grupo. Ora, foi justamente neste momento, especificamente nas discussões realizadas pelo Comitê, que, como descrito no texto publicado em 5 de julho na Fanpage A ocupação no Facebook, que 'O Evento, então previsto para realizar-se no baixio do Viaduto Santa Tereza pelo coletivo Família de Rua e os alunos da disciplina UNII 009 Cartografias Críticas da Escola de Arquitetura da UFMG - voltada para análise dos possíveis efeitos gentrificatórios do programa urbanístico Corredor Cultural Praça da Estação - foi amplificado, dando origem A Ocupação” (BERQUÓ, 2015, p. 85).

Neste ponto é importante lembrar que, desde o dia 18 de junho, movimentos sociais e coletivos da cidade haviam articulado o espaço da Assembleia Horizontal Popular (APH), que teve papel importante na ocupação da Câmara Municipal. A primeira reunião da APH, como mencionado, ocorreu três dias depois do primeiro protesto com a presença de 500 pessoas, de acordo com dados divulgados na página da APH-BH. Durante o mês de junho, foram realizadas 12 assembleias gerais, com a publicização de ata de oito delas no site do movimento.

⁷⁸ Berquó (2015) realizou trabalho de cartografia a partir d' A Ocupação, procurando demonstrar como o acontecimento se expande no tempo e no espaço. Feita no Facebook em 5 de julho de 2013, a convocatória denuncia o processo de gentrificação e exclusão da população nos espaços públicos da cidade, em especial no eixo do Baixo Centro, entre a Praça da Estação e o Parque Municipal. Foi proposta a realização de uma ocupação cultural no domingo, 7 de julho, com diversas intervenções artísticas. Em trabalho detalhado ela mostra que o evento que procede as jornadas de junho só tem força devido às articulações culturais iniciadas em 2007 na região entre a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza.

Com histórico de receber o Duelo de MC's, o Viaduto de Santa Tereza foi escolhido para realização das assembleias. Devido aos embates entre os integrantes do Família de Rua e a Prefeitura de Belo Horizonte, o local virou símbolo de uma livre ocupação dos espaços públicos da capital (ALBUQUERQUE, 2013).

Desde o seu início, a Assembleia Popular Horizontal tem experimentado um formato mais democrático de participação popular no debate e nas decisões que dizem respeito e afetam o cidadão. A APH é um espaço pautado pela horizontalidade, ou seja, pela oportunidade igual de participação para todos. Esse é um processo contínuo de construção coletiva, sobretudo a formulação a adaptação da metodologia, visando sempre o aperfeiçoamento das nossas práticas que viabilizem a participação popular com eficiência, almejando que esse princípio seja reproduzido em outras esferas da sociedade. O espaço de discussões e definição de ações é aberto para qualquer temática, e tem pautado, de maneira geral, questões relativas às políticas públicas e até mesmos princípios comportamentais que buscam efetivar uma sociedade fundamentada em princípios como vida digna, respeito e valorização da diversidade, fim de preconceitos de qualquer espécie, empoderamento pessoal e esforço coletivo nas questões da cidade, dentre outras concepções do que seria verdadeiramente VIVER a cidade de maneira democrática.⁷⁹

A escolha do viaduto, equipamento que faz a ligação entre o Centro e a Região Leste de Belo Horizonte, reforça a ideia de ocupação do espaço público, lógica intrínseca aos protestos e que vem sendo fomentada na capital mineira, desde 2005, com coletivos que realizavam ações em espaços públicos da cidade. É o que relata outro dos entrevistados da presente pesquisa:

“Quando a gente começou a fazer o Duelo a gente não tinha muito essa consciência da ocupação do espaço público, nesse sentido inclusive político. A nossa ideia era “olha, vamos reunir a galera, o povo, em um lugar onde todo mundo tem a facilidade de chegar, essa coisa de um lugar que também chame atenção, que é um cartão-postal, tipo a Praça da Estação, mas que ali tenha a linha todos os ônibus, ali que é uma região aonde todo mundo chegou das várias regiões metropolitanas e periferias e tal, vamos criar esse ambiente para as pessoas se encontrarem.” (ENTREVISTADO 39, BH, 2014)

Esse mesmo entrevistado entende os atos de Junho de 2013 como potencializadores de processos em andamento da cidade:

“Belo Horizonte entendeu que ocupar nas mais diversas possibilidades que essa atitude traz é uma ferramenta de disputa da cidade também muito importante.” (ENTREVISTADO 39, BH, 2014)

Nesse sentido, vale ressaltar que a cidade e a maneira como ela está configurada são objeto de disputa. As lógicas urbanas exercem papel na disputa (SILVA, 2013). A cidade vivida é ao mesmo tempo interiorizada e projetada por grupos sociais que a

⁷⁹ Texto extraído da página de apresentação da APH sem autoria. Disponível em: <<http://bh.assembleias.org/>>. Acessado em 24 de julho de 2013.

habitam. As relações de uso não só a percorrem como também interferem nas formas de circulação e nos sentidos determinados de fluxos criando outros e redirecionando-os. Silva *et al.* (2008) demarcam que tanto o desenho da cidade quanto a concentração de diferentes tipos de atividades e serviços marcam a passagem de grande parte da população belo-horizontina e as mais diferentes formas de uso e de ocupação de suas ruas, praças e equipamento.

A já mencionada Assembleia Popular Horizontal introduziu-se nessa cena de disputas e ocupações da cidade. Além das discussões amplas e coletivas, os participantes se organizaram em grupos (GTs), que buscavam produzir conhecimento sobre temas centralmente articulados a Junho de 2013: transporte; educação; saúde; moradia; reforma política; democratização da mídia; polícia; copa e grandes eventos; minorias e direitos humanos; meio ambiente e cultura. A questão da participação política, também se mostrava central, com reflexões sobre diferentes formatos para potencializar a participação direta e o incremento democrático.

Os atos de Junho de 2013, com destaque para a APH, dão continuidade à lógica de ocupação do viaduto. Depois dos protestos e até por processos disparados em junho, é realizado, no mês de julho, o evento que foi denominado *A Ocupação*, como podemos ver no trecho de depoimento abaixo:

“A Ocupação, que é tipo assim um encontro, a manifestação política dos artistas da cidade. Principalmente nas primeiras edições, a gente se envolveu muito no processo de organização também desse processo. A Ocupação, por exemplo, aconteceu a primeira vez eu acho que em julho, se não me engano de 2013. No dia que o pessoal desocupou a Câmara dos Vereadores, da primeira vez, é... e essa desocupação da câmara terminou na ocupação que aconteceu na Rua Aarão Reis, ali na região do Viaduto. E a gente trabalhou muito assim, por exemplo, nesse, nesse momento. Outras situações são as lutas que se desdobraram, principalmente essa coisa do, do, a luta pelo direito da cidade que se intensificou muito a partir disso.” (ENTREVISTADO 39, BH, 2014)

Compreender a configuração das vias públicas em Belo Horizonte, bem como o histórico de atuação dos coletivos e sujeitos que participaram dos protestos nas duas cidades, é importante para entendermos a dinâmica dos atos.

2.2.1 *Vem pra rua: a dimensão conectiva dos protestos*

Se, até aqui, ativemo-nos à descrição dos atos de rua em São Paulo e Belo Horizonte, não podemos perder de vista a centralidade das interações online para a

estruturação desses protestos, que foram fortemente marcados pelo uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Nesta seção, trazemos algumas pontuações a respeito das redes online em Junho de 2013.

Com isso, não desejamos realimentar a velha e ultrapassada polarização entre redes e ruas. Há ampla literatura a evidenciar a indissociabilidade entre essas dimensões na estruturação de protestos (e da vida, de uma forma geral) contemporâneos (BIMBER *et al.*, 2012; MERCEA, 2011; TRERÉ, 2013; BENNETT e SEGERBERG, 2013; SILVA, 2014; MENDONÇA e ERCAN, 2015). Considerando que são as duas faces de uma mesma moeda, destacamos que o fato de as apresentarmos em seções distintas se deve apenas a uma questão didática e também por entender que as ações nas redes não seguem os limites territoriais inerentes aos atos presenciais.

Para entender a importância das interações online nessas manifestações cabe fazer, antes de tudo, algumas pontuações sobre a própria relevância da web para os protestos. A Web 2.0 inaugura novas perspectivas para os estudos sobre internet e política, dispondo várias arenas para o discurso político, criando condições de estruturação de formas de inteligência coletiva e viabilizando a agregação de grandes quantidades de informação (CHADWICK, 2009). As mídias sociais são ambientes em que os indivíduos expressam e constroem diferentes faces de suas identidades e estilos de vida. O contexto comunicacional viabilizado por elas afeta centralmente a maneira como se constroem coletivos e se estruturam lutas sociais. Este é o argumento de Bennett e Segerberg (2013) sobre ações conectivas, que é peça chave da presente tese.

Em diálogo com a obra clássica de Olson, os autores apontam uma mudança na forma das ações coletivas contemporâneas, que estariam centralmente calcadas em fluxos comunicativos e seriam mais fluidas, horizontais e personalizáveis. Ademais, e fundamentalmente, a ação conectiva fortaleceria a dimensão individual dos atos coletivos, valorizando quadros personalizáveis de mobilização e reivindicação. No caso de Junho de 2013, nota-se tanto a centralidade das TICs na estruturação do processo, como a forte difusão de quadros personalizáveis.

Isso não significa, obviamente, que coletivos e, mesmo, instituições tradicionais teriam perdido relevância em um processo conduzido por indivíduos conectados. Basta olhar, por exemplo, as páginas de Facebook identificadas como centrais ao processo, em termos de autoridade e articulação.⁸⁰

⁸⁰ “A autoridade estima o valor do conteúdo de cada página ou nó a partir do número de compartilhamentos de suas postagens. Os HUBs avaliam o valor de suas ligações (links) para outras páginas ou nós. Definição do texto Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2013/07/31/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>.

Uma cartografia de páginas da referida rede social conduzida por Sérgio Amadeu e Tiago Pimentel⁸¹, durante junho de 2013, demonstra a importância não apenas da página Passe Livre São Paulo, mas também de sites da imprensa como o Estadão, Folha de S. Paulo e Carta Capital e de coletivos midialivristas. A mesma cartografia permite ver o paulatino crescimento de grupos mais fortemente articulados via web e o enfraquecimento do MPL. A cartografia foi realizada durante a realização dos seis primeiros atos em São Paulo.

6 de junho

Autoridade

1º Estadão

2º Passe Livre São Paulo

3º AnonymousBrasil

HUB

1º Izaias Santana

2º Manifesto Libertário

3º Anonymous Brasil

(-) Passe Livre São Paulo

7 de junho

Autoridade

1º Estadão

2º Carta Capital

3º Folha de São Paulo

4º- Anonymous Brasil

7º- Passe Livre São Paulo

HUB

1º AnonymousBrasil

⁸¹ Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2013/07/31/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>.

2º A verdade Nua & Crua

3º Luiza Erundina

11 de junho

Autoridade

1º Estadão

2º A verdade nua & crua

3º Passe Livre São Paulo

6º AnonymousBrasil

HUB

1º A verdade nua & crua

2º Movimento contra a corrupção

3º Passe Livre São Paulo

4º - Anonymous Brasil

13 junho

Autoridade

1º Estadão

2º A verdade nua & crua

3º Occupy Brazil

10 º AnonymousBrasil

HUB

1ºA verdade nua & crua

2º Anonymous Rio

3º Passe Livre São Palou

4º- Anonymous Brasil

17 junho

Autoridade

1º Movimento contra a corrupção
 2º Anonymous Brasil
 3º Estadão
 6º Passe Livre São Paulo

HUB

1º Anonymous Brasil
 2º Movimento contra corrupção
 3º Passe Livre São Paulo

20 junho

1º AnonymousBrasil
 2º Movimento contra corrupção
 3º Última hora
 (-) Passe Livre

HUB

1º AnonymousBrasil
 2º Movimento contra corrupção
 3º A verdade nua & crua
 (-) Passe Livre

Fonte: Cartografias de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013

É interessante notar que, em 20 de junho, após a revogação do aumento das tarifas, o Passe Livre São Paulo já não contava na lista das 20 maiores autoridades da movimentação das redes.

Vendo o tráfego nas redes, é importante compreender a dimensão mobilizadora das campanhas online que atravessaram Junho de 2013. Baringhorst (2009) pontua que tais campanhas podem ser entendidas como uma série de atividades comunicativas desenvolvidas para atingir os objetivos em relação ao público, em determinado período, fazendo uso de diversos recursos. Deve-se levar em conta, ao analisá-las, os objetivos, táticas e estratégias usadas, bem como a relação entre os atores e o público a que se

destinam. Wimmer (2009) chama a atenção para o potencial das campanhas na Web de gerar discussão pública, colocando em debate novos discursos sociais ou pontos de vista.

Grande parte do processo de junho se estruturou em torno da campanha “Vem para a rua”, que nasce de um slogan gritado pelos coletivos que se contrapunham ao aumento de tarifas, mas logo viraliza por meio de páginas como *Anonymous Brasil*, abarcando temas diversos e atores muito distintos. A campanha foi possível, porque o que era um grito nas ruas se transformou numa das principais *hashtags* do protesto (#Vempraru).

Malini *et al.* (2014) mostram a articulação entre forma-rua e forma-rede dos protestos para dizer da articulação no espaço público e na ambiência digital. Na forma-rede, os autores destacam categorias distintas de *hashtags*: as que têm caráter convocatório, as que têm caráter informativo, as que expressam um desejo e as que expõem uma crítica. Em muitos posts convocatórios, as *hashtags* aparecem sem complementos textual ou imagético, como por exemplo #AcordaBrasil, #changeBrazil, #VemPraJanela e #mudabrasil.

No modo informativo, os autores destacam as *tags* territoriais como uma forma de fornecer informações para quem estava acompanhando em casa. Elas funcionavam também na organização do movimento em tempo real. Nesse sentido, a indexação dos assuntos era feita por meio das *hashtags* #protestoBH, #protestoSP, #protestoRJ, #protestoES. No modo desejo, o léxico das *hashtags* aponta o que motivava os protestos. Nesse grupo, estão #épordireitos, #wewantrights, #queremosdemocracia. De acordo com os autores, tais *hashtags* “(...) podem não apresentar uma reivindicação específica, mas colocam em cena um desejo por mais democracia, ainda que esta se coloque sob crítica” (MALINI *et al.*, 2014). No modo críticas, estão as *hashtags* #votodeprotesto, #fodasseacopa, #AbaixoRedeGlobo, #desliguesuatv e #lulaéocancerdobrasil.

Importante perceber que, frequentemente, as narrativas criadas nas mídias sociais dialogavam e se contrapunham a outras narrativas, incluindo aquelas criadas pelos meios de comunicação mais tradicionais. As mídias sociais apresentam diversidade polifônica que encampa desde manifestantes que estavam nas ruas e usavam as redes para apresentar essa experiência, até as ações de midialivrisimo, que ganharam evidência devido à maneira orgânica como faziam a cobertura das manifestações, passando pelo uso feito por coletivos para divulgar o que ocorria, para convocar as pessoas e para disputar enquadramentos.

Goveia *et al.* (2013) usam a ideia de narrativas-monstro para capturar o modo como histórias se entrelaçam em uma tessitura coletiva de junho de 2013. Os autores evidenciam a possibilidade de personalização das histórias devido à oferta de dispositivos de comunicação, o que segue a mesma linha das teses de Bennett e Segerberg (2013) que

trabalharemos na sequência. São milhares de fotos, vídeos, memes e imagens que descrevem o que ocorreu nas ruas e contribuem para a organização dos protestos:

Com a existência de uma rede on-line globalizada e de fácil acesso, associada aos dispositivos de captura e edição de imagens, cada indivíduo se tornou capaz de criar sua própria história e interagir com as de outros, fomentando uma força hábil capaz de transformar instituições sólidas (Igreja, família, Estado, universidade) (GOUVEIA *et al.*, 2013, p. 38).

Se as mídias sociais são apontadas como tendo papel fundamental para a visibilidade dos protestos, o mesmo ocorre em relação aos meios tradicionais, embora não haja consenso entre os pesquisadores quanto ao papel desempenhado por eles. Lima (2013) atribui ao que ele chama de “velha mídia” papel decisivo. Outros pesquisadores (ALZAMORA *et al.*, 2014) propõem que a convergência midiática contribuiu para essa maior visibilidade. Apesar das discordâncias, há forte argumentação sobre o fato de as imagens da repressão da polícia nas manifestações em São Paulo terem contribuído para a expansão dos atos de Junho de 2013 (JUDENSNIDER *et al.*, 2013).

A publicização das imagens catalisa o potencial de muitas manifestações. A repressão e a reação a ela podem impulsionar a mobilização política e alimentar a convocação de manifestações em diversas cidades. Também podem ser interpretadas como algo constitutivo das mobilizações contemporâneas se tomarmos como referência a ideia de quadro de ação pessoal. A *selfie* não era apenas um registro da presença nas ruas, mas uma maneira de participar e também um mecanismo de convocação de outras pessoas das redes de cada indivíduo (HESS, 2015; LASSEN, 2015; SENFT, 2015).

A *selfie* articula quatro elementos: o eu, o espaço físico, o dispositivo e a rede (HESS, 2015). O autor pontua a autenticidade do gesto, que não só é o registro do sujeito como também apresenta o lugar (no caso de Junho de 2013, o cenário dos atos), são uma composição mediada pelo olhar, pelo dispositivo fotográfico e pela linguagem da Web 2.0. Hess (2015) ressalta que as *selfies* não apenas capturam determinados momentos, como a relação dos indivíduos com o dispositivo (interseção de corpo e máquina, de analógico e digital) permite gerar novas percepções do sujeito sobre si.

Em junho de 2013, eram vistas nas ruas pessoas mascaradas, que se misturavam à multidão, e também muitas que estavam ali cuja experiência de protesto só se completava quando se postava uma *selfie* nas mídias sociais. Nesse sentido, os protestos deram a ver um aspecto curioso da ação coletiva/conectiva contemporânea: por um lado, a ideia de anonimato expresso nas máscaras e em diversas formas usadas para esconder o rosto e, por outro, a autoexposição dos manifestantes que tiravam fotos da participação nos atos para serem divulgadas nas redes sociais. A postagem de fotos em perfis e a interação que esse recurso imagético proporcionava eram a extensão da participação nas ruas.

Nesta tese, argumentaremos que o anonimato e a autoexposição, embora pareçam expressões antagônicas, são faces de uma mesma moeda. Arriscamos a dizer que tais expressões já haviam sido prenunciadas na ação do Movimento Zapatista no México na década de 1990. O subcomandante Marcos, principal porta-voz do grupo, aparecia publicamente com o rosto coberto. Cobrir o rosto ou expor-se nas mídias sociais são ações que nos fazem refletir sobre o papel do sujeito na multidão, a emergência das singularidades; mas nos impõem o desafio de pensar em que medida essa maneira de agir configura novas formas da ação coletiva.

A construção do *self* se torna cada vez mais autorreflexiva e é alimentada por materiais simbólicos mediados tanto pela mídia tradicional quanto pelas mídias sociais. A maneira como as pessoas compartilham informações e as tecnologias sociais explicam como os eventos são divulgados para o público externo e como as ações são organizadas. Nesse processo de personalização e de desenvolvimento da ação conectiva em larga escala, são usados slogans que incluem os sujeitos, que passam a se sentir parte de um todo.⁸²

Isso nos traz de volta à já mencionada noção de ação conectiva, a qual atenta para o fenômeno da personalização da política. A ação conectiva é o resultado do processo de fragmentação estrutural e individualização nas sociedades contemporâneas ao longo de diversas décadas. A ação conectiva ganha importância nos confrontos políticos devido às mudanças também na maneira como as pessoas veem o mundo e participam na política (BENNETT e SEGERBERG, 2013, p. 23). Há mudanças em relação à maneira como as pessoas se organizam, os objetivos dos protestos e o papel dado às lideranças.

Os protestos convencionais têm lideranças identificáveis, membros mais fixos, bandeiras comuns e quadros de identidade coletiva (BENNETT e SEGERBERG, 2013). Já a ação conectiva tem, em sua base, a mediação digital e os quadros de ação pessoal. Essas características fazem com que os protestos contemporâneos ganhem escala rapidamente e quebrem recordes de mobilizações. Tais ferramentas permitem mais flexibilidade na abordagem das questões e a construção de repertórios adaptáveis aos protestos.

Outra característica das ações conectivas é que, devido à natureza viral da comunicação que flui delas, um grande público pode participar delas diretamente. Os manifestantes podem compartilhar a comunicação com amigos independentemente da cobertura da mídia tradicional. A repercussão na mídia digital é combinada com a presença física dos ativistas como pudemos observar, em nossa pesquisa de campo, nas mobilizações em São Paulo e Belo Horizonte.

⁸² Nós somos 99% (We are 99%) nos EUA e o Put people first em Londres (2009).

As redes se tornam proeminentes nas sociedades modernas em que as organizações formais têm sua influência sobre os indivíduos profundamente alterada (BIMBER *et al.*, 2012; BENNETT e SEGERBERG, 2013). Os laços são realocados por fluidas redes sociais em larga escala. As redes de ação conectiva são mais individualizadas e tecnologicamente organizadas em termos de conjuntos de processos mais do que formas de organização anteriores que se davam por meio do enquadramento da identidade coletiva.

O cerne da lógica da ação conectiva é o reconhecimento das mídias digitais como agente organizador. Bennett e Segerberg (2013) chamam a atenção para o fato de as mídias estarem assentadas numa nova lógica de produção econômica, baseada na cooperação voluntária entre participantes com objetivo de produzir algo comum. Daí a maneira como é construído e compartilhado o conteúdo na internet (e-mail, links, vídeos, software, websites, comunidades de blogs, ou coordenação de plataformas de protestos). Além disso, a personalização implica mudanças na forma de engajamento dos sujeitos. Nesse contexto, as rotinas de comunicação atravessam a criação de relações de parceria entre as pessoas e contribuem para organização e estruturação da vida social. A comunicação é muito mais que uma troca de informações ou um instrumento para enviar atualizações e instruções para os seguidores. Ela faz parte do processo organizativo.

Durante Junho de 2013, os manifestantes usaram mídias digitais para mobilizar multiquestões, multiarenas, multipúblicos, expressando-se em suas singularidades. Os protestos brasileiros foram marcados por uma “exposição do eu” de sujeitos que se conectam de maneira efêmera a redes complexas e posições dinâmicas. Essa tese versa justamente sobre essa questão, buscando entender como se deu o estabelecimento de laços em um contexto profundamente marcado pela lógica individualizante e difusa da ação conectiva.

Nessa linha, Bentes (2014, 2015) aponta para os processos de construção do comum que nascem, em Junho de 2013, a partir da emergência de novas formas de midialivrismo e midiativismo. Os coletivos de midiativismo inauguram novas formas de narrar o que acontece nas ruas, pois estabelecem relação diferente do jornalista profissional uma vez que o midialivrista é parte da multidão. Bentes (2014) denomina esses coletivos de mídia-multidão.

Mesmo o conceito de “multidão” de Antonio Negri (HARDT, NEGRI, 2005) não esgota as possibilidades e matizes conceituais que podemos invocar para pensar o midialivrismo, o midiativismo, ou a reconfiguração pós-mídias de massa do campo de comunicação. Mas podemos usar o conceito de multidão para entender como pode haver sinergia e cooperação entre singularidades, entre diferentes e distinguir multidão cooperante de uma massa amorfa e “irracional” ou de conceito de “povo” (domesticado e referente a um estado-nação). (BENTES, 2015)

Fazendo referência à discussão de Rancière (que aprofundaremos no próximo capítulo), Bentes argumenta que a experimentação linguageira de midialivrismo cria outra *partilha do sensível*: um excesso que pode descodificar e desterritorializar a ordem consensual que regula os fazeres, dizeres, espaços e tempos da vivência cotidiana. Ela aponta a comunicação como uma forma de a multidão mobilizar-se, organizar-se e expressar-se.

A subjetivação midiativista, dessa mídia-multidão, funciona como um ser de absorção, de captação, de assimilação, ou seja funciona como uma esponja do mundo e/ou uma transcodificadora de mundos. Com momentos de epifania e de revelação nessa pregnância, nesses corpos, nessa deriva que constituem um discurso político comovente. Nessa captação do mundo, essa animal-câmera em combate com o inimigo ou em fuga descobre uma multidão que o constitui, pré-individualidades e singularidades anteriores a toda a forma constituída como «indivíduo» ou «sujeito». A imagem do enunciador desaparece, ouvimos sua voz entre outras vozes, numa balburdia de sons e ruídos ambientes em que a narrativa enfática pode ser abandonada até seu desaparecimento. Quem narra? Esse enunciador se dissolve, desaparece, emerge, de forma oscilante. (BENTES, 2014, p. 334)

Um dos grupos de midialivrismo que ganhou mais visibilidade em Junho de 2013 foi o coletivo Mídia Ninja, que tinha como objetivo apresentar novas narrativas sobre os “coletivos culturais” e a “cultura de rede”, mas já existia anteriormente aos protestos eclodirem nas ruas de São Paulo.⁸³ O coletivo começou a se organizar em 2012 para cobrir a eleição municipal de São Paulo e, desde o início, apresentou proposta de comunicação baseada em transmissões ao vivo (streaming). No relato de um dos entrevistados desta pesquisa, o coletivo cresceu desde aquele momento:

“Para transmitir debates e tal, e essa experiência de comunicação foi essencial a ter entrada e articulação dentro de atores e grupos e permitiu com que a gente fosse para a praça e organizar ocupações com caráter político, contra o Celso Russomano, e depois a favor de uma cidade mais pública e mais participativa. Quando acabou esse processo foi muito bem sucedido, gostaria de me dedicar exclusivamente a isso, para a gente poder dar um próximo passo.” (ENTREVISTADO 8, SP, 2015)

O coletivo tem como referência o uso da linguagem dos *memes* para fazer jornalismo de maneira ágil e colaborativa. É por meio dos memes, das selfies, dos cartazes, vídeos e podcastings que o coletivo passa a rascunhar novos enunciados: enunciados que derivam da tentativa de achar as próprias palavras, os próprios termos e formas de narrar e experimentar. Resistir é criar esses enunciados e fazer com que circulem em cenas de enunciação tomadas por discursos consensuais e naturalizadores de desigualdades.

⁸³ A Mídia Ninja foi fundada numa conferência de rua organizada no final de 2012 em São Paulo que recebeu o nome “Preliminares: 2013 vai ser foda”. A primeira cobertura foi realizada por Bruno Torturra na Tunísia, numa manifestação pró-Palestina em 2013. Na sequência, o coletivo se dedicou à cobertura das marchas anti-Feliciano e à formação da comissão extraordinária de direitos humanos de São Paulo.

Em Junho de 2013, ele acompanhou todas as primeiras manifestações convocadas pelo MPL e apresentava narrativas construídas de maneira distinta dos meios de comunicação tradicionais, porque ao contrário dos jornalistas que faziam o enquadramento a partir de um distanciamento, os ninjas eram orgânicos nos protestos. O coletivo também se valeu da tecnologia, trazendo novidade na cobertura, ainda pouco, experienciada pelos jornalistas profissionais, a partir de transmissões ao vivo feitas pelo celular. Isso aparece, mais uma vez em relatos das entrevistas.

“A gente era o veículo perfeito, veículo certo para a hora certa. Porque a gente sabia transmitir ao vivo no celular, a gente sabia se proteger e filmar a polícia, a gente sabia ficar invisível no meio da manifestação, a gente sabia não ser visto como imprensa no meio da manifestação, a gente tinha uma base como seguidor fiel.” (ENTREVISTADO 8, SP, 2015)

“Não só a forma de distribuir e a quebra narrativa, mas, por exemplo, é muito diferente você cobrir uma manifestação de van segurando uma câmera, com um paletó, entrevistando as pessoas ou dentro dela com um celular. Não é simplesmente o fato de você estar invisível e mostrar uma visão subjetiva. Mas o meio é uma mensagem (inaudível). É outra mensagem, o efeito catártico que provoca na pessoa, a não edição, o ao vivo, o fato de ser um cidadão que foi capaz de produzir essa imagem, produz um efeito emocional em quem recebe essa informação, muito mais impacto do que uma foto de revista ou uma imagem da rede Globo. E isso a gente vê em junho, e isso foi crucial, a tecnologia que permite não uma experiência tecnológica, mas uma experiência emocional. Então ela permite uma coisa extremamente humana e analógica, mas que graças a uma ferramenta dada pelo mercado.” (ENTREVISTADO 8, SP, 2015)

As falas do entrevistado evidenciam a construção de novos códigos quando os sujeitos filmam de dentro dos protestos, eles participam e, ao mesmo tempo, constroem narrativas: um gesto ativador da política.

2.3 Desdobramentos do mês que não acabou

Os protestos colocaram em tela o desenvolvimento de diferentes temporalidades nos termos de Rosanvallon (2009). A temporalidade mais estendida compreende a constituição; a temporalidade média são as eleições; e a temporalidade mais imediata diz respeito a fluxos de opinião e a negociações sociais. A temporalidade da opinião pública, cujo enquadramento é apresentado pelos meios de comunicação, incide nas decisões dos governantes referentes ao aumento das tarifas.

Junho de 2013 trouxe implicações para as eleições de 2014 e para o governo da presidente Dilma Rousseff. Ao convocar para o ato de 6 de junho de 2013, o MPL não imaginava o capítulo da democracia brasileira que se seguiria. A meta era a redução da

tarifa e a construção de um entendimento do transporte público como política pública transversal. A proposta inclusive ressalta que o sucesso de outras políticas depende da implementação exitosa de uma rede pública de transporte. No entanto, o debate que se abriu chamou a atenção para a discussão acerca da democracia brasileira e o sistema eleitoral representativo.

Junho de 2013 também antecipa o debate partidário, alargando a temporalidade das eleições presidenciais que ocorreram em outubro de 2014. A temporalidade das leis também se altera à medida que, como forma de dar respostas às ruas, a presidente Dilma Rousseff edita a lei anticorrupção, e o Congresso Nacional rejeita Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37.

2.3.1 O que aconteceu com os 20 centavos: como ficaram as tarifas?

Os manifestantes conseguiram colocar na esfera pública o debate sobre o valor da tarifa, dando início a uma negociação com o poder público sobre o transporte. A opinião pública se colocou favorável à demanda apresentada pelo MPL e abraçada por diversos coletivos em todo o Brasil.

O governo de São Paulo foi o primeiro a recuar. Em 19 de junho de 2013, o governador Geraldo Alckmin e o prefeito Fernando Haddad revogaram o aumento da tarifa de transporte coletivo. De R\$ 3,20 a passagem retornou a R\$ 3⁸⁴. Depois de São Paulo, outras 13 capitais e 59 cidades brasileiras também revogaram aumentos⁸⁵. A revogação do aumento da tarifa também foi uma das reivindicações em Belo Horizonte. Na capital mineira, a tarifa foi reduzida de R\$ 2,80 para R\$ 2,65 em julho de 2013. No entanto, o preço não se manteve por muito tempo. Em abril de 2014, a tarifa foi reajustada em R\$ 0,20, passando para R\$ 2,85 (alta de 7,5% em relação à tarifa sem redução).

2.3.2 Propostas institucionalizadas: o que foi incorporado pelo governo federal

⁸⁴ Matéria “Após protestos, São Paulo e Rio reduzem tarifa de transporte público”, disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130619_passagem_transporte_pai>. Acessado em 3 de março de 2016.

⁸⁵ Matéria “De 14 capitais que reduziram tarifa do transporte público, 5 já tiveram aumento”, disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-06-04/de-14-capitais-que-reduziram-tarifa-do-transporte-publico-5-ja-tiveram-aumento.html>>. Acessado em 3 de março de 2016.

Também podemos olhar como Junho de 2013 repercutiu na temporalidade estendida, no que se refere ao campo das leis. Ao longo dos protestos uma das reivindicações que ganhou o apoio de parte dos manifestantes foi a Proposta de Emenda Constitucional 37. A PEC 37 restringia que o Ministério Público pudesse promover investigações criminais por conta própria, o que foi apontado como retrocesso no combate à corrupção. Em 25 de junho de 2013, ainda quando os manifestantes ocupavam as ruas de cidades brasileiras, a Câmara dos Deputados derrubou, por 430 votos a nove (e duas abstenções), a PEC 37. A tramitação e a avaliação dos deputados foram afetadas pela temporalidade imediata da opinião pública.

Outra mudança foi a promulgação da Lei Anticorrupção, em 1º de agosto de 2013, pela presidenta Dilma Rousseff. A lei permite responsabilizar administrativa e civilmente empresas que cometem crimes contra a administração pública e prevê novas punições. Dois anos depois, mas ainda em resposta a Junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff enviou o pacote anticorrupção para o Congresso Nacional. Um ano antes, diante de mais protestos anticorrupção, a presidente enviara um esboço das propostas ao congresso.⁸⁶

Com sete medidas, o pacote reuniu projetos que tramitavam no Legislativo, adicionando algumas propostas do Executivo. O projeto criminaliza a utilização de recursos não declarados nas campanhas eleitorais (o chamado Caixa 2); determina a aplicação da Lei da Ficha Limpa para os cargos de confiança na esfera federal; propõe a alienação antecipada dos bens apreendidos após atos de corrupção para que não sejam usados por agentes públicos; responsabiliza criminalmente agentes públicos que não comprovarem a obtenção dos bens; prevê o confisco de bens dos servidores públicos que tiverem enriquecimento incompatível com os ganhos; e prevê a assinatura do decreto que regulamenta a Lei Anticorrupção, que responsabiliza pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública e pune empresas envolvidas em corrupção com a aplicação de multas de até 20% do faturamento.

O governo acelerou o envio depois de manifestação de milhares de pessoas contra a corrupção em 15 de março de 2015, que reuniu mais de 1 milhão de pessoas nas ruas. O pacote também permitiu os acordos de leniência, a delação premiada. Previa, ainda, que pessoas jurídicas que assumam atos irregulares possam colaborar com investigações em troca de redução na punição.

⁸⁶ Na matéria Pacote anticorrupção de Dilma só tem uma medida de aplicação imediata, publicada no caderno Poder da Folha 18 de março de 2015. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1604625-pacote-anticorruptao-de-dilma-tem-so-uma-medida-de-aplicacao-imediata.shtml>. Acessado em 5 de abril de 2016.

2.3.3 *Implicações para os processos políticos*

Protestos de larga escala voltaram a ocorrer no Brasil em 2014 e 2015, obviamente atravessados pela experiência do que fora Junho de 2013. Em 2014, os protestos tiveram um número menor de manifestantes, mas as multidões tomaram as ruas de diversas cidades em 13 e 15 de março de 2015. Há tentativas tanto na imprensa quanto na academia de estabelecer relações de causalidade entre o que ocorreu em 2015 e as ruas de junho de 2013, o que aumenta a importância de tais eventos para o entendimento do cenário político brasileiro.

Março de 2015 deixou mais evidentes polarizações que se desenrolaram em junho de 2013. Cada um desses dias - 13 e 15 de março de 2015 - contou com a participação de segmentos distintos que, inclusive, demarcaram terreno com as cores de roupas e bandeiras. No dia 13, uma rua predominantemente vermelha, enquanto no dia 15, via-se um mar amarelo, salpicado por bandeiras verdes. Nas duas ocasiões, uma pauta difusa de reivindicações, ainda que politicamente orientada em direções mais claras. Grande parte dessas multidões não integrava organizações tradicionais de movimentos sociais, mas se juntava para compor a multidão.

No dia 15 de março, manifestaram-se os que têm como principal bandeira o combate à corrupção, incluindo participantes que, embora não tão jovens, foram pela primeira vez às ruas. No âmbito desta vertente dos movimentos, incluía-se a proposta de impeachment da presidente Dilma e, de forma tangencial, a proposta de uma intervenção militar capaz de restabelecer a ordem no país.

Outras manifestações, como a do dia 13 de março, rejeitaram a equiparação do combate à corrupção à luta contra o governo e contra o PT, propondo a defesa de direitos, da reforma política e da Petrobras. E houve aquelas em torno de temas específicos ligados à preservação de direitos, como no caso das ocorridas em todo o país contra a lei de terceirização.

Avritzer (2016) defende que, depois de junho de 2013, as eleições de 2014 e as contestações da oposição à legitimidade do governo Dilma, o Brasil vive um impasse da democracia por ele caracterizado por cinco elementos: o limite do presidencialismo de coalizão; os limites da participação popular na política, os paradoxos do combate à corrupção; a perda de status das camadas médias; e o aumento da atuação do Judiciário na política.

2.3.4 Ocupações na gramática de ação coletiva no Brasil

Junho de 2013 se atualiza também em ocupações, observáveis em diversas regiões do país, incluindo os municípios encampados por este estudo (Belo Horizonte e São Paulo). As ocupações se tornaram não só um tipo de *performance* recorrente no repertório de ações contenciosas dentro do recente ciclo mundial de protestos, mas uma maneira de *constituição do comum* (tema central a esta tese e ao qual voltaremos mais adiante). O termo tem sido usado para designar processos distintos, havendo ocupações urbanas⁸⁷, culturais e de espaços públicos. Em Belo Horizonte, entre as ocupações culturais, podemos falar do Espaço Comum Luiz Estrela, por exemplo. Em São Paulo, destacam-se a Casa Amarela e Ocupação do Parque Augusta. Ativistas propuseram a criação do Parque Augusta em área de 25 mil metros quadrados, terreno localizado na rua Augusta, considerada a última área verde no Centro de São Paulo⁸⁸. O espaço se tornou referência para a realização de atividades como piqueniques, saraus, entre outras ações.

Mobilização popular que impede a implantação de empreendimentos no interior desse terreno já dura mais de 40 anos. É um movimento heterogêneo, apartidário, horizontal, onde todos nós somos líderes. Atualmente é formado por três diferentes grupos: a Sammorc, os Aliados do Parque Augusta e o Organismo Parque Augusta: essa nova geração de ativistas que estimulados pelas repercussões políticas de junho de 2013 uniram-se com o objetivo de fortalecer a defesa pelo Parque experimentando novas formas de organização política, opondo-se à lógica neoliberal global de exploração-destruição das cidades e das nossas vidas.⁸⁹

⁸⁷ Nascimento (2016) aponta números que atestam crescimento das ocupações em São Paulo e Belo Horizonte: na capital paulista, o número pode ser inferido a partir das ações de reintegração de posse abertas entre 2007 e 2015. Dados do Tribunal de Justiça apontam que foram 100 mil ações de reintegração. Levantamento do grupo de pesquisa Praxis, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apontou que 15 mil famílias. Em Belo Horizonte, levantamento da Urbel aponta que 10.400 pessoas vivem nas ocupações urbanas. Ocupação Izidora (composta por Vitória, Rosa Leão e Esperança); ocupação Nelson Mandela, entre Vila Pinho e Vila Santa Rita, na região do Barreiro; Ocupação Eliana Silva. Matéria “Vida em ocupação”, da Agência Brasil aponta estimativa de 100 ocupações de terrenos e de imóveis por toda a cidade. Em vários prédios ocupados (cerca de 90), são hasteadas bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), da Frente de Luta por Moradia (FLM) e do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/vidaemocupacao>>.

⁸⁸ “A área é privada, mas com acesso público obrigatório e longo histórico de interesse social, conforme Termos de Compromisso com a Prefeitura ao longo das últimas décadas. Já constava como Parque a ser Implantado na Cidade desde o Plano Diretor passado, 2002, e não foi oficializado pela Prefeitura. No Plano Diretor atual, 2014, houve forte mobilização para mantê-lo como Parque a ser Implantado na totalidade de sua área e mudança de seu zoneamento”, conforme informação na página do Parque no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/parqueaugustaja/photos/a.475529212525417.1073741827.475522202526118/723288137749522/?type=1&theater>>. Acessado em 10 de janeiro de 2018. Foi sancionada lei municipal que cria o parque em dezembro de 2013.

⁸⁹ Trecho de texto publicado na página do Facebook do Parque Augusta. Disponível em: <<https://www>>

Nas ocupações culturais, arte e política se fundem. O Espaço Comum Luiz Estrela ocupa casarão de 1913 no Bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Um grupo de artistas discutiu a possibilidade de intervenção cultural no imóvel da cidade. No espírito dos atos de junho de 2013, a ocupação do imóvel ocorreu em outubro daquele ano⁹⁰. Em São Paulo, a Casa Amarela foi ocupada por um grupo de artistas em fevereiro de 2014. Os artistas fazem parte do Movimento Ateliê Compartilhado, que reúne coletivos de cinema, dança e artes visuais⁹¹. As ocupações guardam em comum o fato de serem espaços autogestados por artistas e ativistas que integram os coletivos.



FIGURA 5 - Ocupação Casa Amarela Foto: Portal do Aprendiz.

.facebook.com/parqueaugustaja/photos/a.475529212525417.1073741827.475522202526118/723288137749522/?type=1&theater>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.

⁹⁰ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/12/18/interna_gerais,480552/imovel-e-cedido-a-integrantes-da-ocupacao-espaco-luiz-estrela.shtml>. Acessado em 10 janeiro de 2018.

⁹¹ Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/sp/arquivo/indicacao/ocupacao-casa-amarela-no-centro-luta-para-ser-oficializada-como-espaco-cultural/>>.



FIGURA 6 - Parque Augusta Foto: Página Parque Augusta no Facebook.

A lógica de ocupação de espaços públicos foi reforçada durante Junho de 2013. Berquó (2015) mapeia vários movimentos culturais insurgentes em Belo Horizonte⁹²:

Ora, aqui chegamos a um ponto crucial: as novas formas políticas e de organização social a que se pretendia recorrer com tais movimentos pareciam passar em grande medida, pelo próprio ato coletivo de ocupação da cidade, em suas esferas tanto espaciais quanto simbólicas e subjetivas (BERQUÓ, 2015, p. 200).

O mapeamento feito por Berquó demonstra que Junho de 2013, em Belo Horizonte, é atravessado pela lógica de ocupação dos espaços públicos por esses coletivos insurgentes. Lógica essa que se segue na atuação de diversos grupos como é o caso do

⁹² Azucrina Rotatória Praia da Estação, Praia da Estação, Reuniões Fora Lacerda, Parada Gay, Invasão das Sombrinhas, Carnaval de Rua, Espanca!, Baixo Centro Cultural (antigo Nelson Bordello), Lavação, Samba da Meia Noite, Game of Skate, Vá de Branco, Cidade Eletronika 2012, Paisagens Poéticas, PopNique, Marcha das Vadias, A mulher é o Negro do Mundo, Permitido, Desloca, Domino 9 e meia, Duelo de MC's, Real da Rua, Gangue das Bonecas Ataca, Dança de Rua, Sarau Vira Lata, Família de Rua, Rolê Fotográfico, Grafite, Baixo Bahia.

coletivo Tarifa Zero, que nasceu durante as jornadas. Uma das entrevistadas desta pesquisa apresenta a sua versão sobre a configuração do grupo:

“Mas em um momento, o GT de mobilidade urbana tinham vários grupos, tanto grupos ligados ao movimento estudantil, que defendiam o passe livre, grupos, é, de partidos políticos que defendiam, por exemplo, a estatização do transporte, os metroviários, tinham uma série de grupos. E, em certo momento, que eu não sei o qual, é... decidiu-se levantar a pauta do tarifa zero, que é diferente do passe livre, né? por categorias né? passe livre estudantil, passe livre, enfim, revolveu-se defender o passe livre universal, que na verdade é o Tarifa Zero. E eu acho que o, foi o momento que, que deu uma direcionada para esse grupo, porque ao defender tarifa zero também se defendeu que não necessariamente ele tinha que ser estatizado, ele tinha que ser, a operação do transporte tinha que ser estatal né, decidiu-se que a operação podia continuar sendo privada, né? mas o sistema de financiamento que teria uma modificação (...).” (ENTREVISTADA 45, BH, 2014).

O coletivo Tarifa Zero surgiu a partir do Grupo de Trabalho de Mobilidade da Assembleia Horizontal Popular em 23 de junho de 2013, a segunda sessão da APH. Nos anos que se seguiram, o Tarifa Zero assumiu a articulação da discussão sobre transporte público em Belo Horizonte e também assumiu a articulação de mobilizações.

As ocupações também foi o repertório de ação adotado por estudantes secundaristas em São Paulo, quando o governador Geraldo Alckmin por meio da Secretaria Estadual da Educação propôs uma reorganização escolar⁹³. Os estudantes foram para as escolas onde ficaram acampados. Em novembro de 2015, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) informou que havia 114 escolas ocupadas pelos estudantes⁹⁴. Depois de mais de 60 dias de ocupações, o governo recuou e revogou a reorganização.⁹⁵

⁹³ A reorganização escolar previa a divisão de unidades por ciclos, transferência de alunos para readequação da rede, e o fechamento de 93 escolas para o prédio ser usado com outro fim educacional.

⁹⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/passa-de-100-o-numero-de-escolas-estaduais-ocupadas-em-sao-paulo.html>>.

⁹⁵ Artigo “O legado das ocupações nas escolas”, da revista Época, 02 de fevereiro de 2016, publicado na página do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2017/o-legado-das-ocupacoes-nas-escolas/>>.

2.4 Sínteses dos atos

A partir de nossa revisão de literatura, observação e entrevistas, estabelecemos alguns elementos sintéticos em relação aos atos em junho de 2013: 1) o dissenso e a disputa de sentidos são parte constitutiva do ciclo de protestos brasileiros que encampam amplo espectro ideológico; 2) a rua se transformou em espaço de autoexpressão dos sujeitos; 3) os atos eram espaço formativo para os indivíduos e também para grupos e coletivos; 4) ideias autonomistas e libertárias passaram a ser discutidas pelos coletivos presentes, afetando a maneira como os grupos se organizavam; e, por fim, 5) Podemos observar, nos protestos, uma ruptura com a forma consensual de gestão política e o questionamento da legitimidade da representação política.

Sobre o **primeiro** elemento, nota-se que, em junho, começou a se desenhar de forma mais contundente a polarização da política brasileira. As entrevistas evidenciam que, já naquele momento, os contornos dos lados começam a se definir como mostra a divisão interna aos atos, quando os grupos optam por trajetos distintos. Como dissemos anteriormente, em um dos atos em São Paulo, a multidão se dividiu em três frentes: um grupo seguiu pela Marginal Pinheiros, um segundo foi em direção à Avenida Faria Lima e um terceiro foi até a Avenida Paulista. Os diferentes percursos indicam também grupos com reivindicações distintas, com uma cisão entre os que permaneciam nas reivindicações relativas à redução de tarifas e outros que incluíam quadro amplo de demandas, trazendo, por exemplo, o pedido de arquivamento da proposta de emenda constitucional 37 (PEC 37).

Ao olhar para o histórico de manifestações no Brasil, podemos afirmar que alguns protestos em larga escala tiveram narrativas consensuais quanto aos seus propósitos: não há divergência quanto às reivindicações que determinaram as *Diretas Já* ou o Impeachment do Presidente Fernando Collor. Nesse sentido, é que destacamos a dimensão agonística dos protestos em junho: as narrativas sobre o que motivaram os atos são múltiplas com interpretações quanto aos propósitos que se contrapõem. Observamos nas ruas amplo espectro ideológico manifesto no espaço público por meio das performances dos sujeitos. Os entrevistados relatam exemplos de grupos que não tinham visibilidade na esfera pública, mas que, com a participação nos atos de junho, deram visibilidade a esses ideais. É o caso de coletivos autonomistas e também de grupos de extrema-direita, inclusive com sujeitos identificados com o neonazismo de formas diversas. Marchavam, lado a lado, advogados de direitos humanos (indignados com a repressão policial) e defensores da redução da maioria penal, que aspiravam ao aumento da presença policial na

sociedade. Proponentes do impeachment de Dilma Rousseff e defensores do PT ocupavam ruas simultaneamente. A força e ubiquidade do dissenso estão obviamente relacionadas ao **segundo** elemento, que desejamos enfatizar. Muitos entrevistados relataram a percepção compartilhada da rua como espaço de autoexpressão e, portanto, como espaço de confluência de diferenças, como o evidencia, por exemplo, o caso já exposto das Assembleias Horizontais Populares. Com inspiração autonomista, as assembleias tinham como princípio a garantia de que todas as pessoas que desejassem se expressar pudessem fazê-lo. A proposta da APH resulta em consequências de ordem prática, como assegurar que todos possam falar. O tempo de discussão chegou a se estender por mais de cinco horas em algumas reuniões.

No tocante ao **terceiro** elemento, a percepção dos atos como espaço de formação, observa-se que a ação conflitiva não é mera expressão de atores que lhe antecedem, mas afeta profundamente as próprias agências ali presentes (Marques e Mendonça, 2018). Os atos se constituíram como espaço de aprendizado no que diz respeito à organização das mobilizações. A rua se tornou local propício para que as pessoas falassem sobre política, se informassem e buscassem compreensão sobre as diversas questões apresentadas durante os protestos. As ruas se tornam um espaço de catarse, onde pessoas de idades, classes sociais, graus de politização e níveis de engajamento cívico diverso puderam expressar a compreensão sobre a política, modos de fazer e também o que esperar para o futuro do Brasil.

O **quarto** elemento a ser enfatizado em nossa síntese é a centralidade dos ideais autonomistas e libertários como aspecto muito importante para que junho ocorresse da forma como aconteceu. Tais ideias não são novos entre os coletivos que já discutem essa questão desde a década de 1990. Levantes como o de Chiapas, Seattle e Gênova colocaram na pauta questões referentes à autonomia, à horizontalidade, ação direta e participação. No caso de Belo Horizonte, tais ideias motivaram a criação da Praia da Estação e em São Paulo o movimento em defesa do Parque Augusta.

A atuação dos anarquistas contribuiu para ampliar o léxico acerca da participação política nos grupos e trouxe contribuição significativa para reforçar a centralidade dos indivíduos no fazer político. Termos circunscritos a esse espectro ideológico não só passaram a ser compartilhados por manifestantes, como também passaram a orientar as práticas de mobilização nas ruas e, no caso de Belo Horizonte, na realização de assembleias populares horizontais. Termos como “construir coletivamente”, “horizontalidade”, “autogestão” se tornaram recorrentes.⁹⁶

⁹⁶ Trata-se de um amplo debate teórico, em que o termo aparece como guarda-chuva para diferentes práticas. No sentido mais geral, a autogestão é a estrutura básica da sociedade socialista. As primeiras formulações foram propostas por socialistas utópicos, para definir estruturas básicas de

Embora a horizontalidade seja apontada como um ganho democrático - uma vez que todos estariam em pé de igualdade no processo de tomada de decisões -, há um contrassenso diante da dificuldade de estabelecer parâmetros para a participação de todos que assim desejam. E há, ainda, o perigo de uma maioria que se imponha pela força, impedindo a expressão de minorias em nome da própria horizontalidade.

O **quinto** e último elemento a ser ressaltado nesta síntese, diz respeito à centralidade das ações disruptivas no questionamento da política institucional e da própria ideia de representação política. Em junho, o sentimento de descrédito com a política institucional aumentou. A descrença se deve à ideia de corrupção associada principalmente aos poderes executivos e legislativos, e também à ineficiência do sistema político em identificar as reivindicações da população, propondo ações de transformação. Há declaradamente esgarçamento em relação aos partidos políticos e a ideia de representação.

Esse esgarçamento aparece também em relação ao papel de movimentos sociais tradicionais no exercício de seu papel de vocalização de demandas e reivindicações. Justamente pela força do ideário autonomista, há uma aposta na ação direta e na participação horizontal, com o consequente questionamento de instâncias mediadoras, como partidos, associações, sindicatos e movimentos hierárquicos.

Depois de apontarmos o contexto, as causas e alguns dos desdobramentos dos atos de Junho de 2013, passaremos, no próximo capítulo, à discussão sobre como as subjetividades se articulam nas ações coletivas contemporâneas. Partimos de discussão sobre o conceito de identidades e suas limitações. O percurso que construímos procura entender a ação dos indivíduos no contexto cada vez mais crescente de personalização da política.

uma organização socialista. Também foi tratada por anarquistas, como Bakunin, que sugere comunidades autogovernadas em substituição ao Estado. Entre os anos de 1960 e 1970, a autogestão inspirou práticas sociais em diferentes locais do mundo. O termo é retomado nos protestos dos anos 2000. Em linhas gerais, entendemos a autogestão como a participação conjunta e horizontal no planejamento e nos processos decisórios.

3 A SINGULARIDADE DOS SUJEITOS POLÍTICOS: DA INDIVIDUAÇÃO À COLETIVIZAÇÃO

Os protestos multitudinários que ocorreram no Brasil nos convocam a pensar a participação política, a ação coletiva e a maneira como são feitas as mobilizações. No capítulo anterior, fizemos uma breve contextualização de Junho de 2013 para demonstrar que os protestos não irromperam do nada, mas que é possível reconstruir um emaranhado de fatos pregressos. Ao mirar os protestos, algo que salta aos olhos é a maneira como os sujeitos passaram a integrá-los. Há um processo de personalização de demandas e reivindicações, evidenciado nos comportamentos individuais e nas estratégias organizacionais.

As questões que intrigam pesquisadores brasileiros convergem, muitas vezes, com indagações feitas por pesquisadores de protestos em outros contextos. Nesse sentido, retomamos a ideia de personalização apresentada por Bennett e Segerberg (2013), delineada no capítulo 1 da presente tese, e baseada em análises do Occupy e dos Indignados. Tal ideia nos coloca diante de uma questão que parece ser central não só aos estudos sobre movimentos sociais, mas à ciência política de forma geral. Percebemos o fortalecimento do indivíduo no interior das ações coletivas, sobretudo a partir do uso das mídias sociais e de outros dispositivos de informação e comunicação. Neste capítulo, centraremos esforços na compreensão desse dilema, que certamente não é novo para as ciências humanas, mas que necessita ser atualizado frente a mobilizações populares que desafiam as teorias clássicas da ação coletiva.

O que teve início nas ruas em junho de 2013 trouxe consequências significativas para o cenário econômico, eleitoral e político brasileiro. Uma primeira leitura desprezou a potência de uma composição tão diversa com uma multiplicidade de reivindicações. Mas as ruas forjaram novas formas de estar juntos, o que trouxe impactos para os movimentos sociais, que repensaram não só táticas, mas a própria concepção das organizações. Qual o papel das lideranças? Como os grupos podem se organizar de maneira mais horizontal? Que tipos de opressão atravessam as práticas coletivas que a experiência do indivíduo pode denunciar? Essas são perguntas a perpassar a indagação central desta pesquisa - como se dá o processo de coletivização em uma sociedade com alto grau de individuação?

3.1 Identidade coletiva: aplicação, usos e críticas ao conceito

A maneira como o conceito de identidade é acionado por coletivos e grupos contemporâneos chamou nossa atenção para o modo como ele foi articulado em Junho de 2013. O conceito é tratado em diferentes perspectivas acerca dos movimentos sociais. Hall (2011) e Giddens (2002) apontam como a fragmentação e o deslocamento das identidades culturais e de classe são caminho sem volta. Para eles, o sujeito não pode ser entendido apenas a partir de categorias sociológicas (como classe, nacionalidade). Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall demonstra como a fragmentação do sujeito moderno tem implicações em todos os âmbitos da vida social.

A composição do sujeito está intimamente relacionada à configuração da sociedade em seus mais diversos campos (HALL, 1990). Nessa direção, a ideia de um sujeito descentrado, de identidades cambiantes e que se atravessam é um aspecto fundante da modernidade tardia, de acordo com Giddens (2002). Tanto Hall quanto Giddens apontam para sujeitos com múltiplas vinculações e identificações e a perda do que seria uma “identidade mestra”. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2011, p. 13). A reflexividade indica a permanente reformulação das práticas sociais e revela os processos discursivos a permear a construção dos sujeitos (GIDDENS, 2002).

Embora Giddens e Hall não tratem a identidade de forma essencialista, o conceito tornou-se alvo de diversas críticas em vários campos do saber. “Está-se efetuando uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares, todas as quais, de uma forma ou outra, criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada” (HALL, 2000, p. 103). No entanto, Hall defende operar com o conceito sob-rasura, reconhecendo que ele não explica plenamente um fenômeno, mas que dialeticamente não foi superado, uma vez que não é possível pensar sobre determinadas questões sem acioná-lo⁹⁷. O conceito ainda é importante para pensar a dimensão da agência e é bastante acionado por coletivos e grupos na atualidade.

Desde a década de 1980, cresceu a importância das discussões identitárias nos estudos sobre movimentos sociais. As teorias identitárias trazem contribuição importante ao pontuar que a lógica das interações coletivas implica algo diferente de racionalidade estratégica ou instrumental (COHEN, 1985, p. 691). É um contraponto à teoria de mobilização de recursos (OLSON, 1965; MCCARTHY e ZALD, 1973, 1977). O conceito de

⁹⁷ Ao mostrar que o conceito de identidade não é essencialista, ele defende um uso “estratégico e posicional” do termo. As pessoas se aproximam dos grupos sem perder a perspectiva do que as distingue e as diferencia como indivíduos. Embora o paradigma identitário esteja no seu limite, ainda não há outro termo que possa ser colocado em seu lugar que permita entender a vinculação entre os sujeitos.

identidades coletivas foi empregado por Touraine para ampliar a compreensão sobre os movimentos sociais no século 20. Na mesma direção, Cohen (1985) argumenta que os ditos “novos movimentos sociais” – feministas, ecologistas, ativistas pela paz e autonomistas – destacavam que os atores políticos se engajam em lutas por autonomia, pluralidade e diferença, sem, todavia, renunciar a princípios universalistas do estado democrático. Nesse sentido, Cohen destaca as contribuições de Touraine e Habermas⁹⁸ para o entendimento da importância dos novos movimentos sociais em tematizar questões relacionadas à vida cotidiana. A presença desses grupos na esfera pública aumenta o potencial de democratização do estado principalmente frente aos tecnocratas das instituições.

Em um de seus trabalhos mais importantes, Melucci (1996) trata da centralidade da ideia de identidade para pensar a ação coletiva. Na perspectiva dos estudos empreendidos pelo autor, podemos entender a identidade coletiva como um processo que se constrói a partir das relações ativas dos atores que interagem, comunicam entre si e se influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões.

Nesse sentido, o autor destaca a dimensão relacional do termo e demonstra que se trata de uma categoria analítica. “Uma maneira de superar a aparente contradição entre as dimensões estáticas e dinâmicas implicadas pela identidade coletiva é pensá-la em termos de ação” (MELUCCI, 1996, p. 72). A identidade coletiva pressupõe uma habilidade autorreflexiva dos atores sociais e não é uma simples reação aos constrangimentos sociais e do meio ambiente. Produz orientações simbólicas e significados que os atores são capazes de reconhecer. Implica que os atores tenham noção de pertencimento, apesar de suas diferenças. A ideia de “fazer parte” evidencia a dimensão relacional da identidade coletiva. O termo identidade coletiva é bastante central nos estudos dos paradigmas europeus de movimentos sociais.

Na trilha das reflexões europeias, mas voltado para a realidade brasileira, Prado (2002) propõe a importância do termo identidade política para compreender grupos como o movimento negro, feminista e ambientalista, entre outros. Ao analisar os movimentos que surgem no cenário político principalmente da Europa, nos anos 1960 e 1970, ele enfatiza que, ao contrário do que apontava a teoria de mobilização de recursos, tais atores não estavam orientados por uma racionalidade instrumental, mas lutavam por projetos simbólicos e culturais. Nesse sentido, as identidades políticas nascem de uma relação antagônica entre um “eles”, que impede a realização de demandas sociais de determinado coletivo, e algo que se reconhece como um “nós”.

⁹⁸ Ao chamar atenção para a sociedade civil como o locus dos movimentos sociais e entender que os novos movimentos não prescindem do uso da racionalidade, Cohen se aproxima da teoria da ação comunicativa proposta por Habermas (1984, 1987).

Ao delinear identidades, aspectos da vida social antes não politizados, como a sexualidade e a vida privada, ganham visibilidade e passam a fazer parte dos debates públicos. As identidades políticas podem ser entendidas como “conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais” (PRADO, 2002, p. 60). Desde a entrada no campo político desses atores, a discussão sobre as identidades coletivas passou a ser essencial para o entendimento dos conflitos políticos, o que abre outros questionamentos acerca de como alcançar a justiça social. Os movimentos baseados em identidades políticas evidenciam uma mobilização da própria compreensão do ‘Eu’ e do ‘Nós’ como meio e fim de lutas sociais.

Se, com o aparecimento dos “novos movimentos sociais”, a discussão sobre identidades coletivas ganhou centralidade nos estudos sobre movimentos sociais, entre 1990 e 2000, o termo foi retomado para pensar a globalização. Apesar das reconfigurações políticas e econômicas advindas da informatização, o processo de globalização não apaga a construção das identidades coletivas. Muito pelo contrário, essa busca por pertencimentos fortaleceu-se, segundo Castells (1999). Entender como as identidades são construídas em sociedades em redes, marcadas por fluxos informacionais velozes e complexos, requer compreender que acontecimentos, embora localizados territorialmente, podem ter implicações globais (CASTELLS, 1999).

A partir da análise empírica de movimentos sociais, o autor demonstra que as questões relacionadas à identidade estão na base das lutas que se estabelecem em diferentes pontos do planeta. Há uma tentativa de buscar aspectos que unifiquem essas lutas. De pano de fundo, ele apresenta o processo de transformação pelo qual passa a sociedade contemporânea do ponto de vista da economia (mercados globalizados), da política (a perda de poder dos estados-nação) e da comunicação (com a informatização).

À medida que as instituições do Estado e as organizações da sociedade civil fundamentam-se na cultura, história e geografia, a repentina aceleração do tempo histórico, aliada à abstração do poder em uma rede de computadores, vem desintegrando os mecanismos atuais de controle social e de representação política. À exceção de uma elite reduzida de globopolitanos (meio seres humanos, meio fluxos), as pessoas em todo o mundo se ressentem da perda do controle sobre suas próprias vidas, seu meio, seus empregos, suas economias, seus governos, seus países e, em última análise, sobre o destino do planeta (CASTELLS, 1999, p. 93-94).

Castells demonstra como muitos movimentos sociais, mesmo aparentemente com bases conservadoras, a partir da globalização econômica e financeira, reforçam as identidades, como é o caso do Islamismo, do fundamentalismo religioso e a discussão étnico-racial nos Estados Unidos. Por outro lado, nascem grupos como os Zapatistas, no México, que mantêm uma interface entre uma identidade ligada a um território, mas que

conseguem expandir a luta por meio dos usos das tecnologias de informação e comunicação.

O autor espanhol aponta, ainda, que a construção das identidades políticas é marcada por disputas. A partir da ideia de que a construção social da identidade se dá em um contexto atravessado por relações de poder, Castells (1999, p. 24) propõe três distinções: a) identidade legitimadora, que é introduzida por instituições dominantes para racionalizar a dominação dos atores sociais; b) a identidade de resistência que, como contraponto, é proposta por atores que estão em posições desvalorizadas e estigmatizadas pela lógica da dominação; e c) a identidade de projeto, que se constrói a partir de um material cultural, projetando novos horizontes capazes de redefinir posições na sociedade e com isso buscar a transformação de toda a estrutura social.

De forma geral, os críticos ao conceito apontam para alguns dos riscos ao usá-lo: a essencialização, a reafirmação de categorias sociológicas que apagam a singularidade dos sujeitos e, sobretudo, como o conceito pode reforçar pretensos universalismos a partir das demarcações das diferenças.

3.1.1 *Das críticas ao conceito de identidade*

O movimento feminista foi um dos que mais contribuiu para que a discussão sobre identidade passasse a ser pautada tanto nas lutas cotidianas como nas reflexões na academia. O movimento também foi fundamental para problematizar politicamente a questão das identidades. Ao demonstrar que questões da esfera privada precisavam ser debatidas na esfera pública, feministas propuseram um deslocamento do que se entendia por política e demonstraram que, ao valorizar certas identidades políticas, ampliava-se o campo de luta para além dos aspectos econômicos ou de luta de classe. Não há dúvidas de que entender a contribuição do movimento feminista, bem como do movimento negro, ao tematizar as questões de identidade é essencial para entender a luta social. É certo que, ao empregar o termo “movimento feminista”, não queremos desconsiderar a diversidade de perspectivas entre as feministas, o que, aliás, é um debate importantíssimo dentro da teoria dos movimentos sociais (ALVAREZ *et al.*, 2003).

No entanto, algumas reflexões filosóficas alertam para os riscos discursivos e, conseqüentemente, para o efeito das lutas ao se criar identidades políticas tão demarcadas. Judith Butler, por exemplo, propõe um questionamento epistemológico do termo, demonstrando que o discurso de reafirmação de gênero pode, ao contrário do que se

pretende, não combater o machismo, mas reforçar o falocentrismo. A reflexão, a nosso ver, vai além das questões de gênero, e, como a própria Butler propõe, pode ser um alerta para se pensar qualquer forma de pertencimento dos sujeitos.

O fato de a tática poder funcionar igualmente em contextos feministas e antifeministas sugere que o gesto colonizador não é primária ou irredutivelmente masculinista. Ele pode operar para levar a cabo outras relações de subordinação hetero-sexista, racial e de classe, para citar apenas algumas (BUTLER, 2014, p. 34).

Butler também problematiza o quão limitador a representação feminista pode ser. A autora propõe um debate sobre as ideias de gênero e sexo. O argumento central demonstra o quanto o binarismo entre gênero masculino e feminino pode excluir diferentes sujeitos. Também coloca em xeque se a perspectiva feminista de afirmar um patriarcado universal não reforça, de alguma maneira, o discurso a que se pretende contestar. Para agregar mulheres em uma única identidade, o feminismo estabelece como opositor uma estrutura universal ou hegemônica de dominação: o patriarcado. Por consequência, também se cria a ideia de uma universalidade do sujeito do feminismo, que esbarra no dilema da tentativa discursiva de criar uma representação.

A autora se ampara na perspectiva de Foucault, que, por sua vez, faz referência a Nietzsche, para construir crítica genealógica à origem dos gêneros e tudo mais que dessa tentativa advém, como a defesa de uma “identidade sexual genuína ou autêntica”. Ao construir as mulheres como o sujeito do feminismo, é instaurada uma dinâmica de representação. O discurso do movimento requer, inclusive, a criação de uma linguagem capaz de representá-las a fim de promover a visibilidade política delas. Há nesse movimento um efeito colateral que é estabelecer *a priori* como os sujeitos são formados. “Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida” (BUTLER, 2014, p. 18).

Assim sendo, o discurso é que daria a ver o sujeito feminista constituído. À vinculação, portanto, precedem atributos que fazem o pertencimento. No caso do debate feminista, a ideia do pertencimento se dá pelo que é negado às mulheres pelo machismo. “A crítica feminista também deve compreender como a categoria ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2014, p. 19).

A filósofa propõe um debate sobre a identidade que vai além da ideia de um descentramento ou da possibilidade de os sujeitos acessarem diferentes identidades. Ela aponta para os riscos de a própria estratégia política de demarcação de um pertencimento ser uma armadilha que reforça o que está na base da criação da disparidade ou da não-

equidade. Ao usar o termo “mulheres”, o feminismo não contemplaria as interseções com as modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais⁹⁹.

O exercício que a autora propõe é repensar as construções ontológicas de identidade na prática política feminista (*Ibidem*, 2014, p. 22). Uma dessas construções está relacionada à ideia de sexo e, como a partir dela, deriva o conceito de gênero. A primeira crítica é à naturalização da própria ideia de macho e fêmea como se fossem categorias naturais, pré-discursivas, e não o resultado de um discurso científico. O segundo movimento é pensar que a ideia de gênero propõe um descolamento com o binarismo biológico e morfológico do sexo, mas, ainda assim, é restritivo. A questão é que há, nas palavras da autora, uma relação mimética entre gênero e sexo. O discurso da identidade é sempre o lugar da reafirmação do outro.

Ao citar o caso da identidade de gênero, Butler argumenta que gênero seria só o feminino, uma vez que o masculino é visto como o universal. Em outras palavras, a ideia de identidade só é acionada quando o sujeito não se enquadra na categoria universal. Um grande dilema, portanto, é a demarcação da identidade pelo que não se é ou pelo que falta. Um dos grandes desafios é como determinar a contraposição “nós” e “eles” sem que identidades dos sujeitos sejam construídas a partir da negação do que não se é.

Ao se determinar identidades coletivas, corre-se o risco, assim, de estabelecer a priori critérios de pertencimento e também se assume o perigo de não contemplar as singularidades. Mas, se do ponto de vista filosófico, o conceito é claramente colocado em xeque, na prática e nos confrontos políticos contemporâneos, a demarcação desses lugares não é algo apenas simbólico. Tal demarcação está na base de muitas formas de ação coletiva. Nos conflitos contemporâneos, seja nas ruas ou nas redes, há rastros desses vínculos de pertencimento. A reflexão de Butler mostra o esgarçamento do conceito e como o paradigma da identidade está no seu limite. No entanto, ao olhar para a ação dos sujeitos é perceptível a construção desses lugares, o que nos obriga a considerar o conceito.

3.2 Da construção do *self* e das dimensões do pertencimento

Nas seções anteriores, procuramos resgatar a importância política do conceito de identidade sem negligenciar algumas críticas direcionadas a ele. De algum modo, esta

⁹⁹ A crítica não é completamente justa, tendo em vista que dentro do feminismo há debates sobre a necessidade de interseccionar gênero, raça e classe. Os estudos pontuam que não se pode falar em um patriarcado universal e também para a necessidade de olhar para as diferentes situações e opressão vividas pelas mulheres. Parte desse debate é iniciado por feministas negras como Ângela Davis, bell hooks e Patrícia Hill Collins.

tese propõe-se a repensar o lugar do conceito em conflitos políticos contemporâneos, na medida em que se volta a refletir sobre a possibilidade de construção de algo comum em um cenário fortemente marcado pela ideia de indivíduo. Discussões de diferentes veios filosóficos ressaltam essa centralidade do indivíduo nas lutas contemporâneas.

Charles Taylor (2011), por exemplo, mobiliza o conceito de *autenticidade* para evidenciar que cada ser humano guarda em si valor único, o que torna os processos de subjetivação centrais para entendermos não só a interação entre os sujeitos, mas também a forma como lutas por justiça se estruturam na atualidade. A ideia de autenticidade vem com a conformação das identidades modernas. Uma das razões que levaram a essa mudança é o colapso de hierarquias sociais constituídas. Taylor aponta que, na modernidade, a quebra de uma ordem estamental possibilita que os sujeitos almejem (e, eventualmente, sejam vistos como merecedores de) dignidade, independentemente de suas posições sociais.

O ideal de autenticidade, porém, está articulado a dois fenômenos igualmente desafiantes à estruturação de ações coletivas: o individualismo, que faz com que os sujeitos se centrem em si e se preocupem menos com os outros, e a instrumentalização da razão, que guia ações baseadas apenas no cálculo de custo benefício também na esfera política.

O individualismo também é motivo de preocupação na Teoria do Processo Político. McAdam, Tarrow e Tilly (2009) desenvolvem reflexão acerca da ação dos sujeitos uma vez que a modernidade altera, fundamentalmente, a estrutura ontológica e a dinâmica da vida social. “Fica-se com uma imagem inquietante do indivíduo como um autômato estrutural, forçado a agir pela força desta ou daquela inserção social.” (MCADAM *et al.*, 2009, p. 31).

As preocupações apontadas vão ao encontro da indagação que tentamos responder: como interesses e modos de agência singulares e individualizados podem dar origem a interesses e agenciamentos comuns e coletivos? A individuação moderna é tema clássico nas ciências sociais. Não pretendemos fazer um resgate do mesmo, mas, a partir do debate, retomar alguns de seus desdobramentos recentes.

Amparamo-nos, sobretudo, nas reflexões propostas por Honneth (2004) sobre os paradoxos da individuação na atualidade. O autor demonstra como a sociologia clássica se debruçou na análise das mudanças das sociedades modernas decorrentes do processo de individuação. Honneth chama a atenção para o fato de, com as tendências individualizantes da modernidade, acentuar-se a tendência de os indivíduos se tornarem cada vez mais centrados em si, embora estabeleçam redes de contatos com anônimos. Honneth apresenta como o processo de individuação é importante na promoção da justiça por fomentar a busca pela autorrealização, ainda que, simultaneamente, coloque muitos novos desafios.

Baseando-se em Simmel para mostrar as diferentes dimensões que o conceito de individuação pode assumir, Honneth pontua: o incremento na ideia de autonomia e o fortalecimento do individualismo. A individuação, portanto, caracteriza-se pelo crescimento do poder do indivíduo, isolamento, desenvolvimento da autonomia e a valorização da autenticidade dos sujeitos.

A partir da leitura de Honneth e Anderson (2011), tais dinâmicas revelam como vulnerabilidade e autonomia se intersectam. As concepções liberais de autonomia são criticadas por Honneth e Anderson (2011), por não levarem em conta as vulnerabilidades dos indivíduos. Autonomia é entendida como “conjunto adquirido de capacidades para conduzir a própria vida” (p. 82). Ao pensar a autonomia individual, é preciso levar em conta as relações sociais de reconhecimento. Para serem autônomos os indivíduos precisam ser reconhecidos nos âmbitos das relações privadas, no âmbito do e na esfera pública. No entanto, a vulnerabilidade faz com que os sujeitos não experimentem de forma igualitária o ideal liberal de autonomia.

A tematização de Anderson e Honneth nos permite pensar que juntamente à distribuição material e a garantia de direitos civis e políticos, é necessário o reconhecimento do indivíduo para que ele possa se expressar em todos os âmbitos da vida. Honneth (2004) aponta, ainda, que é preciso levar em conta que o crescimento da individualidade se dá em um contexto de diversificação da educação e expansão da indústria cultural. As mudanças nas sociedades modernas do pós-guerra levaram a uma multiplicidade de opções educacionais que, no entanto, não estavam pareadas com a expansão de autodescoberta e autorreflexividade dos indivíduos. Essas sociedades observam o crescente hedonismo, e os artigos de luxo dão indícios aos níveis que o individualismo pode chegar. No bojo das mudanças, também é importante verificar transformações culturais, que apontam para a autonomia e liberdade de escolha dos sujeitos. A revolução sexual é apontada como um exemplo de transformação nos costumes e valores.

Se, em dado momento, essa percepção era compartilhada apenas por membros de uma elite, esse sentimento passa a ser cada vez mais compartilhado entre as pessoas das mais diversas classes sociais. É certo que variáveis como tempo, cognição, o acesso a recursos simbólicos e materiais, criam novas formas de assimetrias, não apenas em termos de riquezas. Mas, certamente, elas também contribuem para forjar sujeitos distintos, que passam a ansiar pela expressão dos seus desejos e vontades como em nenhum outro tempo.

A autorreflexividade torna-se também um fator que cria assimetrias entre os indivíduos. O que poderia ser a máxima expressão das subjetividades traz consigo novas questões: “Atualmente, devemos pensar em desigualdade e classes sociais não em termos

simplesmente materiais, mas mais em termos de acesso desigual aos novos recursos de individuação” (MELUCCI, 1996, p. 213).

A construção do self é experiência central ao humano e a consciência da participação nesse processo de construção passa também a ser alvo constante de reflexão. A autorreflexividade mais que uma tentativa de compreensão, passa a ser objeto da ação dos sujeitos que querem cada vez mais ser singulares. Com o fortalecimento da autorreflexividade, nascem outras formas de poder, que estão relacionadas às maneiras de controlar e distribuir tais recursos de individuação. Muitos conflitos se conformam no nível individual, locus em que os significados são apropriados e para onde as formas de dominação passaram a ser direcionadas. Melucci ressalta que, embora possa parecer um dilema da psicologia, a questão da individuação modifica o nível estrutural da vida social. O autor propõe que a psicologia, que se destina a entender as questões individuais, e a sociologia, que se debruça sobre as realidades sociais, sejam pensadas como dois níveis que se interpenetram, tornando assim possível uma linguagem que dá conta do fenômeno: “uma metalinguagem que se possa referir a essa natureza de subjetividades em mudança” (*Ibidem*, 1996, p. 214).

Antes de Melucci e Honneth, ainda no início do século XX, parte dos pragmatistas já oferecia contribuições para pensar essa articulação entre dimensões psicológicas e sociológicas na construção autorreflexiva de selves na modernidade tardia. Para esses autores, a reflexão sobre a formação do self permite o estabelecimento de pontes entre agência e estrutura. Isso porque os autores trabalham com categorias analíticas que procuram quebrar essa dicotomia clássica. Mas o que vem a ser o *self*? O conceito é apresentado como categoria analítica dimensional, que abriga o *I* e o *Me*, categorias trabalhadas por Mead. Marcado pela espontaneidade prática, o *I* é a porção criativa e imprevisível dos sujeitos, ao passo que o *Me* diz respeito à internalização de normas sociais a partir das relações com os outros.

O *self* está em constante mudança a partir da maneira como os outros nos veem e como esse olhar externo é percebido por nós. Nesse sentido, a identidade é fruto de tensões entre singularidade do indivíduo e elementos culturais do contexto no qual está imerso (CRUZ e KIMO, 2006, p. 8). Para o processo de formação do self o sujeito sempre se referencia no outro, na maneira como o outro se apresenta, na forma como o outro o percebe e na interação que se estabelece entre eles. É no encontro com o outro que nos constituímos como indivíduos únicos. Nesse sentido, a individuação se dá em um contexto de reconhecimento mútuo e a base da realização humana está na construção do *self*¹⁰⁰.

¹⁰⁰ A ideia de autorrealização é amplamente debatida na teoria do reconhecimento proposta por Honneth. Não entraremos nessa discussão, mas gostaríamos de pontuar que a autorrealização é buscada em três âmbitos, conforme aponta Honneth: amor, direito e solidariedade. No âmbito do

Sabemos dos riscos de centrar a análise social no processo de formação do *self*. Um deles é interpretação excessivamente culturalista dos fenômenos sociais. Outro risco é a ideia de essencialização das identidades – ponto que trabalhamos na seção 2. No entanto, conforme Mendonça (2009), muitas das objeções podem ser dirimidas a partir da compreensão da perspectiva relacional para pensar a construção do *self*. A chave para essa compreensão está na ideia de intersubjetividade. Parece-nos que é o que procura fazer Honneth no livro *The I in We*. Nessa obra, o autor busca deixar mais clara a relação entre a individuação e a coletivização, movimento que ele próprio admite não ter sido consistente em suas obras anteriores.

Honneth (2004) procura estabelecer a conexão entre o processo da formação psicológica e o reconhecimento social externo. O foco é em como os sujeitos se integram ao grupo, ponto que procuramos resgatar por ser essencial à nossa pesquisa. O processo de reconstituição da teoria hegeliana foi ponto de partida para que ele estabelecesse a conexão entre individuação e processos de socialização, entre reprodução social e formação da identidade individual.

O autor é bem-sucedido ao conectar as discussões da psicologia social aos processos de reconhecimento social. Nessa direção, o primeiro movimento é compreender a natureza dos grupos, que, conforme ele próprio ressalta, é um conceito altamente plástico e aplicável a diferentes fenômenos sociais. Há uma discussão epistemológica do conceito de grupos que atravessa diferentes campos do conhecimento. Enquanto a psicanálise foca em processos de regressão que reativam primitivos vínculos da psiqué do indivíduo dentro da vida do grupo, a sociologia e ciência política trabalham com imagem excessivamente positiva do grupo, caracterizada pela aparência de comunidade cultural, fundada em linguagem, tradição e valores de integração. No entanto, Honneth lembra que as abordagens se tocam e se afetam.

A dependência dos indivíduos na experiência do reconhecimento social pode assumir várias formas que, por extensão, codeterminam a sua presença no grupo, mesmo que de forma inconsciente. O grupo permite a adultos viverem novamente a experiência do reconhecimento direto vivenciada na infância. Para os adultos, a experiência de fusão a um grupo é a retomada da mais tenra idade. Buscando referência em Winnicott, Honneth pondera que a vida intersubjetiva do grupo é geralmente marcada por estados episódicos que levam à fusão, mais ou menos intensa, entre o grupo e os membros.

amor se dá o processo de formação da autoconfiança. No jurídico, é erigido o autorrespeito. E, na solidariedade, a autoestima. Se a construção do *self* perpassa os três âmbitos, a identidade não é um processo autorreferente, ao contrário é resultado do vínculo dos indivíduos aos grupos.

A maior contribuição nessa defesa de Honneth é entender que a participação em grupos não apaga o processo de individuação. Ao contrário, o pertencimento é essencial para a construção de singularidades. Nesse sentido, parece-nos fundamental, para entender os protestos contemporâneos, atentar para as dinâmicas de participação em que ora o sujeito se expõe ora se coloca no lugar do anonimato.

Na próxima seção, argumentaremos que a autoexposição contemporânea deve ser pensada no escopo de intensificação da individualização gerada pelos desdobramentos da individuação na modernidade. Essa faceta da individualização é dimensão relevante para entender protestos contemporâneos, incluindo Junho de 2013 no Brasil. Nesta tese, argumentamos, ainda, como o anonimato é outra face desse fenômeno, viabilizando algum tipo de imersão em coletivos, embora assegurando visibilidade interna a sujeitos diversos.

O que buscamos argumentar até aqui, em síntese, é que o paradoxo da individuação representa, por um lado, a autonomia do indivíduo e, por outro, o individualismo exacerbado na atualidade. Ambas as dimensões do paradoxo nos colocam diante dos desafios da construção do comum. Comum este que, como destaca Rosanvallon (2009), é condição *sine qua non* para a existência da democracia.

3.3 Personalização na política

Ao pensar como o individualismo e o uso instrumental da razão podem afetar a esfera política – preocupações apontadas por Taylor (2011) e Honneth (2004) – passamos ao nosso passo seguinte com uma reflexão sobre a personalização na política. Para tanto, lançamos mão das reflexões propostas por Bennett e Segerberg (2011). Eles consideram que o fenômeno da personalização da ação coletiva inclui: (1) o *ethos* da diversidade e da inclusão, que pode ser entendido como tolerância a diferentes pontos de vista; (2) o advento de quadros de ação pessoal (como "Nós somos 99%") que derrubam formas mais tradicionais de identificação; e (3) a participação em canais pelos quais uma densa rede social pode partilhar histórias e questões.

Bennett (2012) destaca que a personalização se segue à defesa de um fazer político centrado na política de identidade adotada por movimentos sociais a partir da década de 1960, que trouxe para o debate questões referentes a grupos minorizados (mulheres, imigrantes, negros, indígenas) ou defensores de causas, como a conservação do meio ambiente e a luta por direitos. Tais lutas continuam existindo e se juntam a mobilizações mais heterogêneas, como argumentamos nesta pesquisa. Mendonça (2017, p.

133) discute a centralidade da discussão sobre identidade em diferentes abordagens teóricas – “teorias dos movimentos sociais, a vertente dos estudos culturais e os pensadores pós-coloniais, em sua interseção com o movimento feminista e com as lutas étnico-raciais e diaspóricas” – para destacar o momento atual em que o conceito passa por revisões. Mendonça demonstra como as práticas políticas centradas no indivíduo ganham relevância nas pesquisas sobre ação coletiva.

Bennett e Segerberg (2012) pontuam que a origem da personalização da política pode ser traçada a partir de mudanças sociais resultantes da globalização da economia - que passa por diferentes fases ao longo da história da humanidade. No entanto, para apresentação do conceito, eles se referenciam no advento do neoliberalismo, entendendo como regime econômico que transforma a economia e as trocas comerciais e financeiras em escala global, mas que também mudam as políticas dentro das nações, para introduzir a privatização, o que resvala em diversos âmbitos da vida dos sujeitos. Isso não significa que a personalização se restrinja a grupos identificados com o ideário liberal. Ela atravessa o espectro das ideologias políticas, sendo que os indivíduos ganham centralidade na ação coletiva contemporânea de diversos modos.

Estas orientações individualizadas resultam no envolvimento com a política como expressão de esperanças pessoais, estilos de vida e queixas. Quando ativados por vários tipos de tecnologias de comunicação, os DNAs resultantes, em democracias pós-industriais, apresentam algumas semelhanças notáveis com formações de ação em regimes decididamente antidemocráticos como os abrangidos pela Primavera Árabe. Em ambos os contextos, um grande número de indivíduos, igualmente, descontentes aproveitaram as oportunidades para se organizar coletivamente através do acesso a várias tecnologias (Howard & Hussain, 2011). Essas conectividades alimentadas dentro e fora das interações face a face, muitas vezes, ocorreram em praças, acampamentos, mesquitas e em reuniões de assembleia geral. (BENNETT e SEGERBERG, 2012 p. 743 e 744).¹⁰¹

As reivindicações podem se assemelhar a demandas de movimentos pelas causas ambientais, igualdade de gênero, questões raciais etc. No entanto, os autores chamam atenção para ação que se torna mais personalizada. Baseada nos estilos de vida, a personalização tem implicações sobre a ação coletiva e sobre a maneira de organização da participação. Bennett e Segerberg (2012) apontam as mudanças na organização dos protestos multitudinários. Primeiro, destacam a fragmentação e individualização nas

¹⁰¹ “These individualized orientations result in engagement with politics as an expression of personal hopes, lifestyles, and grievances. When enabled by various kinds of communication technologies, the resulting DNAs in postindustrial democracies bear some remarkable similarities to action formations in decidedly undemocratic regimes such as those swept by the Arab Spring. In both contexts, large numbers of similarly disaffected individuals seized upon opportunities to organize collectively through access to various technologies (HOWARD e HUSSAIN, 2011). Those connectivities fed in and out of the often intense face-to-face interactions going on in squares, encampments, mosques, and general assembly meetings”. (BENNETT e SEGERBERG, 2012, p. 743 e 744).

sociedades contemporâneas. Depois, demarcam que a ação conectiva, além da mediação tecnológica e interação entre os sujeitos, caracteriza-se pela maneira como o conteúdo é compartilhado. Ao analisar as ações contenciosas contemporâneas, que se estabelecem em redes em larga escala, eles apontam a mudança no enquadramento das reivindicações e queixas, no formato como são compartilhadas, bem como a descentralização da produção e da distribuição de conteúdos. Reforçam também que a mediação tecnológica não é meramente instrumental (para divulgar questões), mas faz parte da interação, o que muda a lógica da ação.

Na lógica da ação coletiva, há reposicionamento no sentido de que as demandas dos indivíduos são traduzidas em uma reivindicação coletiva – há acionamento das identidades coletivas (BENNETT e SEGERBERG, 2012b, p. 747). Na lógica conectiva, ganham evidência os quadros de ação pessoais. Tanto na lógica da ação coletiva como na ação conectiva há o compartilhamento de ideias sintetizadas (memes). No entanto, na ação personalizada, exigem-se ‘embalagens mais elaboradas e ações mais ritualizadas’ (idem). O compartilhamento de identificações coletivas requer mais educação e socialização, o que implica maior demanda organizacional. Os quadros de ação pessoais dialogam (se encaixam) com a dinâmica das tecnologias interativas: são menos complexas e permitem identificação emocional mais imediata. Na lógica da ação conectiva, o compartilhamento de memes não requer forte controle organizacional e nem depende da construção da unidade em torno do “nós”, o que pode ser verificado na lógica da ação coletiva.

Bennett *et. al* (2014) mostram que, apesar das questões locais e contextos dramaticamente diferentes, todas as insurreições são caracterizadas por uma ocupação física local e atividades de protestos em que os participantes estão linkados com participantes mais periféricos e um público espectador. Portanto, os autores julgam fundamental entender como a multidão se organiza. A multidão é formada por pessoas que operam em conjunto com base em três modos básicos do ponto de vista de produção desse conteúdo: produção, curadoria e integração dinâmica de vários tipos de informações e recursos que são utilizados e distribuídos por toda a multidão.

A produção envolve a criar e compartilhar vários tipos de recursos dentro de uma rede de ação. Vale ressaltar a existência de plataformas para a distribuição desse conteúdo (Twitter, Facebook, Livestream). A curadoria engloba mecanismos para triar ‘ativos digitais’ do processo de produção. Nesse ponto, podemos exemplificar as definições e restrições de publicação em páginas das redes sociais. As hashtags também cumprem essa função de curadoria. A integração dinâmica permite contato, transmissão entre diferentes atores, redes, plataformas e tecnologias (BENNETT *et. al*, 2014, p. 240). Os autores nos dão pistas de como redes na multidão são ativadas. A seguir ampliamos a discussão dialogando com

outros atores sobre a noção de multidão. Procuramos, assim, aprofundar sobre como se dá a constituição do comum nesse contexto de personalização.

3.4 As singularidades e a construção do comum

Hardt e Negri¹⁰² se tornaram inspiração para parte de coletivos que tomaram as ruas nas cidades brasileiras e também em protestos multitudinários em outros países. Trazem o conceito de *Império* para sintetizar as mudanças decorrentes do que chamam de nova ordem global. Trata-se de momento posterior à dominação imperialista: a discussão demonstra como os estados nacionais se articulam em rede para criar uma ordem planetária: o "poder em rede" é exercido pelos estados-nação em consonância com os interesses das grandes corporações capitalistas.

Os modos de subjetivação experimentados na multidão, no espaço público das cidades, exigem novas práticas e entendimentos da construção do comum. Ao conjunto de corpos que performam no espaço público, Hardt e Negri chamam de multidão. O conceito se tornou referência para grupos de esquerda em todo o mundo, em especial os que ocuparam as praças e ruas nos protestos dos anos 2000. Com um texto metafórico, Negri e Hardt descrevem a multidão como monstros, o que não implica um julgamento valorativo, mas uma tentativa de demonstrar que a multidão foge aos padrões das democracias contemporâneas ao propor diferentes formatos de participação para os cidadãos.

O conceito é bastante relevante na medida em que revela o conjunto das pessoas que foram às ruas não como uma massa homogênea, mas destaca que a multidão é formada por singularidades. Nesse sentido, podemos dizer que o conceito busca eliminar duas formas redutoras de se olhar para o povo: abstraindo-se a multiplicidade das singularidades ou dissolvendo a ideia de singularidades ao transformar o conjunto em massa de indivíduos. "A teoria da multidão exige, ao contrário, que os sujeitos falem por si mesmos: trata-se muito mais de singularidades não-representáveis que de indivíduos proprietários" (NEGRI, 2004, p. 15).

Hardt e Negri (2014) defendem que a *multidão* surge como resposta à expansão do neoliberalismo. Conforme assinalam, a multidão se desenha, contraditoriamente, no corpo político global do capital. A subjetividade e o comum tomam a forma de espiral: ao

¹⁰² Negri desenvolve uma teoria erigida a partir da experiência do operariado, não um conhecimento sobre eles, mas um conhecimento construído em conjunto. As bases da exploração do capitalismo não estavam apenas no controle da força de trabalho de uma classe, mas, sobretudo no domínio sobre os processos de subjetivação.

produzir comunicação e cooperação, produz-se subjetividade e, ao produzir subjetividade, criam-se novas formas de comunicação e cooperação.

Com a metáfora de carne, apontam a dissolução dos corpos sociais tradicionais. A carne da multidão, produzida em comum, excede as medidas dos corpos sociais tradicionais, mas, na visão dos autores, não cria caos e desordem. Ao contrário, ela pode viabilizar a criação do comum. Este é construído a partir das várias singularidades; não sendo um ponto de partida, mas a compreensão de algo gestado por todos. Uma dimensão normativa do que eles entendem como uma maneira de incluir a todos em democracias efetivas.

Os protestos contemporâneos seriam a expressão do desejo dos sujeitos de se colocarem contra as quatro figuras subjetivas (endividado, mediatizado, securitizado e o representado) produzidas por uma crise global do neoliberalismo. Os autores falam que a multidão é uma nova forma de organização política. De acordo com eles, “uma multidão descentralizada de singularidades se comunica de maneira horizontal (e a mídia social é central, pois corresponde à forma organizacional deles)” (HARDT e NEGRI, 2014, p. 58).

O conceito, porém, sofre de imprecisão, o que é reconhecido até por Hardt e Negri em entrevista a Brown e Szeman (2006):

Uma das maiores autocríticas de nosso livro é que o conceito de multidão permaneceu muito indefinido, poético demais. Isso se deve em parte ao nosso foco principal sobre o Império e a dimensão requerida pela análise de sua natureza e suas estruturas. Seja como for, a multidão é o foco de nosso trabalho atual e esperamos ser capazes de desenvolver o conceito mais plenamente no futuro. (BROWN e SZEMAN, 2006)

O conceito de multidão procura não ofuscar a dimensão da participação individual. Hardt e Negri (2014) propõem uma reflexão sobre as subjetividades para pensar as lutas contemporâneas. Partindo da ideia de multidão, os autores estabelecem, assim, uma relação entre o comum e o singular. No bojo dessa produção do comum, há um processo de criação e recriação de linguagem, símbolos, ideias e relações. Trata-se de uma proposição de construção coletiva para tornar as sociedades contemporâneas mais democráticas. Para entender a produção do comum, eles acionam a noção de hábitos do pragmatismo norte-americano. A subjetividade está assentada na experiência, na prática e conduta. Os sujeitos tanto produzem esse comum nas práticas cotidianas, como ele serve de base para atuação dos sujeitos.

Os protestos de Junho de 2013, são atravessados por algumas ideias de constituição do comum. A noção nos interpela todo o tempo diante do recorrente o uso na literatura por nós acionada e na fala dos entrevistados. Ao nos referirmos à constituição do comum, acionamos tanto a ideia do *estar junto* nos atos, como o *estar junto* na construção

de algo que concerne a todos, mediado não só nas e pelas instâncias institucionais da política, mas nas práticas cotidianas dos sujeitos.

Alguns estudos contemporâneos têm se dedicado a refundar o conceito de comum (MENDES, 2012; LAVAL e DARDOT, 2014; DARDOT e LAVAL, 2016). Na concepção substantiva proposta por Negri (2004), o comum é produto do trabalho humano, da ação sobre a natureza e, portanto, precede o mercado capitalista. É fruto do processo laboral ao longo da história. Resulta, então, da maneira com a qual o ser humano regula e transforma a natureza. Na mesma direção de Negri, Dardot e Laval (2016) afirmam que o comum nasce do enfrentamento.

Concomitantemente à abordagem teórica, o termo foi recuperado nas lutas dos movimentos sociais dos anos 1990. Dardot e Laval (2016) relacionam o comum a um regime de práticas, de lutas, de instituições e de investigações que apontam para um porvir não capitalista. Definem o comum como conjunto de lutas e discursos que se opõem à racionalidade neoliberal. Elencam como exemplos "movimento das praças", "primaveras", "lutas dos estudantes contra universidade capitalista."

Diante da normatividade do conceito do comum proposto por Hardt e Negri (2014), diversos pesquisadores buscam identificar o comum em práticas das experiências coletivas que derivam dos protestos multitudinários. Mayer (2015) aponta que o comum não pode ser circunscrito a bens, riqueza material e imaterial, recursos naturais e artificiais. O comum se encontra na construção coletiva e compartilhada que afeta a produção, organização e partilha na sociedade.

Mayer destaca a dimensão interacional e relacional da constituição do comum, que "implica problematizar a apropriação, os modos de fazer-com e o caráter (democrático ou não) da gestão, a distribuição das responsabilidades dos bens e recursos comuns" (MAYER, 2015, p. 186-187). Elenca, ainda, a importância da singularidade nessa construção: autonomia de decisão ante ao Estado e ao mercado, a abertura às singularidades, à processualidade, à imanência e às temporalidades. No bojo da construção, também se produzem afetos e novas subjetividades.

Um dos críticos ao conceito de multidão proposto por Hardt e Negri, Rancière (2010) contrapõe à multidão o conceito de povo. Para Rancière (2010, p. 62), o povo é o nome genérico dado a um conjunto de processos de subjetivação. Esses processos colocam em questão as identidades, afiliações e partilhas. A concepção coloca em cena a política como artifício da igualdade. Outra contraposição proposta por ele, diz respeito à globalização: o conceito de multidão de Hardt e Negri "assume a ideia de um mundo globalizado, contra um povo ainda apegado aos Estados-nação" (RANCIÈRE, 2010, p. 65). Na definição de Hardt e Negri, a globalização se caracteriza pela formação do Império, uma

representação da importância do mercado transnacional sobre os estados-nação, e também a indicação de criação de nomadismos, caracterizados por deslocamentos maciços da população que criam novas topologias de relação com o espaço.

Um dos aspectos que nos aproximou da obra de Rancière é a maneira como ele entende a política como luta pela apropriação da palavra. Ao falar de comum, ele destaca que a maneira como os corpos e os discursos se organizam é de extrema importância para a política. Nesse sentido, o aspecto agonístico de Junho de 2013 evidenciou a necessidade de novas formas de os sujeitos serem vistos, levando-se em conta as singularidades.

Em sua obra, o autor francês propõe reflexão sobre democracia, de forma a demonstrar que os arranjos institucionais e os procedimentos - mesmo que adotados de maneira estrita - não dão conta de inserir os sem-parcela. Em *O desentendimento*, o termo sem-parcela é usado não para identificar uma classe social ou um sujeito em específico. Trata-se de uma categoria que possibilita entender que a democracia é uma soma não aritmética das partes:

Ora, a subjetivação política arranca-os dessa evidência, colocando a questão da relação entre um quem e um qual na aparente redundância de uma proposição de existência. “Mulher” em política é o sujeito de experiência - o sujeito desnaturado, desfeminizado - que mede a distância entre uma parcela reconhecida - o da complementariedade sexual - e uma ausência de parcela. “Operário”, ou melhor “proletário”, é da mesma forma o sujeito que mede a distância entre a parcela do trabalho como função social e a ausência de parcela daqueles que o executam na definição do comum da comunidade. Toda subjetivação política é a manifestação de um afastamento desse tipo. (RANCIÈRE, 1996, p. 48).

No texto intitulado *Dez teses sobre a política*, o filósofo francês aponta que política não é o mero exercício do poder. Não o ato de ir contra ao estabelecido, mas a disrupção em relação ao que se é acordado como papel de cada um na soma das partes. A democracia não é um regime político, mas é o regime da política, logo é *locus* do sujeito em relação. A política é a ação da parte suplementar – a parcela não contada. Nessa direção, a política é a disrupção e nasce do dissenso. A política se apresenta quando os sem-parce evocam novas formas de partilha do sensível.¹⁰³

Em *A partilha do sensível*, Rancière (2005) define a noção de partilha do sensível como “um sistema de evidências sensíveis que revela a existência de um comum” (p. 15). A definição implica a ideia de um comum e simultaneamente a existência de partes. Compreende a repartição das partes levando-se em conta a partilha de espaços, tempos e atividades. Rancière trabalha com a ideia ‘estética’ da política, enquanto estruturação ou

¹⁰³ O conceito partilha do sensível [*partage do sensible*] aparece no livro *Poéticas da Escrita* (1995) e reaparece como divisão do sensível em *O desentendimento: política e filosofia* e em *A Partilha do Sensível* (2009) que o autor aprimora a reflexão.

partilha do sensível, sempre anterior às questões de fato (poder) e de direito (saber) (PELLEJERO, 2009, p. 21).

Ao que nos parece, em Junho de 2013, as multidões nas ruas apresentam múltiplas demandas, havendo, como pano de fundo, o questionamento quanto ao fazer político que não é meramente da ordem institucional. Parece-nos de grande valia pensar a estética da política na perspectiva de Rancière, que procura fazer distinção entre a dimensão estética da política e a “estetização”. A estética que está na base da política não pode vista como uma “captura perversa”. Trata-se da característica da “política de se ocupar do que se vê e do que pode se dizer sobre o que é visto, de quem competência para ver e qualidade para dizer” (*Ibidem*, 2009, p. 17).

É próprio da política a maneira como uns e outros tomam parte na partilha: ter uma ou outra ocupação laboral define as competências e também o tempo que cada um disporá para participar do comum.

Pela noção de ‘fábrica do sensível’ pode-se entender primeiramente a constituição de um mundo sensível comum, uma habitação comum, pelo entrelaçamento de uma pluralidade de atividades humanas, mas a ideia de ‘partilha do sensível’ implica algo mais. Um mundo ‘comum’ não é nunca simplesmente o *ethos*, a estadia comum, que resulta na sedimentação de um determinado número de atos entrelaçados. É sempre uma distribuição polêmica das maneiras de ser e das ‘ocupações’ num espaço de positivos (RANCIÈRE, 2009, p. 63).

A proposta de Rancière de pensar a ação dos sem-parte na reconfiguração da democracia nos auxiliará na análise dos atos de junho de 2013. Ao apontar para os vícios do sistema político, as lacunas na ideia de representação, os manifestantes denunciam o que, nas palavras do autor é delimitado como polícia e instauram a política. Rancière atribui o termo polícia ao “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996, p. 41). Como ordem mais geral, cabe à polícia dispor do sensível.

A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem de corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos de dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

Por sua vez, a política não existe a priori, mas se forma a partir do desentendimento. Caracteriza-se pelo rompimento dessa ordem geral e evoca novas formas de divisão do sensível. A política permite dar a ver o que não era visto, permite a articulação do discurso, evidencia os danos.

Espetacular ou não, a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante (RANCIÈRE, 1996, p. 43).

O conjunto de atos de enunciação, que reconfigura a experiência dos sujeitos. A política é uma experiência de base estética que abrange os atos de enunciação em cenas dissensuais que configuram a subjetivação política. Esta última não se volta para a produção de sujeitos singulares, mas para o processo que integra desidentificação, nomeação e tratamento de um dano, e dissenso (MARQUES e LELO, 2014). Assim, e este é um ponto fundamental para os propósitos desta tese, todo processo de subjetivação envolve uma desidentificação, porque o sujeito se desloca de um lugar que lhe era pré-estabelecido. O autor ressalva que a subjetivação não dá voz a um ethos coletivo.

Ela pressupõe, ao contrário, uma multiplicidade de fraturas que separam os corpos operários de seu ethos e da voz que supostamente exprime sua alma, uma multiplicidade de eventos de palavra, quer dizer, de experiências singulares do litígio em torno da palavra e da voz, em torno da divisão do sensível (RANCIÈRE, 1996, p. 48).

A subjetivação é uma forma de exposição do dano. “O dano é simplesmente o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política” (*Ibidem*, 1996, p. 51). Lelo e Marques explicam essa questão:

Interessa a Rancière identificar como a democracia se constitui como forma de agir político por meio da inscrição e enunciação dos sujeitos em uma cena de dissenso, que se cria e se recria por meio de suas ações. Ao definir a política como a “cena na qual se colocam em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes” (RANCIÈRE, 1995, p. 81), Rancière nos fornece pistas para entendermos como as relações intersubjetivas devem se configurar em uma cena na qual um jogo comunicativo e dissensual se desenvolve e auxilia os indivíduos a se constituírem como sujeitos emancipados enquanto, ao mesmo tempo, coloca em xeque uma ordem dominante que apaga conflitos, diferenças e resistências (LELO e MARQUES, 2014, p. 350).

Nesse sentido, Rancière entende a política como a verificação prática da igualdade (DERANTY e ROSS, 2012, p. 1). A igualdade só pode ser verificada ao se problematizar a prática. Ao proceder a problematização da igualdade - que aparece como algo não pressuposto - instaura-se a política. A verificação de igualdade leva a um deslocamento do discurso e permite a formulação de uma nova partilha do sensível. Nesse sentido, a subjetivação configura-se como processo de desnaturalizar as identidades sociais atribuídas ao sujeito. A desidentificação é o “espaço de contagem dos incontados”.

A reflexão de Rancière nos parece propícia para olhar para Junho de 2013, na medida em que não busca, como fazem tantos autores, definir demograficamente a

multidão. Ao contrário, ela permite pensá-la como não previamente situável, justamente por se tratar de insurgência baseada na negação de espaços e lugares pré-estabelecidos. Rancière não aprova multidão, porque, segundo ele, as multidões não são vistas como processos de subjetivação política que questionam a relação entre os lugares e as formas desses processos de insurgência. Mas ele considera seu caráter de experimentação permanente, novas formas de cooperação e novos desejos e novas crenças e outras subjetividades (resistência). Lelo & Marques (2014) destacam que, para Rancière, a política também "precisa contemplar a relação desigual que se estabelece entre os interlocutores". O próprio dissenso pressupõe não haver a priori nem o objeto da discussão, nem a cena do conflito e tampouco os sujeitos como parceiros de interlocução (RANCIÈRE, 2004).

Parece-nos que as formulações permitem jogar luz em questões referentes às formas de mobilização nas ruas e nas redes em Junho de 2013. A ideia de repertório de ação foca nas táticas e estratégias do movimento. No entanto, embora o conceito nos ajude a pensar as estratégias dos coletivos, não nos permite observar os processos de subjetivação para os quais a discussão autonomia e autoexposição apontam.

Neste capítulo, procuramos discutir um pouco os paradoxos da individuação. De um lado a autorreflexividade se apresenta como central para que os sujeitos possam se compreender como seres únicos. Esse movimento também nos permite pensar os riscos da individuação como a exacerbação do individualismo. Na sequência, trabalhamos o conceito de personalização da política e pensamos as singularidades na construção do comum, por meio da ideia de multidão. Por fim, exploramos a discussão sobre a potência política da desidentificação na discussão de J. Rancière. Dessa forma, estruturamos um arcabouço conceitual que nos permite entender, de saída, como autoexposição e anonimato atravessam, de formas ambivalentes e potentes, os protestos contemporâneos e os processos de subjetivação e de coletivização que os alicerçam. Esse movimento é importante para a análise que realizamos nos dois próximos capítulos. Procuraremos identificar os marcadores de autoexposição e anonimato nas entrevistas de pessoas que estiveram presencialmente nos protestos em junho (Capítulo 4) e nos posts de duas páginas do Facebook (Anonymous Brasil e Passe Livre São Paulo) (Capítulo 5).

4 FACES DA PERSONALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O ANONIMATO E AUTOEXPOSIÇÃO NOS PROTESTOS EM BELO HORIZONTE E SÃO PAULO

O propósito deste capítulo é discutir como o acontecimento Junho de 2013 se configura a partir de transformações sociais, políticas e identitárias produzidas pela complementaridade entre a autoexposição e o anonimato. Um acontecimento, como vimos, modifica os quadros de sentido a partir dos quais definimos e conferimos valor àquilo que vemos, ouvimos e somos capazes de fazer. Os protestos podem ser apresentados como acontecimento porque alteram não só as dinâmicas e fluxos espaço-temporais nas cidades em que ocorrem, mas sobretudo porque, ao mesmo tempo, produzem e são produzidos por sujeitos políticos cujas performances e experiências alteram constantemente as suas práticas, a sintaxe utilizada para defini-las e os parâmetros que ajudam a delinear as articulações entre sujeitos e coletivos.

Neste capítulo, analisamos entrevistas de ativistas de Junho de 2013, no intuito de compreender a estruturação de ação coletiva neste momento relevante da história recente do país. Ao enfocarmos especialmente as dimensões de autoexposição e anonimato que permeiam as narrativas construídas pelos sujeitos acerca do fenômeno em análise, buscamos evidenciar como essas facetas das performances conflitivas são centrais para entender a tensa articulação das singularidades de Junho em alguma espécie de comum. Argumentamos que o comum não pode ser definido como a redução das particularidades a um conjunto homogêneo, consensual e bem delimitado de características que configuram uma comunidade. Segundo Rancière (2004), o comum é a operação política que preserva a separação entre o singular e o coletivo, ao mesmo tempo em que produz passagens entre ambos.

A característica dessas passagens é justamente a possibilidade que possuem de permitir reconfiguração dos códigos que definem quem pode falar, quem pode ser escutado e contado como relevante politicamente e quem não pode. As narrativas individuais e coletivas que circulam nesses porosos espaços do comum se interpelam, se entrelaçam, mas também se estranham e revelam algumas dimensões da coletivização de ação de confronto no contexto de forte personalização da política.

É fundamental ressaltar, ainda e novamente, que esse comum, alimentado pela ação dos sujeitos ao longo das Jornadas de Junho, não elimina a dimensão singular dos indivíduos. O “todo mundo” multitudinário não implica o apagamento de “cada um” e isso é definidor da própria natureza do “todo mundo”. (MENDONÇA, 2015, p. 20)

Entendemos por autoexposição comportamentos adotados pelo sujeito para publicizar a singularidade de sua participação, tanto na *forma-rua* como na *forma-rede* dos protestos. O fenômeno, que não se restringe à visibilidade midiática¹⁰⁴, encampa a construção de narrativas em que a experiência pessoal aparece em destaque, muitas vezes, apresentada como essencial para que determinada ação fosse realizada. A autoexposição pode se dar de maneira não planejada. Mesmo quando não se busca, deliberadamente, tornar algo ou alguém público, a presença em praças e ruas aumenta as chances de a ação ou o discurso reverberarem: o sujeito pode ser visto por milhares de pessoas que estavam juntos no mesmo tempo e espaço, e por um público difuso em decorrência da captura de ações em imagens e áudios passíveis de serem divulgados pelas mídias sociais ou a imprensa.

Quando nos referimos ao anonimato é importante destacar como esse comportamento foi recorrente em Junho de 2013, o que evidencia o desejo difuso dos sujeitos por não revelarem identidades a certos públicos. Ação deliberada ou não, cujo propósito pode ser percebido por quem observa de maneiras distintas, esconder publicamente traços identificadores pode ser relevante tanto para se proteger como para se fundir a um conjunto mais amplo de pessoas. Ademais, a própria dinâmica da multidão impõe situações em que o anonimato emerge, dadas as suas dimensões. O anonimato se caracteriza pela não revelação de identidade dos sujeitos, o que foi expresso, por exemplo, por muitos manifestantes que cobriram a face para participarem dos protestos. Muitos fizeram uso de máscaras ou de outros mecanismos que camuflavam traços identificadores. Além disso, várias práticas empregadas nessas manifestações sugerem um apagamento da ideia de autoria (que se sobrepõe à identificação do sujeito).

Nos capítulos anteriores, apresentamos o contexto e uma organização cronológica dos atos. Neste, aprofundamos nas experiências de pessoas que estiveram nas ruas em junho de 2013, procurando perceber como elas se enlaçam na experiência coletiva que define um “povo”. De modo breve, um “povo”, de acordo com Rancière (1995, 2004) e Butler (2016) não é uma identidade predefinida, mas envolve o processo político por meio do qual os sujeitos se tornam corpos coletivos que se fortalecem no prolongamento dos atos, da inventividade, do barulho e das vozes que se tornam falas, passíveis de serem compreendidas, escutadas e consideradas em debates coletivos.

Analisamos 50 entrevistas de manifestantes que participaram dos protestos em Belo Horizonte e São Paulo. Elas foram realizadas ao longo do ano de 2014. O questionário

¹⁰⁴ Certamente, os meios de comunicação são importantes no processo de autoidentidade e na organização das relações sociais contemporâneas. No entanto, parece-nos limitador apontar que a personalização da política seja algo determinado pelos meios de comunicação. Como vimos, tais meios integram processo mais amplo de individuação na contemporaneidade.

foi dividido em quatro partes: 1) contexto geral e ação coletiva; 2) Os manifestantes; 3) tecnologias e informação e 4) linguagem de sentido (Veja o conjunto de perguntas no anexo 1). Na primeira parte, pedimos ao entrevistado que falasse do que ocorreu em junho de 2013, as causas dos protestos e como percebia a organização. A segunda parte nos concentramos em questões referentes aos sujeitos e a participação nos protestos. A terceira parte, procuramos identificar a relação que os manifestantes tiveram com as tecnologias de informação e comunicação durante os atos. A última parte identifica as disputas de narrativas e discursivas que aparecem nos atos na forma-rede e na forma-rua.

Em um primeiro momento, a partir da literatura, levantamos grupos e sujeitos que tiveram ação destacada nas duas cidades. O segundo passo foi realizar entrevistas iniciais para mapear os modos de participação. Também fizemos uso do método de bola de neve para completar a lista de entrevistados. Vale ressaltar que muitos nomes indicados pelos entrevistados eram coincidentes com aqueles propostos pela literatura revista para a escrita deste trabalho. Contudo, foram feitas outras indicações, o que amplia o leque de experiências, níveis de engajamento e de interpretações sobre Junho.

Para a leitura e seleção dos trechos de entrevistas que seriam utilizados na análise guiamo-nos pelas seguintes perguntas: como os sujeitos se expõem nas ruas e redes? Em que situações os sujeitos recorrem ao anonimato? Qual a contribuição da articulação entre anonimato e autoexposição para a ação coletiva? A atuação dos indivíduos, o pertencimento a coletivos, a maneira com que as questões são coletivizadas são aspectos que detiveram nossa atenção. Como os sujeitos se movimentam entre a publicidade e a opacidade, a legibilidade e ilegibilidade de seus atos para configurar práticas em que se mostram individualmente e se fundem a uma coletividade mais ampla?

A análise qualitativa das entrevistas foi realizada a partir da definição de alguns indicadores capazes de nos auxiliar a refletir acerca da autoexposição e do anonimato como formas de expressão intrinsecamente articuladas e, ao mesmo tempo distintas. Foram estabelecidos indicadores para cada uma delas, sendo dois deles comuns a ambas.

Assim, definimos que a autoexposição se manifesta, na fala dos entrevistados, em: a) **narrativas em primeira pessoa**: relatos pessoais, testemunhos feitos em primeira pessoa do singular ou do plural; b) **imagens dos sujeitos**: menção à forte presença dos selfies nas manifestações; c) **expressão compartilhada**: referências a como memes e conteúdos viralizaram em redes sociais ampliando a visibilidade dos sujeitos e d) **ocupação corpórea do espaço público**: menção ao modo como os sujeitos e seus corpos se manifestam nos protestos, seja com cartazes e faixas, cores, bandeiras, gestos ou formas de ação. Por sua vez, estabelecemos que o anonimato pode ser identificado, nas falas dos entrevistados, através de: a) **uso de máscaras e lenços**: relatos acerca de como

sujeitos faziam uso recorrente de objetos e indumentárias que dificultavam sua identificação por públicos mais gerais; b) **imagens de multidão**: falas que projetam uma ideia da grandiosidade do evento, uso de metáforas que tematizam a proporção tomada pelos eventos e a configuração de um corpo político coletivo; c) **expressão compartilhada**: menções ao uso cifrado de memes, configurando diálogos muito internos a certas comunidades e que são incompreensíveis a outros sujeitos; e d) **ocupação corpórea do espaço público**: menções ao entrelaçamento dos corpos no espaço urbano por meio de cores, bandeiras e uso de práticas como o jogral.

Buscou-se perceber de que maneira tais elementos expressivos contribuem para que esses sujeitos se apresentem e se configurem publicamente como enunciados, estabelecendo cenas polêmicas de enunciação e interpelação recíproca. Junto as indicadores de definição de traços da autoexposição, identificamos alguns riscos por ela acarretados, como o hedonismo, o esvaziamento do coletivo, a pulverização de reivindicações e a facilitação de ações repressivas e de controle pelo uso da força e da violência moral e simbólica. Da mesma forma, no tocante ao anonimato.

Assinalamos alguns riscos como, por exemplo, a proliferação de discursos de ódio, o uso de estereótipos (baderneiros e vândalos), a acusação de irresponsabilidade dos manifestantes.

Nas seções que se seguem, analisaremos com mais vagar cada uma das dimensões acima elencadas.

4.1 Dimensões da autoexposição nos relatos dos entrevistados

4.1.1 *Narrativas em primeira pessoa*

Este indicador procura agrupar narrativas construídas com os entrevistados sobre como percebiam sua participação nos protestos, como nomeavam o que vivenciaram, que sentimentos e eventos destacavam. Para nós, o importante não é propriamente o tema do relato, mas a existência de visões em primeira pessoa (do singular e/ou do plural) sobre Junho de 2013. Nesse sentido, o que buscamos vai além do protagonismo do sujeito, embora vários relatos pessoais se configurem nesse sentido, pois nos preocupa a forma como os relatos pessoais se apresentam como recursos linguísticos em que os sujeitos

falam de si, da experiência vivida e buscam dar sentido ao que ocorria nas ruas e à própria reconfiguração de suas experiências e quadros de interpretação.

Notamos que os relatos de si em grande medida reforçam a lógica da ação conectiva explicitada por Bennett e Segerberg (2012), mas é importante destacar aqui uma tentativa de definir, nesse entrelaçamento entre o envolvimento pessoal e os gestos políticos mais amplos, uma definição do que estava acontecendo e de quem estava participando dos acontecimentos. Esse primeiro movimento de tentativa de nomeação e apreensão dos eventos aparece no relato de um manifestante que foi apontado como alguém que poderia traduzir a efervescência e o sentido das conexões amplificadas.

“Dia 17, quando milhões foram. Dia 13 foi super importante, foi quando o meu Facebook começou a virar um veículo pro meu pessoal não só da mídia ninja. Já tinha alcance, e as pessoas começaram a ir para mim como fonte confiável, e a imprensa começou a me ligar para falar “Quem é você? O que está acontecendo? E tal”. Tanto é que naquele dia, dia 13 de madrugada, depois de respirar gás de apanhar e tal coisa, o dia 13 era o primeiro dia de reunião da mídia ninja com o coletivo. Dia 13, tinha feito um chamado, tinha 350 pessoas confirmada para falar. A gente cancelou por causa da violência policial. Nesse dia o Zé Dirceu me liga de noite para falar “passa aqui para a gente conversa que eu quero entender o que está acontecendo”. Nunca tinha visto o homem, para você ter ideia, tinha visibilidade, mas ainda não tinha alcance de massa. A terça-feira após a grande catarse coletiva, foi que a mídia ninja viraliza. Quando não dependeu da gente compartilhar a mídia ninja.” (ENTREVISTADO 8, SP, 2015)

A interconexão entre uma multiplicidade de atores cívicos, midiáticos, políticos e institucionais evidenciada nesse relato nos remete à complexa rede de interações capazes tanto de alçar um agente à protagonista, quando de dissolver suas ações em meio a uma série de agenciamentos que podiam tanto ser disruptivos, quanto produzidos com o objetivo de desmobilizar e interromper os fluxos de resistência. Assim, a tentativa de identificar o que estava acontecendo era acompanhada de narrativas pessoais acerca da tentativa de mapear quem estava produzindo os acontecimentos.

A maioria dos entrevistados reconhece a dificuldade de se traçar o perfil de quem estava nas ruas e pontua como os protestos se alteraram ao longo do mês de junho com a chegada de novos atores. Eles destacam que categorias sociológicas, como raça e classe, não são suficientes para compreender as multidões que saíram às ruas, com um espectro ideológico variado e uma ampla gama de demandas.

Em uma entrevista realizada na Casa Mafalda¹⁰⁵, que fica na periferia da cidade de São Paulo, os entrevistados que aí se encontravam¹⁰⁶ destacam como era difícil

¹⁰⁵ Denominada como espaço autônomo e de gestão aberta, a Casa foi criada “em agosto de 2011 para ser um ‘laboratório’ de práticas culturais e sociais – reuniões, encontros, exposições, debates, cursos livres, festas, oficinas, ensaios, mostras – alternativas. Disponível em: <<http://casamafalda.org/casamafalda/>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

identificar as particularidades e, ao mesmo tempo, como percebiam ser importante considerá-las, sobretudo nos debates que envolvem a interseccionalidade de gênero, raça e classe.

“Entrevistada 50b: (...)no final da luta contra o aumento não dá para fazer recorte de raça e de classe dentro das manifestações, porque existia uma tentativa da mídia de cooptar os atos contra o aumento e virar os atos contra a PEC 37, então você não consegue dizer...”

Entrevistada 50a: Fazer o recorte...

Entrevistada 50b: [você não consegue] fazer recorte de raça e de classe nas manifestações contra a PEC 37. Você não consegue fazer recorte de raça e classe das manifestações “fora Alckmin”. Não dava pra fazer, acho que não dá pra fazer recorte de raça, classe nessas misturas de pauta.

Entrevistado 50d: Final de junho, era impossível. Tinha gente de todo lugar.

Entrevistado 50d: Mesmo as pautas, elas divergiam desde a extrema esquerda...” (CRUZ, São Paulo, 2014)

Em vez de propor interpretações que entendem a multiplicidade, os entrecruzamentos identitários e os vínculos de pertencimento como problema, pretendemos analisar o que eles nos revelam acerca da configuração subjetiva no âmbito da multidão. Mais importante ainda, pretendemos analisar como essa constituição do sujeito emerge no gesto de recusa às lógicas opressivas que caracterizam a produção da subjetividade no contexto capitalista contemporâneo em que, segundo Foucault (1980) é fortemente marcado pela racionalidade do disciplinamento dos corpos individuais e da gestão dos comportamentos de uma população (biopolítica).

Contra a ação arbitrária das forças policiais encontramos vários relatos testemunhais que revelam as marcas deixadas por agressões sofridas ou partilhadas, configurando um trauma capaz de ser partilhado narrativamente:

“Com certeza, eu presenciei o segundo jovem que caiu do viaduto, ele caiu a menos de 20 metros de mim e foi no momento que alguns médicos

¹⁰⁶ A entrevista foi concedida mediante a condição de que mais de um integrante do coletivo Fanfarra do Mal pudessem participar. A entrevista foi realizada em São Paulo de maneira coletiva e cada um dos entrevistados teve a liberdade de responder as perguntas que quisesse, inclusive interagindo com o que havia sido dito por outros entrevistados.

Três dos entrevistados tinham vínculo direto com o coletivo Fanfarra do Mal (Movimento Autônomo Libertário) e um terceiro, embora não tivesse vínculo formal com o mesmo, pode ser definido como um “simpatizante”. O coletivo se formou, em 2012, por interessados em criar uma bateria para atuar em manifestações de maneira organizada. A bateria foi composta por pessoas inseridas no movimento autônomo, secundaristas, integrantes do Ocupa Sampa e parte da bateria do MPL, que havia se desfeito. O nome, Fanfarra do Movimento Autônomo Libertário, foi fruto de decisão coletiva depois de seis meses de atuação.

ativistas, a gente cercou ele assim, para tentar socorrer, ele em estado de choque com... não sei descrever, porque não conheço profundamente, mas, e todo momento bala de borracha na gente assim, bombas e a gente pedindo, tipo assim por favor para parar porque tinha uma pessoa ferida em estado grave, gravíssimo, ele chegou a falecer uns dias depois, mas tava uma coisa desordenada assim. O despreparo tava muito grande para receber aquilo, sabe? Eu acredito que nessa questão da violência nem a própria polícia militar estava preparada para receber aquele tanto de gente na rua. E a gente vem também de um modelo de polícia que não sabe dialogar com a população, então a maneira mais fácil pra eles era o de usar a violência.” (ENTREVISTADA 43, BH, 2014).

O excerto acima evidencia um dos momentos mais complexos dos protestos em BH, que culminou com a morte de um jovem. A entrevistada ressalta a falta de preparo dos policiais para atuar em protestos, usando, segundo ela, a única linguagem que conhecem: a da truculência. Mas essa justificativa encobre muitas vezes a racionalidade que se esconde por trás do uso da violência. Outro relato revela como o policial é um agente estratégico, conhecedor dos códigos morais de sua sociedade, e não um indivíduo desprovido de razão que só sabe se expressar pela força bruta.

“Os manifestantes gritavam sem violência, e os policiais aproximando, aproximando. Os policiais abrem fogo e um sujeito, suspeito que seja tenente, porque no vídeo dá para ver tranquilamente a insígnia do braço, por ela dá para ver, ele dá uma cacetada na cabeça de uma menina, uma menina tipo assim, uma jovem e ela cai no chão, fica caída e, pelo menos no registro, ela fica caída até o registro terminar, mas depois de um tempo as pessoas foram lá e a socorreram. Então existe uma tentativa de atingir as pessoas mais fracas, porque atingindo as pessoas mais fracas você desmobiliza as outras e a mulher fica, não que a mulher seja mais fraca, eu não estou dizendo isso, mas ela fica muito mais fragilizada por conta da nossa cultura que ensina ao homem a ser violento, a reagir de forma violenta, a ser corporal e ensina a mulher a ser passiva, então eles se valem do machismo inerente a cultura pra entregar a violência.” (ENTREVISTADO 44, BH, 2014).

A violência também foi linguagem utilizada pelos manifestantes em suas ações presenciais. É difícil afirmar que a violência pode se configurar como estratégia dos fortes e tática dos fracos (Certeau), pois ambas parecem emergir no âmbito da ordem policial que é, segundo Foucault, “uma arte de governar e um método para analisar uma população vivendo em um território” (FOUCAULT, 2003, p. 384). Dito de outro modo, a polícia não se restringe aos atores institucionais armados, mas é uma técnica de governo que diz respeito à otimização da produtividade do sujeito, fortalecendo o Estado: ela busca “desenvolver esses elementos constitutivos da vida dos indivíduos de tal forma que seu desenvolvimento reforce também a potência do Estado” (*Ibidem*, 2003, p. 383).

Assim, em condições habituais, o desenrolar do cotidiano nos contextos neoliberais se configuraria no equilíbrio entre as práticas governamentais de melhoria da vida dos cidadãos, enquanto estes, produtivos e saudáveis fortalecem o Estado. Quando

esse equilíbrio é rompido, a linguagem da violência bruta se entrelaça com a racionalidade violenta que busca restaurar a ordem, sem deixar de proporcionar uma catarse “calmante”.

“Tem um relato de um amigo nosso que ele fala assim “na hora que eu vi, eu estava quebrando as coisas, “na hora que eu vi, eu estava quebrando porque era tanta coisa acumulada de indignação, de tantos anos, de preconceito, de racismos, de dificuldades financeiras a dificuldades de aúde de tudo, que nunca tive assistência, que naquele momento ali eu precisei quebrar algumas coisas, tacar fogo em algumas coisas, porque eu precisava. Porque estava tudo ali acumulado e aquele era o momento de eu mostrar e devolver um pouco de toda violência que eu sofri desde quando eu nasci, pelo lugar onde eu moro, por tudo que eu passei. E aí você virar para o cara e falar, assim, “cê tava errado”? O governo estava errado, o estado que estava errado, as empresas, as grandes corporações estavam erradas desde sempre. E aí você não tem o direito de quebrar um banco? Qual que é essa relação, quais que são os pesos e medidas usados nisso?” (Voz não identificada/ Família de Rua, 2014).

Algo importante a ser evidenciado, é que os relatos de si também são uma técnica de gestão. Para Foucault, as técnicas de poder do Estado têm como contraponto as técnicas de apropriação de si, por meio das quais os indivíduos utilizam, por exemplo, a narrativa oral ou escrita, para construir sua autocompreensão. Uma entrevistada narra como importante para ela enxergar-se no centro dos atos políticos de Junho, fazendo de sua ação uma ferramenta para construir, com suas próprias palavras e recordações, um vetor de politização.

“Então, eu me coloquei nas assembleias horizontais, muitas vezes, mas você imagina uma assembleia com 150, 200 inscrições de fala. O quê que é uma fala de dois minutos, três minutos, não tem muito. Então, e foi muito interessante assim me ver nesse lugar, sabe? Não me ver assim em cima do carro de som, não me ver em cima do palanque, não me ver... é foi muito importante, sabe? Construir esse sujeito a partir de um outro lugar, de um lugar... E aí foi interessante que Junho me fez olhar criticamente para a minha militância, para trás. Como que foi o meu processo na Dandara, nas outras ocupações, na Camila Torres, como eu não quero mais estar naquele lugar assim da liderança de massa, sabe?” (ENTREVISTADO 34, BH, 2014).

Foucault (1983) apresenta como o relato e a escrita de si permitem ao sujeito uma compreensão sobre ele próprio. Possibilitam um exercício de reflexão que age como uma espécie de antídoto contra a solidão (*anacorese*) e, ao mesmo tempo, forma de aprimorar e lapidar o pensamento (*ascese*). Entre as escritas de si, Foucault elenca as cadernetas individuais e o livro de vida (*hupomnêmatas*), para “ler, reler, meditar, conversar consigo mesmo e com os outros” (FOUCAULT, 1983, p. 148) e as correspondências, narrativas de si, que permitem aos sujeitos se mostrarem. A escrita de si e também o relato de si, portanto, constituem-se como práticas e técnicas em que os sujeitos podem entender a si mesmos, interagir com a alteridade e também compreender as questões à sua volta.

Como veremos na seção seguinte, as selfies também podem funcionar como técnicas de si, e não só como indicadores de um mero exibicionismo, sobretudo quando permitem revelar detalhes dos contextos de produção das imagens. Acreditamos que as ações e operações envolvidas na realização de uma selfie é fonte de várias pistas para um aprofundamento da reflexão acerca das performances individuais na configuração e aparição de um povo, aqui entendido a partir da emergência de sujeitos políticos em ação.

Ao aproximarmos a noção de povo daquela da multidão, temos em vista que ambas as noções, respectivamente apresentadas por Rancière e Negri, têm em comum a heterogeneidade, a complexidade de articulações, a dispersão, fazendo convergir a multiplicidade e as variações de singularidades que não se dissolvem uma na outra. Povo e multidão também são alvo das técnicas e racionalidades da biopolítica, que tentam conter, modular, reduzir a pluralidade à unicidade para transformá-los em massa homogênea, contínua e consensual.

De muitas maneiras o poder institucional tenta converter a emergência do povo e da multidão a enquadramentos negativos, de desordem, caos e desmobilização. Entretanto, existem formas expressivas resistentes que, por mais que surjam associadas às sintaxes enunciativas do capitalismo, podem ter seus modos operatórios convertidos em resistência, como é o caso das selfies.

4.1.2 Selfies: forma de dar sentido à participação dos sujeitos

Entre os relatos de nossos entrevistados, a compreensão do papel desempenhado pelas selfies foi bem diversificada. Uma opinião corrente diz respeito à selfie como instrumento de desmobilização e despolitização, uma vez que resulta de uma autovalorização, do destaque de atributos e ações individualizadas e não do caráter coletivo das resistências:

“Eu acho que aí ficou muito bem delineado quem era quem nessas manifestações também. Nesse sentido, de que quem postou nas redes sociais ia às manifestações para dar “rolê”, para falar que participou, fazer selfie, isso a gente virou várias vezes. E quem ia para assembleia para dar continuidade no raciocínio, na discussão, na construção e na reflexão. Quão grande era diferença nesse sentido. Sem condenar ninguém, porque também você dá passo de acordo com o que você dar conta. Mas...” (ENTREVISTADO 39b, BH, 2014).

“E eu acho que tem um problema muito narcisista da nossa geração que se reflete na política também, no ativismo principalmente. Que a Marina Silva chama de ativismo autoral, ela tem razão, tem uma leitura muito inteligente para ser feita nisso. Também tem o ativismo selfie né, que já não é tão

autoral e narcisista, e isso é muito desgastante.” (ENTREVISTADO 8, SP, 2015)

Outra forma de entendimento do agenciamento político possibilitado pela selfie ia no sentido contrário, ou seja, de enfatizar seu poder mobilizador via compartilhamento em redes sociais:

“Sim, tirei foto, postei, porque eu acredito muito no poder das redes, então eu sabia que se eu tirasse uma foto de eu lá, com cartaz, no dia seguinte 10 amigos meus iam tá lá também, porque eles iam falar “ah, se minha amiga foi eu vou ir também”. Então, eu postava mais com o objetivo, não era nem de tanto: “ah, deixa eu mostrar que eu tô lá”, mas era assim deixa as pessoas verem que eu tô aqui, para elas verem que elas podem vir também. E foi isso que ficou muito forte, porque as pessoas tiravam foto, postavam e as pessoas falavam “uai mas tá todo mundo indo vou também.” (ENTREVISTADA 31, BH, 2014).

Mas, ao buscarmos menções à presença de fotografias e imagens de si nos relatos de nossos entrevistados, tínhamos em mente o fato de que a elaboração dessas imagens pode ir além de um simples registro ou prova de experiências vividas nas ruas. Assim como o relato oral da experiência individual, a selfie também pode ser analisada enquanto técnica de si, uma vez que se apresenta como enunciado resultante de um auto-entendimento momentâneo acerca do papel desempenhado por um sujeito e do sentido de “estar ali”, com o outro e para um outro. Sob esse viés, a selfie não é política em si, mas torna-se um enunciado político quando apanhada em uma complexa teia de discursos, enquadramentos e repertórios de ação.

Pensar a selfie, por exemplo, como simplesmente um ato narcisista e individualista, sem compreender as práticas e experiências que emergem dele, seria cair em um erro de categoria e aniquilar qualquer possibilidade de perceber a multiplicidade dos modos de existência ali envolvidos. Deve-se, portanto, buscar[...] qualificar os valores, perceber os diferentes tipos de associações, apropriar-se dos diversos tipos de existência. (PASTOR, 2017, p. 7)

De acordo com Pastor (2017) a selfie não é apenas um tipo de imagem, mas também, e principalmente, uma nova prática, capaz de proporcionar às imagens de si uma dimensão conversacional. Assim, ele argumenta que ela não é uma mera foto, mas um elemento de mediação entre o sujeito que se autoretrata e uma rede de interlocutores que têm hábitos e experiências diversos, mas entrelaçados por códigos específicos de produção de si para o outro. No processo de politização da self, o que conta é

O próprio momento de produção e do posterior compartilhamento dos selfies – o importante é perceber a prática, o processo fotográfico. [...] Não é um individualismo purificado, mas uma individualidade construída pela relação e através de imagens de si. (PASTOR, 2017, p.13)

“Então o desenvolvimento dessas tecnologias, da acessibilidade, é fundamental assim. Eu fico brincando que todo mundo tem uma câmera fotográfica no bolso. Então quando acontece alguma coisa, você tira uma foto, joga na rede e ela circula, e ela ventila, coisa que muitas vezes não tinha circulação. E ao mesmo tempo tem um risco disso criar os linchamentos públicos né? A forma, e aí eu já acho que cabe uma análise da forma com que as pessoas recebem essas imagens ou essas denúncias, esses vídeos, que muitas vezes também vira um linchamento a partir de uma reflexão moral né.” (ENTREVISTADA 28, BH, 2014)

A entrevistada acima destaca como a circulação das selfies pode tanto atuar como denúncias (são várias às menções às selfies produzidas depois de agressões policiais ou mesmo selfies feitas ao lado de policiais fortemente armados) promovendo justiça e reconfiguração de quadros morais de sentido, quanto também perseguições e agressões. Ela destaca um elemento importante para nossa reflexão: a selfie pode produzir mudanças na gramática moral que define o que pode ser considerado justo ou injusto, valorizável ou repudiável nos comportamentos individuais e coletivos. Mas é preciso termos sempre em mente que as selfies não escapam a parâmetros biopolíticos de controle dos corpos. E nem deixam de ser utilizadas de modo irônico, apenas para constar, como uma espécie de “conquista” que não pretende alterar nenhuma ordem vigente, apenas explorar feitos exibicionistas.

“A mesma coisa que estava lá, a galera indo enfrentar a polícia, estava o povo abraçando e tirando foto com a polícia para postar no Facebook. Então assim, são extremos que dão conta desse paradoxo da vida, dessa diversidade de vida que é muito louco.” (ENTREVISTADO 27, BH, 2014)

Nas redes sociais, a fotografia de si poderia ser ligada às perspectivas de uma escrita ou relato de si enquanto maneira de revelar a si mesmo, quase em um sentido também de desvelamento da realidade de si. Sua objetivação como fotografia, por mais carregada de sentidos específicos que não carreguem consigo a intencionalidade de uma forma de resistência, se inscreve também dessa maneira no tecido social. Acreditamos que a *selfie* pode figurar tanto como instrumento da biopolítica quanto da criação de formas de subjetivação que escapam aos biopoderes. Como mencionamos acima, ao desenvolver o tema das “técnicas e apropriações de si” em suas reflexões feitas entre os anos de 1978 e 1984, Foucault ressalta a capacidade que os indivíduos possuem de transformarem-se em sujeitos de suas próprias práticas e construindo a si mesmos a partir de uma perspectiva ética que busca distanciar-se das regulações e normatividades do Estado. Assim, Foucault constrói uma abordagem ética da subjetivação, apostando em uma apropriação criativa de si, na qual os sujeitos são capazes de dirigir suas condutas e posicionamentos sociais (MARQUES e MARTINO, 2016).

Sob esse aspecto, a busca da liberdade na ética de Foucault é uma questão do desenvolvimento de formas de subjetividade capazes de funcionar como resistência autônoma aos poderes normalizadores. Selfies podem, portanto, representar uma liberdade de enquadramento, de formas de aparição que – ainda que visem a apreciação do outro – proponham uma autonomia, um sentimento de os sujeitos serem agentes criadores do traçado do seu “agir no mundo”, ao elaborarem um olhar, um enquadramento e uma narrativa sobre si mesmos.

Percebemos, então, que não se trata de modismo, mas aspecto constituinte da lógica conectiva que articula as singularidades em coletivos de protesto. Esta também é uma característica que pode ser atribuída aos memes políticos.

4.1.3 *Expressão compartilhada*

A capacidade de viralização dos memes traz a possibilidade de os sujeitos saírem do anonimato e se tornarem figuras destacadas. Ao longo dos protestos foram inúmeras as fotos transformadas em memes.

É importante salientar que um meme não pode ser reduzido a um enunciado dobrado sobre si mesmo, como uma pequena unidade de sentido que circula amplamente tornando visível uma mensagem codificada. Um meme faz parte de um sistema de difusão viral e também de um modo operatório de criação de enunciados que requerem o domínio de elementos simbólicos e também a habilidade de criar uma relação entre texto e imagem baseada no humor, na codificação, na intertextualidade e na ironia (ALTHEMAN, MARQUES e MARTINO, 2017).

Os memes configuram uma forma de comunicação nascida on-line e definidora de identidades políticas e sociais, uma vez que criados e alimentados por comunidades on-line que se organizam em torno de ideologias e interesses comuns (CHAGAS, 2015). Assim, o meme é uma forma de expressão política, um enunciado que possui regras precisas de composição, que abrange trocas amplificadas e que se configura como elemento estruturante de comunidades on-line (GAL *et al.*, 2015).

As referências codificadas por um meme podem criar uma identificação e um sentido de pertencimento, uma vez que é preciso conhecer os códigos e símbolos específicos de uma comunidade interpretativa para compreender os enquadramentos que um meme pode carregar (FARQUHAR, 2012). Por isso, um meme é uma produção cultural ligada às identidades coletivas (ou posições de sujeito coletivas) das comunidades nas

quais circula. Sob esse viés, a produção de memes só pode contar como uma ação coletiva e conectiva se der origem a uma conversa informal na internet, atuando como alimentadora do debate público. Assim, os memes podem ser considerados modos de expressão política e produção de sentido associados à conversa e às novas formas de circulação da opinião, dos valores morais e códigos de reconhecimento (SANTOS e CHAGAS, 2017; CHAGAS *et al.*, 2017).

A menção à elaboração de memes por parte de alguns entrevistados ressaltou o modo como uma foto pode se transformar em meme e ser amplamente compartilhada nas mídias sociais, com resultados imprevisíveis. A experiência vivida na *forma-rua* dos protestos pelo entrevistado 41¹⁰⁷, por exemplo, foi compartilhada de maneira massiva nas redes sociais. Integrante de um grupo que defende a ideia de vanguarda, como o próprio entrevistado destacou, ele relata a opção de desempenhar papel de protagonismo nos protestos. Foto e imagem de vídeo em que aparece viraram memes:

“Eu apareci muito nas manifestações, e eu não acho que é porque eu quis aparecer. Eu não consegui me segurar no sentido de ficar vendo a banda passar e não fazer nada, iguais alguns setores da esquerda fizeram. Fui para rua, botei a cara, enfrentei a polícia. O primeiro enfrentamento que eu tive foi com a direita... inclusive, eu fiquei desesperado na época, uma foto minha teve 20 mil compartilhamentos dizendo que eu estava com uma boina de Cuba, uma boina que eu ganhei de presente de um amigo que foi Cuba, dizendo que eu tentava virar líder das manifestações.” (ENTREVISTADO 41, BH, 2014)

O entrevistado conta como sua imagem foi associada ao socialismo, sendo atribuídas a ele marcas identitárias de maneira simplificadora.

“Teve um vídeo e teve uma foto. Dizendo que eu tentava me tornar líder das manifestações a qualquer custo. Apontava a bandeira de Cuba falando que não é nem brasileiro, eu tava com uma camisa do Che Guevara, dizendo que eu advogava em nome de um assassino, e ainda era um macumbeiro apontando minha guia, né?” (ENTREVISTADO 41, BH, 2014)

A visibilidade foi dada pelo fato de ele usar camisa com o ícone da esquerda e por aspectos que o associam à religião afro-brasileira. A imagem foi divulgada como índice de algo a ser combatido: o comunismo como algo negativo para o Brasil. A imagem não é mera representação visual. Há de linhas de força e ideologias que tornam a imagem possível, apreensível e comunicável. Nesse exemplo, é possível ver como uma imagem se

¹⁰⁷ O entrevistado 41 usou as redes em mais um episódio para dar resposta a uma acusação pública, em contestação ao comportamento que fere à igualdade de gênero atribuído a ele durante ato realizado pelas esquerdas na capital mineira (não iremos detalhar aqui para preservar a identidade do entrevistado).

transforme em meme e, em decorrência de sua ampla divulgação, ocasiona agressões e violência simbólica.

“Fizeram um meme, e falaram que eu tinha que ser expulso das manifestações a qualquer custo. Porque esse tipo de gente é petista e quer tomar os manifestos e manifestações para si. E foi compartilhado principalmente por jovens de extrema direita, foi compartilhado no Brasil inteiro, porque eu participei em manifestações no Rio, cheguei a participar do fórum de transporte público lá. Principalmente por setores de extrema direita, militares, muitos militares compartilhando em suas páginas. Então por exemplo, foi feita por aquela página “meu professor de história mentiu para mim”, foi compartilhado pelo “golpe militar 2014”, pelo “clube militar”.“ (ENTREVISTADO 41, BH, 2014)

A foto foi feita pelo próprio entrevistado 41, mas, para ser transformada em meme, foi retirada do contexto. Na foto que circulou nas redes foi incluído texto, que, conforme o entrevistado aponta, resultou em constrangimento para o manifestante nos atos subsequentes à divulgação em que ele esteve presente. O entrevistado atribui o uso indevido da imagem a grupos da direita. No entanto, a prática de divulgar imagens para constranger um sujeito também é empregada por grupos diversos. Um dos usos, por exemplo, é expor homens que são acusados de cometer atos violentos contra mulheres.

Por isso, um meme é uma produção cultural ligada às identidades coletivas (ou posições de sujeito coletivas) e, muitas vezes, às práticas de resistência das comunidades nas quais circula. Assim, os memes se tornam importantes ferramentas de difusão de mensagens persuasivas e críticas, na tentativa de incitar as pessoas à ação política (CHAGAS, 2014, 2016).

4.1.4 Ocupação corpórea dos espaços públicos

A autoexposição implica o aparecimento dos corpos individuais e coletivos nos espaços públicos das redes e das ruas. Essa emergência não se restringe ao “tornar visível”, mas envolve uma performance que permite, ao mesmo tempo, a constituição do comum e das identidades que se afastam de papéis sociais previamente assinalados. Nas manifestações de junho, os sujeitos experimentaram o espaço urbano de outra forma, diferente daquela à qual habitualmente estão acostumados e que torna natural e consensual os usos e apropriações da cidade, seus lugares e territórios.

“[O que liga os diversos protestantes em junho é] Estar na rua, estar na cidade, por mais óbvio que seja. É perceber, eu tenho um pouco de dúvida quando as pessoas falam dessa vontade de pertencimento da cidade. Para mim eu acho que é outra, é a falta de pertencimento concreto da cidade. É

perceber que as pessoas podem simplesmente andar no meio da rua. É um campo de possibilidade que se abre do qual elas não estavam conseguindo. Eu posso estar aqui fechando uma avenida, com os meus amigos, ou pessoas que eu não conheço. E aí para mim, é a potência do que eu falo do encontro, mas ela vem não de maneira positiva, mas de maneira negativa. No sentido de que é a negação da cidade, e da vida do jeito que está é que promove esse tipo de abertura.” (ENTREVISTADO 26, BH, 2014)

Nesse processo de ocupação não usual, os sujeitos e coletividades também retiram os corpos de seus lugares assinalados, libertando-os de uma redução à sua funcionalidade, temporalidade, papel social e ocupação rotineiras (RANCIÈRE, 1995).

“Então expressão individual de nós termos um coletivo, mas que permite uma pluralidade que dialogue porque o capitalismo nesse momento não é só uma questão de burguês e classe trabalhadora. Você tem os homossexuais que não se manifestam, as mulheres que “se fodem”... Você tem um amplo leque de pessoas que sofrem com essa hegemonia ideológica, que sofrem com essa exploração... você tem a luta anti-manicomial, e você tem essas expressões, que não são necessariamente individuais, mas diferentes expressões.” (ENTREVISTADA 6, SP, 2014)

O espaço urbano se configura, então, como uma cena polêmica sensível na qual se inventam outros modos ver, dizer e fazer, promovendo novas formas de enunciação coletiva. Essa cena possibilita a emergência de sujeitos políticos de enunciação, ou seja, o povo, colocando em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes. Assim, essas operações enunciativas que constituem a agência do sujeito político, dão a ver um suplemento onde parecia haver uma correspondência exata entre corpos e lugares sociais.

“Tiveram nuances assim, mas tinha todo tipo de gente, gente de todos os lugares, de todas as classes, credos, cores, gênero, orientação sexual. Tinha de tudo, mesmo. E nesse sentido, essa diversidade foi importante, das pessoas se verem ali na rua, e mesmo que em alguns momentos, puxando reflexões diferentes, e discussões e desejos diferentes, se vê na rua.” (ENTREVISTADA 39b, BH, 2014)

Nesse sentido, as reivindicações e pautas de Junho de 2013 se constroem a partir de outra relação com a cidade que, por sua vez, traz implicações ao modo como os sujeitos se relacionam consigo mesmos e entre si.

Muitos manifestantes que vão às ruas estão vinculados a diferentes lutas, mas nem todos. O formato dos atos permitia a aproximação desses sujeitos singulares com os coletivos. Há um movimento de as pessoas se aproximarem dos grupos, motivadas por curiosidade em relação às pautas ou por interesse em relação aos aspectos estéticos, como bandeiras, faixas e cores.

“[...] bandeirão do ônibus sem catraca, pessoas que a gente não conhecia se aproximaram por causa do bandeirão, e aí tá, talvez... porque não era

um cartaz né, era um bandeirão, era uma coisa coletiva, ok, mas elas se aproximarem eu lembro de pessoas com cartazes se aproximando e tal, e foram pessoas que depois disso até passaram a se conhecer, trocaram pautas e aí, por exemplo, tem gente hoje que eu conheci segurando bandeirão que hoje são do movimento Tarifa Zero e estão fazendo as coisas. Então, eu acho que as duas coisas existiam, entendeu? Você tinha uma individualização que não era contraproducente, mas era só estéril, e você tinha uma manifestação da individualidade que dava margem a formar identificação mais amplas, coletivas e tudo mais, dependia muito da disposição das pessoas para isso, você tinha gente de todo o tipo lá.” (ENTREVISTADO 25, BH, 2014)

A fala do entrevistado pontua a ação do indivíduo, entende que Junho de 2013 se constituiu como espaço para o sujeito não vinculado a nenhum grupo coletivo também se manifestar, mas enfatiza que, em meio a tantas possibilidades, havia espaço para a constituição de grupos e para que esses pudessem traçar estratégias. A experiência de viver e habitar a cidade, nas entrevistas, aparece geralmente como um dos principais aspectos de emergência e visibilidade nos protestos de Junho de 2013.

Experiências como a Praia da Estação (em Belo Horizonte), e o movimento do Parque Augusta (em São Paulo), por exemplo, alimentaram os atos e reforçaram suas bases a partir deles. Nos atos que as configuraram foram constantes a produção de cartazes, faixas e intervenções artísticas urbanas.

Durante os atos de Junho de 2013, cartazes e faixas se multiplicaram nas ruas de São Paulo e Belo Horizonte, despertando o interesse em decorrência dos enunciados que veicularam (NOVAES, 2015; MAZZOLA, 2017). Integrados à rede semântica que os precede, tais enunciados abriram um emaranhado de sentidos, articulando aspectos da memória e reinserindo-os no acontecimento em curso. Mazzola (2017) considera que tais cartazes se distinguem de outros gêneros de cartazes usados na publicidade, tanto em estilo como em composição. No entanto, todos têm em comum a intenção persuasiva.

Os enunciados dos cartazes nos atos aproximam-se do que Mazzola denomina de interlocuções primárias: as instauradas na enunciação eu-tu. O sentido se estabelece na relação dialógica entre quem porta e quem vê o cartaz. Têm “estilo simples, de escritura breve, geralmente na variedade informal da língua” (MAZZOLA, 2017, p. 9). Objetivam a compreensão instantânea. Os cartazes assumem função comunicacional (NEVES, 2017), uma vez que por meio dele o sujeito se inscreve no movimento das ruas e, ao mesmo tempo, apresenta suas demandas e ideias. Ao serem carregados junto dos corpos dos manifestantes, permitem que a escrita se torne parte da performance e do gesto político que redesenha os percursos urbanos e as experimentações dos atores na multidão.

A circulação é amplificada, quando o que está nos cartazes se transforma em *hashtag* nas redes e vice-versa.

“Uma ação de dizer que engloba tanto uma estética visual quanto uma, o que está escrito, é uma combinação, um conjunto que vira uma ação de

dizer, e a gente faz um esforço bastante para dizer, dizer o que tem que ser dito, isso é o que é difícil. O problema (inaudível) a gente tem muito essa preocupação de tentar ouvir, ouvir o povo entendeu, ouvir o que o povo está querendo dizer e aí tentar de alguma forma corresponder àquilo. Claro que nem sempre dizendo a mesma coisa, às vezes o povo pode estar errado também, mas tentar estabelecer um diálogo, uma relação com aquilo de algum jeito para que aquilo choque, o povo veja e pare e se relacione. Então a gente tem sempre essa preocupação de falar pouco, mas falar bem, falar para uma escala grande e falar a partir do que já está um pouco sendo dito pelo próprio povo.” (ENTREVISTADO 19, SP, 2014)

A partir do que é dito pelo entrevistado 19, podemos dizer que os cartazes compõem a lógica conectiva, ou seja, permitem aos sujeitos se expressar a partir dos quadros de ação pessoal, o que facilita a interação com outros sujeitos.

Além disso, acreditamos também que os cartazes podem operar como escritas de si, na medida em que os sujeitos se afirmam e elaboram entendimentos sobre a própria participação.

Não se trata apenas de produzir, por meio de uma escrita urgente, novas interpretações sobre enunciados ou objetos, desnaturalizando interpretações institucionalizadas, mas da invenção de outro vocabulário, apresentando novos termos, novos enunciados ao lado daqueles que foram adquirindo legitimidade. O próprio gesto da escrita é ressignificado nesse processo, uma vez que cria “um certo espaço comum, um modo de circulação da linguagem e do pensamento que não possui nem um emissor legítimo e nem um receptor específico, nem tampouco um modo de transmissão regulado” (RANCIÈRE, 2000, p. 12). Esse espaço de reinvenção de enunciados confere aos cartazes, a nosso ver, papel especial na construção da igualdade entre os interlocutores.

De acordo com Rancière, o gesto de escrever significa ter acesso a um circuito no qual as palavras se tornam órfãs, disponíveis para todos, sem serem guiadas pela voz de um mestre que sabe como elas devem ser relacionadas a coisas e quem tem direito ou não a fazer um uso apropriado delas. Escrever liberta as palavras de uma relação dada entre signos e corpos, tornando a enunciação disponível a todos.

A produção de cartazes nas manifestações estabelece, assim, uma forma de circulação das palavras no espaço urbano (que tanto é efêmera em sua materialidade quanto duradoura na narratividade que produz) que também se aproxima de um curto-circuito das regras que estabelecem fluxos de aparição e circulação dos corpos. E um exemplo dessa rigidez nas normas implícitas de circulação dos corpos em determinados espaços territorializados da cidade são os rolezinhos, ação que discutiremos no próximo tópico.

4.1.4.1 Rolezinhos: visibilidade dos jovens de periferia

Os protestos foram interpretados como insurgência da classe média brasileira. Havia um questionamento sobre se havia, e qual era o peso da, participação da periferia. Um dos entrevistados aponta a dificuldade de deslocamento para que pessoas da periferia de São Paulo pudessem estar presentes nos atos do centro da capital.

A participação se torna difícil quando é necessário despende muito tempo para se deslocar de onde se vive até onde os atos são realizados – situação vivida por quem mora, por exemplo, na periferia de São Paulo e tem que se deslocar para o centro, onde os atos eram marcados. Nas duas cidades, observamos como é assimétrico o uso tempo entre quem mora nas regiões mais centrais e quem mora na periferia. O tempo que se pode dedicar a participar das atividades políticas demonstra fortes assimetrias entre os sujeitos. A assimetria na distribuição de tempo e a disposição territorial dos sujeitos contribuem para a invisibilidade e o silenciamento.

Rancière (1996) nos traz o questionamento de quem pode participar das discussões sobre o comum numa democracia. No contexto de Junho de 2013, fica evidente a exclusão de sujeitos pelo sistema institucional, fazendo aparecer uma “parcela de não contados”, que Rancière denomina de sem-parte. A figura metafórica dos sem-parte em Rancière faz menção tanto a sujeitos que não têm visibilidade e tampouco se expressam na ordem estabelecida pelas instituições brasileiras; quanto a um excesso revelador de uma não-correspondência entre corpos, nomes, lugares e tempos.

O *demos* não é a população, a maioria, o corpo político ou as classes baixas. É uma comunidade suplementar feita daqueles que não possuem nenhuma qualificação para governar, o que significa todos e qualquer um. [...] Em meu trabalho, tentei conceitualizar a prática democrática como a inscrição da parte daqueles que não possuem parte – o que não significa os excluídos, mas qualquer um. Essa inscrição é feita por recém chegados, que permitem que novos objetos apareçam como preocupações comuns, e novas vozes apareçam e sejam ouvidas. (RANCIÈRE, 2010, p. 53 e 60)

A mudança no regime de visibilidade conferida aos jovens da periferia ocorre sobretudo por meio da ocupação de espaços públicos cujo acesso é dificultado de formas tácitas a partir da rejeição da estética desses jovens e de limitações à circulação desses corpos. O rolezinho¹⁰⁸ é o diminutivo de rolé, gíria usada para designar pequenos passeios. O termo no diminutivo passou a ser usado para se referir aos encontros de jovens pobres,

¹⁰⁸ Matéria “Os novos vândalos do Brasil”, publicada 23 de dezembro de 2013. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html>.

em sua maioria negros, que se articulavam a partir das mídias sociais. Tais eventos caracterizavam-se por grande número de adolescentes que combinavam de se encontrar para passear, namorar e cantar funk nos shoppings centers.

Os rolezinhos têm forte caráter estético, uma vez que eles se apresentam a partir das preferências culturais. Não se trata de uma resposta calculada à exclusão, mas de uma forma de expressão que nasce do desejo de ocupar espaços na cidade, como os shoppings, por exemplo.

“Realmente, as manifestações na paulista o cara não sai de Poá para pegar o trem, 2 horas e vir fazer manifestação aqui, mas logo em seguida começaram a acontecer coisas também que eu nunca vi que ninguém nos movimentos sociais viu, por exemplo o caso dos rolezinhos, eu não sei se isso ficou conhecido lá em MG, quer dizer uma questão óbvia de um corpo que tá querendo ocupar um espaço público que esse corpo não é aceito. E aí ele fala: “não se o critério do jogo é o consumo, e agora eu posso consumir, por que que eu não posso tá aqui?” E aí a questão que era uma questão só de consumo se torna uma questão política. Essa é análise que a gente faz, por isso a gente defende o cara do rolezinho, a gente entende o lado consumista por trás mas tem também uma reivindicação de participação pública, já que o único espaço público é o do shopping na periferia então vamos ocupar esse espaço. Então, pra te dar um exemplo, o pai desse moleque que vai fazer o rolezinho, está preocupado em botar comida em casa. Esse moleque já é outra geração que está preocupado em quê? Em parecer bem publicamente, xavecar menininha, ter um tênis e tudo mais. A gente pode criticar essas escolhas dele, o porquê que são essas escolhas pra ele, mas é legítimo, o caso dos rolezinhos.” (ENTREVISTADO 7, SP, 2014)

Lojistas tentaram medidas para proibir a entrada em um shopping de um grupo de jovens da periferia, o que gerou amplo debate sobre preconceito e violência simbólica dirigida a esse grupo social (PINHEIRO-MACHADO e SCALCO, 2014). Embora os *rolezinhos* tenham ganhado visibilidade na esfera pública brasileira entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014, as pesquisadoras apontam que se trata de algo realizado pelos jovens de periferia desde 2009, e a discriminação dessa parcela da juventude brasileira se tornou algo em destaque nos protestos de junho.

Simbolicamente, ele representa o rompimento das barreiras de classe e dá visibilidade ao tema do consumo das classes populares e ao acesso das mesmas a novos espaços e mercadorias. O preconceito, nesse contexto, é uma força que reage à mudança – a não aceitação da invasão de espaços das elites - e procura sufocá-la e menosprezá-la. Nesse último aspecto, é importante pontuar que além dos comentários sobre trabalho e violência que apareciam na internet, a ridicularização dos jovens era constante. (PINHEIRO-MACHADO e SCALCO, 2014)

Para as autoras, o rolezinho representa uma ideia de inclusão que passa pelo consumo, no entanto, podem ser vistos como reivindicações de novas formas de serem vistos, o que atravessa nossa discussão sobre autoexposição. A dimensão do hedonismo e

a do dar a ver-se se atravessam na configuração desta forma de protesto alimentada pelos corpos que ocupam o espaço público, questionando as partilhas do sensível vigentes.

Vistos até aqui os quatro indicadores que conferem os principais contornos e dimensões à autoexposição, passaremos a seguir aos riscos a ela vinculados, de acordo com alguns de nossos entrevistados.

4.2 Os riscos da autoexposição: do hedonismo ao controle

Muitos relatos de nossos entrevistados apontam que a autoexposição também envolve riscos, entre os quais podemos mencionar: 1) o hedonismo (quando a busca por satisfação não leva em conta as demandas coletivas); 2) a pulverização das reivindicações (que pode ter como resultado a exposição das próprias demandas sem que o sujeito se abra para as reivindicações do outro ou sem a devida porosidade para o diálogo na construção de pautas comuns); e 3) a possibilidade de facilitar ações repressivas de controle.

O hedonismo foi muito mencionado, por exemplo, na discussão acerca das selfies e nos relatos sobre a extrema personalização da participação dos indivíduos nos atos presenciais. Muitos, entre eles o entrevistado 25, apontam que o autocentramento conduz a uma perda da capacidade de empatia, solidariedade e responsabilidade pelos outros.

“(...) até tem a ver um pouco com as manifestações, que elas foram uma expressão individual das pessoas, sei lá, eu não sei se o paralelo é bom, mas o Chico Alencar fala isso, antes você tinha manifestação das faixas, nessa você tinha faixas, mas tinha cartazes, os cartazes eram individuais, expressavam a individualidade das pessoas, e isso tem a ver com a tecnologia da informação que possibilita e potencializa essa expressão da individualidade das pessoas até às vezes de uma maneira excessiva assim, a coisa fica quase hedonista. [...] Eu acho que, tipo assim, mais que nunca a primeira coisa que as pessoas faziam era se afirmar como indivíduos e se diferenciar no processo, tipo assim, se individualizar mesmo, então os cartazes eram muito isso, a forma como você ia nas manifestações, como você se vestia e tal, isso era uma questão assim que saltava aos olhos, às vezes beirava ou chegava mesmo ao hedonismo, a uma coisa só de vaidade mesmo e tal, que era complicada, mas ao mesmo tempo você conseguia tecer identificações entre as pessoas e trazer pessoas para junto assim” (ENTREVISTADO 25, BH, 2014).

Ela menciona um paradoxo nesse uso individualizado das formas de expressão de si: ao mesmo tempo em que há uma busca pela singularização dos gestos políticos em meio à multidão, há também a possibilidade de essa busca extremada pela diferenciação levar à criação de identificações, mobilizando outras pessoas a se posicionarem e a aderirem aos protestos. Quando avaliamos o papel desempenhado pelas selfies nos

eventos de Junho, destacamos também sua contribuição para ações conectivas e para a própria configuração de gestos políticos que emergem justamente quando nos tornamos sujeitos de uma ação. Fazer uma selfie envolve tornar própria uma ação, realizá-la, criar algo e tornar-se responsável por ele. É essa subjetivação do gesto, que conduz o sujeito a inventar e criar (frases, cartazes, imagens, textos, refrões, etc.) que o torna autor e ator político singular.

Outro risco apontado por alguns entrevistados relaciona-se à pulverização de ações e de reivindicações derivada, principalmente, da individualização excessiva das contribuições dos atores e da atuação de atores isolados em pequenos grupos, ou células de ação que permanecem pouco articuladas às outras esferas de participação e intervenção.

“Uma ação muito individual e muito influenciável, por... tanto é que pautas que surgiram que a gente viu que claramente que PEC 37 foi uma, já estava todo mundo “eu estou indignado, eu vou pra rua, e aí o que me derem ali pra reivindicar está bom, porque tudo é reivindicação. Então, se PEC 37 está na boca do povo, não, da Globo né. Se PEC 37 está na Globo, então vamos lá porque tudo está no mesmo bolo”. Então, talvez seja uma ação muito individual e pouco pensada coletivamente mesmo assim, tanto é que cartazinhos cada um tinha o seu, eu podia por o que eu quisesse no meu cartaz em Junho que estava tudo certo, não tinha problema nenhum, tava na hora de colocar.” (ENTREVISTADA 47, BH, 2015)

A pulverização derivada do aglutinamento de determinados atores em *clusters* mais herméticos de atuação política e ativista pode fazer com que a autoexpressão dos sujeitos, enquanto dimensão política de sua subjetivação no espaço público, se dilua na complexa rede de debates e decisões que configuram as manifestações em larga escala. Muitos entrevistados, como o 19 por exemplo, tematizam a importância da autonomia política como exercício não de uma agência que se estabelece sem intervenções alheias, mas que, pelo contrário, reforça a necessidade de uma interação contínua que favoreça o exercício da troca, da justificação e da identificação de injustiças. Nesse sentido, o espontaneísmo dos encontros pode trazer obstáculos para a autonomia política de indivíduos e grupos, além de dificultar a coletivização de interesses comuns.

“Acho que todo mundo percebe uma insuficiência da ação individual, com algumas formas de associação. Do ponto de vista da associação do pessoal que se diz Black Bloc, associação muito assistemática, células, ou grupos muito pequenos que se reúnem ou, às vezes, nem se reúnem ou se reúnem espontaneamente quase no ato.” (ENTREVISTADO 19, SP, 2014)

Com relação às dificuldades enfrentadas para a construção coletiva de problemas públicos que efetivamente se transformassem em objeto de sério e amplo debate público, foi bastante citada a fragmentação das demandas e a quase impossibilidade de criar conexões entre elas:

“O problema é só o povo não segura, as pessoas foram com essas pautas mistas pras ruas em junho, não tinha forças, porque cada um estava pedindo uma coisa, tinha gente com placa pedindo ração grátis pra cachorro de rua, legal bacana, uma pauta interessante, mas será que era ali que o momento de falar disso? Tinha gente falando fora Feliciano, ali a gente estava naquele momento de usar bodes expiatórios, tirar vilões Bolsonaro e Felicianos surgindo para atrair a atenção negativa, então muita gente com essa pauta, e aí pautas bacanas sociais no meio, pautas de igualdade de gênero, pautas de contra a homofobia, pautas bacanas, mas misturadas todas juntas ali com outras pautas que não era as pautas tradicionais de quem lutavam na rua. Então junho foi uma mistura, mas junho durou pouco né?” (ENTREVISTADA 20, SP, 2015)

O entrevistado 11, por sua vez, destaca os riscos da pulverização individualizada e messiânica, sem a articulação em torno de um projeto coletivo:

“A esquerda tem esse acúmulo, que junho não teve, que junho optou por tentar fazer um processo novo. E aí, se você não tem um projeto político, se você não tem uma organização, aí você se move pelo afeto, e infelizmente, e realmente no começo é a classe média que tá na rua quais são os afetos da classe média brasileira? Os afetos de uma classe média formada por uma mídia ridiculamente concentrada com um interesse político muito claro, numa tradição cultural paupérrima assim estadunidense até o osso. Essa figura do herói é muito do filme americano, do cara que sozinho vai e resolve tudo, esse individualismo essa crítica do Estado como uma coisa ineficaz, esse racismo velado, mas que vem sempre à tona.” (ENTREVISTADO 11, SP, 2014)

Alguns entrevistados chegam a mencionar o modo como a pulverização de demandas atrapalha a identificação dos ganhos e das conquistas obtidas pelos sujeitos e coletivos. A dispersão de desejos políticos e demandas parece constituir o cerne de Junho de 2013, o que assinala a complexidade do comum que pode dali derivar. Sabemos que construção de reivindicações comuns deve colocar em diálogo as múltiplas subjetividades. A vivência dos sujeitos e a maneira como é performada no espaço público se tornaram ponto de identificação e empatia entre as pessoas e, ao mesmo tempo, distanciamento. Isso significa que o comum emerge nos hiatos que podemos entrever entre a caracterização ética dos gestos políticos singularizados e a construção moral de um horizonte coletivo de justiça que não se restringe à elaboração de reivindicações, mas perpassa todo o processo de criação de uma cena polêmica e dissensual (RANCIÈRE, 1995) que deve ser ampla e igualitária o suficiente para abarcar reivindicações que se tencionam. E isso coloca desafios organizacionais significativos aos grupos ali presentes.

“Puseram muito em xeque a estrutura tradicional de organicidade que em regra era os partidos políticos. Geraram outros tipos de coletividade. Eu não sei ainda se isso é bom ou ruim, porque acho que é muito pouco tempo pra gente fazer essa análise. Assim, eu percebo, é bom, porque pessoas que estavam à margem da militância política de alguma forma se integraram, mas ao mesmo tempo eu sinto que pulverizou tanto a luta que você não consegue conquistas objetivas. Então, assim, é você cria “ah esse povo

aqui, o tarifa zero vai discutir a tarifa, ah esse povo aqui não sei o que vai discutir tal coisa, esse povo aqui vai discutir.” Você não consegue aglutinar as pessoas em torno de uma única pauta, porque sem isso você não consegue vitórias concretas pro povo, assim, pra todo mundo, pra todos nós. Porque não adianta. Eu vou lá com a minha plaquinha, eu quero isso. Aí, vou eu e meu grupinho em busca daquilo ali, só que nós somos meia dúzia e em uma cidade desse tamanho você é engolido.” (ENTREVISTADA 42, BH, 2014)

Outro risco relatado de forma recorrente por grande parte dos entrevistados refere-se à possibilidade de a autoexposição favorecer ações repressivas de perseguição e controle. A perseguição pode ocorrer quando há ataque a grupos, coletivos ou pessoas que têm posicionamentos e perspectivas diferentes. As entrevistas apontam que a intolerância a ideias diferentes já se manifestava nas ruas em 2013, como relata o entrevistado 41, que chegou a ser agredido na rua.

“Então foi uma perseguição no momento que eu achei pesado, tanto que durante as manifestações num certo momento, eu andava sempre acompanhado, com gente fazendo a segurança, teve gente que tentou me atacar depois das manifestações, foi uma forma de tentar conter também.” (ENTREVISTADO 41, BH, 2014)

O controle pode partir do Estado, sendo exercido, por exemplo, por meio da Polícia Militar. A possibilidade de o sujeito ser monitorado e processado é preocupação recorrente dos entrevistados. A atuação biopolítica desse controle é feita, como mencionamos anteriormente, por um mecanismo policial que combina uma racionalidade do uso da violência com outra que tem por princípio a construção de quadros de sentido pautados em códigos de valorização e depreciação dos sujeitos. Não se trata apenas de controlar as idas e vindas dos indivíduos e grupos no espaço público, mas de sinalizar a eles quem conta, ou seja, quem deve ser considerado como moralmente digno, e quem não conta, quem pode ser perseguido e silenciado em suas aparições e expressões no espaço público.

Quando alguém se destaca dos coletivos ou na multidão pode se tornar alvo de perseguições, conforme destaca o entrevistado 27. E, nesse contexto, as fotos e vídeos feitos nos atos podem ser usados contra os próprios manifestantes. A autoexposição pode dar elementos para que se possa identificar, mapear e catalogar os manifestantes e os repertórios de ação, facilitando mecanismos sutis de controle: o sujeito acha que é protagonista e é incentivado a tal para melhor ser classificado e ter sua agência reduzida.

“São tantas as fotos e vídeos que as pessoas fizeram e a Mídia Ninja eu acho que trouxe isso muito claro, que criou uma espetacularização das imagens tão forte, no sentido disso que eu falei. As pessoas assistiam a câmara igual ao Big Brother. (...) Isso é um problema porque você ver replicando certa ideia pan-óptica que é usada pelo Estado dentro das movimentações. Acredito que uma parte das pessoas que foram presas

durante as manifestações foram presas pelo registro dos próprios ativistas que estavam lá. E nisso a gente começou a pensar se poderia tirar foto na assembleia, e que tinha que pedir primeiro. Porque isso é um problema de segurança e isso talvez tenha sido popularizado: cultura de segurança. A esquerda não tem cultura de segurança nenhuma.” (ENTREVISTADO 26, BH, 2014)

Ao mesmo tempo, contudo, a autoexposição pode contribuir para a garantia de que os manifestantes terão a integridade física garantida no caso de uma eventual abordagem policial. Os custos da ação repressiva contra alguém que tenha mais visibilidade são maiores do que quando direcionada a anônimos. Diante de uma situação de vulnerabilidade, a visibilidade alcançada pela ação política foi um dos elementos destacados.

Como vimos a autoexposição acarretou diferentes tipos de riscos ao sujeito sendo a maior das preocupações o rechaço feito por grupos com posição diferente no espectro ideológico e a possibilidade de ser identificado para eventuais controles. A entrevistada 28 se dedicou a realizar fotos dos atos em Belo Horizonte, mas se mostrou muito ciente dos riscos ligados tanto à autoexposição quanto à publicização conferida aos participantes. A fotografia é usada, em algumas situações, como mencionamos, para fazer denúncias de possíveis abusos. Ela alerta para necessidade de pensar que a visibilidade dado a um indivíduo pode resultar em linchamentos:

“Quando acontece alguma coisa, você tira uma foto, joga na rede e ela circula né?, e ela ventila, coisa que muitas vezes não tinha circulação. E ao mesmo tempo tem um risco disso criar os linchamentos públicos né? A forma, e aí eu já acho que cabe uma análise da forma com que as pessoas recebem né? essas imagens ou essas denúncias, esses vídeos, que muitas vezes também vira um linchamento a partir de uma reflexão moral.” (ENTREVISTADA 28, BH, 2014)

Muitas vezes, o registro de si e dos outros foi feito pelo sujeito participante dos atos de rua com o intuito de demonstrar a participação cívica, criar narrativas sobre as intervenções políticas urbanas, denunciar situações de violência e abusos sofridos e criar contra narrativas em relação aos meios de comunicação comerciais. Contudo, a possibilidade de filmar e fotografar o que ocorria nas ruas gera elementos para a identificação dos sujeitos nas ruas, tornando-os alvos fáceis para a repressão. Muitos salientam o fato de terem perdido o controle de sua autoimagem e dos discursos por eles proferidos.

“Sério, eu não tinha tantos cabelos brancos... desde junho isso. Mudei, a gente virou figura pública, o que é horrível. Ao mesmo tempo, “descolado”. Juro. Uma vez, de parar na rua, “Olha, você é o xxxx” e isso é um pouco antítese de tudo. E esse é o problema você virar o profissional militante especialista. Virei especialista. (...) São tantas as fotos e vídeos que as pessoas fizeram e a Mídia Ninja eu acho que trouxe isso muito claro, que

criou uma espetacularização das imagens tão forte, no sentido que eu falei. As pessoas assistiam a câmara igual ao Big Brother. Eu estava lá e obviamente falava. Aí minha amiga falava que estavam falando de mim no chat. Aí eu pensei que precisava conseguir mais um ponto de ibope, tenho que falar coisas mais contundentes. Isso cria uma relação, de que você sabe que a todo o momento, que você sabe que está sendo gravado.” (ENTREVISTADO 26, BH, 2014)

O fato de ser gravado e fotografado faz com que os manifestantes também modelem o discurso tendo em mente a audiência à qual vão se endereçar. A enunciação é sempre performada, o que resulta em maior preocupação em relação ao que é dito e como é dito.

Nas seções seguintes nos dedicaremos a refletir acerca das quatro dimensões que caracterizam o anonimato nos protestos de junho de 2013 segundo nossos entrevistados.

4.3 Dimensões do anonimato nos relatos dos entrevistados

4.3.1 *Uso de máscaras*

Manifestantes com as faces cobertas chamaram a atenção nos atos em todo o Brasil. Muitos usavam lenços pretos, as próprias camisas ou máscaras para cobrir o rosto, quando estavam na multidão. A máscara¹⁰⁹ do rosto pintado de branco com a boca que ensaia um sorriso, vista de forma recorrente nas ruas das cidades brasileiras, simboliza *Anonymous*. Fominaya (2014) aponta que é difícil caracterizá-lo como movimento social, ainda que a máscara dê uma espécie de feição pública aos indivíduos que compõem este coletivo. Trata-se, em grande medida, de tecnoativistas que realizam ataques de hacker no mundo todo.

Ao acompanhar os jovens que aderiram à tática *black bloc* em São Paulo, Solano *et al.* (2014) descrevem que, ao colocar as máscaras, tais sujeitos passam pelo que chamam de ‘morfar’ - assumir outra identidade a exemplo de super-heróis. A pesquisadora

¹⁰⁹ Símbolo do Anonymous, coletivo de ativistas e hackers espalhados por diferentes países, a máscara é uma referência a Guy Fawkes, que aparece no filme “V de Vingança”, produzido e roteirizado por Andy Wachowski e Lana Wachowski. O filme é uma adaptação do romance “V for vendeta”, HQ escrito por Allan Moore e desenhado por David Lloyd, publicado entre 1982 e 1988 no Reino Unido. O romance fala de um futuro distópico, caracterizado pela tomada de poder, depois de uma guerra nuclear, por um partido totalitário.

observa que, nesse ato, jovens de origens sociais distintas, que mantêm compreensão e experiências da cidade as mais diversas.

Mascarar-se é assumir outro corpo (FOUCAULT, 2013, p. 11). O ato faz com que o corpo “entre em comunicação com poderes secretos e forças invisíveis”. Ele se refere ao fato de que a máscara (bem como a tatuagem e a maquiagem) traz para o corpo uma “linguagem cifrada, secreta e sagrada” (*Ibidem*, 2013, p.12). Alusão ao aspecto ritualístico da máscara, que se liga a maneiras dos sujeitos se ligarem a divindades. A máscara desloca o sujeito espacialmente, no sentido de que transforma a maneira como o sujeito se apresenta: esse lugar ritualístico cria espaço que não existe no mundo. O corpo é retirado do espaço próprio e projetado em um espaço outro.

O corpo anônimo que se funde a algo mais amplo é também o corpo anônimo que não se furta de certa centralidade. É interessante como a lógica dos super-heróis em quadrinhos é evocada por alguns entrevistados para dar conta do sentimento de muitos sujeitos que, por trás do anonimato, encaram a participação nos protestos de maneira quase heróica:

“[...]sujeito que se auto satisfaz no ato, mas não pro ato. Pro ato continuam anônimos ali, mas para ele se auto satisfaz. Essa figura romântica do sujeito mesmo, isso também é interessante essa multidão não é um coletivo. Por isso, que eu prefiro falar de multidão, não é um coletivo são vários sujeitos ali tentando se entender, se promover, tanto que essa figura do Guy Fawkes do V de vingança. Pô essa é a prova mais interessante de que se ter um herói de um filme americano, por mais interessante ali politicamente que se possa ter no filme (ou caso do Batman no Rio de Janeiro) deixa claro a ideia do romantismo sabe? Do cara que vai vestir mesmo uma roupa e vai pra rua resolver o problema do Brasil ele mesmo, no braço. Essa ideia do herói que resolve tudo por ele mesmo, e que não dá certo evidentemente, né? Os anônimos...” (ENTREVISTADO 7, SP, 2014)

Obviamente, as faces encobertas também são uma tática para escapar do controle dos corpos. Não ser identificado pelos agentes externos ao grupo permite liberdade de ação e muda também as interações entre os sujeitos. Mas elas também evidenciam o desejo de ação direta que se faz no meio do coletivo. O anonimato, de alguma maneira, expressa o questionamento às formas tradicionais de representação. Podemos tomar como exemplo os adeptos da tática *black bloc*: questionam-se formas tradicionais de se apresentar em público, estabelecendo uma parte menos aprisionável em categorias.

“A estética Black Bloc, eu nem diria o movimento Black Block, trouxe consigo também uma necessidade... ela traz de maneira mais profunda uma própria crítica a representação também, né. De perceber o que significa uma pessoa que oculta a sua identidade, uma pessoa que oculta sua identidade ela não pode ser representada por nada. Ela é o ponto máximo da não representação. Porque, o quê que está atrás daquela máscara? Pode ser uma mulher, pode ser um homem, pode ser um negro, pode ser

um branco, pode ser um rico, pode ser um pobre.” (ENTREVISTADO 34, BH, 2014)

O anonimato se configura como espaço de deslocamento de identidade socialmente atribuída, atrelada a papéis fixos e voltados à naturalização de opressões. Ele instaura um discurso de enfrentamento, que coloca em xeque o lugar previamente definido para os sujeitos de uma forma esteticamente eloquente. Por trás das máscaras, há jovens, adultos, negros, brancos, cristãos, ateus, heterossexuais e homossexuais, homens e mulheres. Ainda que alguns marcadores identitários não sejam apagados pelas máscaras, elas têm a força simbólica de aproximar tais sujeitos desidentificando-os em uma apresentação performática que contesta definições pré-estabelecidas.

Tomamos aqui a desidentificação como conflito entre uma identidade atribuída pela ordem do poder e uma identificação impossível, ou uma desidentificação com o que seria “próprio” ou específico dos “sem-parte”. Para Rancière (1995, 2004), o que constitui o espaço político está intimamente ligado a um conflito de enunciação que surge quando, na cena de dissenso, os “sem-parte” não tomam a palavra a partir do lugar que lhes foi atribuído sociologicamente, mas se inscrevem na cena por meio do discurso, da argumentação e dos recursos poéticos da experiência, afastando-se do espaço e do status que lhes foi designado pela ordem policial.

A lógica da subjetivação política não é jamais a simples afirmação de uma identidade, ela é sempre, ao mesmo tempo, a negação de uma identidade imposta por um outro, fixada pela lógica policial. A polícia deseja nomes exatos, que marquem para as pessoas o lugar que ocupam e o trabalho que devem desempenhar. A política, por sua vez, diz de nomes «impróprios» que apontam uma falha e manifestam um dano. (RANCIÈRE, 2004, p. 121)

A subjetivação política não é o “reconhecimento de” ou o gesto de “assumir uma identidade determinada”, mas o desligamento, argumentativo e performático, dessa identidade, a produção de um hiato entre a identidade da ordem vigente e uma nova subjetividade política. Desidentificamo-nos, segundo Rancière (1995), de uma identidade social que encarna o conjunto de codificações impostas, instituições, leis, normas, regras e códigos que determinam as maneiras consensuais de comportamento ligadas à posição social que ocupamos.

“A estética Black Bloc, eu nem diria o movimento Black Bloc, trouxe consigo também uma necessidade... ela traz de maneira mais profunda uma própria crítica a representação também, né. De perceber o que significa uma pessoa que oculta a sua identidade, uma pessoa que oculta sua identidade ela não pode ser representada por nada. Ela é o ponto máximo da não representação. Porque, o quê que está atrás daquela máscara? Pode ser uma mulher, pode ser um homem, pode ser um negro, pode ser um branco, pode ser um rico, pode ser um pobre. Como... E uma resposta também a própria violência policial, evidentemente, né.” (ENTREVISTADO 34, BH, 2014)

Não se trata aqui de estabelecer uma dicotomia entre, de um lado, a figura redutora e simplista de um indivíduo atado e determinado por identificações oferecidas por uma ordem policial que não considera a pluralidade e, de outro, a figura de um indivíduo emancipado, realizado e capaz de se conectar com um coletivo que o ultrapassa. Trata-se de nos indagarmos acerca de como criar passagens entre a autorrealização dos sujeitos e as transformações urgentes a serem feitas na ordem consensual que torna a desidentificação uma necessidade constante.

Nesse sentido, o anonimato contribui, segundo Rancière, para os processos de desidentificação, uma vez que o sujeito político, o *demos* que se molda nesses processos é por ele aproximado do anônimo. “O nome de uma categoria vítima de um dano e que invoca seus direitos é sempre o nome do anônimo, o nome de qualquer um. É assim que podemos escapar do debate sem solução entre universalidade e identidade” (RANCIÈRE, 2004, p. 116). O anônimo não é um corpo coletivo, nem uma substância, mas um processo de distanciamento colocado em questão permanentemente, criando uma cena de dissenso para expressar-se e promover mudanças na ordem consensual (MARQUES, 2013, 2014). Além disso, como destaca o entrevistado 11, o anônimo não é o unânime:

“Então eu acho que no início das jornadas de junho, eu realmente achava que o anônimo unânime era a saída, até esse vídeo chama “anônimo unânime”, o vídeo que eu fiz. Tem um poema e tal. Mas agora, passado algum tempo, tenho sacado que as singularidades são fundamentais dentro do, mais do que individualidade, a singularidade de cada um, a ideia de que todos são diferentes e que por isso são iguais. Os zapatistas falam nisso e me vem muito, está muito, a minha intuição diz que é por esse caminho, que a gente tem mesmo que botar a autoria das coisas, se faz algo colaborativo a gente tem que saber. A quantidade e pessoas que colaboraram e que seja criticando as fotos das pessoas, até pra você sacar, “ah curtir pra caralho essa foto, quem que fez?”, “Ah é um algo colaborativo que qualquer pessoa fez”.” (ENTREVISTADO 11, SP, 2014)

O anonimato como lugar ritualístico, como aponta Foucault, permite que o sujeito vivencie outras existências e se apresente a sociedade de forma ressignificada. Figueiredo (2014) aponta que “as máscaras, ao mesmo tempo, ocultam e conferem visibilidade”. Os protestos em Junho se inserem no jogo entre visibilidade e invisibilidade. Em que os sujeitos diante das tecnologias de informação e comunicação (TICs) “negociam” a visibilidade da própria imagem.

4.3.2 *O corpo e as singularidades diluídas no espaço público*

A ideia do anonimato em junho perpassa tanto a performance dos sujeitos como os repertórios de ação empregados, o que fica claro nas práticas do jogral e no emprego da tática Black Bloc, a serem exploradas em seguida. A ideia também informa uma concepção da política em consonância com a proposição de horizontalidade. O anonimato, de algum modo, questiona o próprio exercício verticalizado e carismático da liderança, tão comum em organizações tradicionais.

Vimos, na seção anterior, que uma das formas de apagamento de traços singulares dos corpos dos sujeitos nas manifestações de junho foi materializada pelo uso de lenços e máscaras que impediam a identificação do rosto daqueles que foram às ruas, fossem eles agentes da sociedade civil, de grupos ativistas, do estado ou mesmo das tropas de choque.

Outra estratégia que retira o foco do indivíduo na multidão é o uso do jogral, ou seja, quando os sujeitos estão em um mesmo nível do ponto de vista espacial e repetem reivindicações e pontos que pretendem evidenciar.

“A gente fazia em jogral, a gente tentava já que não somos representante, já que não podemos falar pelos outros, então vamos todo mundo falar junto e a forma de enunciação disso é o jogral, então a gente tem um texto que a gente constrói coletivamente, através desses representante dos coletivos e depois todo mundo lê isso junto pra todo mundo, uma tentativa, né?”
(ENTREVISTADO 7, SP, 2014)

A vocalização das demandas e a transformação da voz em fala no processo de enunciação política é um aspecto central da subjetivação em Rancière (1995). Segundo ele, a cena dissensual é o que permite aos sujeitos produzirem uma enunciação, construir enunciados que revelam que não só possuem voz, mas também podem manejar a palavra para manifestarem seus anseios e pontos de vista. Passar da voz à palavra é entrar no mundo da linguagem e, portanto, na política. Essa passagem se apresenta na forma da percepção, do reconhecimento de uma existência, de uma voz que pode, agora, ter nome e razão: fazem parte do povo aqueles que passam a existir pela palavra, aqueles cujo murmúrio torna-se reconhecível como linguagem.

Há política porque o logos nunca é apenas a palavra, porque ele é sempre indissolivelmente a contagem que é feita dessa palavra: a contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo,

enquanto uma outra é apenas percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta. (RANCIÈRE, 1995, p. 36)

A noção de cena dissensual, ou cena polêmica, é muito importante na construção da filosofia política de Rancière (1995, 2004), pois, para ele, a desigualdade precisa ser performada por aqueles que a vivenciam em sua vida, que a sentem, que a percebem.

A performance ligada ao anonimato como *mise em scène* pode ser encontrada, por exemplo, na gênese do movimento Praia da Estação¹¹⁰, que contribuiu para ampliar a ocupação dos espaços públicos da cidade de BH. Isso aparece na tentativa de não personificação das ações, algo caro aos ideais anarquistas que influenciam o movimento da Praia e emergem de forma eloquente nos protestos de junho. Nessa perspectiva, há uma defesa clara do anonimato:

“(...) porque já estava acontecendo em São Paulo as grandes marchas e já tinha a marcada para ir para o Mineirão. E que de início não era para o Mineirão, era uma chamada do COPAC, do avanço do COPAC. E a gente se reuniu e era um interesse de muitos anos. Por isso eu falei, desde a época da Praia, do qual também é o mesmo grupo anarquista, libertário que de certa forma chamou anonimamente a primeira Praia, mas que remetia desde o Domingo Nove e Meia, que era evento debaixo do viaduto que começou paralelamente ao Duelo de MC's.” (ENTREVISTADO 26, BH, 2014)

Na cena de dissenso, é possível perceber, de acordo com Rancière, uma base estética para a política, associada sobretudo com a utilização da arte, da música e da escrita literária como fonte de expressão capaz de interromper os modos consensuais e desiguais de distribuição da palavra entre os sujeitos. O modo como a linguagem artística pode se entrelaçar ao anonimato diz respeito ao fato de que a arte pode ser produzida por qualquer um e direcionada a qualquer outro: ela tem papel central na enunciação igualitária e na conformação de ambiência favorável à coletivização e à articulação de demandas. Vários de nossos entrevistados ressaltam a importância da linguagem artística na configuração da participação coletiva nos atos públicos.

“Meu sonho era que a rua se tornasse um território de discussão e construção política, o uso de praças para assembleias, a capacidade que a gente tem de ocupar as ruas, de manifestações com outras propostas, outras estéticas, e que a gente pudesse criar uma cultura de ocupação de rua, e que lideranças e grupos, coletivos que organizam as manifestações ganhem legitimidade política para conversar nas câmeras e tal.” (ENTREVISTADO 8, SP, 2015)

¹¹⁰ Albuquerque (2013) destaca que se trata de manifestação urbana marcada pela irreverência e descontração. A praia possui caráter múltiplo sendo ao mesmo tempo intervenção urbana, ativismo e evento cultural. O movimento é realizado desde janeiro de 2010 na Praça da Estação.

“A bateria, que é um instrumento que a gente leva para as manifestações, sempre, para fazer uma animação com música e de alguma forma trabalhar com a juventude, a importância dela estar organizada coletivamente. A bateria, o nosso bloco, ele tenta um pouco, expressar isso, que só ir para a rua não adianta, é importante ir para a rua organizadamente. Então foi assim que nós fomos em junho e é assim que a gente vai sempre para as ruas.” (ENTREVISTADA 5, SP, 2015)

A música atuou como linguagem comum pela via da mobilização dos afetos, das emoções e das paixões dos participantes. Elemento central da potência de alteração dos imaginários políticos, a música e os corpos unificados abrem o sensível para outras possibilidades de experimentação política:

“Assim, enquanto brasileira, eu lembro que a gente cantando o hino na Antônio Carlos, nossa! É uma das lembranças mais emocionantes de Brasil que eu tenho, um tanto de gente diferente, assim, só rosto diferente, grupo diferente, todo mundo ali, aquele sentimento de Brasil ficou muito forte, né.” (ENTREVISTADA 31, BH, 2014)

“Ver o Brasil inteiro, o Brasil inteiro, indo pra rua mesmo. Junho passou uma sensação de que alguma coisa ia mudar, acho que pra todo mundo. E... e sei lá, e de que... Foi uma grande performance nacional, eu acho, junho. Mas que gerou vários sentimentos, esperanças.” (ENTREVISTADA 45, BH, 2014)

Ao lado dos jograis, das artes e da presença dos corpos, sonoridades e linguagens diversas na cidade, a disputa para a retirada de bandeiras com indicações partidárias se configuraram como outra dimensão do anonimato no espaço urbano. Durante atos, bandeiras dos partidos foram rechaçadas como forma de não vincular a manifestação a grupos políticos específicos. Cresceu, em Junho de 2013, um sentimento anti-partidário já existente no país. No entanto, havia, ao mesmo tempo, faixas e bandeiras amplamente aceitas, estruturando identificações capazes de transcender individualidades. Entre os temas de tais faixas, há questões como a demanda pela redução das tarifas e aquelas que expressavam sentimentos antipartidários. “Fora Lacerda” e “Fora, Alckimin”, por exemplo, eram bastante comuns e aceitas.

“A partir da segunda ida para o Mineirão a gente já tinha um bandeirão escrito “ônibus sem catraca”, e já estava em um processo que amigos nossos tinha feito aquela bandeira dos panteras negras, poder para o povo, e também as bandeiras do “fora Lacerda”, era a partir dessas bandeiras que a gente se punha nas ruas, e não bandeira de organização. Isso foi interessante porque conseguiu em alguma medida dialogar com esse rechaço que é compreensível que os partidos tiveram nas ruas em 2013, e foi em alguma medida sintomático, porque quando a gente ocupou a Câmara, já no final de junho, as bandeiras que foram hasteadas lá em frente a Câmara no primeiro dia, foram três bandeiras que estavam com a gente, que a gente defendia, que não eram exatamente nossas, mas que a gente, pelo menos duas foi a gente que produziu fisicamente elas, que tinha a bandeira do “fora Lacerda”, bandeira dos panteras negras e a bandeirona sem catraca, todas elas foram hasteadas na Câmara.” (ENTREVISTADO 25, BH, 2014)

O rechaço aos partidos é uma maneira de manifestar o descontentamento com a política institucional e reflete, em alguma medida, a ideia de anonimato a que nos referimos no presente trabalho. Havia, ali, o desejo de que os protestos não assumissem um rosto. Ao contrário, era desejado que o protagonismo fosse da multidão, que deveria ser cada vez mais numerosa para demonstrar a força desse corpo político. O que deveria prevalecer é a decisão da multidão em detrimento dos partidos. Difundiu-se o sentimento de que partidos e sindicatos não deveriam se apropriar dos atos. A diferença de compreensão em relação à presença dos partidos nos atos resultou em desentendimentos verbais e, em alguns casos, confronto direto entre os manifestantes.

“Esse exemplo da multidão rasgando as bandeiras de partido é a prova mais última de que “Olha ou você está conosco...”. Eu acho que junho trouxe a ideia da quinta coluna de que você tem um movimento ali que tá trabalhando, você tem essa multidão e um coletivo dentro da multidão, e a multidão desconfia do coletivo, que acha que o coletivo vai querer dar um golpe e tomar a direção dessa multidão. Como fez muitas vezes. A multidão não é paranóica. Isso é um fato. Isso se dá muitas vezes. Isso se dá nos modus operandi da esquerda muitas vezes. Não acho que rasgar as bandeiras ou expulsar esses grupos seja a solução, mas tem uma reivindicação legítima de que “olha ou você tá com a gente nessa pauta maior ou não tem espaços aqui pra divisões”.” (ENTREVISTADO 7, SP, 2014)

O rechaço às bandeiras de partidos indicava a desconfiança de que as reivindicações pudessem ser enfeixadas e apresentadas a partir de interesses eleitoreiros. A esquerda que sempre teve as mobilizações na rua como uma estratégia de participação e de pressão, viu-se acuada diante da maneira que os sujeitos se posicionaram de forma contrária às bandeiras. Como assinalam Bennett e Segerberg (2013), tais organizações precisam se reconfigurar ao cenário profundamente atravessado pela lógica conectiva, seja abrindo mão de posições de protagonismo, seja se articulando a outras organizações e coletivos.

“E eu acho que aqui em Belo Horizonte, diferente de outros lugares foi muito bem sucedido isso, porque as manifestações aqui, as manifestações das jornadas de junho elas foram bem mais à esquerda do que outros lugares do Brasil, inclusive eu diria que a esquerda venceu a disputa aqui com os outros setores outros, inclusive de direita, nós vencemos a disputa nas ruas, porque tinha o início das manifestações que não se podia nem levantar bandeira de partido de movimento, inclusive tudo que era vermelho era repudiado, parecia que era do PT, então taca fogo queima, porque o PT é o mal do mundo, então acaba com isso. Inclusive uma bandeira do nosso movimento do MLB, nós não somos petistas, não temos ligação histórica nenhuma com o PT pegaram nossa bandeira na praça 7, na primeira manifestação e queimaram e teve muito enfrentamento por isso. Aí, inclusive, eu me lembro até, foi muito interessante, porque isso levou, foi até uma forma também de unificar o conjunto das esquerdas, porque a gente foi bastante acuado. Aí todo mundo ficou naquele negócio, ué mais o que que é isso? Nós vamos deixar? Nós sempre tivemos na rua, e aí agora chega

um bando de coxinha e vai dizer pra gente que a gente não pode levantar as nossas bandeiras?” (ENTREVISTADO 33, BH, 2014)

Apesar desse rechaço aos partidos, Brugnago e Chaia (2014) veem em Junho de 2013 o prenúncio da polarização que se instalou no debate público brasileiro.

Um terceiro indicador de anonimato presente nas expressões individuais e coletivas que configuraram Junho foi a prevalência das imagens da multidão, do “mar de corpos” que se movia e se deslocava em sentidos pouco usuais e desafiadores no espaço urbano. Aliada a esse movimento em contrassenso de um corpo coletivo na cidade, muitos s tematizam a emoção que sentiram ao se perceberem integrados fisicamente a um grande contingente de corpos.

“E foi muito, foi uma sensação bem louca, assim, bem diferente de ver aquela multidão (...) E ai, achei primeiro muito emocionante, achei super emocionante, aquele tanto de gente, e ai teve uma hora... quando começou a sair a passeata, assim, as pessoas foram se dirigindo em direção ao viaduto, né, aquele que dá acesso à Antônio Carlos e eu sou meio claustrofóbica e falei assim “eu não vou subir nesse viaduto ai não”. Ai eu dei a volta pela passarela ali da rodoviária, e da passarela eu consegui ver toda a manifestação indo, e era gente que não acabava mais, assim, uma coisa de louco, eu falei “gente, o que que tá acontecendo aqui”, assim, foi uma coisa muito surreal.” (ENTREVISTADA 21, SP, 2014)

“É um momento para lembrar assim sabe, é um momento que fica na memória, foi muito lindo, foi muito legal, foi uma emoção que eu nunca senti na minha vida. Eu chegava nas manifestações e olhava em volta, eu chorava, porque eu via falava assim “vei eu não conheço ninguém nessa bosta de lugar, mas está todo mundo aqui, olha que doido!” Todo mundo saiu de casa e veio para cá sabendo que isso aqui não tem uma bandeira única, sabendo que a gente pode fazer alguma coisa e isso me deixou muito feliz, porque... as pessoas descobriram que elas têm força sabe, as pessoas descobriram que elas podem fazer alguma coisa.” (ENTREVISTADO 35, BH, 2014)

Grande parte desse acervo imagético de junho conforma um imaginário de Junho que abrange metáforas que se relacionam à força do intempestivo, dos devires minoritários, de acontecimentos que não podem ser reduzidos à história da qual eles desviam, do corpo sem órgãos e de agenciamentos que fazem saltar o monitoramento biopolítico.

“A gente só descobria o trajeto do ato quando a gente já estava dentro do ato, então a gente fortaleceu as manifestações, a gente valorizou aqueles momentos, mas nós não fomos organizadores. Nós somos organizadores da nossa base social que a gente levou para as ruas, mas da proposta política, da estratégia geral das manifestações a gente humildemente não teve condições de ajudar, apesar de ter posição. Mas a gente foi meio tentando costurar, organizar o eu era possível, dentro de um grande movimento espontâneo.” (ENTREVISTADA 5, SP, 2015)

É possível dizer que essas imagens da “massa” podiam tanto figurar na grande mídia como homogeneização e apagamento dos sujeitos políticos (a massa assustadora de

vândalos, por exemplo), quanto de potencialização da emergência dos povos. Segundo Butler (2016), uma expressão como “os povos” não visa de modo nenhum a unidade de uma essência, de uma entidade a pretexto da qual se poderia derivar uma forma una, inteligível e verdadeira, completamente distinta de sua aparência múltipla e sensível. Nesse sentido, pensar a comunidade e a reciprocidade dos seres diferentes que integram os povos equivale portanto, por fim, a pensar o espaço político como rede de intervalos que reúnem as diferenças entre elas.

“Parte dos anarquistas iam de preto, inclusive fazendo uso da indumentária black bloc, cobrindo o rosto, ou com a bandeira negra ou a rubro negra na diagonal que é o anarcossindicalismo, o anarquismo social. Então eu acho que há um intento, uma vontade dessas pessoas se apresentarem como grupo, como coletivo, de mostrarem que elas existem não como indivíduos, mas em massa, elas existem em peso, que elas têm alguma influência, por mais que seja frustrado, que não funcione, que seja poucas pessoas, alguns “gatos pingados” e tal”. (ENTREVISTADO 44, BH, 2014)

O indicador ocupação corpórea do espaço público revela como anonimato e autoexposição podem se expressar de maneira concomitante. Procuramos fazer uma categorização, mas em diferentes depoimentos pudemos perceber como essas duas dimensões se misturam. Mostrar-se e ao mesmo diluir-se na multidão são formas de agenciamento que aparecem nos protestos de Junho, tanto na forma-rua como na forma-rede. Também encontramos essas duas dimensões nos memes, que é nosso quarto e último indicador. Tal indicador é evidenciado nos relatos de nossos entrevistados é a presença de memes cifrados, direcionados a comunidades de sentido, cujos membros permanecem em um diálogo que não se abre a todos e, portanto, tornam sua presença e seus dizeres protegidos e resguardados.

4.3.3 *Expressão compartilhada*

Os memes levam em conta a composição de imagem e palavras criando uma linguagem que pode ser muito familiar a determinados grupos e pessoas, mas que pode ser cifrada para outros que não compartilham dos mesmos códigos. De algum modo, podem configurar diálogos muito internos a certas comunidades e que são incompreensíveis a outros sujeitos. Também há na noção de memes a não identificação de autoria. Voltaremos aos memes no capítulo 5. Há um desprendimento dos autores ao compartilhá-los, nas redes, sem qualquer identificação de autoria, como assinatura por exemplo. A não definição de autoria facilita que sejam apropriados e transformados. Durante os atos de Junho de

2013, uma ideia que apareceu de forma recorrente nos memes diz respeito à comparação entre o padrão exigido pela Federação Internacional de Futebol para que determinado país possa ser escolhido para sediar a Copa do Mundo, que determina parâmetros para a construção de estádios, por exemplo. O meme que remete ao padrão Fifa foi empregado como parte de crítica à qualidade dos serviços públicos, incluindo os equipamentos. Um exemplo de comparação era questionar a qualidade dos hospitais públicos, como é evidenciado no relato abaixo:

“Falava, mas era mais o padrão Fifa. Que eu achava ridículo, francamente, esse slogan “queremos hospitais padrões Fifa”. O que ninguém entendia é que a gente já tem hospitais padrão Fifa, superfaturado, roubado, feito... eu não quero padrão Fifa. Eu quero um padrão brasileiro bom, padrão democrático. Padrão Fifa não, eu quero tudo menos padrão Fifa. Mas eu entendo o que está por trás. “queremos.. Era bom meme, mas eu falava não, não quero padrão Fifa. Mas aí já é coisa minha. Mas essa meme tinha lá na copa. A copa já estava na conta, tanto é que a Dilma falou da copa do mundo naquele pronunciamento que ela fez na quinta-feira, que os partidos foram expulsos da manifestação, que foi a manifestação da vitória. Então rolou isso, o não vai ter copa começou nesses enfrentamentos mais no Rio de Janeiro, depois São Paulo pegou. Mas ele sempre estava no ar, mas ele virou meme mesmo quando junho tinha esvaziado e já não era mais padrão Fifa, não queremos nem copa, queremos acabar com essa palhaçada de grandes obras.” (ENTREVISTADO, SP, 2015)

Assim como na dimensão da autoexposição, alguns de nossos entrevistados fizeram menção aos riscos associados ao anonimato, sobretudo no que se refere à ploriferação de discursos de ódio e dos estereótipos de baderneiros e vândalos utilizados para nomear os participantes dos atos presenciais. No caso dos memes, observamos que, o fato de não ser revelada a autoria, retira a possibilidade de responsabilização pela ideia apresentada. Nesse sentido, a própria lógica dos memes permite construção textual e imagética que pode endossar discursos de ódio, como ocorreu com o entrevistado 41. Por não trazer autoria – embora o entrevistado 41 atribua que tenha sido feito por manifestantes da extrema direita, não há no meme qualquer elemento que possa dizer ao certo quem o criou. A peça que circulou nas mídias sociais ampliou a visibilidade ao entrevistado 41. No entanto, o entrevistado pontua que o meme incitava que ele fosse retirado das manifestações, acusando-o de direcionar os protestos e dizendo que ele era “macumbeiro”, determinação pejorativa usada para ofender pessoas que integram religiões de matriz africana.

O exemplo do entrevistado 41 demonstra como autoexposição e anonimato podem ocorrer de maneira concomitante. Figueiredo (2014) destaca que, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a oposição entre exhibir-se e ocultar-se ficou mais tênue. Quando o sujeito permite ser fotografado ou

produz selfies, em momentos que se integra aos protestos, podem deixar de ser anônimos. As fotos dos manifestantes, durante os atos, inserem-se no jogo entre visibilidade e invisibilidade em que a exposição é negociada. A imagem pode tanto permitir a exposição, como pode ser apropriada, transformada em meme. A seguir discutimos os riscos oriundos do anonimato.

4.4 Riscos do anonimato: da criminalização ao discurso do ódio

Entre os riscos do anonimato podemos apontar, por exemplo, a difusão e a apresentação de discursos de ódio, ao reduzir o constrangimento causado pela exposição argumentativa. Em Junho de 2013, notam-se muitos sinais de profusão de discursos voltados à injúria e ataques morais à face do outro.

“Existia um grupo chamado Inconfidência, que é um grupo de extrema direita, saudosista da ditadura militar, que é ligado a um jornal que existe até hoje do clube militar, que levaram faixas, gritavam “reforma política já”, “intervenção militar”, “Dilma vai toma no cu”, esse tipo de coisa. Eu me opunha claramente, tanto que uma das coisas mais legais foi quando estava tendo uma manifestação de três mil pessoas na Praça Sete, éramos cinco secundaristas organizados, nós conseguimos expulsar esse grupo, rasgar a faixa do grupo inconfidência que era um grupo de extrema direita que estava pedindo “intervenção militar já” dentro das manifestações de junho (...) A juventude do PSDB também foi para a manifestação pintada de verde e amarelo se disfarçando nas manifestações e conseguimos afastá-los e ficaram isolados, nesse sentido”. (ENTREVISTADO 41, BH, 2014)

O anonimato também tende a fortalecer, frequentemente, as imagens que vinculam os protestos a alguma forma de vandalismo. As imagens de caos e violência reproduzidas em jornais, por exemplo, costumeiramente traziam pessoas com rostos encobertos. Houve amplo debate em torno da tática *Black Bloc*, e muitos alegavam que o fato de os adeptos da mesma precisarem proteger suas identidades já seria prova de que estariam a cometer delitos, afinal “quem não deve, não teme”.

“Ah, baderneiro eu acho que foi muito ressignificado e a mídia cumpriu esse papel. Até o dia que eu no Balanço Geral, participei do programa ao vivo com outro colega. Perguntaram, “vocês são a favor dos baderneiros?”, e na minha compreensão baderneiros, vândalo é o Estado. No sentido da palavra... quer vandalismo maior do que o genocídio da juventude negra? Quer vandalismo maior que a dilapidação do patrimônio nacional que está sendo feita? Então eu acho que eles se apropriaram desse termo no sentido de utilizar ele para criminalizar (...) Então eles conseguiram colocar e ressignificar esses termos de uma forma que justificou inclusive a própria violência policial. Justificou a intervenção policial mais pesada nas manifestações.” (ENTREVISTADO 41, BH, 2014)

“O papel das mídias que eu achei assim bem vergonhoso no país assim, porque foi execrável como os movimentos sociais e a juventude foi criminalizada nesse período, tipo assim, de a não aceitação de questionamento e todo tempo rotulando os manifestantes de vândalos, de baderneiros, eu acho que a mídia fez um papel deplorável nesse período.” (ENTREVISTADO 43, BH,2014)

Ademais, lidar com os sujeitos sem saber quem são pode reduzir o grau de confiabilidade entre ativistas, como evidencia o entrevistado 3 ao falar das dificuldades enfrentadas por integrantes do MTST ao debater com sujeitos mascarados:

“Foi de se houvessem pessoas mascaradas na manifestação com o intuito de fazer enfrentamento, a decisão do MTST era a manifestação pacífica. O MTST iria conversar, o grupo do movimento iria conversar com essas pessoas e pedir que, ou, se quisessem ficar na manifestação, ficassem sem as máscaras, e, se quisessem, se não quisessem assim, poderiam sair. Foi isso que foi feito.” (ENTREVISTADO 3, SP, 2014)

4.5 As implicações do anonimato e autoexposição na liderança

O processo de elucidar as questões referentes ao anonimato e à autoexposição leva-nos à reflexão de como os protestos foram organizados, o papel das lideranças e como são negociadas as questões apontadas tendo como horizonte o comum.

Em Junho de 2013, estava em disputa a maneira como as mobilizações deveriam ser organizadas e conduzidas nas ruas. A discussão sobre repertório de ação em protestos costuma ser associada à esquerda. Em Junho, o debate se ampliou para o conjunto da sociedade, que passou a discutir quais repertórios eram legítimos. Os atos passaram a receber pessoas de todos os matizes ideológicos. Dentro dos grupos, independentemente de se definirem como de esquerda ou de direita, as disputas por entendimentos acerca da organização das mobilizações se apresentam de forma evidente. Em nossa compreensão, a partir desse tensionamento acerca da ação coletiva, constitui-se o comum.

Questões referentes às formas de liderança foram apresentadas pelos entrevistados, com foco na disputa entre concepções mais verticais e mais horizontais. Diante do debate de como as mobilizações deveriam ser conduzidas e quem assumiria o papel de dar direção, as entrevistas revelam que alguns grupos e indivíduos destacam-se em meio à multidão. Mesmo que tais indivíduos não atuem como líderes, numa concepção clássica, eles ganham saliência. Como demonstramos até aqui a faceta do anonimato se tornou presente na agência dos sujeitos em Junho de 2013. Essa noção traz implicações para a maneira como os coletivos e grupos se organizam. O anonimato se apresenta na

forma como as identidades são encobertas e em como a autoria de uma ação aponta para a não hierarquização da ação coletiva. Durante junho a horizontalidade foi apresentada e adotada por coletivos, como o MPL, colocando em questão a instância da liderança e da representação. Os entrevistados 33 e 34 apontam as limitações da horizontalidade quanto à representação¹¹¹. Também aponta a dificuldade de transformar as inquietações e ações políticas:

“Nós tivemos várias reuniões também durante Junho, no calor dos acontecimentos, com outras forças políticas, reuniões amplas, com um amplo setor da esquerda organizada, mas com pouquíssima capacidade de dar um direcionamento. Porque essa foi uma característica de Junho, de não querer um direcionamento e ao mesmo tempo uma virtude e uma dificuldade, então é saber lidar com isso (...) Como perceber a potência no espontâneo? E atuar conscientemente nesse espontâneo para que ele possa ter uma consequência política? Porque esse é o grande desafio, sair dessa postura arrogante que a esquerda ainda carrega consigo, de ser esclarecida e de poder dirigir um processo e dar respostas, e ser o guia.” (ENTREVISTADO 34, BH, 2014)

“Então eu acho que isso [ausência de uma vanguarda] fez falta, e deu esse espaço para essas organizações horizontais que no fundo, no fundo, não conseguem ter conteúdo suficiente para poder fazer o enfrentamento decisivo e nem mostrar pra qual caminho que se deve seguir.” (ENTREVISTADO 33, BH, 2014)

As entrevistas revelam que um dos aspectos que caracterizaram Junho de 2013 foi o questionamento da representação da sociedade civil. O entrevistado 11 mostra a centralidade da ação na atuação do indivíduo. Ele salienta que não se sente representado nem pretende representar ninguém. No entanto, tem o entendimento de uma ação em rede, demonstrando que a ação embora seja do indivíduo coloca-se em contato com outros indivíduos em ação. A fala do entrevistado 11 nos remete à centralidade do indivíduo nos atos de 2013.

“Então, nesse sentido é por isso que eu acho que é perigoso, eu acho que mais perigoso do que a gente ficar falando de coletivo, acho que tem que ter a ver, eu acho que é por isso que é por isso que eu acabo não me envolvendo nessa ideia de coletivo, porque eu acho que tem que ter a questão que é, antes de mais nada você é você, não está representando ninguém, você é o nó da rede, da sua rede, do seu coletivo. Você vai colher informação e vai soltar para a sua rede e vai replicar. Eu gosto mais de falar de rede do que de coletivo, eu gosto mais de falar de percurso do que de fluxo. É mais legal pensar o boca-a-boca hoje em dia do que você pensar a transmissão de ordens. “Ah fulano disse que é pra ser assim”, não! Quem é fulano? Deixa fulano vir falar comigo, não é o fluxo, o autofluxo,

¹¹¹ Pitkin (1967) aponta que a representação não significa necessariamente um governo com representatividade, mas amplia-se também para os modos de participação da sociedade civil. Sob esse aspecto, “a política carece tanto do ator que age limitado pela autorização recebida e ao qual nos habituamos a chamar de representante quanto do ator livre que, ao invés de delegar a representação dos seus atos, decide responsabilizar-se por eles.” (AVRITZER, 2007, p. 447)

não. É você perceber o percurso desse fluxo.” (ENTREVISTADO 11, SP, 2014, grifo nosso)

Como o entrevistado 11, outras pessoas não se viram representadas por grupos ou lideranças nos atos de junho. A ideia de que cada um pudesse falar por si, no entanto, não está dissociada da questão de uma ação conjunta.

“Eu tenho uma dificuldade sobre os coletivos, desde sempre assim, porque eu nunca me vi parte de nenhum coletivo, eu sou muito indivíduo (inaudível) individualista, mas por que? Porque eu acho que as ideias que têm que, não importa se é o indivíduo ou se é o coletivo, se é... O que importa é as ideias. O que importa é as coisas acontecerem e os processos dela. Aí está bom, se o coletivo é o dono da ideia, ou se interessa em, mas assim o coletivo pode se formar a partir da ideia e não ao contrário.” (ENTREVISTADO 11, SP, 2014)

Muitos manifestantes questionam os modelos hierarquizados de associativismo. Isso se evidencia até na opção pelo termo “coletivo” para a designação dos grupos. E, nesse contexto de questionamento da representação, a crítica se estende para a ideia de liderança, que, nos protestos pode ser entendida como a representação da sociedade civil.

O segundo ponto do debate se refere ao papel dos líderes. Junho de 2013 deixa evidentes questões referentes ao papel das lideranças, aos formatos para tomada de decisão, aos modos de ação que são considerados legítimos e eficientes. Os protestos apontaram para novas práticas organizacionais, questionando o papel de lideranças centralizadas.

No entanto, Melucci (1996) aponta que a liderança é uma relação social e interativa, que pode ser estabelecida não pela qualidade do líder, mas pela relação que coloca os atores juntos. É uma forma de interação, em que cada ator envolvido faz um tipo de investimento.

Von Bülow (2016) atualiza o debate acerca da importância dos líderes. Alerta para o cuidado de entender que os protestos multitudinários incorporam as tecnologias de informação e comunicação nas práticas de mobilização. O uso das TICs impacta no papel exercido pelos líderes, mas evidências empíricas demonstram que esse papel não é completamente abandonado. O esvaziamento aparece no discurso de horizontalidade, assumido por coletivos que configuram esses protestos.

Junho de 2013 coloca em disputa maneiras distintas de organizar os atos políticos. Uma mudança que os entrevistados destacam está relacionada à linha de frente dos atos e também à maneira como os trajetos são executados. No lugar do carro de som foram para as ruas as baterias - bloco de manifestantes com instrumentos de percussão. Nos protestos chamados pelo MPL, a defesa era que não houvesse hierarquia, favorecendo repertórios sem autoria. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando um

manifestante ocupa o microfone em cima de um carro de som. Por isso, a opção de os protestos não terem carro de som. No lugar, foram criadas as baterias de instrumentos, em que as pessoas todas ficam no chão e ajudam a entoar as músicas e palavras de ordem ao longo do trajeto. Mesmo em meio à multidão, algumas figuras se dispõem a ajudar a abrir caminho, negociar com a polícia, entre outras tarefas que aparecem.

Alguns entrevistados avaliam que o carro de som direciona os atos. Os entrevistados 50a, 50b, 50c e 50d apontam que as baterias permitem que os atos sejam menos centralizados: 1) é possível a existência de mais de uma bateria e 2) as baterias criam os repertórios na interação com os manifestantes.

“E aí a gente basicamente continuava, continuou indo nas manifestações mais como uma contribuição material que era algo que era a música, para dar força para as palavras de ordem, basicamente. A gente evita, se a gente que puxa a palavra de ordem, a gente tenta mais potencializar os manifestantes, quando eles puxam alguma palavra de ordem, a gente está lá tocando, pra organizar também, fica mais alto, ficar mais bonito, uma forma de se opor à lógica do carro de som, de estar lá só com o microfone.” (ENTREVISTADO 50d, SP, 2014)

“Eu não sei só do MST, mas quando você tem um carro de som, quando você tem uma estrutura, uma liderança já pronta, uma figura, você tira a liberdade de as pessoas poderem escolher o que que elas querem cantar e o que elas querem fazer. E quando você não tem um carro de som e você tem uma bateria que vai seguir todas as pessoas, não todas as pessoas, mas o que as pessoas estão cantando, você tipo mostra, é uma forma diferente de construção do ato. Tudo bem é uma forma, do Passe livre estava chamando o ato de contra o aumento para as pessoas que estavam construindo o ato. É as pessoas que estavam construindo o ato, cantando, escolhendo as coisas sabe, não se tinha uma pessoas do MPL falando “ah gente agora vocês vão cantar isso, ah gente agora vocês vão cantar aquilo”, não, as pessoas cantavam o que elas queriam, e aí a pauta não fica uma coisa só do MPL, a pauta fica de todo mundo, porque está todo mundo cantando, porque está todo mundo construindo o ato.” (ENTREVISTADO 50b, SP, 2014)

“É que quando tem uma, quando não tem carro de som, quando não tem uma pessoa falando o que você tem que cantar as pessoas vão cantando e fica meio que vai se construindo uma identidade para o ato, porque são pessoas individuais falando algumas coisas, mas se as outras pessoas não querem, tipo fica bem evidente e aí eu acho que, sei lá, a gente vai mudando assim.” (ENTREVISTADO 50a, SP, 2014)

Dentro dessa discussão entre ações verticais e concepções mais autonomistas, Junho de 2013, chama atenção a atuação do Movimento Passe Livre (MPL SP). O coletivo que convocou os primeiros atos em São Paulo defendia a ação direta:

“(…) a gente discute a ação direta nas nossas estratégias, mas não só discute, ela é vivida pelas pessoas. Nós incentivamos que as pessoas promovam ação direta dentro e fora do ato, dentro e fora do movimento.” (ENTREVISTADA 6, SP, 2014)

Por ter a ação direta como eixo norteador, o MPL recusou o papel de liderança e propôs forma de organização horizontal. No entanto, é inegável que tenha assumido papel de destaque na convocação dos atos em São Paulo e mais do que convocar tenha influenciado na estética dos atos que se alastraram por todo o Brasil: a faixa preta com escritos brancos, as baterias, a ideia de constituir uma marcha.

“Uma metamorfose ambulante, uma cara que me vem muito a cabeça, aí cito vários dentro do MPL mesmo, que é um amadurecimento da estética das manifestações, que é, por exemplo, a faixa preta com o escrito branco, sem carros de som, a própria, acho que eles criaram mesmo uma estrutura de uma marcha, por mais que eu não goste da ideia de marcha, que tornava, tornavam todos ativos. Porque quando você põe um carro de som, as pessoas ficam seguindo a canção.” (ENTREVISTADO 11, SP, 2014)

A noção de anonimato e horizontalidade pautam os repertórios de ação do MPL. Para compreendermos o comum que emerge dessa ação procuramos observar aspectos propostos pelo MPL durante os atos: 1) pelo aspecto pedagógico de construir uma mobilização nas ruas; 2) pelo papel desempenhado por cada um dos manifestantes, de modo que não haja hierarquias; 3) pela maneira como a organização pode criar uma ideia de pertencimento; 4) pela eficácia dos atos assim construídos.

Mesmo em atos previamente convocados por grupos e coletivos, que pensavam e sugeriam trajetos, em decorrência do grande número de pessoas nas ruas não havia como manter controle sobre o desenrolar. O estar nas ruas exige dos sujeitos conjugar momentos em que ele se dilui na multidão e momentos em que se destaca:

“A gente no processo de formação do movimento já foi construindo vários dispositivos que dialeticamente se manifestavam na sua forma política e na sua forma prática na dimensão da rua, da ação. Então por exemplo, quando a gente fala que é horizontal, é uma coisa completamente abstrata, conceitual. Mas que é isso na prática, rua? Quer dizer que a gente não tem um carro de som. Porque aí eu vou impor um discurso de um cara lá em cima, que vai falar uma coisa... muito desagradável, né? (Essa questão estética a gente fala depois). Mas vai estar se impondo um discurso pra um coletivo de pessoas que necessariamente não discutiu isso.” (ENTREVISTADA 6, SP, 2014)

Entre as ações que levam aos manifestantes se diluírem na multidão, podemos citar fazer parte de uma bateria, estar próximo ou junto a um grupo que leva um bandeirão, a opção por determinadas cores. A entrevistada 6 demonstra como integrar uma bateria faz com que ela se torne parte de um todo horizontal, num ato de fundir-se junto a outros no todo:

“De um ponto de vista, e do outro ponto de vista, esteticamente você tem um ato que quem está passando na rua não cria uma relação de pertencimento. Ela não sabe o que está acontecendo “é uma coisa deles, eu não sei direito o que é”, por mais que o cara esteja falando. Então é uma contradição que eu acho que a gente tem que tentar entender melhor. No

que essa horizontalidade resultou? Num ato, onde todo mundo tinha a mesma “altura”, que em muitos pontos tinha um megafone, quando tinha e que tem a bateria, a bateria é todo mundo cantando, você está cantando porque está concordando, se não você não canta, mas a maioria das pessoas está cantando. Se tiver só um cara cantando de cinco mil não vai adiantar.” (ENTREVISTADA 6, SP, 2014)

A ideia de horizontalidade que emerge em Junho de 2013 levou os coletivos repensarem os repertórios de ação, abrindo os protestos para um processo organizativo mais complexo. A ideia implica estratégias que condicionam como os manifestantes avançam no espaço público. A escolha do trajeto é uma dimensão de muita relevância quando se tem uma multidão na rua. A divergência na definição e escolha dos trajetos expõe outros pontos de diferença entre os manifestantes de ordem prática. Naquele momento, a decisão de tomar diferentes caminhos demonstra que, na multidão, há diferentes compreensões sobre Junho de 2013.

As posições adotadas pelos coletivos em relação ao papel dos líderes evidenciam debates e definições internas dos grupos dos quais fazem parte. As mudanças trazidas pelos atos de junho foram percebidas pelos manifestantes, mesmo quando não conhecem ou fizeram reflexões acerca de propostas de horizontalidade.

“Olha, a gente tinha a clareza que a gente não tinha como conduzir aquele processo, nem nós nem nenhuma organização política, a gente tava a reboque daquele processo. Eu acho que aqui em Belo Horizonte conseguiu acontecer algo interessante, porque, como todas as organizações políticas meio que tomaram consciência disso, elas ocuparam os espaços das manifestações em bloco e acabaram conseguindo fazer com que pautas mais importante reverberassem.” (ENTREVISTADA 42, BH, 2014)

Esse depoimento aponta para a discussão sobre a condução dos atos e a eficácia de quando os grupos optam por processos decisórios centralizados. Não era possível um único coletivo determinar os rumos da multidão. Em Belo Horizonte, para conseguir ter mais relevância os grupos e coletivos se organizaram na Assembleia Popular Horizontal. No entanto, vale fazer ressalva que o que era decidido, em potencial, alcançava os manifestantes que faziam parte daqueles coletivos. Durante os atos, porém a multidão era formada também por pessoas sem qualquer vínculo àqueles grupos, portanto, que muitas vezes, sequer tomavam conhecimento do que havia sido tratado nas assembleias. A APH foi uma tentativa de criar um espaço em que a liderança do processo fosse estabelecida de maneira coletiva.

Havia também o entendimento de que os protestos pudessem ser capturados por determinados grupos:

“Nós consideramos que existe vanguarda também dentro do movimento, e muita tem ojeriza esse nome, esse termo, mas eu acho que tem e isso, outra coisa também, só é vanguarda quem foi expressão de um movimento,

não existe vanguarda autoproclamada, ninguém pode dizer assim, a eu sou. Não é. Ele é se for representação de um movimento, de uma vontade de massas, ela não é um negócio, mas existe, e aí a gente pode negar e falar o que quiser, mas lideranças novas vão surgir elas vão ser expressões de milhões, mesmo que a gente não queria que seja, mas vai aparecer e essas vão se destacar e se elas não tiverem espaço para organizar em um, elas vão criar essa organização, vai ter, sempre vai ter, a classe trabalhadora, os movimentos populares historicamente sempre geraram suas lideranças e suas organizações, inclusive negar a organização, ou seja, o sindicato, a associação, os movimentos, negar isso é a gente retroceder pros movimentos pré-marxistas, pré-movimento operário que foi isso os operários no início não tinha nada, mas aí o que que eles começam a fazer” (ENTREVISTADO 33, BH, 2014, grifo nosso)

Apesar da proposição de formas de organização mais horizontais, as entrevistas evidenciam que muitos manifestantes tentam influenciar a ação do coletivo a partir da ideia de vanguarda. Mas as discussões acerca da horizontalidade fazem com que os manifestantes repensem a noção de vanguarda à luz da interação com o coletivo. A fala alerta para o risco da total falta de mediação de grupos, o que poderia comprometer a ação coletiva. A falta das lideranças de determinados grupos, na avaliação do entrevistado, impediu que os atos de Junho de 2013 fossem mais eficiente na negociação com o sistema político institucional.

“Digo que muita falta nos fez uma união nacional dos estudantes, por exemplo, já não sou do movimento estudantil algum tempo, mas nos fez muita falta uma UNE nas ruas uma UNE aquele período, porque desde a criação da UNE até esse período até 2013 a UNE sempre foi vanguarda de todos os processos de lutas populares que aconteceram no Brasil, de todas as revoltas, de todas as lutas, seja lá do petróleo é nosso, passando pela luta contra a ditadura até a redemocratização do país ou a derrubada do Fernando Collor, todas a UNE era vanguarda, foi a primeira vez na história desde a existência da UNE que a UNE não era mais vanguarda num processo de luta, inclusive repudiada pelas pessoas, então eu acho que nos fez falta, nos fez falta uma a central sindical com força como a CUT vanguarda num processo daquele.” (ENTREVISTADO 33, BH, 2014)

A diferença das ações mais verticalizadas e ações mais horizontais pode ser exemplificada pelo Movimento Passe Livre e pelo Movimento Sem Terra. Os dois estiveram nas ruas durante os atos de junho em São Paulo. Em Belo Horizonte, não havia atuação do MPL, embora também essa forma de se organizar tenha ocorrido na capital mineira com atuação de outros grupos autonomistas.

“Enquanto o do MPL está lá, pelo menos na jornada de junho, estavam sempre tomando vários rumos, tendo várias dinâmicas, várias características, ao longo de todo o trajeto, você vai a um lugar que tem certa característica, em outro tem outra dinâmica talvez, mas mesmo está todo mundo focado ali e tem muita gente de vários lugares diferente, no do MST a gente vê aquele coisa que é bem unânime. Todas aquelas pessoas que estão com a camisinha lá do MST e tal, vermelhas e tal, com as bandeiras, estão guiando e aí tem o carro de som lá na frente, falando “Ow agora a

gente vai fazer isso, vamos parar aqui”, talvez, uma coisa que nem todo mundo esteja escutando.” (ENTREVISTADO 50d, SP, 2014)

Hardt e Negri (2014) apontam que o comum que emerge da multidão são maneiras de colocar em questão aspectos do neoliberalismo na vida dos sujeitos. O comum emerge nos processos de subjetivação e instaura saídas para o que é imposto aos sujeitos. O anonimato e autoexposição demonstram novas formas de atuação política. Nos termos de Rancière, a política como a arte organiza o sensível. Os atos em Junho convocam para maneiras distintas de olhar para aspectos da vida comum e dão a ver formas diversas de estar na cidade, reivindicando outros usos para os espaços públicos e também os privados.

“No momento em que você participa, por exemplo, o movimento do Parque Augusta, que a gente preza muito pela horizontalidade e pela transparência, passa ser até uma coisa natural que a gente divulga que somos os autores das coisas. Até para fortalecer o coletivo, o movimento. A gente está num momento agora que a gente tem que dizer que quem tirou aquela foto é tal pessoa, porque isso vai fazer com que outras pessoas se interessem em participar também e queriam dialogar e queiram trocar. Tem a questão do ego, tem “Ah, eu quero participar porque eu quero botar o meu nome no jogo”, só que você pensando na horizontalidade e numa democracia direta, não tem ego que vá cooptar o coletivo, não tem indivíduo que vá cooptar o coletivo.” (ENTREVISTADA 11, SP, 2014)

A contribuição da horizontalidade na produção de uma igualdade capaz de auxiliar os indivíduos a serem autores de seus gestos políticos e, com isso, responsáveis por seus enunciados e pela rede de interlocução que produzem e que os renova constantemente. A interface entre o comum e o singular se fortalece a partir dessa potencialidade da autoria do gesto. Como dissemos anteriormente, não é o sujeito que configura o gesto, mas o próprio gesto que o torna ator político.

No próximo capítulo analisaremos, como autoexposição e anonimato aparecem nas conversações online. Trabalhamos com as páginas Anonymous Brasil e Passe Livre São Paulo. Nosso intuito é perceber como essas duas dimensões do agenciamento dos sujeitos aparecem na forma-rua e forma-rede e como se articulam na constituição do comum.

5 AUTOEXPOSIÇÃO E ANONIMATO NAS PÁGINAS DO ANONYMOUS BRASIL E PASSE LIVRE SÃO PAULO

Quem esteve nas ruas, vivenciou os protestos de Junho de 2013 de maneira particular no que se refere à possibilidade de dotar de significado o acontecimento que estava a ser produzido. Isso decorre, em grande medida, da disponibilidade técnica que permite aos sujeitos criar as próprias narrativas. Ao portar aparelho celular, indivíduos conectados puderam relatar, em tempo real, o que se passava nas ruas, com a possibilidade de o relato alcançar número considerável de pessoas.

Ao falarem de si, nas ruas e nas redes, manifestantes se reconfiguram como sujeitos políticos. Ainda que tal configuração não dependa só dos atos de enunciação, mas de toda uma articulação que envolve instituições, códigos morais, espacialidades, quadros de sentido e ativação de solidariedades, essa possibilidade de se expressar é central no processo.

As interações nas redes sociais tiveram papel fundamental na construção das narrativas sobre Junho de 2013. Mais do que descrever as ruas, tais interações contribuíram para dotar de sentido o que estava ocorrendo e, assim, para significar a ação dos sujeitos. A *forma-rua* dos protestos era ressignificada e retroalimentada pela *forma-rede* e vice-versa. Nessa imbricação entre rua e rede, é importante destacar como a tecnologia digital móvel foi apropriada para produzir narrativas que procuravam dar conta da concretude do comum produzido in loco.

Nos atos que tomaram as ruas das cidades brasileiras, observamos diferentes usos dos dispositivos móveis, tanto para agenciamentos dos sujeitos como para a produção de enunciados. Os processos foram marcados por experimentações decorrentes dos avanços das tecnologias de informação e comunicação (TICs), a incorporação delas no ciclo global de protestos e o esgarçamento da política brasileira. Todos esses fatores, somados à busca por outras formas de fazer política, ajudam a compreender Junho de 2013 e os desafios que ele coloca à democracia.

Celulares móveis com acesso às mídias sociais, como Facebook, Twitter e Whatsapp, permitiam aos sujeitos, entre outras formas de expressão e difusão de informações, interagir, criar narrativas e vivenciar os protestos na *forma-rua* e na *forma-rede*. Com o uso de aplicativos para edição de imagens, os aparelhos possibilitavam aos manifestantes produzirem fotos, vídeos e memes para as mídias sociais. Os dispositivos foram usados para registrar a participação dos sujeitos, amplificar reivindicações, criar narrativas e relatos sobre os atos, muitos em contraponto às narrativas da mídia comercial.

Os usos tinham como propósito publicizar a ação dos agentes do estado, sobretudo policiais militares – o que era entendido como maneira de evitar, denunciar excessos e abuso de autoridade.

As imagens produzidas, em foto ou vídeo, muitas vezes, foram feitas para servirem, posteriormente, como prova. Além dos agenciamentos e enunciações, os dispositivos permitem que os manifestantes se conectem em redes tanto presenciais, com quem estava no mesmo ato, como virtuais, com quem não esteve na rua. Os usos da tecnologia de informação comunicação constituem gestos políticos, que podem ser colaborativos. Nesse sentido, voltamo-nos, neste capítulo, à *forma-rede* dos protestos.

Analisamos as páginas Anonymous Brasil¹¹² e Passe Livre São Paulo, ranqueadas, no estudo de Amadeu e Pimentel (2015), em colocações de destaque como autoridade e HUB¹¹³ nos seis primeiros atos ocorridos em São Paulo. Por meio do Netvizz, fizemos a coleta de 1.493 posts referentes a publicações do mês de junho. A partir desse recorte, construímos nossa amostra contendo 306 posts. A partir de universo, fizemos sorteio aleatório dos que compuseram a amostra.

As páginas não permitem a postagem de não administradores, mas os comentários são abertos para a participação dos usuários. Nessas páginas, os sujeitos constroem enunciações singulares que dão a ver questões que os afetam a partir de seus perfis pessoais. Não fizemos uma amostra específica dos comentários, mas procuramos, a partir de nossa amostra de posts, identificar relatos pessoais nesses espaços¹¹⁴.

Na amostra de posts, buscamos os marcadores de autoexposição e anonimato. Para autoexposição, identificamos narrativas em primeira pessoa, *selfies*, memes e ocupação corpórea do espaço público. Para anonimato, identificamos uso de máscaras e lenços, imagem de multidão, ocupação corpórea do espaço público e memes¹¹⁵.

Para responder à nossa questão de pesquisa, analisamos como interesses e modos de agência singulares e individualizados podem dar origem a agenciamentos comuns e coletivos a partir de dinâmicas conjugadas entre autoexposição e anonimato.

¹¹² O nome da página é grafado Anonymous Br4sil, com o numeral 4 no lugar da letra “a”, mas para facilitar a leitura em todo o capítulo grafaremos como ‘Anonymous Brasil’.

¹¹³ Amadeu e Pimentel (2013) realizaram cartografia dos espaços híbridos (redes e ruas) nos protestos de junho de 2013. Nesse levantamento, usam algoritmo de análise de rede para identificar as páginas de destaque nos debates ocorridos nas redes em junho de 2013. Eles usam o termo HUB e autoridade. O HUB identificar as conexões das páginas (o valor de seus links em relação a outras páginas). Já autoridade “estima o valor do conteúdo de cada página ou nó a partir do número de compartilhamentos de suas postagens.”

¹¹⁴ Esse procedimento se faz necessário pelo fato de as páginas não serem abertas para as postagens dos usuários. Não poderíamos trabalhar com comentários publicados nos perfis particulares dos sujeitos, embora em muitos casos estivessem públicos.

¹¹⁵ A codificação excessiva gera anonimato se tomada em grande escala, mas dentro de grupos mais restritos, nem sempre memes, máscaras e bandeiras protegem a identidade dos sujeitos.

Antes, porém, faremos a apresentação das páginas *Anonymous Brasil* e *Passe Livre São Paulo*. Como parte das conversações ocorridas durante junho acontecem nessas páginas, interessou-nos entender, à luz das interações nas redes sociais, como esses grupos se apresentam na Web.

Cabe ressaltar que se trata de iniciativas bem distintas – o MPL é formado por sujeitos que atuam politicamente de maneira presencial, enquanto o Anonymous Brasil concentra toda ação no ambiente digital. Mesmo demarcando essa diferença, vale lembrar que MPL e Anonymous fogem a modelos organizacionais mais hierárquicos, como o de muitas entidades estudantis, sindicais e partidárias. Lazzarato e Negri (2001) salientam a possibilidade que grupos como esses têm de experimentar outras formas de cooperação e articulação, distintas das de sindicatos atrelados a modos mais hierárquicos de partilha do poder e de controle de seus fluxos.

A ideia de participação nas redes se expande a partir da cultura libertária de autonomia e de comunidades auto-organizadas. No entanto, as formas de auto-organização são mais frouxas, flexíveis e indeterminadas se comparadas às estruturas tradicionais dos movimentos sociais (CARDON, 2016). Nas democracias contemporâneas, as conversas sobre política se enunciam no centro (nas mídias e instituições representativas) e também na periferia, que ele caracteriza com uma “abundante e múltipla rede de conversa dos cidadãos.” Nesses espaços, os indivíduos podem propor questões para serem debatidas e há percepção de que cada um deve fazer sua parte – de alguma forma uma inversão da lógica da ação de coletivos.

A nossa pesquisa nos mostra como páginas do Facebook se tornaram espaços para a conversa política de cidadãos durante Junho de 2013. Nesse sentido, faz-se necessário olhar com atenção para o ambiente digital. A seguir fazemos a caracterização das páginas a partir das quais coletamos a nossa amostra.

5.1 A página Anonymous Brasil

A página Anonymous Brasil foi criada em 18 de julho de 2012, praticamente um ano antes dos atos tomarem as ruas das cidades brasileiras. Tem 1.375.249¹¹⁶ curtidas, e o modo como *posts* geram comentários e conversações sugere um tipo de engajamento cívico politicamente potente. Em 25 de novembro de 2017, a página exibia, na imagem do perfil e

¹¹⁶ Número de seguidores em 25 de novembro de 2017.

de capa, uma montagem que inclui máscaras de Guy Fawkes estilizadas com a cor verde (a máscara é branca) e com a bandeira do Brasil.



FIGURA 7 - Imagem da Página do Anonymous Brasil no Facebook.

A página compartilha, com frequência, links de matérias jornalísticas e conteúdo de produção própria. Imagens, fotos e memes são bastante recorrentes, além de compartilhamentos de convocação para eventos. Foi criada e é administrada por Fabrício Ferreira. As identidades dele e da companheira, Christiane Ferreira, foram reveladas em 2016 em vídeo postado na própria página¹¹⁷. Interessante destacar que, por adotar táticas hackers, os integrantes do *Anonymous* em outras partes do mundo mantêm a identidade oculta, mas, no Anonymous Brasil, esse princípio foi suspenso:

Página fundada por um Cyberativista que acreditou no poder da internet como arma de mudança, Fabrício Ferreira, em 18 de julho de 2012, enquanto se livrava do vício no crack, já sentiu na pele a falta de retorno do dinheiro dos impostos, injustiças ou falta de justiça de um modo geral, calamidade nos hospitais públicos e passou por diferentes áreas da sociedade. (ANONYMOUS BRASIL, 2012)

O fundador da página se vale de uma biolegitimidade¹¹⁸ (FASSIN, 2012) na construção para si de um lugar de “indignado”. Vale ressaltar como a legitimidade construída a partir da narrativa de vitimização se torna recorrente nos protestos em Junho. Como se constituem como relatos testemunhais se tornam praticamente incontestáveis. Na apresentação da página, Fabrício Ferreira destaca que não se alinha a movimentos de

¹¹⁷ Fabrício conta que conheceu a companheira em decorrência da atuação na página do Anonymous Brasil no Facebook.

¹¹⁸ O conceito trabalha com a ideia da vida biológica como o maior dos bens, que deve ser resguardada pelo Estado.

esquerda nacionais ou internacionais. Faz declaração expressa de independência ideológica e reafirma o papel de ciberativista:

“A conta @AnonymousBr4sil não segue nada nem ninguém, absolutamente independente de tudo e todos, não queremos nos encaixar em qualquer pensamento ideológico pré-definido de administração do gado, pensamos com nossas próprias mentes. Queremos divulgar a verdade pela verdade, a informação pela informação, pela evolução... E hoje vemos como as notícias mudaram o que anos atrás levávamos horas para vasculhar a internet por informações, agora está estampado em todas as capas de jornais casos de corrupção e as consequências que isto ocasiona a população. A forma de se levar informação na internet foi elevada pra sempre e pra melhor...”

Sem prever que os protestos de 6 de junho de 2013 desencadeariam insurreições em todo Brasil, a página Anonymous Brasil publicava, nos primeiros dias do mês, imagem sobre os protestos na Turquia¹¹⁹, cujo enfoque era a repressão policial. O engajamento era bem menor do que no auge dos protestos brasileiros, com dezenas de curtidas (que chegaram à casa de milhares durante o auge dos atos em junho) e de compartilhamento (que também alcançaram à casa de milhares neste mesmo período).

Nas postagens, identificamos, entre 1 e 6 de junho muitas críticas ao governo e aos políticos. Uma delas questiona a decisão do governo federal de colocar em sigilo informações relativas a viagens da então presidente Dilma Rousseff e do vice-presidente Michel Temer. Uma pergunta coloca em suspeição a postura da presidente.¹²⁰ Outro post questiona projeto de lei de deputado que tenta alterar a Lei da Ficha Limpa.¹²¹ A página apresenta crítica ao fato de Renan Calheiros ter assumido a presidência do Senado Federal¹²². Também é apresentada uma insatisfação mais geral com os políticos. O meme diz que, no país, “os bandidos viram presidentes e os heróis viram bandidos”. Já havia enquadramento crítico ao momento atual do Brasil. Um exemplo é a postagem que mostra placas com sinalização para a Copa do Mundo com tradução para o inglês errada. Essas postagens apontam para um erro de tradução, que não é esperado por quem é responsável por fazer projeto de sinalização para evento de grande porte, e o erro ainda denuncia gastos para o Estado que terá que fazer correções. Também é feita crítica aos veículos de comunicação em especial as emissoras de TV.¹²³

¹¹⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/photos/a.332941190125772.79747.332934666793091/469787496441140/?type=3&theater>>.

¹²⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/photos/a.332941190125772.79747.332934666793091/467754803311076/?type=3&theater>>. Publicado em 3 de junho de 2013.

¹²¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/photos/a.332941190125772.79747.332934666793091/467470180006205/?type=3&theater>>.

¹²² Disponível em: <<https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/photos/a.332941190125772.79747.332934666793091/468488403237716/?type=3&theater>>.

¹²³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/photos/a.332941190125772.79747.332934666793091/469744489778774/?type=3&theater>>.

Foi verificado crescimento expressivo do número de seguidores em junho de 2013. A página informa que, no pico dos protestos, recebeu 1 milhão de *likes*, sendo que o alcance é ainda maior, dado o número de compartilhamentos que espalha as postagens para outras redes. O portal R7¹²⁴ publicou matéria sobre o crescimento da página que passou de 400 mil seguidores (na segunda semana de junho) para 850 mil (na terceira semana).

Anonymous Brasil apresenta posts críticos à política desde antes de os atos eclodirem em 6 de junho. A página trabalha basicamente com memes e textos curtos. Usa-se o recurso de apresentar uma pergunta com intenção de iniciar o debate e a interação. Nos dias que antecedem os atos em São Paulo, são apresentadas imagens de protestos na Turquia e informações que colocam em xeque o governo da presidente Dilma Rousseff. Em contraponto, a página faz postagens para exaltar o então presidente do Uruguai Pepe Mujica, apontado como governante austero. O que nos chama atenção é a insatisfação com o governo Dilma e com a maneira com que a política representativa se articula no Brasil. Antes dos protestos, a página, porém, não gerava engajamento (curtidas, comentários e compartilhamentos dos posts) como o verificado em 20 de junho, auge dos protestos. A página segue com o mesmo estilo de postagens quando eclodem os atos de junho. Depois do dia 6, a página se transforma em HUB e autoridade¹²⁵.

5.2 A página Passe Livre São Paulo

A página Passe Livre São Paulo foi criada em 5 de junho de 2011 e conta, até o momento de escrita deste trabalho, com 321.347¹²⁶ curtidas. É usada como espaço para divulgar informações sobre a luta pela tarifa zero. Ela assume uma função de mobilização, com vários *posts* de convocação às pessoas para se organizarem em torno da reivindicação de redução das tarifas no transporte público. Na imagem de perfil, a página trazia, em 25 de novembro de 2017, ilustração em preto e branco, que mostra a silhueta de uma pessoa

¹²⁴ Em “Ativo no Facebook, Anonymous assume liderança das manifestações pelo Brasil, de 20 de junho de 2013”, disponível em: <<http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/ativo-no-facebook-anonymous-assume-lideranca-das-manifestacoes-pelo-brasil-20130620.html>>. Acessado em 10 de junho de 2017.

¹²⁵ A autoridade estima o valor do conteúdo de cada página ou nó a partir do número de compartilhamentos de suas postagens. Os HUBs avaliam o valor de suas ligações (links) para outras páginas ou nós. Definição do texto Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013. Disponível em <<http://www.cartapotiguar.com.br/2013/07/31/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>.

colocando abaixo, com os pés, uma catraca. A foto de capa é uma foto de um protesto: manifestantes levam uma faixa com os dizeres “contra os cortes no passe livre”.



FIGURA 8 - Imagem da página Passe Livre Brasil no Facebook.

O espaço da imagem da capa é usado para dar destaque a memes de convocação para atos contra o aumento das tarifas do transporte público. No mês de junho de 2013, a imagem de capa foi substituída três vezes – em 4, 7 e 25 de junho. Na página, o coletivo é apresentado da seguinte maneira: “O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo que luta por um transporte verdadeiramente público, sob controle popular e sem catracas.”¹²⁷

O Movimento Passe Livre é apontado como movimento madrugador, sendo o primeiro a articular atos de junho (ALONSO e MISCHE, 2017). No espaço reservado a informações sobre a página, não há referências ao papel assumido em 2013. Na página, o movimento apresenta, de maneira ampla, as causas que defende. Na seção destinada à apresentação, são elencados sete pontos sobre o MPL: o que é o coletivo; história; formas de organização; o que é o passe livre; o que é o serviço público; a viabilidade da tarifa zero e sobre o aumento da tarifa.

O movimento também utiliza a página para apresentar propostas para área de transporte, que seguem quatro diretrizes: criação de um fundo municipal de transporte coletivo gerido com participação popular; a municipalização do sistema, com a prefeitura assumindo o planejamento e a execução da gestão dos transportes coletivos (que está a cargo das empresas privadas de ônibus); tarifa zero com a gratuidade das passagens; o combate à cultura do automóvel, principalmente no que se refere às obras urbanas.

¹²⁶ Número de seguidores em 25 de novembro de 2017.

¹²⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/passelivresp/>>. Acessado em 25 de novembro de 2017.

A página também é mobilizada para que o MPL diga os princípios que regem sua atuação. Ela destaca a maneira como o grupo se constituiu a partir de três pilares: autonomia e independência; apartidarismo e horizontalidade.

Autonomia e independência

acreditamos que as pessoas diretamente envolvidas na luta são responsáveis pelas escolhas e criação das regras do movimento, sem depender de organizações externas como partidos e/ou entidades estudantis e financiamentos que exijam contrapartidas.

Apartidarismo

acreditamos em uma nova forma de se fazer política e não nos organizamos para eleições. pressionamos o governo por políticas públicas, mas defendemos na nossa prática cotidiana que existe política além do voto. no entanto, é preciso deixar claro que ser "apartidário" não significa ser "antipartidário". Militantes de partidos políticos são totalmente bem vindos para colaborar na luta por passe livre.

Horizontalidade

não existe hierarquia neste movimento. não existe uma direção centralizada onde poucos decidem por muitos. todos têm igual poder de participação. (MPL)¹²⁸

Verificamos articulação orgânica entre as páginas e os protestos de rua promovidos pelo MPL. No dia 24 de maio, a página compartilhou convocatória para festa realizada para arrecadar recursos para os protestos contra o aumento da tarifa. A imagem escolhida para a convocação mostra dezenas de pessoas na estação de metro e traz estética que o MPL adotou ao longo dos protestos, como o uso das cores preto e vermelho com escritos em fonte branca. A dimensão da festa estava presente: o evento previa a venda de bebida e a apresentação da Fanfarra do MAL.¹²⁹

Para o MPL, as manifestações tinham objetivo definido: a redução da tarifa nos transportes públicos. No entanto, na página, outras reivindicações são apresentadas, fugindo ao controle do MPL a quem não era possível organizar ou hierarquizar tais discussões pela própria natureza das redes sociais digitais. Nos comentários aos posts da página do MPL, assim como no caso daqueles do Anonymous Brasil, os usuários convocam outros sujeitos para participarem dos atos. As conversações também ocorrem de maneira livre e os usuários podem propor questões.

¹²⁸ Trecho retirado da página de Facebook do MPL. Disponível em: <<https://www.facebook.com/passelivresp/>> . Acessado em 25 de novembro de 2017.

¹²⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/passelivresp/photos/a.176327119090214.45137.176309402425319/521165477939708/?type=3&theater>>.

5.3 Autoexposição

Ao olharmos para as páginas do *Passe Livre São Paulo* e para *Anonymous Brasil*, identificamos marcadores da *autoexposição*, que apresentamos a seguir. Entendemos por autoexposição o conteúdo textual ou imagético em que a experiência subjetiva é fonte central dos recursos narrativos e interlocutivos. Foucault (1983, 1983a) apresenta as técnicas de si – táticas e estratégias de caráter reflexivo e analítico – como marcadoras da constituição do comum. Elas podem ser identificadas nas interações online que atravessam Junho de 2013. Nesse sentido, entendemos que, ao mirarmos os atos de Junho de 2013, saltam aos olhos as pragmáticas dos sujeitos. Aproximamos a noção foucaultiana das narrativas em primeira pessoa que aparecem nas redes.

5.3.1 Narrativas em primeira pessoa

As narrativas em primeira pessoa podem gerar empatia e/ou discordância com quem lê. Elas podem ter caráter emancipatório, de autorrealização e apropriação de si e de sua palavra (MARQUES e BIONDI, 2016), embora nem sempre o tenham. Basta pensar, por exemplo, nas narrativas nada libertadoras de vitimização. Os quadros pessoais de ação acionados nessas narrativas contribuem para que sejam amplamente compartilhadas nas redes sociais. Bennett e Segerberg (2012) apontam que quando há identificação, em alguns casos é possível imitar, personalizar a partir de sua perspectiva e compartilhar com outros. Nelas, os sujeitos falam de si, expõem os posicionamentos e dão a ver os valores que alicerçam perspectivas sobre questões de diferentes ordens. As narrativas contribuem para descrever o que acontecia nas ruas das cidades a partir da experiência dos sujeitos. Elas contribuem, ainda, e em muitos momentos, para que se faça um contraponto às narrativas construídas pelas mídias comerciais (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013).

Esses relatos foram recursos amplamente empregados pelos sujeitos nos perfis pessoais – como observamos de maneira não sistemática em junho de 2013, quando acompanhamos os atos. Nas páginas por nós analisadas, aparecem nos comentários (foram lidos 20 comentários para cada post de nossa amostra) e sob a forma de textos, mas também em vídeos, como no caso do criador da página *Anonymous Brasil*. As narrativas

podem ser elaboradas tanto por quem está dentro da multidão como por quem está de fora, observando o desenrolar dos protestos pelas redes sociais ou pela cobertura da imprensa.

As narrativas em primeira pessoa apontam para o deslocamento de identidades estabelecidas, num processo de reforçar a singularidade.

“Sou um pai de família normal, *não sou vândalo e não quebro nada*, vou sair do meu sofá e na segunda-feira estarei lá! A minha arma será a Constituição Federal na mão e minha voz!” (2013)¹³⁰

“*Sou filha de assentado, não sou safada nem criminosa muito menos ladra e minha família também não!* o que vocês tem contra o MST se chama preconceito! sofri muito bullying na escola por causa de gente como vocês que acreditam em tudo o que veem na TV. Fiquem sabendo que sim existem os maus em meio aos sem-terra, mas também existem as pessoas boas e humildes que só querem um pedaço de terra para plantar e viver em paz.” (2013)¹³¹

Os dois relatos iniciam com os falantes tentando obter legitimidade, “não sou vândalo e não quebro nada” e “sou filha de assentada, não sou safada”. Os dois fazem movimento de desidentificação, ao se distanciarem de identificações atribuídas. Fazem contraponto ao que eles apontam como enquadramento midiático. Estabelecem luta contra a sintaxe considerada desmoralizante e injuriosa na mídia tradicional e tentativa de autodefinição, quando se afasta da imagem negativa atribuída.

A narrativa em primeira pessoa se ampara na força que a experiência do sujeito dá aos argumentos apresentados, dado seu frequente caráter testemunhal. Diversas pesquisas apontam a função política das narrativas (POLLETTA, 1998a, 1998b, 2004; YOUNG, 2000; GARCÊZ, 2008; SARMENTO, 2012). Young (2000) argumenta que têm importante função em comunicações democráticas. Possibilitam a expressão de sujeitos com experiências e pressupostos distintos dos que já fazem parte das arenas políticas.

Essas narrativas podem trazer testemunhos, que envolvem a história das próprias pessoas que os enunciam, mas podem, também, falar da experiência de um grupo. As narrativas são evocadas em diferentes campos, da história oral à literatura, tanto em contextos legais e jurídicos, como também no campo midiático.

O testemunho estabelece pano de fundo moral da cena na qual se colocam vítimas e opressores (LAGE, 2016). O testemunho confere a palavra a quem sofreu. É o espaço para sujeitos dotados de agência recontarem vislumbres de suas existências, das

¹³⁰ Disponível em <

<https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/photos/a.332941190125772.79747.332934666793091/475512982535258/?type=3>>, acessado em 30 maio 2016.

¹³¹ Disponível em<

<https://www.facebook.com/FRevolucionarias/photos/a.499692743411757.1073741828.499043803476651/525810007466697/?type=3>>, acessado em 30 de maio de 2016

violências e humilhações sofridas, inseguranças e incertezas. Por meio do testemunho, também podemos encontrar pistas do cotidiano dessas vítimas.

O testemunho apresenta algumas características: é a vivência de que estava lá, no local do acontecimento, apresenta-se muitas vezes como denúncia e está relacionado a situações em que o sujeito vivencia o sofrimento. Lage (2016) chama atenção para o fato de o testemunho ser o relato de quem está do lado certo¹³². Lage destaca que na interface entre o dissenso e o aspecto relacional do testemunho emergem formas políticas, narrativas e afetivas de experimentar o comum.

As narrativas de si permitem a identificação entre os sujeitos, pelo caráter relacional que carrega. Por meio deles, os sujeitos podem expor situações de injustiça. O testemunho pode, assim, instaurar senso de responsabilidade para com outro e está "subordinado a uma promessa de restauração" (LAGE, 2016, p. 34). A narrativa de si convoca solidariedade. Também os sujeitos se apresentam com seus nomes e rostos. A narrativa de si pode revelar enunciado político como a própria enunciação se constitui como cena ou ato político.

Em Junho de 2013, as narrativas em primeira pessoa não apenas servem a quem as cria como também geram identificação com outros sujeitos, tornando-se mecanismo de apresentação pública de demandas. Uma forma de dar visibilidade a dramas e situações que não tiveram a devida atenção. A partir do ponto de vista pessoal, fazem apontamentos sobre questões que envolvem a coletividade. Nesse sentido, as narrativas em primeira pessoa são tanto o espaço dos sujeitos falarem de si como também de se posicionarem em relação ao emaranhado de sentidos, dadas as reivindicações que se apresentam na rua. As narrativas são ponto de partida para as conversações políticas e demonstram como aspectos da vida privada costumam ser acionados para dar legitimidade aos argumentos publicizados (POLLETTA, 1998a, 1998b, 2004; YOUNG, 2000; GARCÉZ, 2008; SARMENTO, 2012).

"Gostaria de dar o meu Depoimento. Moro em Londres a 9 anos e 11 meses. Criticar o Governo Lula aqui e denunciar imoralidades era visto com ignorância e descredibilidade, o país que vendiam na mídia estrangeira era ate então o Gigante Maravilhoso sul Americano. As pessoas não acreditavam quando falava dos massivos problemas sociais, acompanho jornais diariamente, nunca houve uma única nota que falasse claramente sobre corrupção do governo, mensalão e os problemas do Brasil. Salvo uma

¹³² Por todas essas razões, o testemunho é recurso bastante usado em narrativas jornalísticas. O testemunho midiático de sofrimento pode resultar de "intrusão jornalística no sofrimento dos outros". Lage (2016) analisa o testemunho midiático que se caracteriza pela mediação técnica do jornalista, que seleciona diferentes sujeitos, destacando ou pinçando determinado relato em detrimento de outros, o que permite ao jornalista a proposição de enquadramentos. O que em alguma medida faz com o testemunho possa ser questionado moralmente e dependendo da maneira como for conduzido pode re-vitimizar o sujeito que o concede. No entanto, muitos testemunhos são prestados com o propósito de chamar atenção para determinado dano.

reportagem q mostrou certa vez o imenso Gap da escola publica comparado a quem tem acesso a escola privada. Nos primeiros protestos deste ano, a imprensa continuava a dizer que estávamos equivocados, jornais chamavam o *povo Brasileiro* de esquizofrênico, apos a continuidade massiva dos protestos a coisa mudou de figura, jornalistas de todo mundo voaram p o Brasil acompanhando protestos que rendera, analises de importantes cientistas políticos e sociais, e os jornais estão dedicando páginas inteiras sobre a legitimidade deles.” (2013)¹³³

O relato também questiona a identidade brasileira ou pelo menos a imagem atribuída ao país no exterior. A satisfação neste relato faz com que o sujeito estabeleça “nós” e “eles”, com a aprovação dos protestos. Assim, pontua-se o orgulho de ser brasileiro.

“Ontem em vários jornais de projeção ouvi falar pela primeira vez sobre os reais problemas do pais vindo a tona as imoralidades, a ditadura velada e abuso de poder. Os analistas políticos falam que A REVOLUCAO DOS 20 CENTAVOS entrara para historia mundial por não ter UM FOCO PARTIDARIO pela primeira vez falam de que esses protestos foram feitos de odo organizado por uma REDE INTELIGENTE DE JOVENS BRASILEIROS q se persistir, irão mudar a historia não só de um PAIS mas com impacto mundial. E a primeira vez que vejo o povo brasileiro ser citado como um ser pensante e integro, sem dar ênfase a nossas bundas e ao futebol, eles mostram q nos brasileiros não somos aqueles otários que valoriza a bola no pé, o fato dos protestos terem foco na lavagem de dinheiro em construção dos estádios revela que AMAMOS O PAIS MAIS DO Q O FUTEBOL tal como todo o exterior pensa. É a primeira vez q sinto orgulho de ver o Brasil valorizado intelectualmente e politicamente sem ser liderado por partidos políticos. Eu peço. NAO DESISTAM VAO PARA AS RUAS NOS J ENTRAMOS NA HISTORIA o movimento tem q continuar.” (comentário post 98) (2013)¹³⁴

Se as narrativas em primeira pessoa são ricas no que se refere às experiências dos sujeitos, não podem ser entendidas como um relato fidedigno do que aconteceu. Essas narrativas são atravessadas por inúmeras questões que têm a ver com o repertório e posicionamentos dos sujeitos. Configuram-se como uma visão parcial sobre uma determinada questão. As narrativas ajudam a organizar e a dar sentido às experiências dos sujeitos (MARQUES, 2008). Um dos autores que abordam como as narrativas auxiliam os sujeitos na maneira como organizam aspectos do cotidiano é Habermas.

(...) Na gramática das narrativas nós podemos ver como identificamos e descrevemos estados e eventos que aparecem num mundo da vida; como interligamos e organizamos seqüencialmente em complexas unidades as interações dos membros em espaços sociais e tempos históricos; como explicamos as ações dos indivíduos e os eventos em que estão envolvidos;

¹³³ Disponível em <

<https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/photos/a.332941190125772.79747.332934666793091/481273488625874/?>>, acessado em 30 de maio de 2016.

¹³⁴ Disponível em <

<https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil/photos/a.332941190125772.79747.332934666793091/481273488625874/?>>, acessado em 30 de maio de 2016.

os atos de coletividades e os destinos que elas encontram, da perspectiva de gerenciar situações. (HABERMAS, 1987, p. 136)

É o que podemos ver na narrativa em primeira pessoa, gravada em vídeo, que foi empregada pelo criador da página Anonymous Brasil. Ele revela a própria identidade que foi mantida em segredo durante os protestos em junho. A partir do vídeo, Fabrício Ferreira demonstra que a sua ação se voltou, principalmente, para a produção de conteúdo para as redes sociais. Ele afirma ter posição antipartidária, embora reconheça que assumiu posição contrária ao governo federal – na época em que a ex-presidente Dilma Rousseff esteve à frente do Executivo. A página desempenhou papel de destaque nas redes sociais, apresentando questões para a discussão pública e também propondo formas de enquadramentos de determinados assuntos. A narrativa em primeira pessoa de Fabrício pode ser analisada a partir da noção de *parresía* (FOUCAULT, 2010). Ao falar a verdade, o sujeito está sujeito a sanções, como retaliações, exílio e até a morte.

A noção é evocada *para se referir ao ato de dizer tudo*'. O termo pode ser entendido como fala franca e liberdade da palavra. Refere-se à virtude do sujeito, uma vez que implica dizer a verdade mesmo em situações de risco, como no caso de estar diante de um tirano - que tem poder de vida e morte sobre quem fala. A contraposição à *parresía* é o enunciado performático, que se caracteriza pela ligação entre enunciado e quem enuncia.

A *parresía* coloca o sujeito em estado de risco indefinido e tem caráter irruptivo. Ao contrário, o enunciado performativo é realizado dentro de um campo institucional predeterminado em que se pode prever o risco. Foucault estabelece a diferença entre a *parresía* e o enunciado performático apontando que para o primeiro não há exigência quanto aos status de quem profere o enunciado, enquanto para o segundo é algo determinante. Nesse sentido, o anonimato muda a força do enunciado.

Isso é feito em vídeo¹³⁵ com duração de 20 minutos e 30 segundos, que foi divulgado posteriormente, três anos depois dos protestos de junho na própria página.

Em vídeo que segue a estética do Anonymous, Fabrício revela o seu nome e de sua companheira. Na imagem, porém, ele evita mostrar a face encoberta pela máscara do V da Vingança – um dos marcadores do anonimato ao longo dos protestos em junho de 2013. Mesmo não revelando a identidade facial, Fabrício se expõe ao trazer informações pessoais a público.

Hoje dia 21 de Dezembro de 2016 postamos o primeiro vídeo da @AnonymousBr4sil com nossas próprias vozes e pedimos que você continue nos apoiando nesta nova etapa de nossas atividades. Pra evitar identificação nunca havíamos postado vídeo com nossas vozes (em outros vídeos usamos sintetizador de voz) mas por diferentes motivos fizemos devido a necessidade da causa. É importante frisar que *pela nossa própria*

¹³⁵ O vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7p3Z7Sgdecl>>. Acesso em:

vontade as pessoas jamais saberiam quem somos ou o que fazemos. Mas pelos motivos apresentados no vídeo isto teve que acontecer. (FERREIRA, 2016)¹³⁶

O relato do fundador da página argumenta que a revelação da identidade, como destacado por nós, foi feita devido à necessidade de proteção. Isso em um contexto em que a página foi identificada como uma das páginas de maior autoridade, buscada pelas pessoas para se informarem, e também exercendo papel de HUB na Web. De lá, partia boa parte do conteúdo que circulou na rede. Foi uma das páginas que mais cresceu em números de curtidas, como já mostramos, e tal crescimento se deve à disseminação dos princípios do Anonymous, que ficaram conhecidos por atuação de diversos protestos multitudinários no mundo.

O jovem narra a criação da página como alternativa ao ócio e à tentativa de se livrar de um vício depois de 10 anos de inúmeras internações em clínicas de recuperação. É interessante a maneira como a argumentação é construída: a ineficiência dos serviços públicos emerge no discurso de maneira a justificar as razões que o fizeram se mobilizar para criar a página: 1) crítica a morosidade do Sistema Único de Saúde (SUS) no período em que ele precisou ser atendido em função do vício do crack; 2) um recolhimento em casa imposto pelo vício; 3) a aquisição de um computador (“esses de queimão de R\$599”) que lhe permitiu se dedicar a escrita; 4) a chegada da banda larga (“internet 3G”); 5) a vontade de mudar o Brasil e 5) a existência de plataforma de interação.

Ao enumerar o motivo para sair do anonimato, Fabrício Ferreira aponta que sofreu ameaças, pediu proteção à polícia, mas não recebeu. Entre as atividades exercidas, ele coloca, no mesmo pacote, atividades díspares: cyberativismo, empreendedorismo, loja virtual e venda de livros.

Fabrício demonstra atuação sistematizada e revela ter dedicação à página de “24 horas por dia, 7 dias por semana: “Nada paga o tempo, energia dedicados a produção de conteúdo pra internet, sem contar desgastes em decorrência das publicações, mensagens...” O vídeo é um exemplo de como autoexposição e anonimato se conjugaram na ação dos sujeitos em junho de 2013. Para pensar a autoexposição, procuramos analisar as imagens produzidas dos sujeitos, muitas delas, como é o caso das selfies, feitas por eles próprios, como analisamos a seguir.

¹³⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7p3Z7Sgdecl>>. Acesso em: 30 de novembro de 2017

5.3.2 *Imagens de si*

No contexto dos protestos multitudinários, as *selfies*¹³⁷ permitem que os indivíduos se apresentem como sujeitos dotados de um rosto no que ele tem de estético e político (VIEIRA *et al.*, 2016)¹³⁸. Butler (2011) discute rosto como parte da esfera da ética: a noção se apresenta como a vocalização de uma demanda.

O rosto – se vamos colocar em palavras seu significado – será aquele para o qual palavras não podem realmente apreendê-lo. O rosto parece ser uma forma de som, o som da linguagem evacuando seu sentido, o substrato sonoro da vocalização que precede e limita a entrega de qualquer significado semântico. (BUTLER, 2011, p. 18)

Com base nessa concepção de rosto, buscamos analisar as imagens dos sujeitos. As *selfies* podem romper com um cenário homogêneo e colocam em questão concepções sobre os próprios sujeitos e os contextos nos quais estão inseridos. Ao se prepararem para uma *selfie*, eles podem colocar em prática formas de cuidados de si que desencadeiam um apropriar-se de si mesmo (de seu corpo, linguagem, expressividade) que promove descontinuidades nas rotinas de assujeitamento e sujeição. Para pensar sobre as imagens produzidas em junho, compartilhadas nas páginas analisadas, dialogamos com as reflexões de Marques (2014) acerca da potência política das imagens a partir dos apontamentos feitos por Rancière (2010).

As imagens carregam a potência de instaurar o dissenso, e de evocar a reorganização do sensível. São imagens que rompem com a normalidade, na medida em que trazem sujeitos com os cartazes empunhados. Uma imagem que se multiplica na multidão propondo reordenamento do sensível e expondo corpos, rostos e símbolos. Estrutura-se, ali, um meio comunicacional de performatividade, em que o ato de enunciar se dá pela criação de um dispositivo (corpo-cartaz).

A análise de Rancière (2010) se faz em relação à obra de arte e de literatura, mas também nos ajuda a pensar as dimensões estéticas e políticas a produção de imagens nos protestos no Brasil. No entanto, é preciso alguns cuidados ao analisar as imagens, como aponta Marques (2014) ao listar as preocupações de Rancière: a) não se deve estabelecer “continuum entre o intuito do artista e a interpretação do espectador”, como se

¹³⁷ A produção de imagens que os sujeitos fazem de si é anterior ao advento da fotografia, como podemos ver em toda história das artes. Se o autorretrato aparece em diferentes pinturas, a primeira fotografia que o sujeito faz de si é atribuída a Robert Cornelius, que fez o autorretrato em 1839.

¹³⁸ Vieira et al. (2016) discutem como as imagens podem conferir rosto ao indivíduo, tornando-o sujeito. No sentido empregado, o rosto não é a face humana.

as imagens fossem roteiros de interpretação e fruição, engessando a percepção e o protagonismo do espectador; b) compreender que a imagem não é mera representação do real, nem seu duplo, mas uma visualidade que não consegue abarcar as multiplicidades da organização sensível das lógicas e ordens que governam os corpos e discursos; c) entender que elas permitem que os indivíduos se apresentem como sujeitos que possuem um rosto, ou seja, que nos endereçam na imagem e por meio dela, uma demanda, interpelando-nos.

As *selfies* nos revelam sujeitos, que, ao se destacarem nas multidões, trazem à visibilidade aspectos de sua vida. Em meio à multidão, os sujeitos se mostram de maneira única a partir dos cartazes feitos do próprio punho e com as questões que ele considera essenciais serem vocalizadas e apresentadas no espaço público. O manifestante performa, no espaço público, diferentes papéis: é o **sujeito-cidadão**, que dispensa as mediações de grupos e líderes para apresentar suas questões; **sujeito-comunicador** é quem expressa e publiciza seu discurso; **sujeito-performer**, que empunha o cartaz, que canta e diz palavras de ordens, que segue caminhando e integrando à multidão. É o professor que, ao se mostrar, também coloca em evidência a qualidade da escola pública (FIG. 9).

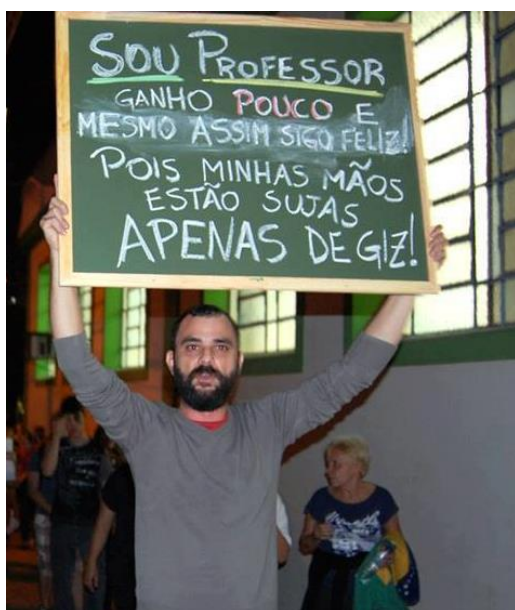


FIGURA 9 - Foto do dia 27 de junho de 2013.
Fonte: AnonymousBrasil.

É a mulher que fala do asfalto de sua cidade (FIG. 10). A frase “queremos asfalto do ‘padrão’ Fifa” faz uma síntese em relação à qualidade da prestação do serviço público no Brasil e abre debate que permite a participação de muitos: a má conservação das vias públicas é uma questão que concerne a todos. A imagem revela o corpo, o rosto dos sujeitos, conjunto esse que também compõe um texto, que tem a mesma potência nos atos de Junho de 2013. É uma maneira de se colocar, mostrando a força de estar presente, a

legitimidade do estar lá. Os cartazes viram extensão dessa presença na rua. É uma presença lastreada na interação entre os sujeitos, que cria possibilidade de diálogo entre os interlocutores.



FIGURA 10 - Foto do dia 27 de junho de 2013.
Fonte: AnonymousBrasil.

5.3.3 A ocupação corpórea do espaço público

O que se apresenta de imediato nas imagens é o sujeito no espaço público que se expressa não só nas reivindicações expostas nos cartazes, mas também corporeamente. Os corpos nas ruas subvertem as formas de apropriação e circulação no espaço urbano; e os cartazes, em sua bricolagem de fontes, formas, materiais apresentam modos resistentes de enunciação própria: fazer um cartaz, em sua precariedade, significa portar a própria palavra, não deixando a cargo de outros, nem das redes.

As *imagens* também indicam como a performatividade, no sentido proposto por Butler (2016), se tornou parte dos protestos de junho. As fotos expõem a relação entre corpo e discurso. Quando os sujeitos se apresentam publicamente o fazem com seus corpos e também por meio do que vocalizam.



FIGURA 11 - Foto do dia 14 de junho de 2013.
Fonte: Anonymous Brasil.

Marques (2013) faz uma análise da relação entre corpo e cartazes: “um ato que dissocia o corpo da palavra proferida”, Em decorrência dessa separação, os enunciados podem ser apropriados para instaurar novas cenas de fala.

Os cartazes são empunhados e carregados junto aos corpos em movimento, revelando o modo como os manifestantes produziram escrita desgarrada das redes sociais e da mídia tradicional. Os cartazes são feitos no calor da hora, composto de materiais diversos e escritos de próprio punho.

O próprio gesto de feitura do cartaz e de carregá-lo junto a si é político uma vez que a política da escrita consiste em uma forma de experiência estética baseada na libertação da palavra de seus fluxos habituais de produção e circulação e na igualdade que se instaura quando qualquer um pode dela se assenhorar, sem a necessidade de seguir um roteiro ou fórmulas específicas de enunciação. Trata-se de uma igualdade sensória e expressiva em vez de uma igualdade apenas legal ou econômica.

5.4 Anonimato

Ao olharmos para as páginas do Passe Livre São Paulo e para Anonymous Brasil, identificamos marcadores do anonimato, que apresentamos a seguir. Entendemos por anonimato uma condição gerada por atos diversos que impedem a identificação do sujeito por certos públicos, diluindo-os em um todo mais amplo.

A estética do anonimato em protestos está associada ao Anonymous. Felinto e Costa (2013) analisam o surgimento dessa forma de ativismo a partir de práticas nas redes sociais, marcado pela trollagem, a defesa de direitos humanos e direitos liberais¹³⁹. O ocultamento da identidade é proposto para que se constitua uma espécie de sujeito coletivo, ainda que o anonimato não suprima as singularidades. Em tempo, “elas colaboram e compõem um comum” (FELINTO e COSTA, 2013, p. 31). Os *Anons*¹⁴⁰ agem a partir de valores e de uma ética que pode transcender a lei: “a informação é um direito e deve circular livremente”; “não deve existir censura”; “liberdade de expressão é fundamental” (*Ibidem*, 2013).

Felinto e Costa (2013, p. 27) identificam na experiência do ativismo pelo anonimato “um agenciamento entre os afetos, os sujeitos, as plataformas técnicas, a ambiência que existe”. Esses fatores conjugados geram “expressões e que parecem se aproximar da ordem do imprevisto e do afeto”. A seguir analisamos alguns elementos do anonimato observados em Junho de 2013.

5.4.1 Uso de máscaras e lenços

¹³⁹. A semente dessa forma de ativismo data de 2003, quando na rede social denominada 4Chan, um imageboard que funcionava como fórum de discussão. O grupo foi criado para defender os direitos humanos e as liberdades individuais por meio da postagem de imagens e pequenos textos. Muitos eram transformados em memes e repostados em outras páginas. O conteúdo era agrupado na seção “b - random”, onde estava liberada a “trollagem”. A primeira ação ativista foi contra Hal Turner, radialista e blogueiro americano que defendia a supremacia branca. Fizeram ações coordenadas, como a divulgação do número de Turner para que todos pudessem “trollar” o radialista em seu site. Várias pizzas também foram enviadas para a casa do radialista para que ele pudesse pagar. Outra ação foi contra a Igreja da Cientologia, quando convocaram os primeiros protestos de rua e sugeriram que as pessoas cobrissem os rostos. Foi quando deu início ao uso da máscara de Guy Fawkes.

¹⁴⁰ Abreviatura de anonymous.

Nos protestos em Junho de 2013, máscaras, lenços ou outros recursos para encobrir a face foram amplamente utilizados por manifestantes que estiveram nas ruas das cidades brasileiras. Como discutimos no capítulo anterior, a máscara é usada como maneira de escapar do controle, que se expressa de diferentes maneiras: seja na repressão do Estado, por meio da ação da polícia, seja pela possibilidade de os sujeitos serem identificados, fotografados, catalogados e, dessa forma, se tornarem alvo para acompanhamento e controle. Máscaras também permitem escapar de categorizações pré-estabelecidas. *Selfies* de sujeitos com o rosto encobertos são recorrentes entre as imagens compartilhadas nas páginas analisadas.

As imagens demonstram que as máscaras¹⁴¹ se multiplicaram nas multidões que ocuparam as ruas de cidades como São Paulo e Belo Horizonte. Ao analisar as imagens compartilhadas nas páginas analisadas, chama atenção o número de manifestantes que usam a máscara em diferentes situações: ativistas sozinhos portando cartazes com reivindicações; sujeitos em meio à multidão; pessoas em situações inusitadas, como, por exemplo, a imagem que mostra mascarados levando doação de alimentos para moradores de rua.

As máscaras não apagam as diferenças internas de grupos. Embora, em um primeiro olhar, a estética da tática possa dar a ideia de homogeneidade. Solato *et al.* (2014) destacam que há divergências, cismas e fraturas internas. Alguns dos pontos que os que aderem à tática divergem entre si estão relacionados ao uso da ação direta, papel da violência nos protestos e a violência em relação aos policiais. Alguns defendem que a tática tem o intuito de proteger os manifestantes, enquanto outros aderem à lógica de ação mais agressiva, conforme Solano *et al.* podem identificar ao acompanhar protestos em São Paulo. Os pesquisadores identificam, por exemplo, a discussão acerca de adolescentes que aderem à tática por modismo sem refletir sobre o significado da violência. Nessa direção, os pesquisadores revelam aspectos referentes às construções subjetivas:

Para o observador descuidado, toda manifestação é parecida, como ajustável a determinismos matemáticos. Todo policial é parecido. São todas figuras sem identidade, sem nome, que podemos classificar e julgar sem conhecimento prévio. (SOLANO ET AL., 2014, p.771)

As máscaras não apagam as diferenças internas de grupos. Os sujeitos sabem, frequentemente, quem é quem por trás das máscaras. No entanto, para aqueles que não pertencem ao grupo, a máscara gera certo sentido de uniformidade e coletividade.

Ocultar o sujeito é também uma forma de resistir que caminha na contramão dos processos de subjetivação atuais, que incitam a exposição e mapeiam rastros, facilitando o controle. Então, é uma resistência porque

¹⁴¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/06/1299052-v-de-vinganca-mascara-usada-em-protestos-foi-criada-em-quadrinhos-dos-anos-1980.shtml>>.

induz a criação de outro sujeito menos personalista e anônimo, que pode circular e agir com mais facilidade. (FELINTO e COSTA, 2013, p. 31)

Assim, as máscaras são apresentadas como indicativo de luta que não é só do sujeito. Os dizeres contidos na FIG. 12 expressam bem essa questão: “porque a máscara? porque quando alguém olhar para um de nós, não verá um rosto, mas sim uma legião.”

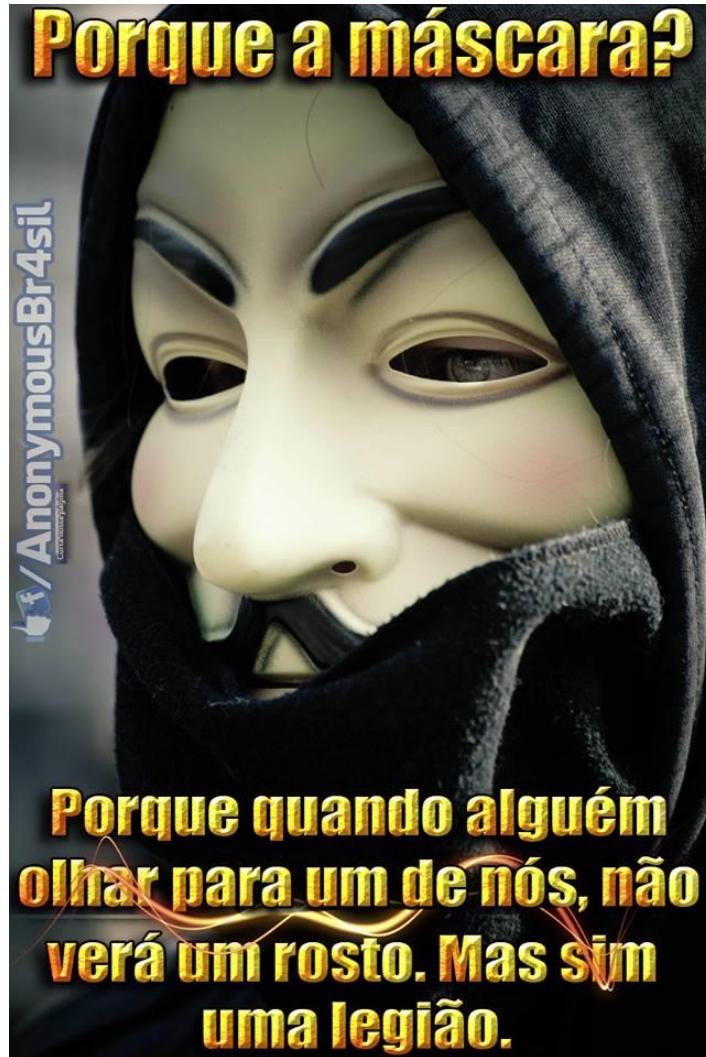


FIGURA 12 - AnonymousBrasil, dia 23 de junho de 2013.

Ao encobrir a face do sujeito, máscaras também permitem uma *desidentificação*, apagando marcas de pertencimentos impostos, leituras apriorísticas e identidades adscritivas. Máscaras transformam, momentânea e efemeramente, homens e mulheres de diferentes idades, etnias e crenças em um coletivo amorfo. Ademais, algumas das imagens postadas mostram que o uso da máscara permite ao manifestante apresentar publicamente proferimentos e atos agressivos (FIG. 13).



FIGURA 13 - Foto do dia 6 de junho de 2013.
Fonte: AnonymousBrasil.

Mascarados podem, por exemplo, carregar cartazes com diferentes dizeres ofensivos (FIG. 14). Além disso, a máscara, como representação, é usada para a confecção de memes que denunciam o controle; que colocam em xeque a política e a imprensa e denominam os manifestantes como alienados. Ao proteger os sujeitos em uma espécie de anonimato externo, máscaras configuram uma nova forma de rosto público, que permite outras formas de interlocução e expressão.



FIGURA 14 - Foto do dia 24 de junho de 2013.
Fonte: Anonymous Brasil.

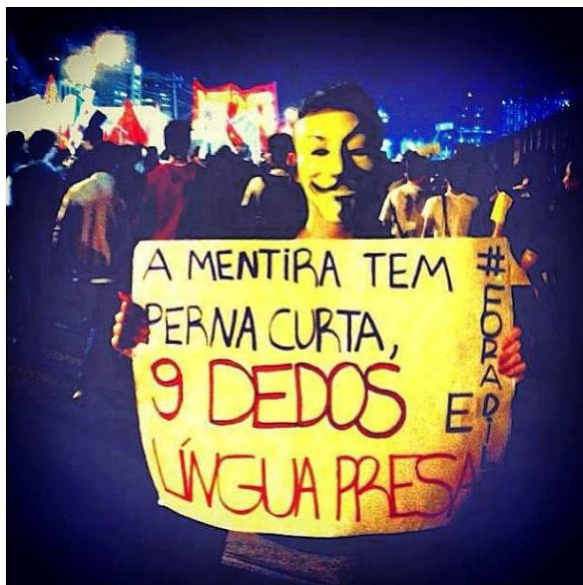


FIGURA 15 - Foto do dia 22 de junho de 2013.
Fonte: Anonymous Brasil.

Atos de destruição de bens públicos e privados, que foram atribuídos a mascarados em Junho de 2013, levaram à proposição de leis antimáscaras, o que levou à discussão jurídica do direito ao anonimato. O uso de máscaras é apontado como ação de "caráter simbólico, comunicativo e artístico" por Queiroz e Gervasoni (2014). Em setembro, foi aprovada lei que proíbe o uso de máscaras em protestos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.¹⁴² German e Arguello (2015) apontam que, como o discurso do Estado não pode se voltar para a contenção dos protestos, direciona-se, então, às práticas delitivas ocorridas no curso de manifestações. O discurso deslegitimador volta-se contra os manifestantes que cometem atos de "vandalismo" e violência durante os protestos.

¹⁴² Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/09/projeto-de-lei-que-proibe-mascaras-em-protestos-e-aprovado-no-rio.html>>.



FIGURA 16 - Foto de Rodrigo Montezuma, do dia 27 de junho de 2013.
Fonte: Anonymous Brasil.

Na seção subsequente, analisaremos as imagens de multidão que foram amplamente compartilhadas durante Junho de 2013. A multidão aparece como corpo político, como veremos a seguir.

5.4.2 *Imagens de multidão*

As imagens de milhares de manifestantes nas ruas do Brasil foram compartilhadas nas páginas analisadas em junho de 2013. Eram postadas para registrar o que ocorria nas ruas das cidades brasileiras e, ao mesmo tempo, demarcavam a multidão como corpo político. A multidão é polimorfa, recheada de diferenças constitutivas (CAVA, 2012). Os sujeitos se tornam, assim, parte de algo mais amplo; emprestam seus corpos ao coletivo. Interessa-nos, em especial, a maneira com que as pessoas se integram à multidão no que se refere ao anonimato. Os sujeitos ajudam a construir uma estética da multidão, embora intensamente os sinais de singularidades e expressões individuais se mantenham e operem no processo.

O exercício performativo acontece entre "corpos", num espaço que constitui o entre os corpos que aparecem. Nesse sentido, nenhum corpo age sozinho quando atua politicamente. Quando os corpos agem em conjunto criam o espaço da aparência, que não é caracterizado apenas do ponto de vista arquitetônico, constitui-se como domínio público, o lugar da enunciação (BUTLER, 2015). O 'espaço de aparência' resulta da ação plural. Neste

sentido, a multidão como corpo político resulta da ação conjunta dos corpos que criam o espaço público nos termos de Hannah Arendt¹⁴³.

As imagens ajudam a dimensionar o protesto, dar uma ideia do número de pessoas que esteve nas ruas, além de, elas próprias, comporem uma narrativa. O que procuramos a partir da análise das imagens foi refletir sobre a construção do comum. Tal construção se dá também no processo discursivo da delimitação do “nós”. As imagens da multidão impelem ao imperativo de nomeá-la. Ao olhar para protestos multitudinários como os da Tunísia, Butler (2016) ressalta que há um movimento de demarcação do “nós”: as pessoas que saem às ruas são corpos no espaço público, visíveis, audíveis, expostos, persistentes e independentes. Há, conforme destaca Butler (2016), dois movimentos paralelos: um discursivo de compreensão e constituição desse “nós” e outro performativo, de expressão dos sujeitos nas ruas. Os corpos ao mesmo tempo em que reafirmam existência plural (coletiva) permitem aos sujeitos engajarem-se no exercício de autodesignação. Não há, nessa perspectiva, um confronto à dimensão institucional da participação. A performatividade das ruas é outro lado do poder eleitoral – onde há a confirmação legítima dessa vontade popular.

Nas jornadas de junho, a construção discursiva do “nós”, conforme demonstram as imagens, passa pela metáfora do gigante que acordou. Nessa linha, também são feitas paródias com os versos do hino nacional. Os dizeres apresentam o país como Gigante (representado por suas riquezas e dimensões continentais). O ato de acordar designa a suposta saída de um estado de passividade, quando se colocam em movimento nas ruas para reivindicar direitos.

Em junho, há um exercício de designar e constituir o que seria “o povo brasileiro”. A designação abriu um debate que não começa em junho e que se estende para além dele: mas que expõe todas as diferenças na constituição do “nós”. No entanto, se “a voz da rua” se torna legítima de forma proporcional ao número de pessoas ali presentes, pode-se passar a falsa ideia de massa homogênea e alinhada em termos de propósitos (FIG. 17). Em junho de 2013, mensurar a intensidade e captar o sentido da voz das ruas tornou-se tarefa recorrente para os atores da esfera política. Tarefa esta que requeria olhar para a diversidade constitutiva dessa própria voz.

A imagem das pessoas que tomam o Congresso Nacional é uma das mais representativas de como a multidão se constitui ela própria como ator político (FIG. 17). A imagem simboliza a tomada do poder pelo povo brasileiro. Na imagem das pessoas andando sobre o prédio da Câmara dos Deputados, é possível ver os sujeitos empunhando cartazes, além de uma bandeira do Brasil pendurada, como a sinalizar a conquista de um

¹⁴³ Butler faz a ressalva que nem todos os corpos aparecem da mesma forma nesses espaços e ainda pontua a associação do espaço público ao homem e o espaço privado à mulher.

território. O feito não é resultado da ação de determinado sujeito. Não permite a identificação de um líder.

O conceito de povo articula as noções de nação, cidadania e soberania, no entanto, Butler (2016) analisa a partir da reunião dos corpos, ato de autoconstituição coletiva. Ela olha para manifestações multitudinárias a partir da performatividade e dos atos de fala. Para pensar a política contemporânea, Butler parte da relação entre corpos e linguagem. As assembleias, as ocupações e os protestos, apresentam-se locus da vocalização.



FIGURA 17 - Fonte: Anonymos Brasil, dia 17 de junho de 2013.

A imagem de milhares de pessoas com faixas e bandeiras com diferentes dizeres (FIG. 18) também foi muito compartilhada. Enquanto os manifestantes seguem pela rua, miram a faixa com os dizeres: “Verás que filho teu não foge à luta.”



FIGURA 18 - Foto do dia 2 de junho de 2013.
Fonte: Anonymous Brasil.

A FIG. 19 ilustra a ideia de que cada manifestante foi para rua apresentar as próprias reivindicações, mas que o todo funde cartazes em reivindicações em uma nova configuração que não expressa os anseios de cada um, mas expõe uma indignação ampla e plural. Cada demanda contém certo espelhamento à linguagem dos memes nas redes sociais: são frases curtas, compostas de ironias e metáforas, para apresentar demandas. Mas o mais interessante em imagens como esta é que elas não evidenciam cada demanda, ironia ou contestação. O mar de cartazes dá visibilidade a uma insatisfação que, embora plural, é coletiva e eloquente. O anonimato proporcionado pelo foco ampliado permite ver o corpo mais amplo do protesto, para além de suas vozes individuais.



FIGURA 19 - Foto do dia 16 de junho de 2013.
Fonte: Anonymous Brasil - 16 de junho

Esse tipo de imagem deixa clara a ambivalência de Junho de 2013. Por um lado, as pessoas representam a si mesmas e a seus anseios. Por outro, diluem seus corpos em uma multidão em movimento (FIG. 19 e 20).



Figura 20 - Foto do dia 23 de junho de 2013. Fonte: Anonymous Brasil.

Os protestos se caracterizam não só pelo grande número de pessoas, mas pelo deslocamento dessas pessoas por trajetos, que no dia-a-dia não eram ocupados por pedestres. A multidão ocupa todas as faixas das vias, o baixo dos viadutos e a parte superior delas. A cidade é tomada e ocupada pelo povo, que se apresenta como tal, justamente ao enunciar suas visões singulares. Em alguns posts, são usadas até imagens de multidões em protestos de outros países.



FIGURA 21 - Anonymous Brasil, 17 de junho de 2013.



FIGURA 22 - Foto do dia 20 de junho de 2013.
Fonte: Anonymous Brasil.

5.4.3 Ocupação corpórea do espaço público

Os protestos em junho de 2013 evidenciam a abertura de importantes clivagens no país. O exercício de denominar o “povo” brasileiro não só é essencial para a compreensão da sociedade brasileira, no que se refere à composição de classe, raça e

gênero, mas, sobretudo de como essa sociedade compreende o comum e como suas disputas se apresentam e emergem publicamente.

Quando milhares de pessoas saem às ruas das cidades brasileiras, levam consigo para o espaço público vestígios de diferenças e disputas dessa concepção de país e de que rumos devem tomar. O estar nas ruas “na luta por um Brasil melhor” não aplaca as desigualdades sociais que historicamente foram construídas. Ao contrário, o estar nas ruas dá a ver essas desigualdades e diferenças. Mas esse dar a ver, não opera como se as diferenças existissem todas aprioristicamente e fossem apenas expostas em público. É na própria dinâmica de ocupação do espaço público que elas se constituem e se apresentam. Quando os protestos se transformam em narrativas compartilhadas nas redes sociais e nos veículos de comunicação, diferenças se encenam a partir de elementos estéticos.

Como Butler (2016) pontua, o estar nas ruas dos protestos multitudinários traz consigo duas dimensões dialéticas: uma discursiva, de compreensão e autoentendimento, de quem é esse povo nas ruas, e outra experiencial, que se materializa no corpo dos sujeitos. As narrativas evidenciam como a performatividade é aspecto constitutivo dos atos: quando os sujeitos ocuparam as ruas não para vocalizar reivindicações e posicionamentos políticos, mas para reforçar autenticidades que se expressam de maneira corpórea. Para Butler, a performatividade é discursiva e material (OLSO, 2016).

Muitos desses elementos são expressos em aspectos referentes à apresentação do sujeito, com as marcas de gênero, raça e classe social. Isso aparece, por exemplo, na opção que jovens negros fazem pelo uso do cabelo crespo. No entanto, nos protestos, os sujeitos agregam outras marcas aos corpos, resignificando-os. O uso de máscaras, a escolha de cores, as bandeiras carregadas estabelecem novas formas de pertencimento, clivagem e autoapresentação coletiva.

Esses elementos, que dizem respeito às subjetividades e à emersão de coletividades, podem ser identificados nas imagens de Junho. Dentre essas marcas, uma das mais significativas é o uso de cores. Mais do que um gosto individual, o uso das cores revelou desacordos e clivagens de diferentes naturezas, que foram se estruturando e se consolidando ao longo do fenômeno em análise. As cores permitem aos sujeitos integrarem-se aos coletivos, permitindo o diluir-se entre a multidão.

Podemos observar, a partir das imagens, que as cores que predominaram nos atos em junho formam três grupos: preto; vermelho; e o verde o amarelo. A esse respeito, convém resgatar a discussão de Mische e Alonso (2015) sobre os repertórios de confronto que desenharam nos atos de Junho de 2013: socialistas, autonomistas e nacionalistas. Para elas, o repertório socialista, que dominou as mobilizações brasileiras à esquerda no último meio século, perdeu sua posição dominante e foi deslocado pelo repertório

autonomista. Ele se manifesta de forma mais eloquente em organizações que rejeitam liderança e autoridade centralizadas, particularmente o estado.

As autoras pontuam que o campo nacionalista se constituiu por manifestantes sem experiência de ativismo anterior, que se juntaram aos protestos individualmente, convocados para as ruas pelo que viram na imprensa e na internet. As ações desse campo eram expressivas e divertidas, sem muita coordenação aparente.

A adesão ou o rechaço a cores (preto, vermelhou ou o verde e amarelo) se dá na medida em que, num processo discursivo marcado por disputas, determinadas compreensões e proposições passam a ser associadas a grupos que usam preferencialmente determinadas cores. Sob o uso de determinadas cores, os sujeitos passam a ser lidos e associados à determinada compreensão sobre o que estava acontecendo nas ruas.

As cores, como signos, também são compreendidas como elementos que permitem aos sujeitos se identificarem com outros, criando relações de proximidade ou distanciamento apenas por esse aspecto visual. Nesse sentido, as cores como que anonimizam os sujeitos ao permitir uma desidentificação de posições pré-estabelecidas, reinserindo seus corpos em novas coletividades que surgiram nos próprios protestos. Nas redes sociais, as imagens indicam claramente esses pertencimentos.

Nas primeiras imagens compartilhadas na página do Movimento Passe Livre, é perceptível o uso do preto. Em certo momento, há a convivência entre preto, vermelho e azul e amarelo. Já no caso do Anonymous Brasil, nota-se a força do verde e do amarelo nas fotos e até mesmo nos memes (FIG. 23). Até o personagem Capitão América recebe as cores da bandeira brasileira, em um meme que remete ao nacionalismo.

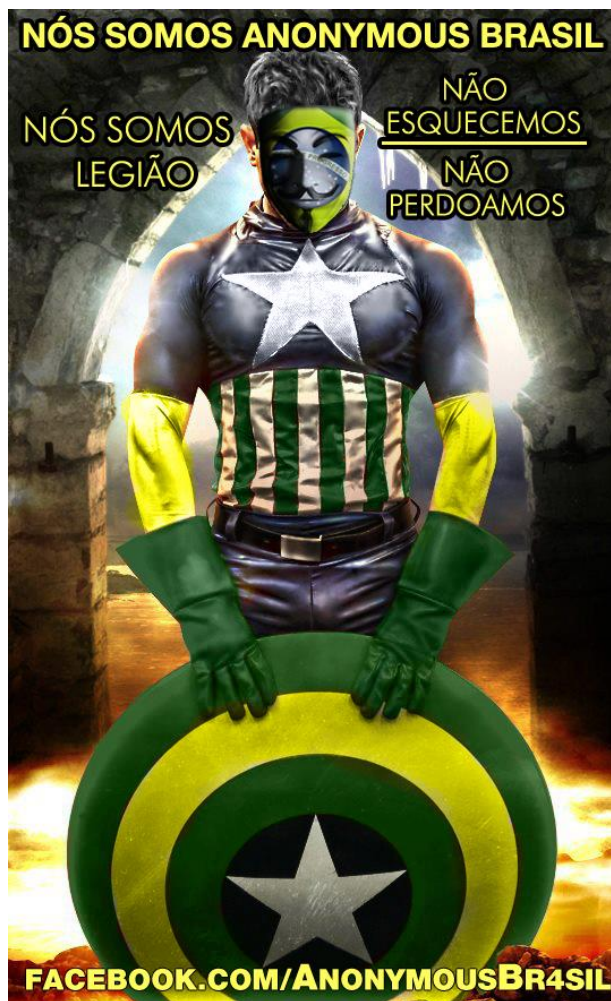


FIGURA 23 - Imagem de Anonymous Brasil, dia 23 de junho de 2013.
Fonte: Página de Facebook do Anonymous Brasil.

Os protestos ganharam tom nacionalista com a ampliação dos manifestantes. A imagem faz referência à palavra legião para indicar que são muitos os anonymous, que formam amplo coletivo. No entanto, a própria ideia de povo brasileiro começa a ser debatida quando as ruas assumem as cores verde e amarelo. Para falar do nacionalismo brasileiro, a imagem busca a referência do Capitão América, um herói emblemático do poderio dos Estados Unidos. Mische e Alonso (2015) apontam que, entre 3 e 10 de junho, os protestos foram conduzidos por grupo de estudantes ligados a ação direta autonomista radical. Entre 11 e 20 de outubro, foram para as ruas ativistas e organizações de setores progressistas. Dessa data para o fim, verificou-se a chegada dos brasileiros em escala maciça às ruas, incluindo pessoas que nunca haviam se manifestado ou participado de atos políticos. Esse grupo apresentava-se esteticamente com as cores da bandeira do Brasil.

5.4.4 Expressão compartilhada

Os memes são parte constitutiva dos posts das páginas Anonymous Brasil e Passe Livre São Paulo. São usados para apresentar, de maneira rápida, determinada ideia, apresentando grande potencial de compartilhamento. Guardam códigos partilhados que podem ser decodificados por determinado grupo, mas que podem ser de total incompreensão para outra parcela. Os memes online são uma categoria contemporânea e popular de memes¹⁴⁴, cumprindo o papel de propagadores de ideias. Trabalham com texto verbal e imagético em geral para destacar uma ideia-síntese.

Nas redes sociais, os memes são usados de maneira irônica para tratar dos mais variados temas. Miltner (2011) e Chagas *et al.* (2015) destacam que os memes costumam ser estudados como algo raso e desprezioso, como se fossem fruto de uma cultura inútil. No entanto, eles fazem parte da linguagem das mídias sociais na contemporaneidade, atravessando conversas sobre temas diversos e assumindo destaque quando a política entra em foco. Os memes sempre fizeram parte da cultura humana, mas o termo se popularizou e adquiriu projeção com a internet e, especialmente, com o incremento da conexão via smartphones (KNOBEL e LANKSHEAR, 2007).

Limor Shifman (2014) categoriza os usos políticos que podem ser dados aos memes nas redes sociais: eles podem ser usados para o convencimento e persuasão acerca de uma questão, para convocar protestos e para a expressão de posicionamentos acerca de questões políticas. As FIG. 21, 24 e 25 mostram convocações para os sujeitos irem às ruas. As FIG. 15, 16 e 24 são imagens que mostram pessoas com as faces encobertas. O anonimato é usado como recurso estético e discursivo para convocar as pessoas para as manifestações.

¹⁴⁴ O termo é usado pela primeira vez por Dawkins (1979). Chesterman (1997) demonstra como no campo da cultura os memes se apresentam como unidades que permitem a propagação das ideias. Tal como na biologia usa-se a ideia da transmissão de genes na genética, pode-se recorrer aos memes passam por processo de transformação. Podem ser considerados memes: piadas, músicas, provérbios, enfim diferentes enunciados que permitem a transmissão de ideias. No ambiente digital, o termo designa texto criado, que pode ser verbal ou imagético, com alto potencial de gerar compartilhamento.

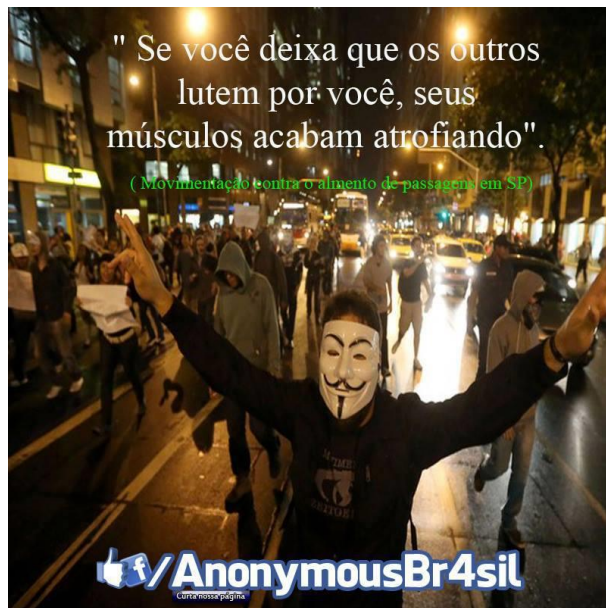


FIGURA 24 - Anonymous Brasil, dia 9 de junho de 2013.

A FIG. 24 é a convocação para o primeiro protesto organizado pelo MPL em São Paulo no dia 6 de junho. A imagem nos revela que os protestos já iniciam trabalhando estética e politicamente a dimensão do anonimato. Essa estética, cara aos movimentos autonomistas como o MPL, também emerge em grupos de base mais nacionalista, como o Anonymous Brasil. O preto predominante nas faixas empunhadas pelo MPL dá lugar aos cartazes de todas as cores. Os lenços usados para encobrir o rosto por manifestantes pela redução da tarifa passam a serem vistos também com as máscaras: o princípio do anonimato permanece, mas os sujeitos que as usam mostram o aspecto heterogêneo dos atos em junho.



Figura 25 - Passe Livre São Paulo, dia 3 de junho de 2013.

A FIG. 25 também é uma convocatória e foi postada no dia 23 de junho, depois da ampliação do público dos protestos. A imagem mostra que a página da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia foi hackeada. Como vimos anteriormente, a ideia de anonimato inspira os Anonymous, hacktivistas que têm como características a “trollagem” e o desejo de intervir politicamente por meio da ação direta. Em nossa amostra, encontramos uma ação hacker e a “trollagem” - a foto da presidente Dilma Rousseff acompanhada da hashtag “#ChupaDilma” é colocada na página oficial do legislativo da cidade goiana.

Ao longo de Junho, o que era uma insatisfação contra o governo se transformou em rejeição à figura da presidente, que passa também a ser hostilizada e vaiada nos eventos presenciais, como a abertura da Copa das Confederações. Os termos que se referem a ela também se tornam cada vez mais pejorativos.



FIGURA 26 - Anonymous Brasil, 23 de junho de 2013.

Na origem dos Anonymous está a ideia de uso de memes para atacar de maneira jocosa figuras públicas. Isso é recorrente na página Anonymous Brasil, e, neste caso, a misoginia é um elemento forte na ridicularização da presidenta. O post aponta um caminho para o qual parte dos manifestantes seguiram depois de Junho de 2013. No entanto, ao olhar para os comentários, pode-se verificar que se trata de manifestação polêmica. Há diversas manifestações que a contestam.

5.5 Síntese

A *forma-rede* mostra a lógica conectiva das manifestações: os atos e os protestos são um fenômeno comunicacional. A conectividade evidencia a importância que os sujeitos dão ao registrar a presença na rua, o compartilhamento de imagens e relatos de si. Há uma dimensão cidadã de participação que é essencialmente comunicativa e que é imprescindível, na atualidade, para que os sujeitos reafirmem suas existências – estar fora de todas as redes sociais é praticamente decretar um apagamento social.

O aparecer nas redes (e também nas ruas) está ligado ao trabalho criativo das palavras e dos enunciados. Entre autoexposição e anonimato, os sujeitos se revelam e se diluem, performando ações de confronto que integram uma ação coletiva, sem apagar singularidades. Nessa dinâmica tensa entre autoexposição e anonimato, o comum a atravessar singularidades e diluir corpos em um mesmo processo emerge, muitas vezes, mais pela negação e contraponto do que pela partilha ideológica de posições. Trata-se de

uma ação política que não tem como meta a legitimação em um quadro político já existente, seu objetivo parece ser questionar, mudar fluxos de poder, protestar, enfraquecer o outro, mas não oferecer uma sugestão ou alternativa a algum problema. (FELINTO e COSTA, 2013, p. 32)

Os posts e imagens analisados mostram manifestantes que, simultaneamente, destacam-se na multidão e compõem o coletivo. Por meio de selfies, cores, bandeiras, relatos e máscaras, eles erigem uma visibilidade pública que mostra e esconde rostos, salienta e funde corpos, em um jogo de claro/escuro que é definidor da ação multitudinária.

As imagens compartilhadas também evidenciam como a multidão se apresenta como corpo político. O corpo político constitui-se na união dos corpos, perpassados por afetos comuns, em movimento de composição sob a pressão de causas exteriores (JAQUET, 2015). Milhares de pessoas que foram às ruas no Brasil dividiam esperanças, indignações e a crença de que a mudança pode vir a partir da ação do coletivo. Nesse sentido, o *corpo político* não repousa no acordo fundado na razão, mas no afeto comum: a esperança comum, a desilusão comum, o medo comum ou desejo de reparar um dano comum. Jaquet (2015, p. 44) aponta que “aspiração a vingar um dano sofrido em comum” é “um dos princípios possíveis da união e da constituição de um corpo político”. Os afetos comuns fizeram com que milhares de brasileiros saíssem às ruas, apesar das diferenças ideológicas, partidárias, sociais e culturais entre os manifestantes.

Como também argumenta Mendonça (2017), a experiência dos protestos teve um papel central no processo de articulação do comum. Esses sujeitos que se expõem e se diluem engajam-se em atos partilhados, vivenciando juntos tempos, espaços, sentimentos, situações de risco, conquistas.

É na vivência coletiva do espaço e do tempo, do medo e dos afetos, da violência e da festa que os sujeitos alimentam a potência de um público que

se sente parte de um comum, ainda que, ou justamente porque, profundamente atravessado pelas diferenças. (MENDONÇA, 2017, p. 155)

. No Facebook, esses sujeitos reconfiguram topografias de uma experiência comum por meio da troca de relatos, selfies, memes e palavras. Ali, estabelecem continuamente, terrenos partilhados para a expressão de indignações, medos e esperanças.

O entendimento de muitos manifestantes que aderiram aos protestos é que a multidão tem mais força do que os sujeitos atuando isoladamente. Isso pode ser visto nas postagens das páginas analisadas: a multidão, embora efêmera, é apresentada como potência, o que é feito por meio de palavras e imagens. Mas a potência da multidão reside justamente na sua capacidade de lidar com a multiplicidade de singularidades, e as redes sociais, como o Facebook, parecem ser muito importantes nesse sentido. As formas de expressão online potencializam essa ambivalência entre o expressar-se e o fundir-se, criando condições para a sutura de um todo a partir das ações de cada um. As múltiplas questões expressas pelos sujeitos ilustram de forma eloquente a composição singular de multidões de anônimos em protesto.

É interessante perceber que os agenciamentos construídos a partir do anonimato e da autoexposição estão em consonância com as formas de organização propostas pelo MPL, que são centradas na ação direta dos sujeitos. Chama a atenção, nas representações imagéticas dos posts sobre os atos, a inexistência de carros de som, que coloquem algumas poucas pessoas em destaque. A frente do ato pode fazê-lo, mas são recorrentes as imagens de sujeitos caminhando no mesmo plano que os demais manifestantes, sendo que, muito frequentemente, eles usam máscaras e lenços. As faces encobertas, ao mesmo tempo que impedem a identificação do sujeito, também se tornam elementos estéticos e políticos da multidão. “O anonimato deixa de ser apenas uma forma de ocultamento e proteção individual para se tornar a arma de um grupo, uma forma de organização sem líder” (FELINTO e COSTA, 2013, p. 31).

No espaço público, cada qual se apresenta a partir do que o corpo expressa. Butler (2016) chama atenção para o fato de os corpos serem a forma como se mostram e a maneira como são vistos – construções atravessadas por questões de gênero, sexualidade, idade, fenótipos, entre outros elementos da leitura social do sujeito que se manifestam corporeamente.

As experiências de estar nas ruas e nas redes não prescindem uma da outra para existirem. Mas, em nossa amostra, é possível identificar o quanto a *forma-rua* e *forma-rede* se atravessam. Podemos afirmar que as *selfies* são um dos potentes cruzamentos entre ruas e redes: é o estar na rua que é registrado para ser compartilhado, dotando de rosto e singularidade um ato coletivo público. Cada sujeito como que afirma com sua imagem “meu corpo estava lá”, dando cara a algo tão abstrato e incapturável como um

protesto. Essa questão é particularmente interessante, porque inverte os termos sobre como o fenômeno é geralmente pensado. Os indivíduos não apenas integram a multidão, mas a performam e a dotam de concretude e rosto.

A multidão age como corpo político e, assim, dota os sujeitos de novas faces. Por isso, é preciso entendê-la não como conjunto das partes, porque a ideia de soma pode remeter a consensos e harmonia. Nos termos de Hardt e Negri (2014), a multidão é múltipla, composta por diferenças internas. Os protestos revelam um dissenso, que contribui para a instauração da política, nos termos de Rancière. Se, na lógica policial, a imprevisibilidade é um problema, quando ela se instaura na política, reordena o campo da experiência sensível, no qual se manifesta o comum. Nos posts de Facebook analisados, narrativas verbais e imagéticas apresentam-se como produtoras de dissensos, seja pelas gritantes diferenças entre o modo como MPL e Anonymous abordam as Jornadas, seja pela forma como os comentários aos posts expressam desacordos, seja pelo modo como todo esse material alimenta uma cena pública de tensões e incertezas.

Ao representar os protestos em posts e imagens, os sujeitos reafirmam ou contradizem enquadramentos daquela multidão. Também expressam discordâncias, por meio de suas práticas, a formas convencionais de organização e repertórios de ação, muito embora sejam atravessados por clivagens no tocante às formas mais interessantes de atuar politicamente: o uso da tática black bloc, o uso de cartazes, a opção pelas cores, a possibilidade de os sujeitos portarem ou não bandeiras de partidos. Quanto mais dentro da multidão, é possível perceber que não há unidade nos propósitos nem na forma de ação. Mas há algo, plural e tenso, que configura uma multidão nas ruas e nas redes. Nesse sentido, quanto mais dentro da multidão, é simultaneamente impossível não perceber a existência de um comum que transcende os corpos individualizados. Os discursos postados no Facebook dão a ver esse trânsito de possibilidades entre o “cada um” e o “todo mundo” que é definidor dos protestos contemporâneos. O gigante busca rostos para sua imensidão reticular, enquanto a miríade de rostos se encaixa no mosaico de um corpo coletivo, que não é harmônico e funcional, mas monstruoso, no sentido que Hardt e Negri (2014) dão ao termo.

A discussão realizada nesta tese sugere como anonimato e autoexposição são aspectos que marcam a participação dos sujeitos nos protestos multitudinários. Parecem ser aspectos contrários, mas podem ser expressos ao mesmo tempo. Por uma questão didática, delimitamos essas duas formas em que os sujeitos se expressam, mas encontramos autoexposição e anonimato juntos, porque são reveladores das características de um mesmo fenômeno. Talvez, as ilustrações imagéticas mais potentes desta justaposição sejam a *selfie* de uma manifestante com a máscara que encobre a face ou o vídeo do

fundador do Anonymous Brasil que, mantém a face encoberta, ao mesmo tempo em que revela em vídeo detalhes da vida pessoal. O imbricamento dessas dimensões não se resume, todavia, a essas situações paradoxais: ela é a marca dos protestos recentes, justamente porque o coletivo multitudinário de singularidades depende da simultaneidade de autoexposição e anonimato.

Os posts demonstram, ainda, a participação de pessoas comuns no debate sobre o que estava ocorrendo nas ruas. Para reforçar um argumento político, as pessoas recorrem ao relato e ao testemunho. Falam a partir das experiências pessoais e vivências cotidianas. Os relatos demonstram que o estar nas ruas e também compartilhar conteúdos nas redes apontam para o sentimento de cidadania, de fazer algo para mudar. No entanto, o estar nas ruas, a performatividade dos corpos, demarca as inúmeras diferenças entre os sujeitos que, muitas vezes, caminham lado a lado. Diferenças essas que são expostas na escolha de cores, na decisão de trajetos, no uso de bandeiras e símbolos de partidos. As redes sociais contribuem para a exposição de tais divergências, evidenciando as ambivalências do processo e sua incapturabilidade.

Os atos em junho abrem para a discussão sobre o povo brasileiro e o que é a expressão legítima dessa coletividade. Há um imaginário político que diz que a criação de um povo concede a ele força normativa (OLSON, 2016). É essa crença que está por trás da metáfora do gigante acordou e no convite para que os sujeitos venham para os atos, aumentar o contingente de pessoas nas ruas. Quando os manifestantes postam o slogan “amanhã vai ser maior” e compartilham memes de mobilização calcados na grandiosidade dos protestos, dão a entender que as reivindicações se tornam mais legítimas quanto maior for a multidão nas ruas. Milhares de pessoas nas ruas seriam a prova de que “o gigante acordou”.

Salientamos, uma vez mais, que essa ideia de multidão gigante ou de povo não tem qualquer conotação de unidade. Hardt e Negri (2014, p. 139) alegam que, diferentemente da noção de multidão, o conceito de povo seria incapaz de abarcar diferenças identitárias e de modos de viver. Rancière (1996) advoga, contudo, uma acepção renovada de povo como “sujeito matriz da política”. O povo é o excedente, o não contado a partir do qual se aponta as desigualdades.

As páginas do MPL e do *Anonymous* apresentam diferenças ideológicas. No entanto, observamos nas duas páginas a publicação de posts que convocam os sujeitos a expressar sua indignação diante do sistema e das práticas políticas do país. Ambas buscam um curioso processo de identificação, que transcenda sujeitos, permitindo a desidentificação de lugares pré-estabelecidos, para a articulação de novas subjetividades políticas. A ideia de “povo”, como entidade plural que toma as ruas, contribui para esse processo.

E, justamente por isso, o atrito das diferenças inclui debates sobre quem seria essa abstração denominada “povo”. Debate esse feito por palavras, mas também pela expressividade performativa dos corpos que se encontram, tornam-se visíveis, reconhecem-se e deslocam-se em espaços públicos.

A ideia de performances (BUTLER, 2011) está tanto na *forma-rua* como na *forma-rede*. Com as redes sociais e com as tecnologias móveis, é possível que a presença corpórea nos espaços presenciais das cidades possa ser também apresentada no ambiente digital. Embora não seja possível estabelecer uma relação de contiguidade entre os discursos das ruas e das redes, há uma relação de atravessamento entre eles e de retroalimentação. O mesmo podemos dizer da presença corpórea dos sujeitos.

A performatividade, que passa a ser parte dos agenciamentos contemporâneos, modifica a participação tanto do ponto de vista estético como político. Sujeitos que se mostram e se diluem atravessam um processo de ação coletiva em tempos de forte individuação e de estruturação de novas formas de pertencimento. Não se trata, pois, e necessariamente, de sujeitos individualistas que não participam de algo comum. As ações podem ser coordenadas horizontalmente, por mecanismos que ressignificam a forma de atuação de lideranças e o modo de cooperação entre sujeitos.

As redes sociais são, simultaneamente, infraestrutura, meio, causa, consequência e metáfora dessas outras possibilidades organizacionais. A imensidão anônima do big data só existe na profusão individualizada de ações e relatos que se coordenam na composição de um todo. Todo esse que busca eliminar algumas formas de mediação hierarquizadas, embora estabeleça outras. Todo esse que faz alguns sonharem com uma política com menos mediações institucionais (como a dos partidos), sem, muitas vezes, vislumbrar os riscos da participação direta. Todo esse de singulares anônimos se relacionando e frequentemente buscando saliência.

As conversas na Web, em especial nas redes sociais digitais como Facebook, são bastante próximas dos interesses dos sujeitos no cotidiano.

Esses fenômenos de fortalecimento das mobilizações pelas tecnologias de comunicação, arraigados nas práticas triviais da conversa digital, também favorecem a difusão viral das indignações e das convocações para manifestar (...)(CARDON, 2016)

O caráter rebelde e viral dessas conversações, que possibilitam o contato dos sujeitos ordinário com os locais de enunciação da política profissional.

Nosso esforço neste capítulo foi entender os protestos na *forma-rede* tendo em vista a articulação com a *forma-rede*. As 50 entrevistas e a análise da amostra dos 306 posts nos permitiram perceber essa forma híbrida dos protestos a partir da ação dos

sujeitos. Ao nos voltar para a amostra de posts das duas páginas, pudemos compreender as dimensões do anonimato e da autoexposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início do século XXI ficará marcado pelos protestos multitudinários em diferentes locais do mundo. A multidão foi às ruas na Islândia (2008 e 2009), na Grécia (2008, 2011 e 2012), na Tunísia (2010), no Egito (2010 e 2011), na Inglaterra (2011), na Espanha (2011-2012 e 2017), no Chile (2011), na Síria (2011), nos Estados Unidos (2011 e 2012), na Turquia (2013) e no Brasil (2013), apenas para citar alguns exemplos. As imagens das multidões que ocupam as ruas em cada um desses países rodaram o mundo, principalmente por compartilhamentos nas mídias sociais.

A Primavera Árabe inspirou o 15 M na Espanha, ambos inspiraram o Occupy Wall Street. Todo esse ciclo de protestos foi visto no Brasil e na Turquia. Repertórios de ação atravessaram fronteiras evidenciando-se modulares e performances foram replicadas (e adaptadas) em diversos contextos. Ocupações de praças e prédios públicos, marchas com milhares de pessoas nas ruas, assembleias horizontais de participação e a viralização de autorelatos online são alguns exemplos de ações corriqueiras em muitos desses contextos. Apesar das diferenças econômicas e políticas entre tais países, há, assim, elementos de convergência. Em diversas dessas manifestações, o propósito era ocupar os espaços e praças da cidade, havendo um questionamento a modos naturalizados de viver juntos. Nota-se, em grande medida, um profundo questionamento das instituições e práticas políticas existentes.

No caso brasileiro, de um modo geral, os protestos nascem do descontentamento com o modo de vida nas cidades: seja pela má qualidade ou dificuldade de acesso a serviços públicos, como educação, saúde e transporte; seja pela indignação diante de certas práticas políticas e pela forma como recursos públicos são tratados. É nesse contexto que a insatisfação com o preço da tarifa do transporte público em São Paulo foi o estopim de um confronto mais amplo e que envolveu batalhas pela própria definição das causas da indignação ali existente.

Os atos de Junho de 2013 representam marco na vida política do Brasil, mas não faltam interpretações para enquadrá-los em leituras que esvaziam a potência que representaram (SOUZA, 2016). Nesta tese, procuramos salientar a complexidade das Jornadas de Junho, olhando para falas dos próprios ativistas expressas em entrevistas ou *posts* no Facebook. Os atos de junho reverberam até hoje, e não devem ser analisados apenas a partir dos fatores que o precederam. É importante um movimento que revele a relevância de Junho de 2013 como acontecimento delimitado em si.

Junho de 2013 não acabou. Atualiza-se nas reverberações no cotidiano das cidades, nas implicações na política institucional, na maneira que os coletivos se organizam desde então. Começou em algum lugar incerto; ganhou alguma projeção no dia 06 de Junho, e as narrativas sobre o que aconteceu não se fecham quando o mês terminou. Muito do construído naquele momento segue. Muito do que hoje se constrói, reconfigura o que foi 2013. Junho de 2013 está no tempo presente: apresentam-se novos sentidos a cada momento em que o fenômeno é acionado para se compreender a vida política do país que entrou em período de turbulência desde então.

Em meio à efervescência desse ciclo de protestos mundial, apresentei em 2012, o projeto para a seleção do doutorado propondo analisar as configurações da ação coletiva contemporânea, intrigada pela articulação entre as ruas e as redes. Ao olhar para o Brasil, antes de 2013, despertava meu interesse o uso de *hashtags* e a estruturação de campanhas online. Uma que nos chamara a atenção foi a iniciativa de acrescentar ao nome do perfil do Facebook a denominação *Guarani Kaiowá*. Aquele ato aparentemente individual se revelava uma ação coletiva. Dava-se de maneira descentralizada, partindo do desejo de cada um de dar visibilidade ao massacre que essa tribo sofria no Mato Grosso do Sul, aparentemente sem uma organização que fomentasse a atitude.

A partir do acompanhamento dos protestos em outros países e da revisão da literatura, delimitamos o interesse na articulação entre ação de indivíduos e apresentação de demandas coletivas. Ocorre que, no primeiro ano do doutorado, Junho eclodiu. E mais, os atos ocorriam em um cenário que apresentava mais uma novidade: a grande ampliação da conectividade via dispositivos móveis e a expansão das mídias digitais. O MPL, que puxava os atos em São Paulo, colocava em questão formas tradicionais de mobilização e participação. Em Belo Horizonte, ruas e redes fervilhavam e pude acompanhar e experienciar aqueles protestos em meu primeiro contato com o campo de pesquisa.

Chamou atenção a maneira como cada manifestante levava a sua reivindicação sob a forma de cartazes. Optei por fotografar sem ainda ter uma pergunta clara de pesquisa. Se o volume de pessoas nas ruas impressionava (o lema “amanhã vai ser maior” se comprovava dia após dia), a performatividade dos manifestantes também merecia investigação. A multidão e os indivíduos, desde o início, apontavam para a necessidade de olhar detido em direção às ruas.

Quando nossa pergunta de pesquisa se desenhou - **como se constrói coletivo em tempos de forte personalização das ações políticas, sobretudo em um cenário de profunda articulação entre redes e ruas?** – propusemos-nos a reconstituir Junho. Mas como lidar empiricamente com algo tão fragmentado?

Assumimos, desde então, que não é possível uma versão única do que foi Junho de 2013. Procuramos as diversas interpretações a partir de artigos, matérias jornalísticas e documentários sobre os atos. Partimos da compreensão de Junho como *acontecimento* (QUÉRÉ, 2005; SILVA, 2011; ARQUEMBOURG, 2011). Assim, buscávamos entender os “fatos” a partir dos campos problemáticos que se abriram.

Optamos por fazer a análise dos protestos em Belo Horizonte e São Paulo. Em Belo Horizonte, pudemos acompanhar diversos atos, o que fez com que as mobilizações parecessem mais familiares. São Paulo, que é crucial para a compreensão de Junho de 2013, impôs-nos distanciamento. Não nos propusemos realizar análise comparativa, mas complementar. Embora sejam duas cidades do Sudeste, as dinâmicas dos atos foram distintas, o que ampliou a nossa compreensão analítica sobre os atos no Brasil.

Para construir nosso corpus optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas e coletar posts de duas páginas do Facebook: Anonymous Brasil e Passe Livre São Paulo. Primeiro, fizemos o mapeamento de coletivos a partir da literatura: Para São Paulo recorremos a Judesnaider *et al.* (2013), Gohn (2013), MPL (2013), Santos (2013a e 2013b), Solano *et al.* (2014) e Vainer (2013). Para reconstituir os atos em Belo Horizonte, referenciamos-nos em Ricci e Arley (2014); Pereira e Santos (2014). Depois adotamos o método de bola de neve para outras indicações. As 50 entrevistas são um misto de relato das vivências e interpretações dos acontecimentos. A análise das páginas Anonymous Brasil e Passe Livre São Paulo se baseou na amostra de 306 posts. A escolha dessas duas páginas se deu a partir do trabalho *Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013*, que consistiu na identificação das páginas que funcionaram com HUB e autoridade nas mídias sociais ao longo dos sete atos realizados em São Paulo.

A partir da leitura dos posts e das transcrições das entrevistas, procuramos identificar marcadores de anonimato e autoexposição. Isso porque as leituras e o contato com os protestos evidenciavam esse misto entre projetar-se e diluir-se. Tornou-se claro, ali, como o processo social de desidentificar-se era central para a possibilidade de que sujeitos se mostrassem resignificados. O foco, que fique claro, não era o modo como um indivíduo específico se mostrava e se anonimava, mas o processo social mais amplo de autoexposição e anonimato que permeava a configuração daquelas multidões.

Os nossos marcadores para anonimato foram: uso de máscaras e lenços, imagem de multidão, ocupação corpórea do espaço público e memes. No que se refere à autoexposição, encontramos: narrativas em primeira pessoa, *selfies*, memes e ocupação corpórea do espaço público. Conseguimos identificá-los em nossa amostra. Não se trata de temas inéditos de discussão quando se pensam protestos contemporâneos, mas nossa pesquisa contribui ao sistematizá-los e pensa-los como estruturadores do coletivo passível

de existência em tempos de forte individualização, colocando-os em diálogo com literatura sobre conflitos.

A discussão conceitual deu-se em forte diálogo com a perspectiva de Bennett e Segerberg (2012), que abordam como a fragmentação estrutural da sociedade e a individuação criam o pano de fundo para a estruturação de processos atravessados por quadros personalizáveis. Hardt e Negri (2015), tão caros a tantos grupos de ativistas que compuseram Junho de 2013, mostram-se úteis para debater o modo como o poder da multidão está assentado na conectividade não hierárquica entre singularidades. Por fim, em Rancière (1996), encontramos uma chave para entender que o processo político de ruptura e deslocamento é fortemente marcado pela ideia de desidentificação. O comum dos coletivos que buscávamos estava, assim, fortemente vinculado a processos de desconstrução identitária.

É no bojo desses debates que buscamos entender, as formas como os sujeitos passaram a participar de atos públicos, entendendo-se como porta-vozes das suas próprias reivindicações, mas compondo uma multidão mais ampla. Os quadros personalizáveis de ação permitiram que os sujeitos criassem empatia entre si, identificassem experiências comuns e compartilhassem causas. As tecnologias móveis facilitaram a produção de conteúdo e a junção de quadros personalizáveis de ação, atravessando a estruturação de um ambiente comunicacional que alimenta os protestos e se retroalimenta deles. A possibilidade simultânea de mostrar-se e diluir-se em um todo maior, potencializada por tecnologias digitais, mostrou-se configuradora do comum a atravessar essas ações coletivas.

Surveys foram feitos nas cidades brasileiras para identificar o perfil da multidão, buscando quantificá-la e categorizá-la a partir de raça, classe, gênero e orientações políticas partidárias. Saber quem eram os sujeitos que saíram às ruas em junho de 2013 é fundamental para entender os protestos. No entanto, tais pesquisas correm o risco de apenas encaixar os sujeitos em categorias sociológicas pré-existentes, perdendo de vista o próprio trabalho da multidão de gerar desidentificações e ressignificações. O sentido mesmo das multidões, pode ser assim perdido. É justamente por isso que entendemos que as noções de autoexposição e anonimato nos forneciam outros mecanismos para acessar os processos de construção identitária que atravessam Junho.

A nossa pesquisa argumenta que o anonimato permite ao sujeito escapar de algumas atribuições identitárias limitadoras, além de protegê-lo dos potenciais controle e repressão por parte do Estado. Com isso, sujeitos podem agir de modos que provavelmente não fariam se facilmente identificáveis por um público mais amplo. As máscaras permitem o deslocamento do sujeito, no sentido que transforma a maneira como ele se apresenta: esse

lugar ritualístico cria um espaço novo para que a potência dos sujeitos se apresente. O anonimato se configura como espaço de deslocamento de identidade, instaura discurso de enfrentamento e possibilita novas estéticas. Dentro da dimensão de festa que os protestos assumiram, as máscaras vendidas por ambulantes passam a ser adereços para a ação performada no espaço público, diluindo rostos em uma multidão de corpos.

A tese mostrou, também como práticas como o jogral e as baterias foram amplamente adotados na construção de vozes coletiva. Era desejo de muitos manifestantes que o protagonismo daqueles atos fosse da multidão, que deveria ser, cada vez mais, numerosa para demonstrar a força dela como corpo político. Isso ajuda a entender a recusa de muitos ativistas à presença de partidos nos atos, visto que estes poderiam se apoderar dos mesmos. O rechaço é a expressão do sentimento da antipolítica, da desconfiança em relação aos políticos, que se disseminou no imaginário brasileiro.

A autoexposição, por sua vez, mostra que nem só de diluição de corpos se faz um protesto contemporâneo. Se instituições verticais mediadoras são recusadas e se há uma tentativa de evidenciar a força do coletivo, também existe um foco no indivíduo, em suas diferenças e nas expressões de singularidades. As *selfies* se tornam textos políticos, jogando luz sobre sujeitos e dotando de rostos a carne da multidão. Relatos pessoais narram experiências de sujeitos, permeando as alegrias, medos e angústias daquele amplo processo. Memes e conteúdos viralizados colocam sujeitos em destaque, ainda que fossem apenas uma gota no oceano de manifestantes. Destaque este que retira o controle da imagem pelos próprios sujeitos e os transformam em personas públicas, passíveis de ataques e elogios.

Cartazes, faixas e cores integraram a rede semântica desse processo, evidenciando a dupla face de práticas que, simultaneamente, promovem autoexpressão de indivíduos e diluição multitudinária dos corpos. Eles permitem que os sujeitos se expressem por meio de quadros personalizáveis de ação, ao mesmo tempo em que os ligam em uma partilha de espaço que transcende essas expressões individualizadas. Os rolezinhos, que se seguiram a Junho, também parecem exemplares nessa direção. Há uma exibição de si na ocupação de espaços usualmente negados a jovens de periferia, mas essa exibição joga luz sobre um corpo político mais amplo, que vincula sujeitos e os dilui em uma expressão política mais ampla.

As entrevistas realizadas na pesquisa que embasa esta tese também mostram que autoexposição e anonimato não são fenômenos sempre ou totalmente positivos. Trata-se de fenômenos ambivalentes, como são os protestos, aliás. As entrevistas apontaram, por exemplo, para riscos como o hedonismo, a pulverização das reivindicações e a possibilidade de facilitar ações repressivas de controle, no tocante a autoexposição. O anonimato, por sua

vez, também coloca riscos como a profusão de discursos de ódio e a estereotipagem de manifestantes como baderneiros. Não se trata, portanto, de buscar avaliar moralmente se autoexposição e anonimato são bons ou ruins do ponto de vista democrático ou na lógica dos ativistas. O ponto é que se trata de fenômenos constitutivos de protestos multitudinários contemporâneos, como Junho de 2013.

A centralidade de anonimato e autoexposição na atualidade afeta a maneira coletivos se organizam e como indivíduos se manifestam. Essas noções ajudam a entender a discussão atual sobre o papel e o exercício da liderança. Os sujeitos passam a se autocompreender como porta vozes de suas próprias reivindicações, não sendo necessária a mediação de sindicatos, partidos ou outros coletivos. Eles dizem por si e supõem dar força a esse dizer fundindo-se em um mar de dizeres. A ideia de horizontalidade que emerge atravessa Junho de 2013 leva os coletivos repensarem os repertórios de ação.

Aqui, faz-se importante, retornar a ideia de comum, que marcava nossas indagações desde o início da pesquisa. Nosso esforço teórico e metodológico nunca foi o de buscar unidade para os protestos de Junho de 2013. Entendíamos que era preciso olhar para o acontecimento a partir das múltiplas faces que o compunha. O comum capta essa ideia de coletivo múltiplo, em que autoexposição e anonimato convivem na tessitura de partilhas não unificadoras. A multidão que caminha pelas vias tem muitas camadas que se distinguem e se tencionam.

Ao longo do percurso da tese, deparamo-nos com muitos desafios e dificuldades. Um importante desafio metodológico foi gerar os dados na página Anonymous Brasil devido ao fluxo de milhares de comentários e posts no período. Ao mesmo tempo, a página nos trouxe ricos elementos de análise, inclusive vídeo em que um mascarado confia informações pessoais, explicitando como autoexposição e anonimato podem caminhar juntos.

Outro desafio foi articular o amplo material sobre os atos de junho - reportagens, textos acadêmicos, documentários, entre outros materiais, de forma a reconstituir o que ocorreu nas duas cidades, sem deixar de mostrar que a potência de Junho está na maneira heterogênea com que os protestos se articularam.

Também se mostrou um obstáculo analisar dados das páginas do Facebook. Identificamos o desafio de lidar com posts e comentários. Fizemos a opção por trabalhar com a amostra dos posts, para ter acesso a imagens e memes, que são marcantes na linguagem do Facebook, e para, a partir dali, buscar comentários que dialogam com os focos da tese. Percebemos a complexidade de analisar os comentários e como eles se convertem como campo frutífero para pesquisas na interface entre comunicação e política, embora reconheçamos que eles foram subexplorados em nosso estudo.

Um grande desafio foi caracterizar formas de agenciamento que surgem com os protestos multitudinários. Nesse sentido, apresentou-se como dificuldade definir operadores de autoexposição e anonimato, o que demandou contínuas reorganizações a partir da própria empiria. Nessas contínuas reorganizações das categorias, contudo, tornou-se mais fácil mostrar como essas duas faces do fenômeno da individuação se articulam nos processos contemporâneos de constituição do comum.

Outra dificuldade/limite desta tese se deve ao fato de as entrevistas terem sido feitas em 2014. Isso permitiu alguma reflexão a posteriori sobre Junho, mas tal reflexão se viu profundamente atravessada pelo contexto de polarização que marca as eleições presidenciais daquele ano.

Apesar das dificuldades e dos limites da tese, ela traz contribuições à literatura em que se insere. A primeira delas é lidar empiricamente com conceitos muito abstratos, evidenciando sua relevância para pensar fenômenos políticos. Comum, singular, desidentificação, performance, ação conectiva e identidade coletiva são termos complexos que ajudam a entender o contemporâneo, mas que requerem estudos empíricos, inclusive para que sejam repensados.

A segunda contribuição da tese é questionar análises monolíticas e simplificadoras de Junho de 2013, evidenciando que o fenômeno não precisa ser julgado moralmente. Ele tampouco precisa ser estudado apenas na lógica causal, que busca os fatores que teriam “produzido” as Jornadas ou suas consequências. Olhar para Junho de 2013 com outras perguntas permite compreender as dinâmicas mobilizatórias da atualidade, as quais têm tido profundos impactos políticos na reconfiguração das cenas em que disputas ocorrem.

A terceira contribuição desta tese reside na exposição do papel dos sujeitos em ações coletivas contemporâneas, que são atravessadas por um contexto de forte individualização. Argumentamos que as questões da vida do sujeito se misturam à maneira como ele se expressa publicamente e se posiciona em relação aos aspectos da vida comum. É a partir de si, da experiência, das narrativas e compreensão das questões que o sujeito se expressa no espaço público. E, a partir das subjetividades, as questões de interesse do coletivo são apresentadas e debatidas. No espaço público, as performances dos sujeitos exigem maneiras complexas de coexistir.

Os protestos de junho de 2013 fizeram de São Paulo e Belo Horizonte cidades diferentes. As mudanças se dão na maneira com que as pessoas se organizam coletivamente, colocando em discussão o papel e o lugar da liderança e a ideia de representação. Apresentam-se de maneira sutis no campo da cultura, na maneira como as pessoas performam publicamente, na forma como elas expressam a própria existência nas

idades, e no modo como esse processo de autoentendimento alimenta formas de ação que organiza o sensível. A tese argumenta, nesse sentido, que o fortalecimento da lógica individualizante contemporânea não elimina a possibilidade da ação coletiva, embora a ressignifique estruturalmente e coloque muitos desafios a ela.

Depois de Junho de 2013, vimos milhares de pessoas voltarem às ruas do Brasil em diferentes momentos. Nesse sentido, uma agenda de pesquisa é entender como a lógica individualizante é incorporada à ação coletiva no país marcado pela polarização. Nos quatro anos subsequentes, com a polarização, as pessoas que manifestam diferentes matizes ideológicos não voltaram marchar lado a lado. No entanto, em Junho de 2013, ambos estavam nas ruas. Em que medida repertórios de Junho foram assimilados por cada um desses lados.

Outro aspecto que despertou nosso interesse foram os comentários nas páginas analisadas. Não pudemos explorar tais comentários de forma mais profunda, mas consideramos que os comentários nas páginas das redes sociais trazem material vasto e complexo para pensar temas relevantes para a política contemporânea. Nesse espaço, pode-se mapear o debate de questões, como por exemplo, se constitui conversações políticas. Trata-se de campo de pesquisa que requer o aprimoramento de métodos que deem conta da complexidade e quantidade de dados.

Ainda nos pareceu bastante relevante estudar como a lógica individualizante foram absorvidas na maneira como as pessoas experimentam a cidade. Isso se vê em propostas como Praia da Estação, Movimento Parque Augusta, nas ocupações culturais, como a Casa Amarela em São Paulo e o Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte.

Em que medida essas mudanças que parecem ser culturalmente visíveis, no campo do comportamento, influenciam o sistema político? Como essas dimensões do anonimato e autoexposição foram absorvidas pela política, não só do ponto de vista do marketing político ancorado na defesa da “nova política”. Há experimentações nos jeitos de fazer política Brasil afora tanto de grupos à direita, o Movimento Brasil Livre (MBL)¹⁴⁵, e à esquerda com o Muitas pela cidade que queremos¹⁴⁶, em Belo Horizonte. O vídeo de apresentação, na página do MBL, as propostas são apresentadas por dois homens com a face encoberta por lenços, o que demonstra que a estética que nasce em Junho segue reverberando. Nesse sentido, trata-se de agenda a ser estudada.

a sublevação é um gesto sem fim, reiniciado sem parar, soberano como o desejo ou essa pulsão, impulso de liberdade. Ela pode trabalhar uma forma para nossos desejos, que não se esquece de onde vêm e que, por isso

¹⁴⁵ As propostas do MBL são apresentadas em: <<http://mbl.org.br/>>.

¹⁴⁶ As propostas do Muitas são apresentadas em: <<http://www.somosmuitas.com.br/>>. Acessado em 20 de janeiro de 2018.

mesmo, se torna capaz de reinventar os possíveis. (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.78)

Nesse sentido, Junho de 2013 é um acontecimento sem fim, que configura o comum constantemente remodelado, alimentado pelos desejos individuais, pelas expressividades singulares, mas ao mesmo tempo, ao encontrar os agenciamentos coletivos, eles tornam concreta a criação de mundos possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. *“EI, POLÍCIA, A PRAIA É UMA DELÍCIA!”: Rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, 2013.

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALTHEMAN, Francine; MARQUES, Ângela; MARTINO, Luís M. Sá. *Comunicação nos movimentos insurgentes: conversações políticas on-line durante a ocupação de escolas em São Paulo 2017*. Disponível em: < http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2017/06/AlthemanMarquesMartino_COMUNICAC%CC%A7A%CC%83O-NOS-MOVIMENTOS-INSURGENTES.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro 2017.

ALVARES, Lara Antonia Garcia de Melo; MONTEBELLO, Natalia Monzón. In: II SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA ESPM, n. 2, 2013, São Paulo. Disponível em: <http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/lara_antonia_alvares_-_ii_semic_2013_0.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

ALVAREZ, Sônia; FRIEDMAN, Elisabeth Jay; BLACKWELL, Maylei; CHINCILLA, Norma Stoltz; LEBON, Nathalie; NAVARRO, Marysa. *Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, 2003.

ALVES, Giovanni. *Ocupar Wall Street...e depois*. In: HARVEY, David *et al.*, *Occupy*. São Paulo: Carta Maior, 2012.

ALZAMORA, G. C. ; ARCE, T. ; UTSCH, R. S . *Acontecimentos agenciados em rede - os eventos do Facebook no dispositivo protesto*. In: Regina Helena Alves da Silva. (Org.). *Ruas e redes - dinâmicas dos protestos BR*. Belo Horizonte: Autentica, 2014, p. 39-66.

ALZAMORA, Geane; e ZILLER, Joana. *A dinâmica associativa das mídias sociais: semiose e convergência*. São Paulo, TECCOGS, n. 8, p. 166, jun.-dez. 2013.

ARQUEMBOURG, Jocelyne. *Nascimento do acontecimento mediático moderno: o desastre de Lisboa*. Caleidoscópio, n. 10, p. 41-58, 2011.

ARENDETT, Hannah. *A condição Humana*. 10 edição. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2007.

AUYERO, Javier. *Routine politics and violence in Argentine - The gray zone of state power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação*. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

AVRITZER, Leonardo. *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

- AVRITZER, Leonardo. Índices de percepção da corrupção. In: AVRITZER, Leonardo. *et al. Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- AVRITZER, Leonardo. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- AVRITZER, Leonardo. Um balanço da participação local no Brasil (1990-2014). In: *International Colloquium Epistemologies of the South (ALICE)*. De 10 a 14 de jul. de 2014.
- AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis (Org.). *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Brasília: Ipea, 2013.
- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BARINGHORST, Sigrid. Political campaigning in changing media culture - typological and historical approaches. In: BARINGHORST, Sigrid; KNEIP, Veronika; NIESYTO, Johanna (eds). *Political campaigning on the web*. London: Transaction Publishers, 2009.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som - um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUER, Martin e AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – manual prático*. 2 ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBER, Alexandra. *The Logic of Connective Action, Information, Communication & Society*. England: Routledge, p. 739-768, 2012.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBER, Alexandra. *The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. *The Logic of Connective Action*. New York: Cambridge University Press. 2013
- BENNETT, W. Lance, SEGERBERG, Alexandra, WALKER, Shawn. Organization in the crowd: peer production in large-scale networked protests. *Information, Communication & Society*, 2014.
- BENTES, Ivana. *Redes Colaborativas e Pensamento P2P: a dobra brasileira*. In: P2P & inov. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, set.-dez. 2014.
- BENTES, Ivana. Estéticas insurgentes e mídia-multidão. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 330-343, mai. 2014.
- BENTES, Ivana. *Mídia-multidão*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- BIMBER, Bruce; FLANAGIN, Andrew; STOHL, Cynthia. *Collective Action in Organizations: Interacting and engagin in an era of technological change*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- BIMBER, Bruce. The Study of Information Technology and Civic Engagement. *Political Communication*, p. 329–333, 2000.

BONI, Paulo César; VOLPATO, Alana. O gigante acordou: fotografias dos protestos de junho de 2013 no Brasil em Veja e Carta Capital. *Revista Comunicare*, São Paulo, v. 13, p. 23-36, 2013.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência*, São Paulo, v. 67, p. 43-51, out. 2013.

BROWN, Nicholas; SZEMAN, Imre. O que é a Multidão? Questões para Michael Hardt e Antonio Negri. *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, n. 75, p. 93-108, jul. 2006.

BRUGNAGO, Fabrício e CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: Revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.7, n. 21, p. 99-129, out. 2014 - jan. 2015.

BUCHSTEIN, Hubertus. Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy. *Constellations*, v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2014.

BUTLER, Judith. *"We, the People"*: Thoughts on Freedom of Assembly. Nova York: Columbia University Press, 2016.

BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, SP, n. 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, Judith. *Bodies in alliance and politics of the streets*. In: #OccupyLosAngeles, 2011.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David *et al.* *Occupy*. São Paulo: Carta Maior, 2012.

CARREIRO, Rodrigo. Black bloc em ação: reforço de identidade e outras dinâmicas de ativismo no Facebook. In: *Revista Rio de Janeiro*, v.10, n.1, p. 241-257, mai. 2014.

CAVA, Bruno (org). *A multidão foi ao deserto: As manifestações no Brasil em 2013*. São Paulo: Annablume, 2013.

CAVA, Bruno. A coruja voa de tarde: A ontologia comunista do fazer-se da multidão. *Revista do programa de pós-graduação da escola de comunicação da UFRJ*, Rio de Janeiro, 2012.

CARDON, Dominique. As mobilizações de indivíduos na internet. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio e FILGUEIRAS, Fernando (Org.). *Democracia Digital – Publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

- CHADWICK, Andrew. Internet politics: some conceptual tools. In: CHADWICK, Andrew. *Internet politics - States, citizens, and new communication technologies*. Oxford University Press, 2006.
- CHADWICK, Andrew. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. Ohio State University: *I/S: A Journal of Law and Policy for the Information Society*, 2009.
- CHAGAS, Viktor; FREIRE, Fernanda; RIOS, Daniel; MAGALHÃES, Dandara. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo sobre memes dos debates nas Eleições 2014. In: VI CONGRESSO COMPOLÍTICA, 2015, Rio de Janeiro.
- CHAIA, Vera. O impeachment da presidente Dilma Rousseff? *Em Debate*. Belo Horizonte, v. 8, p. 47-54, 2016. Disponível em <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/Vera-Chaia.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2016.
- CHAIA, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabrício. A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora* (PUCSP. Online), v. 7, p. 99-129, 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22032>>. Acesso em: 19 jul. 2016.
- CHESTERMAN, Andrew. Memes of translation: The spread of ideas in translation theory, Amsterdam Philadelphia: *John Benjamins Publishing Company*, 2016.
- COHEN, Jean L. *Strategy or identity*: New theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, v. 52, n. 4, 1985.
- CÔRTEZ, Soraia. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. *Sociologias*, Porto Alegre, v.7, p.18-49, 2002.
- CUNHA, Eleonora Schettini Martins. *Conferências de políticas públicas e inclusão participativa*. Brasília: IPEA, v. 1, 2012.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. O comum, um princípio político. *Revista O olho da história*. n. 22, abril 2016.
- DEAN, Jodi. Virtually Citizens. *Constellations*, v. 4, n. 2, p. 264-282, 1997.
- DELLA PORTA, Donatella. *Mobilizing for democracy: Comparing 1989 and 2011*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- DEFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. *Theories of mass communication*. White Plains, NY: Longman, ed. 5, 1989.
- DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. Collective Action and identity. In: DELLA PORTA, Donatella e DIANI, Mario. *Social movements: an introduction*. Blackwell Publishing Ltd, 2006.
- DERANTY, Jean-Philippe; ROSS, Alison. *Jacques Rancière and the Contemporary Scene: The philosophy of radical equality*, New York: Continuum Books, 2012.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, n. 5, p. 139-164, out. 2004.

DAHLBERG, Lincoln. Democracy via cyberspace. *New Media & Society*, v. 3, n. 2, p. 157-177, 2001.

DAHLBERG, Lincoln. The Internet and Democratic Discourse. Exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere. *Information, Communication & Society*, v. 4, n. 4, p. 615-633, 2001.

DIDI-HUBERMAN, Georges (org). Levantes. São Paulo: Sesc SP, 2017.

DOUGLAS, K. M.; MCGARTY, C.; BLIUC, A.-M.; LALA, G. Understanding Cyberhate: Social Competition and Social Creativity. Online White Supremacist Groups. *Social Science Computer Review*, v. 23, p. 68-76, 2005.

DOMINGUES, José Maurício. *O Brasil Entre o Presente e o Futuro: Conjuntura Interna e Inserção Internacional*: Mauad, 2013.

DUPUIS-DÉRI, Francis. Um perfil histórico dos black blocs. *Ilustríssima, Folha de São Paulo*, 9 mar. 2014.

EMBAR-SEDDON, Ayn. Cyberterrorism: Are We Under Siege? *American Behavioral Scientist*, v. 45, p. 1033-1043, 2002.

FELINTO, Erick; COSTA, Ramon Bezerra. Agenciamentos e anonimato: sobre a experiência do Anonymous. *Revista GEMInIS*, ano 4, v. 2, n. 2, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, Maria Alice Silveira. *#BHnasruas: Uma análise do confronto político contemporâneo a partir de páginas do facebook*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

FERREIRA, Rubens da Silva. Jornadas de Junho: uma leitura em quatro conceitos para a Ciência da Informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 5-19, set. 2015-fev. 2016.

FIGUEIREDO, Argelina. *Política orçamentária no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain. Fábulas da vida obscura: imagens técnicas e anonimato. In: *Rumores*, São Paulo, v. 8, n. 15, ago. 2014. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/Rumores/article/view/83561>>. Acesso em: 20 de dezembro 2017.

FOMINAYA, Cristina Flesher. *Social Movements & globalization: How protests, occupations & uprisings are changing the world*. Palgrave Macmillan, 2014.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros: Curso no Collège de France (1982-1983)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N Edições. 2013.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1983. p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, Uma Trajetória Filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si. In op. cit vol V, 1983a.

_____. Michel Foucault entrevistado por Hubert Dreyfus e P. Rabinow, Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Op. cit*, 1983b.

_____. *A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade*. In: *Op. cit*. Vol V. Rio de Janeiro, v. 10, 1984.

FERREIRA, Rubens da Silva. Jornadas de Junho: uma leitura em quatro conceitos para a Ciência da Informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 5-19, set. 2015/fev. 2016.

FRANCO, Pedro Rocha; CRUZ, Márcia Maria e DURÃES, Alfredo. Unidos por várias causas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, Gerais, p. 25, 16 jun. 2013.

FRANÇA, V. R. V.; ALMEIDA, M. A. V. *O caso Fernanda Karina: as potencialidades do acontecimento*. Texto apresentado no VIII Colóquio Brasil-França, Université Stendhal-Grenoble III, 2006.

FRANÇA, V. R. V.; CRUZ, M. M.; OLIVEIRA, A. K. C.; SIMOES, P. G. Participação em banca de Eduarda Antônia Pereira Rodrigues. "2014 será maior": Uma análise dos ecos das manifestações brasileiras. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

FRASER, Nancy. Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world. New York: *Columbia University Press*, p. 12-29, 2008.

GARCÊZ, Regiane Lucas Oliveira. *O valor político dos testemunhos: Os surdos e a luta por reconhecimento na internet*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, 2008.

GERMAN, Mariana; ARGUELLO, Katie. O direito ao protesto na mira do controle penal. *Criminologias e política criminal*. CONPEDI/UFMG/ FUMEC/Dom Helder Câmara; Florianópolis: CONPEDI, 2015, p. 559-588.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2013.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, ed. 3, 2002.

Gohn, Maria da Glória, A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Caderno CRH*. v. 27, n. 71, p. 431-441, 2014.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, n. 27, agos. 2005.

- GOMES, Wilson. Esfera pública política e media II. In: Rubim, A.A.C, Bentz, I. M. G. & Pinto, M. J. (Eds.). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos, Compos, 1999.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMES, Wilson. Opinião Pública na Internet: Uma abordagem ética das questões relativas a 137 censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. In: *X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação Em Comunicação – COMPOS*, 2001.
- GOMES, W. S. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista da FAMECOS*, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78, 2005.
- GOVEIA, Fábio; HONORATO, Johhana; SOUZA, Tasso Gasparini; HAAKE, Veronica. Narrativas das imagens dos protestos. In: *Revista Comunicare*, v. 13, ed.1, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action. Reason and the rationalization of society*. Boston, Beacon Press, v.1, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *The Theory of communicative action: Lifeworld and system: a critique of functionalism reason*. Boston: Beacon Press, v. 2, 1987.
- HALL, Stuart. *A identidade na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, ed. 12, 2011.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, ed. 4, 2014.
- HARDIN, Garrett. The tragedy of commons. *Science*, n. 162, p. 1243-1248, 1968.
- HESS, Aaron. The Selfie Assemblage. In: *International Journal of Communication*, v. 9, p. 18, 2015.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HONNETH, Axel. Organized self-realization: Some paradoxe of individualization. *European Journal of Social Theory*, v. 7, n. 4, p. 463-478, 2004.
- HONNETH, Axel. *The I in We: Studies in the Theory of Recognition*. Polity Press, 2012.
- HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça. In: *Cadernos de Filosofia Alemã. Crítica e Modernidade*, v. 17, jan-jun. 2011.
- JAQUET, Chantal. O acordo afetivo da multidão. O desejo de vingança como princípio do corpo político. In: *Discurso 45*, n. 2, 2015.
- JENSEN, Michael J.; BANG, Henrik. Occupy Wall Street: a new political form of movement and community? In: *Journal of Information Technology & Politics*, v. 10, n. 4, p. 444 – 461, 2013.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

JORBA, Laia; BIMBER, Bruce. *The impact of digital media on citizenships from a global perspective*. Cambridge University Press, 2012.

KALLIO, K.; KÄKÖNEN, J. Internet in improving democracy? Some critical remarks. In: *Euricom colloquium Nijmegen*, Euricom colloquium: Electronic networks and democratic engagement, Nijmegen., 2002.

KAHN, Richard; KELLNER, Douglas. New Media and Internet Activism: From the 'Battle of Seattle' to Blogging. *New Media Society*, v. 6, p. 87-95, 2004.

KAMINSKI, Ricardo. Democracia radical e poder na teia global dos indignados. *Revista de Políticas Públicas*. São Luís, n. Especial, p. 241-255, jul. 2014.

KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. Online memes affinities and cultural production. In: KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. *A new literacies sampler*. Nova Iorque: Peter Lang, 2007.

LAGE, Leandro Rodrigues. *Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas: corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira; FRANÇA, Renné Oliveira. Do cotidiano ao acontecimento, do acontecimento ao cotidiano. *E-compós*, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, v.11, n.3, set.-dez. 2008.

LAGE, Leandro Rodrigues; SALGADO, Tiago Barcelos Pereira. Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos Entrevista com Louis Quéré. *Revista do programa de pós-graduação da escola de comunicação da UFRJ*. Dossiê: comunicação e catástrofe – UFRJ. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2011.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *Común: Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI*. Barcelona: Gedisa, 2014.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LELO, Thales; MARQUES, Ângela Salgueiro. Democracia e pós-democracia no pensamento político de Jacques Rancière a partir das noções de igualdade, ética e dissenso. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 15, p. 349-374, set.-dez. 2014.

LIM, Merlyna. Clicks, cabs and coffee houses: social media and oppositional movements in Egypt, 2004-2011. *Journal of Communication*, v. 62, p. 231-248, 2012.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LANGMAN, Lauren. From Virtual Public Spheres to Global Justice: A Critical Theory of Internetworked Social Movements. *Sociological Theory*, v. 23, n. 1, p. 42-74, 2005.

LASÉN, Amparo. Digital Self-Portraits: Exposure and the Modulation of Intimacy. In: CARVALHEIRO, José; TELLERIA, Ana (Org). *Mobile and Digital Communication: Approaches to Public and Private*. Covilhã: LABCOM, 2015.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, ed. 2, 2003.

LOPES, Fernando Dias; BALDI, Mariana. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 1007-1035, out. 2009.

FERRARA, Lucrécia d'Allessio. As máscaras da cidade. In: *Revista da USP*, mar.-mai. 1990.

MALINI, Fábio; GOVEIA, Fábio; CIARELLI, Patrick; CARREIRA, Lia; ERKENHOFF, Gabriel; REGATTIERI, Lorena; LEITE, Marcus Vinícius. #VemPraRua: Narrativas da Revolta brasileira. *XII Congresso Alaic*, 2014.

MAIA, R. C. M. . Redes Cívicas e Internet: Do ambiente informativo denso às condições da deliberação Pública. In: José Eisemberg; Marcos Cepik. (Org.). *Internet e Política: Teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, ed. 1, v. 1, p. 10-37, 2002.

_____. Deliberação e Mídia. In: *Democracia e Mídia: Dimensões da Deliberação*. Belo Horizonte: Editora Brasiliense, 2006.

_____. Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Editora da UNB, 2002.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Reconfigurações do “comum” e criação de comunidades de partilha: estética e política em Cinco vezes Favela – agora por nós mesmos. *IPOTESI*. Juiz de Fora, v. 15, n.2, p. 139-150, jul.-dez. 2011.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. Interfaces entre a rua, a poética da escrita e a política. *Gris LAB* (Laboratório de Análise do Acontecimento), 1 out. 2013. Disponível em: <<http://grislab.com.br/interfaces-entre-a-rua-a-poetica-da-escrita-e-a-politica>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Ficção televisiva e experiência estética. In: *Contemporanea*, vol. 6, n. 1, jun. 2008.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro e LELO, Thales Vilela. Aspectos poéticos-comunicacionais da filosofia política de Rancière a partir dos conceitos de dano, dissenso e desidentificação. In: *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 31, p. 52-67, dez. 2014.

MARGOLIS, Michael Margolis e RESNICK, David. *Politics as Usual: The “Cyberspace Revolution”* Thousand Oaks. Califórnia: Sage Publications, 2000.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; BIONDI, Angie. Omayra: reflexões sobre o rosto, uma fotografia e suas políticas. *Galáxia*, São Paulo, n. 33, p. 145-157, dez. 2016.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, abr. 2001.

MARTINS, Paulo Henrique. Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n. 59, p. 401-418, ago. 2010.

MAYER, Joviano. *O comum no horizonte da metrópole biopolítica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

MAZZOLA, Renan. Cartazes dos protestos de junho de 2013: reflexões sobre gênero, função e discurso nas teorias linguísticas. In: *Recorte - revista eletrônica*. UNINCOR, v. 14, n. 1, jan.-jun. 2017.

MCADAM, Doug; TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Para mapear o confronto político*. Lua Nova, São Paulo, v. 76, p. 11-48, 2009.

MCADAM, Doug; TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Dynamics of contention*. New York: Cambridge University Press, 2001.

MEAD, George Herbert. *Espiritu, persona y sociedad*. México: Paidós, 1993.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1996.

MENDES, Alexandre Fabiano. *Para além da "Tragédia do Comum": Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo*. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público*. Lua Nova, São Paulo, n. 72, p. 115-142, 2007.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, jun. 2009.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Seminário dos Pesquisadores do CEADD*, UFBA, Salvador, jun. 2016.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ERCAN, Selen. Deliberation and protest: strange bedfellows? Revealing the deliberative potential of 2013 protests in Brazil and Turkey. In: *Apsa Conference*, Washington, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013, n. 66, p. 130-159, abri. 2017.

MENDONÇA, Daniel; VIEIRA JUNIOR, Roberto. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.13, p.107-136, 2014.

MERCEA, Dan. Digital prefigurative participation: The entwinement of online communication and offline participation in protest events. In: *New Media and Society*, v. 14, n. 1, p. 151-67, fev. 2012.

MEYER, David. *The politics of protest – social movements in America*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MITRE, Maya; MAIA, Rousiley; DOIMO, Ana Maria. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net. In: *Revista Comunicação e Política*, n.s., n.1, p. 001-247, abri. 2003.

MITRA, Ananda. *Marginal voices in cyberspace*. New Media & Society, 2001.

_____. Voices of the Marginalized on the Internet: Examples From a Website for Women of South Asia. *Journal of Communication*, set. 2004.

MIZRUCHI, Mark S.. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 46, n. 3, p. 72-86, set. 2006.

MPL. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo. Boitempo: Carta Maior, 2013.

NEVES, Manoella. O cartaz midiaticizado: um dispositivo de circulação internacional. *Revista Dispositiva*, v. 6, n. 9, 2017.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da Multidão. *Revista lugar comum*, n. 19-20, p. 15-26, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Nobre, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOVAES, Tatiani Daiana de. Reflexões sobre um cartaz das manifestações de junho a partir do paradigma materialista. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2015.

Ortellado, Pablo *et al.* *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EdUsp, 1999.

OLSON, Kevin. *Fragil e Collectivities, Imagined Sovereignities: What is a people?* Nova York, Columbia University Press, 2016.

O'LOUGHLIN, Ben. The Political Implications of Digital Innovations: Trade-offs of democracy and liberty in the developed world. *Information, Communication & Society*, v. 4, n. 4, p. 595–614, 2001.

ORTIZ, Pedro Henrique Falco. Das montanhas mexicanas ao ciberespaço. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 19, n. 55, p. 173-186, dez. 2005. Acessado em 13 dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000300012>>.

PALCZEWSKI, Catherine Helen. Cyber-movments, New Social Movements and Counterpublics. In: ASEN, Robert e BROUWER, Daniel C. *Couterpublics and the state*. New York: State University of New York Press, 2001.

PAPACHARISSI, Zizi; OLIVEIRA, Fátima. Affective News and Networked Publics: The Rhythms of News Storytelling on #Egypt. *Journal of Communication, International Communication Association*, v. 62, p. 266–282, 2012.

PELLEJERO, Eduardo. A lição do aluno - uma introdução à obra de Jacques Rancière. In: *Saberes*. Natal - RN, v. 2, n. 3, dez. 2009.

PESCHANSKI, João Alexandre. Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: HARVEY, David *et al.*. *Occupy*. São Paulo: Carta Maior, 2012.

PEREIRA, Marcus Abílio. *Cyberativismo e democracia Movimentos sociais e novos repertórios de ação*. Tese (Doutorado) Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, Coimbra. 2008.

PEREIRA, M. A; SANTOS, P.P. Violência coletiva e o Facebook: os protestos de junho de 2013 no Brasil. In: *IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Brasília, 2014.

PIRES, Roberto Rocha Coelho (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, v. 7, 2011.

PIRES, Roberto Rocha Coelho e VAZ, Alexandre Cambraia. Participação faz diferença? Uma avaliação das características e efeitos das institucionalização da participação nos municípios brasileiros.” In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, v. 1, p. 253-304, 2010.

PIRES, Roberto Rocha Coelho e VAZ, Alexandre Cambraia. *Participação social como método de governo?* Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. Brasília: Ipea, 2012.

PIRES, Cláudia Priscila. As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração estudantil em 2011. *Revista Contraponto*, v. 1, n. 3, out.-nov. 2015.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana e SCALCO, Lucia Mury. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. In: *Revista de Estudos Culturais da USP*, 2014.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Los Angeles, Berkeley, London: University of California Press, 1967.

POLLETTA, Francesca. Is telling stories good for democracy? Rhetoric in public deliberation after 9/11. *American Sociological Review*, v. 71, n. 5, p. 699-723, 2006.

POLLETTA, Francesca. Contending Stories: Narrative in Social Movements. *Qualitative Sociology*, v. 21, p. 419-446, 1998a.

POLLETTA, Francesca. “It Was Like a Fever...” Spontaneity and Identity in Collective Action. *Social Problems*, v. 45, p. 137-159, 1998b.

POLLETTA, Francesca e LEE, John. Is Telling Stories Good for Democracy? In: *American Sociological Association*. São Francisco, Califórnia, ago. 2004.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da Mobilidade Social à Constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 2, n.11, p. 21, 2002.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*. Lisboa, n. 6, p. 59-76, 2005.

QUÉRÉ, Louis. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. *Caleidoscópio*. Lisboa, v. 10, p. 13-37, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Exo Experimental org. Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento Política e Filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed.34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *Política da arte*. Tradução Mônica Costa Netto. Urdimento, Santa Catarina - Florianópolis (UDESC), v. 1, n. 15, p. 45-59, 2010.

_____. *La Mésentente – politique et philosophie*. Paris: Galilée, 1995.

_____. *Aux bords du politique*. Paris: Gallimard, 2004.

RANCIÈRE, J. The method of equality: an answer to some questions. In: ROCKHILL, G.; WATTS, P. (eds.). *Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics*. Durham and London: Duke University Press, 2009, p. 273-288.

RANCIÈRE, J. The Populism That Is Not to Be Found. In: BADIOU, A. et al. *What is a people?* Columbia University Press, 2016, p. 101-106.

RENA, Natacha. Espaço comum como resistência. *Catálogo Diálogos Cênicos*, 2014.

RECUERO, Raquel. Discutindo Análise de Conteúdo como Método: O #DiadaConsciênciaNegra no Twitter. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, v. 56, n. 2, jul.-dez. 2014.

ROSANVALLON, Pierre. Conferencia Las nuevas vías de la democracia. Caracas, v. 26, n. 72, p. 147-162, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082009000300007&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 9 mar. 2016.

ROCHE, Alexandre. Tensões da Primavera do mundo árabe--sunita: entre o wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica. *Ciências & Letras*. Porto Alegre, n. 51, p. 47-56, jan.-jun. 2012

RODRIGUES, Leonardo Pastor Bernardes. Imagens de si: experiência e intimidade em torno da prática contemporânea do selfie. In: *XXV Encontro Anual da Compós*, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SAYED, Nermeen. Towards the egyption revolution: activists' perceptions of social media for mobilization. *Journal of Arab & Muslim Media Research*, v. 4, n. 2-3, 2011.

SANTOS, Fabiano. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. *Novos Estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 96, jul. 2013a.

_____. Primavera Brasileira ou Outono Democrático?. *Insight Inteligência*, São Paulo, v. 67, p. 33-38, out. 2013b.

SARMENTO, Rayza. Narrativas Online como Forma de Expressão Política: O compartilhamento de experiências acerca da Lei Maria da Penha na internet. *Gênero na Amazônia*, v. 2, p. 51-80, 2012.

SHIFMAN, L. An anatomy of a YouTube meme. In: *New Media & Society*, v. 14, n. 2, 2009.

_____. *Memes in a Digital Culture*. The MIT Press Essential Knowledge series, 2014.

_____.; BLONDHEIM, M. The medium is the joke: online humor about and by networked computers. In: *New Media & Society*, v. 12, n. 8, 2010.

SENF, Theresa M.; BAYM, Nancy K. What does the selfie say? Investigating a global phenomenon. In: *International Journal of Communication*, v. 9, p. 1588-1606, 2015.

SEGURADO, Rosemary; BACHINI, Natasha; CHICARINO, Tathiana. Podemos: a relação entre partido e movimento e entre liderança e protagonismo. In: *39º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu – MG, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: Encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*. Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, mai.-ago. 2014.

SILVA, Regina Helena Alves da (Org.). *Ruas e Redes: Dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SILVA, Maria Célia Taborda. Perspectivas acerca do conceito “acontecimento”. *aleidoscopio*, n. 10, 2011.

SILVA, Regina Helena Alves da; FONSECA, Claudia Graça da; FRANCO, Juliana de Oliveira Rocha; MARRA, Pedro da Silva e GONZAGA, Milene Migliano. Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço. *Revista E-compós*, da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, v.11, n.1, jan.-abr. 2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; PIMENTEL, Tiago. *Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013*. 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net/?p=62>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SINGER, André. In: *Dossiê Temático: Conjuntura Política Brasileira: do país do futuro ao futuro do país*. Rio de Janeiro, n. 2, jun. 2013.

SINGER, André. Realinhamento, ciclo longo e coalizões de classe. *Revista de Economia da PUC-SP*, n. 4, p. 37-66, 2010.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. Companhia das Letras, 2012.

Singer, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos - Cebrap*, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya Casa da Palavra, 2016.

STANLEY, J. Woody; WEARE, Christopher. The Effects of Internet Use on Political Participation: Evidence from an agency online discussion forum. *Administration and Society*, v. 36, p. 503 – 527, 2004.

STANTON, John J. Terror in Cyberspace: Terrorists Will Exploit and Widen the Gap Between Governing Structures and the Public. *American Behavioral Scientist*, v. 45, p. 1017 – 1032, 2002.

STOCKINGER, Gottfried. A Interação em Ciberambientes e Sistemas Sociais. LEMOS, André; PALACIOS, Marcos (orgs). *Janelas do Ciberespaço: comunicação e cibercultura*. Porto Alegre: Ed. Sulina, p. 105 a 125, 2001.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. *Strangers at the Gates: Movements and States in Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

TARROW, Sidney. *The Language of Contention: Revolutions in Words, 1688-2012*. Cambridge University Press, p. 35 – 80, 2013.

TAVARES, Frederico; BERGER, Christa; VAZ, Paulo. Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja. *Revista Pauta Geral: Estudos em Jornalismo*. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 20 -44, jul.-dez. 2016.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório*. Traduzido por Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*. Tradução de Talyta Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2011.

TELLES, Helcimara. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? In: *Interesse Nacional*, ano 8, n. 30, jul.-set. 2015.

THOMPSON, John. *A mídia e modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2011.

TILLY, Charles. *The politics of collective violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TILLY, Charles. *Contention and democracy in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TILLY, Charles. *The contentious Performance*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

TILLY, Charles. *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Harvard University Press, 1995.

- TILLY, Charles. *Social Movements, 1768-2012*. Paradigm Publishers, p. 95 – 144, 2013.
- TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney e MCADAM, Doug. *Para mapear o confronto político*. São Paulo: Lua Nova, n. 76, p. 11-48, 2009.
- TELLES, Helcimara. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? In: *Interesse Nacional*, ano 8, n. 30, jul.-set. 2015.
- TORET, Javier. *Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El Sistema-red 15M como nuevo paradigma de la política distribuida*. Espanha: UOC. 2015.
- TRERÉ, Emiliano. Social Movements as Information Ecologies: Exploring the Coevolution of Multiple Internet Technologies for Activism. In: *International Journal of Communication*, v. 6, p. 2359–2377, 2012.
- VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- VALERIAN, D. Street protests and class power: reflections on current events in Turkey, Egypt e Brazil and the aftermath of the Arab Spring. In: BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. *As Jornadas de Junho em perspectiva global*. NETSAL- IESP/UERJ, dez. 2013.
- VON BÜLOW, Marisa. The Survival of Leaders and Organizations in the Digital Age: Lessons from the Chilean Student Movement. In: *Annual Meeting of the Latin American Studies Association*. New York, mai. 2016.
- VIEIRA, Frederico; COELHO, Tamires; MARQUES, Ângela. O rosto na imagem, a imagem sem rosto: apontamentos para pensar outramente a relação entreestética e política. In: *25º Encontro da COMPÓS*, Grupo de Trabalho Comunicação e Experiência Estética. Goiânia, 2016.
- YOUNG, Iris. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação de Massa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, ed.6, 2012.
- ZIVIANI, Paula. *Megaeventos e a conformação de uma identidade nacional*. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Carta Maior, 2012.
- ŽIŽEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ŽIŽEK, Slavoj. Inverno, primavera, verão e outono árabes. In: ŽIŽEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 67-81, 2012.
- ŽIŽEK, S. Occupy Wall Street, ou o silêncio violento de um novo começo. In: ŽIŽEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo Editorial, p.81-97, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. *Problema no paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

ANEXOS

ANEXO 1

INSTRUMENTO DE PESQUISA **Questionário para entrevistas em profundidade**

PROJETO:

Protestos e engajamento político: discurso e identidade em manifestações contemporâneas

Nome completo

Idade

Sexo

Raça

Ocupação

Parte I – Contexto geral e ação coletiva

1. Como você descreveria as Jornadas de Junho de 2013? O que foi que aconteceu?
2. Esses protestos são nacionais ou parte de uma rede internacional, na sua visão?
3. Qual a sua percepção sobre as causas dos protestos?
 - a. Você se identificou com as causas levantadas? Se sim, com quais?
 - b. Você levou cartazes aos protestos? Quais causas foram apresentadas?
4. Na sua visão, como estes protestos se organizaram?
 - a. Você se autodefine como organizador ou participante nos protestos em junho?
5. Quais as formas mais importantes e comuns de engajamento das pessoas com as manifestações?

- a. Você participou de assembleias ou reuniões durante o protesto?
6. Você considera que sua participação nos protestos foi uma forma de expressar suas visões pessoais sobre a política?

Parte II – Os manifestantes

1. Quem são os manifestantes?
2. Você se sente parte de um grupo ou coletivo nesses protestos? Se sim, de quais?
3. Em sua opinião, quais grupos ou coletivos são a “cara” dos protestos ocorridos em junho?
4. Você participava de algum grupo ou coletivo antes dos protestos? Ao decorrer dos protestos você manteve o vínculo com o grupo de origem ou passou a integrar outros coletivos?
5. Você se opunha a algum grupo?
 - a. Se sim, qual?
 - b. A quais grupos e coletivos você não gostaria que sua imagem fosse associada?
6. Ao longo dos protestos você mudou a autopercepção sobre características que te definem?

Parte III –Tecnologias e Informação

1. Como você se informava sobre os protestos?
2. Você fez fotos e vídeos durante os protestos?

- a. Se sim, você compartilhava essas informações?
 - b. Se sim, para quê?
3. Você usou o Twitter para expressar sua identificação com algum grupo?
- a. Se sim, como?
4. Você usou o Facebook para expressar sua identificação com algum grupo?
- a. Se sim, como?
5. Ao longo dos protestos, você mudou a suas imagens de perfil?
- a. Se sim, qual(is) imagem(ns) usava para se identificar?
6. Você participou de alguma página como seguidor ou de algum grupo como membro?
- a. Se sim, o que te atraiu para a página?
7. Quando você estava nas ruas, você se mantinha conectado?
- a. Se sim, qual seu propósito em estar conectado a todo tempo?
8. De que forma o uso de hashtags e de aplicativos como o *whatsup* afetam a forma de os protestos se organizarem?

Parte IV – Linguagem e batalha de sentidos

1. Em sua opinião, as pessoas que foram às ruas estavam de um mesmo lado?
 - a. Se não, quais as principais disputas que você percebeu nas ruas e na Web?
2. Quem são os “coxinhas”?

- a. Você tem ideia de onde vem esse termo?
3. Que palavras e expressões você julga que apareceram no processo das manifestações ou ganharam novos sentidos ao longo delas?
 4. Quais as cores mais importantes nos protestos?
 - a. Você recorreu a alguma delas?
 - b. Na sua opinião, que pessoas recorreram a essas cores e por que o fizeram?